# Exame de Suficiência

uma abordagem histórica

**Conselho Federal de Contabilidade**
**Comissão do Exame de Suficiência**

FICHA CATALOGRÁFICA

C755c

Conselho Federal de Contabilidade

Exame de suficiência : uma abordagem histórica / Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: CFC, 2007.

1234 p.

1. História - Exame de suficiência – Contabilista. I. Título.

CDU – 657(091)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo – CRB 1/1.401

## Sumário


| | |
|---|---|
| Prefácio | 7 |
| Mensagem da Presidente do CFC | 9 |
| Resoluções do CFC | 11 |
| Resolução nº 853/99 | 13 |
| Resolução nº 928/02 | 16 |
| Resolução nº 933/02 | 18 |
| Resolução nº 994/04 | 20 |
| Conteúdos Programáticos | 21 |
| Bacharel | 23 |
| Técnico | 28 |
| Questões por Área de Conhecimento | 31 |
| Contabilidade Geral | 33 |
| Com respostas desenvolvidas | 35 |
| Sem respostas desenvolvidas | 56 |
| Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade | 71 |
| Com respostas desenvolvidas | 73 |
| Sem respostas desenvolvidas | 81 |
| Teoria da Contabilidade | 83 |
| Com respostas desenvolvidas | 85 |
| Sem respostas desenvolvidasa | 87 |
| Contabilidade Pública | 91 |
| Com respostas desenvolvidas | 93 |
| Sem respostas desenvolvidas | 97 |
| Contabilidade de Custos | 99 |
| Com respostas desenvolvidas | 101 |
| Sem respostas desenvolvidas | 113 |
| Contabilidade Gerencial | 119 |
| Com respostas desenvolvidas | 121 |
| Sem respostas desenvolvidas | 129 |
| Auditoria Contábil | 133 |
| Com respostas desenvolvidas | 135 |
| Sem respostas desenvolvidas | 141 |
| Perícia Contábil | 145 |
| Com respostas desenvolvidas | 147 |
| Sem respostas desenvolvidas | 149 |
| Legislação e Ética Profissional | 151 |
| Com respostas desenvolvidas | 153 |
| Sem respostas desenvolvidas | 157 |
| Noções de Direito Público e Privado | 163 |
| Com respostas desenvolvidas | 165 |
| Sem respostas desenvolvidas | 176 |
| Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País | 179 |
| Com respostas desenvolvidas | 181 |
| Sem respostas desenvolvidas | 184 |
| Português | 187 |
| Com respostas desenvolvidas | 189 |
| Sem respostas desenvolvidas | 203 |
| Matemática | 207 |
| Com respostas desenvolvidas | 209 |
| Sem respostas desenvolvidas | 220 |
| Anexos | 223 |
| Anexo I - Dados Estatísticos do Exame de Suficiência | 225 |
| Anexo II - Comissões de Elaboração de Provas do Exame de Suficiência no Sistema CFC/CRCs | 231 |

## Prefácio

Criado em 1999, o Exame de Suficiência teve sua primeira edição no ano 2000. Até o ano de 2004, mais de 150 mil profissionais da Contabilidade se inscreveram para o Exame. Não bastasse sua importância, o Exame de Suficiência produziu em seu período de vigência resultado imediato na formação de profissionais aptos a atuar no mercado de trabalho.

Para elaboração desta obra foram pesquisadas cerca de 2.000 questões, sendo 1.000 delas concretamente trabalhadas nas provas, no decorrer dos 10 Exames de Suficiência aplicados no Brasil. Professores de todos os estados brasileiros contribuíram para a realização deste trabalho.

Extremamente rico, o livro torna-se importante ferramenta de ensino e aprendizagem nas Instituições de Ensino do País. Vale ressaltar que as comissões que fizeram parte da elaboração destas provas – com a responsabilidade de balizar conhecimentos médios e com a finalidade de permitir os novos profissionais de ingressar na profissão – sempre quiseram publicar o conteúdo aqui apresentado.

Com tiragem de 5 mil exemplares, o livro apresenta 570 das 1.000 questões aplicadas na vigência do Exame. O critério de escolha das questões partiu de temas e conteúdos de relevante importância para a classe contábil brasileira.

A obra possui, ainda, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade que regulamentam o Exame de Suficiência; os conteúdos programáticos atualizados; e questões acompanhadas de seus respectivos gabaritos. Gráficos que retratam o histórico de aprovação de técnicos em Contabilidade e de bacharéis em Ciências Contábeis, também são apresentados e, ao final, as portarias das Comissões de Elaboração de Provas do Exame de Suficiência.

Espera-se que este livro seja utilizado no Brasil pelas Instituições de Ensino, por profissionais de contabilidade, professores de Ciências Contábeis e alunos que tenham sede de aprender.

A Comissão.

## MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CFC

O Conselho Federal de Contabilidade, no momento em que comemora – com muitas e justificadas razões – os 60 anos de regulamentação da profissão, tem consciência dos desafios a serem enfrentados para assegurar a evolução da classe contábil.

Estamos passando pela transição do trabalho operacional para um serviço com maior capacidade intelectual. Hoje, quando os contabilistas são chamados a contribuir na gestão dos negócios de seus clientes, quanto mais preparados estiverem, maiores serão as suas oportunidades.

A preocupação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com a sólida formação dos contabilistas, no sentido de garantir um patamar elevado de conhecimento teórico aos profissionais, tem sido constante. Entre as muitas ações que o CFC tem tomado nessa direção, a instituição do Exame de Suficiência destaca-se como estratégica, pelo alcance dos seus resultados.

O Projeto de Lei que alterava o artigo 12 do Decreto-Lei nº 9.295/46 e instituía o Exame de Suficiência foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e encaminhado à Casa Civil para a sanção presidencial. Antes, porém, foi submetido à avaliação do Ministério do Trabalho e Emprego, que, fazendo uma avaliação equivocada do texto, sugeriu o veto presidencial. Assim, em 15 de dezembro de 2005, por meio da Mensagem no 857, houve o veto integral do presidente da República à versão final do Projeto de Lei.

Fatos marcantes foram diagnosticados pelo Conselho Federal de Contabilidade quando da exigência do exame. Por exemplo, as instituições de ensino ampliaram os estudos de ética e de Normas Brasileiras de Contabilidade e houve uma demanda crescente dos futuros profissionais por obras técnicas. Para atender essa demanda, o CFC editou e publicou vários livros, distribuindo cerca de 380 mil exemplares.

A aplicação do Exame Suficiência, nos 5 anos de sua vigência, muito contribuiu para a melhoria do processo de ensinar-e-aprender. Aqui, destacam-se as 570 questões aplicadas, que corroboram a racionalidade do processo de avaliação. O presente livro é, pois, uma contribuição do CFC às Instituições de Ensino Superior, no esforço conjunto de elevar a qualidade do profissional da Contabilidade formado neste País.

Por entender que a realização do Exame de Suficiência, como condição para o registro profissional, contribui de forma efetiva para a melhoria dos cursos de graduação – já que busca garantir os conhecimentos mínimos indispensáveis ao exercício profissional em consonância com as exigências do mercado – e vai ao encontro dos anseios da sociedade brasileira, o CFC mantém o propósito de lutar por sua instituição legal.

# Resoluções do CFC

## RESOLUÇÃO CFC Nº 853/99

**Institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC.**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais,

CONSIDERANDO que o art. 12 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, prescreve que o exercício da profissão de Contabilista somente poderá ocorrer após o deferimento do Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade;

CONSIDERANDO que a estrutura federativa do Conselho de Contabilidade coloca o Conselho Federal de Contabilidade investido na condição de órgão coordenador do SISTEMA CFC/CRC, cabendo-lhe, por esse motivo, manter a unidade de ação;

CONSIDERANDO que a instituição do Exame de Suficiência vem sendo analisada e discutida, há longa data, nos eventos de Contabilistas e de Contabilidade, como uma necessidade decorrente do interesse da Classe de resguardar a qualidade dos serviços prestados aos seus usuários;

CONSIDERANDO que o objetivo do exame de suficiência implica o atendimento de um nível mínimo de conhecimento necessário ao desempenho das atribuições deferidas ao Contabilista;

CONSIDERANDO que o exame de suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC se reveste da função de fiscalização do exercício profissional, em caráter preventivo;

CONSIDERANDO que o inciso XXXII do art. 17 do Estatuto dos Conselhos de Contabilidade (Resolução CFC nº 825/98) declara que ao Conselho Federal de Contabilidade compete dispor sobre o exame de suficiência profissional como requisito para concessão de registro profissional,

RESOLVE:

### I – INSTITUIÇÃO

**Art. 1º** Instituir o Exame de Suficiência como um dos requisitos para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade.

· Conforme dispõe a Resolução CFC nº 991, de 11 de dezembro de 2003, será concedido o registro profissional de Técnicos em Contabilidade aos que ingressarem, ou estiverem cursando, no Curso de Técnico em Contabilidade até o exercício de 2004, independentemente do ano de conclusão do curso.

### II – CONCEITO

**Art. 2º** Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade.

### III – FORMA E CONTEÚDO

**Art. 3º** O Exame de Suficiência será composto de uma prova para os Técnicos em Contabilidade e uma para os bacharéis em Ciências Contábeis, a serem aplicadas na mesma data e hora em todo território nacional, ajustando-se para isso as diferenças de fuso horário, e se dividirá em:

a) Prova para os Técnicos em Contabilidade, abrangendo as seguintes áreas:
· Contabilidade Geral;
· Contabilidade de Custos;
· Noções de Direito Público e Privado;
· Matemática;
· Legislação e Ética Profissional;
· Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
· Português.
b) Prova para os Bacharéis em Ciências Contábeis, abrangendo as seguintes áreas:
Contabilidade Geral;
· Contabilidade de Custos;
· Contabilidade Pública;
· Contabilidade Gerencial;
· Noções de Direito Público e Privado;

· Matemática Financeira;
· Teoria de Contabilidade;
· Legislação e Ética Profissional;
· Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
· Auditoria Contábil;
· Perícia Contábil;
· Português;
· Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País.

Parágrafo único. O Conselho Federal de Contabilidade providenciará a elaboração e divulgação dos conteúdos programáticos das respectivas áreas, que serão exigidos nas provas para os Técnicos em Contabilidade e os bacharéis em Ciências Contábeis.

## IV – SISTEMÁTICA DAS PROVAS

**Art. 4º** As provas devem ser elaboradas para respostas objetivas podendo, ainda, incluir questões com respostas dissertativas.

## V – APROVAÇÃO E PERIODICIDADE

**Art. 5º** O candidato será aprovado se obtiver, no mínimo, 50% (cinqüenta por cento) dos pontos possíveis.

**Art. 6º** O exame será aplicado 2 (duas) vezes ao ano, simultaneamente, em todo território nacional, nos meses de março ou abril e setembro ou outubro, em data e hora a serem fixadas por deliberação do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Art. 6º com redação dada pela Resolução CFC nº 933, de 21 de março de 2002.

## VI – PRAZO DE VALIDADE DA CERTIDÃO DE APROVAÇÃO

**Art. 7º** Ocorrendo a aprovação no Exame de Suficiência, o candidato terá o prazo de até 2 (dois) anos, a contar da data da publicação do resultado oficial no Diário Oficial da União (DOU), para requerer o Registro Profissional, nas categorias de Contador ou Técnico em Contabilidade, em qualquer Conselho Regional de Contabilidade;

Art. 7º, caput, com redação dada pela Resolução CFC nº 933, de 21 de março de 2002.

Parágrafo único. O Conselho Regional de Contabilidade emitirá a Certidão de Aprovação desde que solicitada pelo candidato, devendo constar a categoria profissional e a data de validade prevista neste artigo.

Parágrafo único criado pela Resolução CFC nº 933, de 21 de março de 2002.

## VII – MUDANÇA DE CATEGORIA PROFISSIONAL

**Art. 8º** O Técnico em Contabilidade que requerer a alteração da categoria profissional para Contador deverá se submeter ao Exame de Suficiência, na prova específica.

## VIII – COMISSÕES DE EXAMES

**Art. 9º** Serão constituídas 3 (três) Comissões com a finalidade de implantar o Exame de Suficiência:

a) Comissão de Coordenação;
b) Comissão de Elaboração de Provas;
c) Comissão de Aplicação de Provas.

Alínea c com redação dada pela Resolução CFC nº 933, de 21 de março de 2002.

§ 1º A Comissão de Coordenação será integrada por 6 (seis) Conselheiros do CFC, com mandato de 2 (dois) anos, não podendo ultrapassar o término do mandato como Conselheiro, devendo coordenar a realização do Exame de Suficiência e aprovar o conteúdo das provas organizadas pela Comissão de Elaboração de Provas. A Comissão será presidida pelo Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional.

§ 1º com redação dada pela Resolução CFC nº 933, de 21 de março de 2002.

§ 2º. A Comissão de Elaboração de Provas será integrada por 7 (sete) profissionais da Contabilidade e igual número de suplentes, Conselheiros ou não, de reconhecida capacidade e experiência profissional, aprovados pelo Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, tendo por finalidade a elaboração das provas e a apreciação de recursos em primeira instância, homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade, cabendo-lhe, ainda, escolher o Coordenador da Comissão.

§ 2º com redação dada pela Resolução CFC nº 994, de 19 de março de 2004.

§ 3º A Comissão de Aplicação de Provas será integrada por, no mínimo, 3 (três) membros e igual número de suplentes, conselheiros ou não, aprovados pelo Plenário de cada Conselho Regional, presidida por um dos Vice-Presidentes de CRC, tendo por finalidade a aplicação das provas e preparação e encaminhamento dos recursos ao Conselho Federal de Contabilidade.

§ 3º com redação dada pela Resolução CFC nº 933, de 21 de março de 2002.

§ 4º Os Conselhos Regionais de Contabilidade poderão enviar questões sobre os tópicos elencados nas alíneas a e b do art. 3º, para formar bancos de dados que poderão ser utilizados pela Comissão de Elaboração de Provas.

§ 5º O Conselho Federal de Contabilidade, em casos excepcionais, poderá disciplinar a extensão da competência da Comissão de Aplicação e Correção de Provas, instituída pelo Conselho Regional de Contabilidade, à jurisdição de outros Conselho Regionais.

**Art. 10** A Comissão de Coordenação supervisionará, em âmbito nacional, o processo de aplicação das provas de Exame de Suficiência.

Art. 10 com redação dada pela Resolução CFC nº 933, de 21 de março de 2002.

## IX – RECURSOS

**Art. 11** O candidato inscrito no Exame de Suficiência poderá interpor recurso do resultado divulgado, sem efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) à Comissão de Elaboração de Provas, em primeira instância, a contar do dia seguinte à aplicação da prova;

Alínea a com redação dada pela Resolução CFC nº 933, de 21 de março de 2002.

b) à Comissão de Coordenação, em última instância, a contar da ciência da decisão de primeira instância.

Alínea b com redação dada pela Resolução CFC nº 933, de 21 de março de 2002.

## X – PREPARAÇÃO DE CANDIDATOS: IMPEDIMENTO

**Art. 12** O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade, seus conselheiros efetivos e suplentes, seus empregados, seus delegados e os integrantes das Comissões de Coordenação, de Elaboração de Provas e de Aplicação e Correção de Provas não poderão oferecer, participar ou apoiar, a qualquer título, os cursos preparatórios para os candidatos ao Exame de Suficiência, sob pena de infração ética.

## XI – DIVULGAÇÃO DO EXAME DE SUFICIÊNCIA

**Art. 13** O Conselho Federal de Contabilidade desenvolverá campanha publicitária, no sentido de esclarecer e divulgar o Exame de Suficiência, sendo de competência dos CRCs o reforço dessa divulgação nas suas jurisdições.

## XII – SUGESTÕES DE QUESTÕES PARA O EXAME DE SUFICIÊNCIA

**Art. 14** O Conselho Federal de Contabilidade solicitará aos Conselhos Regionais de Contabilidade sugestões sobre questões para o Exame de Suficiência que abrangem os conteúdos estabelecidos nos tópicos que poderão compor o banco de dados.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 15** Ao Conselho Federal de Contabilidade caberá adotar as providências necessárias ao atendimento do disposto na presente Resolução, competindo-lhe interpretá-la.

**Art. 16** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 16 com redação dada pela Resolução CFC nº 933, de 21 de março de 2002.

Brasília, 28 de julho de 1999.

**Contador JOSÉ SERAFIM ABRANTES**
Presidente

## RESOLUÇÃO CFC Nº 928/02

**Altera a Resolução CFC nº 853/99, que institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro profissional em CRC.**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO que a aplicação do ato normativo que institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro profissional em CRC, registrou algumas deficiências em termos do alcance do seu objetivo;

CONSIDERANDO que há necessidade de aprimorar os procedimentos do Conselho Federal, na qualidade de órgão coordenador do SISTEMA CFC/CRCs, para melhor atender o interesse da classe,

RESOLVE:

**Art. 1º** À Resolução CFC n.º 853/99 dê-se a seguinte redação:

I – Ao item V – APROVAÇÃO E PERIODICIDADE – Art. 6º, dê-se a seguinte redação:

"Art. 6º O Exame será aplicado 2 (duas) vezes ao ano, simultaneamente em todo o território nacional, nos meses de março ou abril e setembro ou outubro, em data e hora a serem fixadas por deliberação do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, com antecedência de 90 (noventa) dias."

II – Ao item VI – PRAZO DE VALIDADE DA CERTIDÃO DE APROVAÇÃO – Art. 7º, dê-se a seguinte redação:

"Art. 7º Ocorrendo aprovação no Exame de Suficiência, o candidato terá o prazo de um ano, a contar da data da publicação do resultado oficial no Diário Oficial da União (DOU), para requerer o registro profissional, nas categorias de Contador ou de Técnico em Contabilidade, em qualquer Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo único. O Conselho Regional de Contabilidade emitirá a Certidão de Aprovação, desde que solicitado pelo candidato, devendo constar a categoria profissional e a data de validade prevista neste artigo."

III – Ao item VIII – COMISSÕES DE EXAMES – Art. 9º, alínea c, § 1º e § 3º e Art. 10º, dê-se a seguinte redação:

"Art. 9º ...(omissis)...
a) ...(omissis)...
b) ...(omissis)..
c) Comissão de Aplicação de Provas.

§ 1º A Comissão de Coordenação será integrada por 6 (seis) Conselheiros do CFC, com mandato de dois anos, não podendo ultrapassar o término do mandato como Conselheiro, deverá coordenar a realização do Exame de Suficiência e aprovar o conteúdo das provas organizadas pela Comissão de Elaboração de Provas. A Comissão será presidida pelo Vice-presidente Operacional.

§ 2º ...(omissis)...

§ 3º A Comissão de Aplicação de Provas será integrada de, no mínimo, 3 (três) membros e igual número de suplentes, conselheiros ou não, aprovados pelo Plenário de cada Conselho Regional, presidida por um dos Vice-presidentes do CRC, tendo por finalidade a aplicação das provas e a preparação e encaminhamento dos recursos ao Conselho Federal de Contabilidade.

§ 4º ...(omissis)...

§ 5º ...(omissis)...

Art. 10. A Comissão de Coordenação supervisionará, em âmbito nacional, processo de aplicação das provas do Exame de Suficiência."

V – Ao item IX – RECURSOS, Art. 11, alíneas a e b, dê-se a seguinte redação:

"Art. 11. ...(omissis)...

a) à Comissão de Elaboração de Provas, em primeira instância, a contar do dia seguinte à aplicação da prova;
b) à Comissão de Coordenação, em última instância, a contar da ciência da decisão de primeira instância."

Ao art. 16, dê-se a seguinte redação:

"Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação."

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 4 de janeiro de 2002.

**ContadorALCEDINO GOMES BARBOSA**
Presidente

## RESOLUÇÃO CFC Nº 933/02

**Altera a Resolução CFC nº 853/99, que institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro profissional, e o inciso iii do art. 34 e art. 44 da Resolução CFC nº 867/99; revoga a Resolução CFC nº 928/02 e dá outras providências.**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais;

CONSIDERANDO que a aplicação do ato normativo que instituiu o Exame de Suficiência como um dos requisitos para a obtenção de Registro Profissional em Conselho Regional de Contabilidade exibiu algumas deficiências em temos do alcance do seu objetivo;

CONSIDERANDO que há necessidade de aprimorar os procedimentos do Conselho Federal de Contabilidade para melhor atender ao interesse da classe;

CONSIDERANDO que após a aprovação da Resolução CFC nº 928, de 4 de janeiro de 2002, que introduziu alteração na Resolução CFC nº 853/99, foram suscitadas novas situações que justificariam adaptações redacionais;

CONSIDERANDO que a técnica legislativa impõe a consolidação dos atos normativos para melhor entendimento, interpretação e aplicação;

CONSIDERANDO que a alteração do prazo de validade da Certidão de Aprovação em Exame de Suficiência e modificação do procedimento para a concessão do restabelecimento do Registro Profissional baixado a pedido de Contabilista ou efetuada ex officio por iniciativa do Conselho Regional de Contabilidade,

RESOLVE:

**Art. 1º** À Resolução CFC nº 853/99 dê-se a seguinte redação:

I - Ao item V – APROVAÇÃO E PERIODICIDADE - , art. 6º, dê-se a seguinte redação:

"Art. 6º O exame será aplicado 2 (duas) vezes ao ano, simultaneamente, em todo o território nacional, nos meses de março ou abril e setembro ou outubro, em data e hora a serem fixadas por Deliberação do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, com antecedência de 90 (noventa) dias."

II – Ao item VI – PRAZO DE VALIDADE DA CERTIDÃO DE APROVAÇÃO - , art. 7º, dê-se a seguinte redação:

"Art. 7º Ocorrendo aprovação no Exame de Suficiência, o candidato terá o prazo de até 2 (dois) anos, a contar da data da publicação do resultado oficial no Diário Oficial da União (DOU), para requerer o Registro Profissional, nas categorias de Contador ou Técnico em Contabilidade, em qualquer Conselho Regional de Contabilidade.

Parágrafo único. O Conselho Regional de Contabilidade emitirá a Certidão de Aprovação, desde que solicitada pelo candidato, devendo constar a categoria profissional e a data de validade prevista neste artigo."

III – Ao item VIII – COMISSÕES DE EXAMES - , art. 9º, alínea c, §§ 1º, 2º e 3º e art. 10, dê-se a seguinte redação:

"Art. 9º ...(omissis)...
a) ...(omissis)....
b) ...(omissis)....
c) Comissão de Aplicação de Provas.

§ 1º A Comissão de Coordenação será integrada por 6 (seis) Conselheiros do CFC, com mandato de dois anos, não podendo ultrapassar o término do mandato como Conselheiro, devendo coordenar a realização do Exame de Suficiência e aprovar o conteúdo das provas organizadas pela Comissão de Elaboração de Provas. A comissão será presidida pelo Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional.

§ 2º A Comissão de Elaboração de Provas será integrada por 7 (sete) profissionais da Contabilidade e igual número de suplentes, Conselheiros ou não, de reconhecida capacidade e experiência profissional, aprovados pelo Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, tendo por finalidade a elaboração das provas e a apreciação de recursos em primeira instância, homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade, cabendo-lhe, ainda, escolher o Coordenador da Comissão.

§ 2º com redação dada pela Resolução CFC nº 994, de 19 de março de 2004.

§ 3º A Comissão de Aplicação de provas será integrada por, no mínimo, 3 (três) membros e igual número de suplentes, conselheiros ou não, aprovados pelo Plenário de cada Conselho Regional, presidida por um dos Vice-presidentes do CRC, tendo por finalidade a aplicação das provas e preparação e encaminhamento dos recursos ao Conselho Federal de Contabilidade.

§ 4º ...(omissis)....

§ 5º ...(omissis)...

Art. 10. A Comissão de Coordenação supervisionará, em âmbito nacional, o processo de aplicação das provas do Exame de Suficiência."

IV - Ao item IX – RECURSOS, art. 11, alínea a e b, dê-se a seguinte redação:

"Art. 11. ... (omissis...)

a) à Comissão de Elaboração de Provas, em primeira instância, a contar do dia seguinte à aplicação da prova;

b) à Comissão de Coordenação, em última instância, a contar da ciência da decisão de primeira instância."

V – Ao art. 16, dê-se a seguinte redação:

"Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação."

**Art. 2º** À Resolução CFC nº 867/99, dê-se a seguinte redação:

I – O inciso III do art. 39 passa a vigorar com a seguinte redação:

"III – Certidão de Aprovação em Exame de Suficiência, desde que a baixa seja por período superior a 5 (cinco) anos."

II – O art. 44 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44. O Contabilista com registro baixado, a pedido ou de ofício, ou vencido o Registro Provisório, por período superior a 5 (cinco) anos, e no caso de alteração de categoria ou suspensão por incapacidade técnica, deverá se submeter a Exame de Suficiência, independentemente de já ter sido aprovado anteriormente."

**Art. 3º** Fica revogada a Resolução CFC nº 928/02, de 4 de janeiro de 2002.

**Art. 4º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 21 de março de 2002.

**Contador ALCEDINO GOMES BARBOSA**
Presidente

## RESOLUÇÃO CFC Nº 994/04

**Altera o §2º do art.9º da Resolução CFC nº 853/99.**

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas funções legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o Exame de Suficiência como requisito para a obtenção de Registro Profissional em CRC se reveste da função de fiscalização do exercício profissional, em caráter preventivo;

CONSIDERANDO que o inciso XXXII do art. 17 do Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, regulamentado pela Resolução CFC nº 825/98 e alterações posteriores, que declara que ao Conselho Federal de Contabilidade compete dispor sobre o Exame de Suficiência como requisito para a concessão de registro profissional;

CONSIDERANDO que para a consecução dos fins que o Exame de Suficiência pretende atingir em prol da classe contábil, exige o desempenho de atividades de coordenação, elaboração e execução de provas e que estas impõem a presença constante dos membros de Comissões de Exame,

RESOLVE:

**Art. 1º** O § 2º do art. 9º da Resolução CFC nº 853/99 passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 9º (...).
>
> § 2º. A Comissão de Elaboração de Provas será integrada por 7 (sete) profissionais da Contabilidade e igual número de suplentes, Conselheiros ou não, de reconhecida capacidade e experiência profissional, aprovados pelo Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, tendo por finalidade a elaboração das provas e a apreciação de recursos em primeira instância, homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade, cabendo-lhe, ainda, escolher o Coordenador da Comissão.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília – DF, 19 de março de 2004.

**Contador José Martonio Alves Coelho**
Presidente

# Conteúdos Programáticos

# Bacharel em Ciências Contábeis

## CONTABILIDADE GERAL

**a) Escrituração Contábil**
Contas patrimoniais, contas de resultado, partidas simples e partidas dobradas. Variações patrimoniais. Livros contábeis. Livros fiscais, sociais, trabalhistas. Formalidades da escrituração contábil. Contas de receitas, despesas e custos. Contas de compensação. Equação patrimonial básica. Regime de caixa e de competência. Lançamentos e suas retificações.

**b) Registros contábeis na constituição de entidades**
Tipos de entidades. Constituição, subscrição e integralização do capital nos diversos tipos de sociedades. Realização de capital com bens e direitos.

**c) Registros das operações típicas de uma empresa**
Compras e vendas. Apuração de resultado com mercadorias. Inventário periódico e permanente. Movimentação de estoques. Custo com pessoal, serviços de terceiros, prêmios de seguros, tributos, amortizações, depreciações e exaustões. Operações financeiras ativas e passivas. Lançamentos de encerramento e de destinação do resultado. Transações envolvendo ativos imobilizados.

**d) Medidas preliminares à elaboração de balanços**
Balancete de verificação. Conciliações e retificações de saldos de contas. Depreciações, amortizações e apropriações. Separação custo e despesa. Reclassificação de contas entre longo prazo e circulante. Provisões e diferimentos. Inventário de mercadorias e de materiais. Créditos de liquidação duvidosa.

**e) Avaliação dos ativos e passivos**
Avaliação e escrituração pelo custo de aquisição. Critérios de avaliação do ativo e passivo. Valores de entrada e de saída. Cálculo e controle das despesas antecipadas. Reconhecimento de Ativo Diferido. Reavaliações. Avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial e método de custo. Definição de investimento relevante. Empresas coligadas e controladas. Controle Direto e Indireto em empresas controladas. Empresas equiparadas às coligadas. Avaliação de coligadas. Ágio, deságio. Contabilização de dividendos. Características do Passivo Exigível. Passivos onerosos e não-onerosos.

**f) Elaboração das Demonstrações Contábeis**
Balanço Patrimonial - formas de apresentação, grupo de contas, critérios de agrupamento, ordem dos grupos de contas. Apuração do resultado e Demonstração do Resultado do Exercício - formas de apresentação, participações estatutárias, distribuições do lucro. Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados - estrutura, componentes, compensação de prejuízos. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - estruturas e componentes, diferenças com DLPA. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - origens de recursos, aplicações de recursos, resultado líquido ajustado, outros ajustes, formas de apresentação. Demonstração dos Fluxos de Caixa - transações que afetam e não afetam o caixa, técnicas de elaboração, estrutura e tipo da DFC. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - evidenciações, tipos de notas, composição. Consolidação das Demonstrações Contábeis - objetivos, obrigatoriedade, técnicas de consolidação, lucros não-realizados nos estoques e ativo permanente, impostos na consolidação. Demonstração do Valor Adicionado - Conceito de valor adicionado, componentes da demonstração, criação e distribuição de valores, forma de apresentação e obrigatoriedade.

**g) Registros contábeis na reestruturação de empresas**
Registros contábeis decorrentes de operações de incorporações, fusões e cisões de empresas e suas respectivas demonstrações - processos de reorganização, aspectos legais e societários, dissolução, liquidação e extinção, aspectos fiscais e tributários das operações.

## CONTABILIDADE DE CUSTOS

**a) Elementos conceituais**
Inter-relacionamento da Contabilidade de Custos com a Contabilidade Financeira e com a Contabilidade Gerencial. Objetivo, importância e finalidade da Contabilidade de Custos. Conceito de custos, despesas, investimento e gastos. Princípios e conceitos contábeis aplicados à Contabilidade de Custos.

**b) Classificação e nomenclatura dos custos**
Custos fixos e custos variáveis, custos diretos e indiretos, custos controláveis e não-controláveis. Objeto de custeio. Custos industriais e não-industriais. Demonstração de resultados da indústria, nos serviços e comércio. Outras classificações dos custos.

**c) Controle e registro contábil de custos.**
Separação entre custos e despesas. Apropriação dos custos diretos e indiretos. Apuração do Custo dos Produtos, Mercadorias ou Serviços Vendidos. Custos com mão-de-obra direta e indireta. Alocação dos custos com mão-de-obra. Custos com Materiais Diretos e Indiretos. Tratamento das perdas de materiais. Alocação dos custos com matéria-prima, material secundário e material de embalagem. Métodos de controle de estoques de materiais. Custos indiretos de fabricação e seus critérios de rateio. Departamentalização. Centros de Custos.

**d) Métodos de custeio**
Custeio por Absorção, Custeio Variável, Custeio Baseado em Atividades (ABC) e Custeio Pleno (RKW). Custo por Produto, Custo por Processo, Custo por Atividade.

**e) Sistemas de Acumulação de Custos**
Acumulação de custos por ordem de produção ou encomendas. Tratamento contábil, encomendas de longo prazo de execução. Acumulação de custos por processo. Equivalentes de produção, variações nas quantidades de produção. Custo dos Produtos Acabados. Custos dos produtos em elaboração. Equivalente de produção. Custos Conjuntos. Apropriação dos custos conjuntos aos co-produtos e subprodutos.

**f) Custos para controle**
Custos reais (históricos), estimados e projetados. Custo Padrão, componentes e análise das variações de materiais diretos, mão-de-obra direta e custo indireto.

## CONTABILIDADE PÚBLICA

**a) Elementos Conceituais**
Origem, conceito, campo de aplicação e legislação. Sistema orçamentário, financeiro, patrimonial de compensação. Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores.

**b) Plano de Contas**
Conceito, estrutura e critérios de classificação econômica das contas. Sistemas de Contas - Sistema orçamentário, financeiro, patrimonial de compensação.

**c) Orçamento**
Origem e conceito. Orçamento-programa: Conceitos básicos e legislação pertinente. Princípios Orçamentários. Orçamento por Programa. Orçamento Base Zero. Técnicas de elaboração orçamentária. Plano Plurianual de Investimentos - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. Movimentação de créditos e mecanismos retificadores do orçamento.

**d) Receita e Despesa Pública**
Receita - conceito, classificação, estágios e legislação. Suprimento de Fundos, Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores. Despesa pública - conceito, classificação, estágios e legislação.

**e) Demonstrações Contábeis**
Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais.

**f) Balanço Geral**
Estrutura. Legislação e prazos.

**g) Sistemas de Controle Interno e Externo**
Conceito. Legislação. Auditoria. Fiscalização. Avaliação de Gestão. Tomada e Prestação de Contas.

**h) Gestão Fiscal**
Lei de Responsabilidade Fiscal – Conceitos e Noções; Crimes Fiscais.

## CONTABILIDADE GERENCIAL

**a) Conteúdo da Contabilidade Gerencial**
Contabilidade Gerencial como parte da Contabilidade. Fornecimento de informações e de subsídios para a tomada de decisões. Decisões de caráter corrente e de natureza estratégica. Avaliações de desempenho. Fixação do preço de venda baseado no custo, no mercado e no concorrente.

**b) Análises alicerçadas no grau de ocupação da entidade**
Formação de resultado diante do comportamento dos custos fixos e variáveis. Margem de contribuição por produto e por seus fatores limitativos. Teoria das restrições. Margens de contribuição e custos fixos identificados. Margem de Contribuição e taxa de retorno. Ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro. Influências das alterações dos custos e despesas fixos e variáveis no Ponto de Equilíbrio Contábil. Ponto de Equilíbrio de vários produtos.

**c) Gestão dos custos**
Problema dos custos necessários e desnecessários. Gerenciamento dos custos diante da estratégia da entidade. Análise do Custo Diferencial. Análise dos Custos de Distribuição. Sistema de custeio baseado em atividades e sua análise. Cadeia de valores como centro da análise e da avaliação dos custos. Custo Meta. Unidade Equivalente de Produção.

**d) Demonstrações Contábeis na avaliação de desempenho**
Elaboração, interpretação e análise da estrutura do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultados. Elaboração, interpretação e análise de quocientes e índices. Elaboração, interpretação e análise dos índices de liquidez, do grau de imo-

bilização do capital próprio, da margem de garantia do capital de terceiros, da rentabilidade sobre vendas e dos capitais próprios, do volume de capital de giro próprio, do prazo médio de pagamento, do prazo médio de recebimento e do prazo médio de renovação de estoques. Elaboração e interpretação da análise vertical e horizontal. Elaboração, interpretação e análise da comparabilidade da análise de balanço com a análise setorial. Análise da composição dos custos e das receitas. Elaboração, interpretação e análise da alavancagem operacional e financeira, da margem de segurança, da relação custo-volume-lucro e de riscos operacionais e financeiros. Elaboração, interpretação e análise da margem operacional, margem bruta e margem líquida.

**e) Avaliação de empresas**
Reavaliação dos ativos e do patrimônio líquido. Fluxo de caixa descontado. Retorno de investimento. Análise de produtividade e economicidade. Valor Econômico Adicionado (VEA), Conceito de custo de capital, cálculo do VEA, Mensuração do *Goodwill Value*, Valor de Mercado Adicionado (MVA), Cálculo MVA, comparação do MVA com VPL, *Balanced Scorecard* (BSC) e EBITDA – *Earnings Before Interest Rates, Taxes, Depreciation and Amortization.*

**f) Orçamento e processo decisório**
Características, conceitos, funções, tipos. Sistemas de custeios utilizados para gestão e decisão em orçamentos. Como analisar um orçamento. Análise financeira de orçamentos, análise de variações para controles orçamentários. Responsabilidade, controle gerencial e processos de decisão.

**g) Custos para decisão**
Decisões entre comprar ou fabricar. Custo de oportunidade. Conseqüência do custo de oportunidade e taxa de retorno. Custos perdidos. Custos imputados.

## DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

**a) Das Pessoas Naturais**
Jurídicas e Domicílio.

**b) Classes de Bens**
Bens considerados em si mesmos. Bens reciprocamente considerados. Bens públicos.

**c) Dos Fatos Jurídicos**
Negócio Jurídico. Atos Jurídicos Lícitos. Atos Ilícitos. Prescrição e da Decadência. Prova.

**d) Direito das obrigações**
Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Contratos em geral. Espécies de contrato. Atos unilaterais. Títulos de crédito. Responsabilidade civil. Preferências e privilégios creditórios.

**e) Direito de Empresa**
Empresário. Sociedade. Sociedade não-personificada. Sociedade em comum. Sociedade em conta de participação – Sociedade personificada. Sociedade simples.Sociedade em nome coletiva. Sociedade em comandita simples. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades coligadas. Liquidação da sociedade. Transformação da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades. Sociedade dependente de autorização. Estabelecimento. Institutos complementares. Registro. Nome empresarial. Prepostos. Escrituração.

**f) Direito das Coisas**
Posse. Direitos Reais. Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do Promitente Comprador. Penhor da Hipoteca e da Anticrese.

**g) Princípios Fundamentais**
Direitos e Garantias Fundamentais. Organização do Estado.

**h) Organização dos Poderes do Estado**
Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça.

**i) Tributação e Orçamento**
Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas. Princípios constitucionais do poder de tributar, extinção, prescrição, decadência. Competência tributária. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria e Contribuição Social - Distribuições de Receitas Tributárias. Obrigação Tributária. Crédito Tributário - Administração Tributária.

**j) Ordem Econômica e Financeira**
Ordem Social.

**k) Disposições Constitucionais Gerais**
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**l) Emendas Constitucionais**
Relativas, de Revisão e Adendo Especial que interferem diretamente nos conteúdos descritos acima.

**m) Contratos de trabalho em relação aos empregos**
Distinção e características. Conceito, natureza jurídica. Tipos de contrato e suas características. Extinção.

**n) Direitos Trabalhistas**
Legislação. Constituição Federal. Prescrição. Decadência.

**o) Empregado e Empregador**
Definição e características, direitos e obrigações.

**p) Previdência Social**
Conceito. Objeto. Beneficiários. Benefícios. Custeio. Acidente do Trabalho. Seguro Desemprego.

## MATEMÁTICA FINANCEIRA

**a) Juros Simples**
Definição, conceito e generalidades. Cálculo do juro. Homogeneidade entre a unidade de tempo, de taxa de juro e do prazo de aplicação. Definições e considerações sobre taxa proporcional, nominal e efetiva. Juros exatos. Juros comerciais pela regra dos bancos. Multiplicador fixo e Divisor fixo. Montante: definição, conceito, generalidades. Desconto comercial ou "por fora", desconto racional ou "por dentro" e suas relações.

**b) Juros Compostos**
Definição, conceito e generalidades. Cálculo do Montante. Tabela Financeira (Price) e Sistema de Amortização Constante (SAC). Convenção Linear e Exponencial. Taxas proporcionais, equivalentes, nominais e efetivas. Desconto racional. Equivalência de capitais: critério do desconto racional.

**c) Anuidades**
Rendas certas ou anuidades. Definição e classificação. Montante e valor atual do modelo básico de anuidade (imediata e postecipada).

**d) Taxas**
Nominal, efetiva e equivalente. Montante e valor atual de uma renda postecipada, antecipada e de uma renda diferida.

**e) Cálculo do Valor Presente e Valor Futuro**
Pagamentos e recebimentos de mesmo valor e periodicidade.

## TEORIA DA CONTABILIDADE

**a) Contabilidade**
Conceito e objetivos. Diversos ramos aplicados da Contabilidade. Evolução histórica da Contabilidade. Ativo e Passivo e suas mensurações. Receitas e despesas, ganhos e perdas. Impactos da não-correção monetária de balanço.

**b) Princípios Fundamentais de Contabilidade**
Princípios Fundamentais de Contabilidade como essência das doutrinas contábeis aceitas e base das Normas Brasileiras de Contabilidade. Conteúdo da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade e Resoluções CFC nos 774/94 e 900/01, que aprovam o Apêndice à primeira resolução e possíveis alterações e inclusões até sessenta dias antes da realização do Exame.

**c) Escolas ou doutrinas na história da Contabilidade**
História da Contabilidade. Partidas dobradas e período pré-científico. Período científico na Contabilidade: o materialismo, o personalismo, o controlismo e o neocontismo, o reditualismo, o aziendalismo e o patrimonialismo.

## LEGISLACÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

**a) Ética geral e Ética Profissional**
Conceito e sua inserção na Filosofia. Campos de Ética e da Moral. Fontes das regras éticas. Sociedade e Ética. Papel da Contabilidade na Sociedade. Ética Profissional.

**b) Legislação sobre a Ética profissional**
Código de Ética Profissional do Contabilista: ordenamentos e punições. Estatuto dos Conselhos de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais. Possíveis alterações ocorridas ou inclusões até sessenta dias antes da realização do Exame.

**c) Legislação profissional**
Regulamentação Profissional do Contabilista: o Decreto-Lei nº 9.295/46. As prerrogativas profissionais, especialmente a Resolução CFC nº 560/83. Os órgãos de classe na profissão contábil. Formação profissional, Exame de Suficiência e educação continuada. Infrações técnicas. Possíveis alterações ocorridas ou inclusões até sessenta dias antes da realização das provas.

## PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

**a) Princípios Fundamentais de Contabilidade**
Resolução CFC nº 750/93.

**b) Apêndice aos Princípios Fundamentais da Contabilidade**
Resolução CFC nº 774/94.
Resolução CFC nº 900/01.

**c) Normas Brasileiras de Contabilidade**
Resoluções pertinentes do CFC. Estrutura - Sistema de Normas Brasileiras de Contabilidade. Normas Técnicas, Profissionais e suas respectivas Interpretações Técnicas. Possíveis alterações ocorridas ou inclusões até sessenta dias antes da realização do Exame.

## AUDITORIA CONTÁBIL

**a) Características**
Conceito, objetivo e campo de atuação. Auditoria na área empresarial e no setor público. Auditoria interna e auditoria externa independente. Perfil profissional do auditor. Auditoria das empresas integrantes do mercado de capitais.

**b) Trabalho de auditoria**
Planejamento e execução dos trabalhos. Identificação prévia de problemas, procedimentos para reunião com a gerência, planejamento de horas, auditoria preliminar. Procedimentos de auditoria. Papéis de trabalho. Tipos de papéis de trabalho, natureza dos papéis de trabalho, técnicas de elaboração, codificação e arquivamento, controle físico dos papéis de trabalho, modelos de papéis de trabalho, revisão dos papéis de trabalho. Estudo e avaliação dos sistemas de controle interno. Princípios Fundamentais dos controles contábeis, custo x benefícios, desfalques temporários e permanentes, levantamento do sistema de controle interno, influência do sistema de controle interno nos procedimentos de auditoria, questionários de controle interno. Elaboração de matriz de risco. Tipos de auditoria nas empresas privadas e públicas. Testes de observância e substantivos. Outras técnicas correntes. Relatórios na área pública e privada. Parecer de auditoria: estrutura, redação, modalidades (parecer sem ressalva, parecer com ressalva, parecer adverso e abstenção de opinião) e destinatários. Normas do parecer, divulgação. Emissão de pareceres em situações diferentes do padrão. Relatório – comentário.

**c) Tomadas e prestações de contas**
Aspectos conceituais, ciclo dos processos. Julgamento das contas públicas pelo controle externo.

**d) Legislação**
Legislação profissional vigente sobre a matéria, especialmente as Normas Brasileiras de Auditoria Contábil e possíveis alterações e inclusões até sessenta dias antes da realização do Exame.

## PERÍCIA CONTÁBIL

**a) Conceito**
Definição, classificação, finalidade.

**b) Aspectos Profissionais**
Perfil profissional do perito.

**c) Aspectos Técnico, Doutrinário, Processual e Operacional**
Perícia Judicial e Extrajudicial - Planejamento, execução e procedimentos. Competência técnico-profissional. Honorários Periciais. Quesitos. Indicação de Assistentes. Laudo Pericial. Parecer Pericial Contábil. Termo de Diligência.

**d) Legislação**
Legislação profissional vigente sobre a matéria, especialmente as Normas Brasileiras de Perícia Contábil e possíveis alterações e inclusões até sessenta dias antes da realização do Exame.

**e) Tipos de Perícia Contábil**
Apuração de haveres, dissolução de sociedades, inventários, prestações de contas, contratos financeiros, sistema financeiro de habitação e cálculos trabalhistas.

## PORTUGUÊS

**a) Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Fundamental.**
Lei n.º 9.394, de 20/12/1996.

**b) Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Médio.**
Lei n.º 9.394, de 20/12/1996.

## CONHECIMENTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO PAÍS

**a) Cidadania**
Conceitos fundamentais; direitos e deveres do cidadão; cidadania tutelada e emancipada.

**b) Regime político brasileiro e democracia**
Conceitos, pressupostos, princípios e valores da democracia. Direitos humanos e políticos; composição do Estado brasileiro.

**c) As Classes e os Direitos Sociais**
Relações entre as doutrinas políticas e as instituições. Direitos do consumidor.

**d) Economia Brasileira**
Produto Interno Bruto, política cambial, mercado interno e mercado externo, balanço de pagamentos e balança comercial, déficit público, política fiscal e tributária.

# Técnico em Contabilidade

## CONTABILIDADE GERAL

**a) Escrituração Contábil**
Contas patrimoniais, contas de resultado, partidas simples e partidas dobradas. Variações patrimoniais. Livros contábeis. Livros fiscais, sociais, trabalhistas. Formalidades da escrituração contábil. Contas de receitas, despesas e custos. Contas de compensação. Equação patrimonial básica. Regime de caixa e de competência. Lançamentos e suas retificações.

**b) Registros contábeis na constituição de entidades**
Tipos de entidades. Constituição, subscrição e integralização do capital nos diversos tipos de sociedades. Realização de capital com bens e direitos.

**c) Registros das operações típicas de uma empresa**
Compras e vendas. Apuração de resultado com mercadorias. Inventário periódico e permanente. Movimentação de estoques. Custo com pessoal, serviços de terceiros, prêmios de seguros, tributos, amortizações, depreciações e exaustões. Operações financeiras ativas e passivas. Lançamentos de encerramento e de destinação do resultado. Transações envolvendo ativos imobilizados.

**d) Medidas preliminares à elaboração de balanços**
Balancete de verificação. Conciliações e retificações de saldos de contas. Depreciações, amortizações e apropriações. Separação custo e despesa. Reclassificação de contas entre longo prazo e circulante. Provisões e diferimentos. Inventário de mercadorias e de materiais. Créditos de liquidação duvidosa.

**e) Avaliação dos ativos e passivos**
Avaliação e escrituração pelo custo de aquisição. Critérios de avaliação do ativo e passivo. Valores de entrada e de saída. Cálculo e controle das despesas antecipadas. Reconhecimento de Ativo Diferido. Reavaliações. Avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial e método de custo. Definição de investimento relevante. Empresas coligadas e controladas. Controle Direto e Indireto em empresas controladas. Empresas equiparadas às coligadas. Avaliação de coligadas. Ágio, deságio. Contabilização de dividendos. Características do Passivo Exigível. Passivos onerosos e não-onerosos.

**f) Elaboração das Demonstrações Contábeis**
Balanço Patrimonial - formas de apresentação, grupo de contas, critérios de agrupamento, ordem dos grupos de contas. Apuração do resultado e Demonstração do Resultado do Exercício - formas de apresentação, participações estatutárias, distribuições do lucro. Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados - estrutura, componentes, compensação de prejuízos. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - estruturas e componentes, diferenças com DLPA. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - origens de recursos, aplicações de recursos, resultado líquido ajustado, outros ajustes, formas de apresentação. Demonstração dos Fluxos de Caixa - transações que afetam e não afetam o caixa, técnicas de elaboração, estrutura e tipo da DFC. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - evidenciações, tipos de notas, composição. Consolidação das Demonstrações Contábeis - objetivos, obrigatoriedade, técnicas de consolidação, lucros não-realizados nos estoques e ativo permanente, impostos na consolidação. Demonstração do Valor Adicionado - conceito de valor adicionado, componentes da demonstração, criação e distribuição de valores, forma de apresentação e obrigatoriedade.

## CONTABILIDADE DE CUSTOS

**a) Elementos conceituais**
Inter-relacionamento da Contabilidade de Custos com a Contabilidade Financeira e com a Contabilidade Gerencial. Objetivo, importância e finalidade da Contabilidade de Custos. Conceito de custos, despesas, investimento e gastos. Princípios e conceitos contábeis aplicados à Contabilidade de Custos.

**b) Classificação e nomenclatura dos custos**
Custos fixos e custos variáveis, custos diretos e indiretos. Objeto de custeio. Custos industriais e de não industriais. Demonstração de resultados da indústria, nos serviços e comércio. Outras classificações dos custos.
**c) Controle e registro contábil de custos.**
Separação entre custos e despesas. Apropriação dos custos diretos e indiretos. Apuração do Custo dos Produtos, Mercadorias ou Serviços Vendidos. Custos com mão-de-obra direta e indireta. Alocação dos custos com mão-de-obra. Custos com Materiais Diretos e Indiretos.. Tratamento das perdas de materiais. Alocação dos custos com matéria-prima, material secundário e material de embalagem. Métodos de controle de estoques de materiais. Custos indiretos de fabricação e seus critérios de rateio. Departamentalização. Centros de Custos.

**d) Métodos de custeio**
Custeio por Absorção, Custeio Direto ou Variável.

**e) Sistemas de Acumulação de Custos**
Acumulação de custos por ordem de produção ou encomendas. Tratamento contábil, encomendas de longo prazo de execução. Acumulação de custos por processo. Equivalentes de produção, variações nas quantidades de produção. Custo dos Produtos Acabados. Custos dos produtos em elaboração. Equivalente de produção.

## NOÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

**a) Das Pessoas**
Naturais, Jurídicas e Domicilio.

**b) Classes de Bens**
Bens considerados em si mesmos. Bens reciprocamente considerados. Bens públicos.

**c) Dos Fatos Jurídicos**
Negócio Jurídico. Atos Jurídicos Lícitos. Atos Ilícitos. Prescrição e da Decadência. Prova.

**d) Direito das obrigações**
Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Contratos em geral. Espécies de contrato. Atos unilaterais. Títulos de crédito. Responsabilidade civil. Preferências e privilégios creditórios.

**e) Direito de Empresa**
Empresário. Sociedade. Sociedade não-personificada. sociedade em comum. Sociedade em conta de participação. Sociedade personificada. Sociedade simples. Sociedade em nome coletiva. Sociedade em comandita simples. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades coligadas. Liquidação da sociedade. Transformação da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades. Sociedade dependente de autorização. Estabelecimento. Institutos complementares. Registro. Nome empresarial. Prepostos. Escrituração.

**f) Direito das Coisas**
Posse. Direitos Reais. Propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do Promitente Comprador. Penhor da Hipoteca e da Anticrese.

**g) Princípios Fundamentais**
Direitos e Garantias Fundamentais. Organização do Estado.

**h) Organização dos Poderes do Estado**
Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça.

**i) Tributação e Orçamento**
Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas. Princípios constitucionais do poder de tributar, extinção, prescrição, decadência. Competência tributária. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria e Contribuição Social. Distribuições de Receitas Tributárias. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Administração Tributária.

**j) Ordem Econômica e Financeira**
Ordem Social.

**k) Disposições Constitucionais Gerais**
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

**l) Emendas Constitucionais**
Relativas, Emendas Constitucionais de Revisão e Adendo Especial que interferem diretamente nos conteúdos descritos acima.

**m) Contratos de trabalho em relação aos empregos**
Distinção e características. Conceito, natureza jurídica. Tipos de contrato e suas características. Extinção.

**n) Direitos Trabalhistas**
Legislação. Constituição Federal. Prescrição. Decadência.
**o) Empregado e Empregador**
Definição e características, direitos e obrigações.

**p) Previdência Social**
Conceito. Objeto. Beneficiários. Benefícios. Custeio. Acidente do Trabalho. Seguro Desemprego.

## MATEMÁTICA

**a) Equações**
Equação de primeiro e segundo grau. Regra de três simples e composta.

**b) Montante**
Cálculo do montante do capital, da taxa e do tempo.

**c) Juros Simples**
Cálculo dos juros. Taxa de juro e prazo de aplicação.

**e) Juros compostos**
Cálculo do montante a juro composto; determinação do fator de capitalização; cálculo do capital, da taxa e do tempo; taxas proporcionais; taxas equivalentes; taxa nominal; taxa efetiva; taxa real e taxa aparente; montante por períodos não inteiros.

**f) Desconto Simples**
Títulos de crédito; desconto comercial; valor atual comercial; taxa de juros efetiva. Equivalência de capitais; desconto racional; desconto racional em função do valor nominal.

**g) Desconto composto**
Cálculo do valor atual; equivalência de capitais.

## LEGISLACÃO E ÉTICA PROFISSIONAL

**a) Ética geral e a Ética Profissional**
Conceito e sua inserção na Filosofia. Campos de Ética e da Moral. Fontes das regras éticas. Sociedade e Ética. Papel da Contabilidade na Sociedade. Ética Profissional.

**b) Legislação sobre a Ética Profissional**
Código de Ética Profissional do Contabilista: ordenamentos e punições. Estatuto dos Conselhos de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais. Possíveis alterações ocorridas ou inclusões até sessenta dias antes da realização do Exame.

**c) Legislação profissional**
Regulamentação profissional do Contabilista: Decreto-Lei nº 9.295/46. Prerrogativas profissionais, especialmente a Resolução CFC nº 560/83. Órgãos de Classe na profissão contábil. Formação profissional, Exame de Suficiência e educação continuada. Infrações técnicas. Possíveis alterações ocorridas ou inclusões até sessenta dias antes da realização do Exame.

## PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

**Princípios Fundamentais de Contabilidade**

**Apêndice aos Princípios Fundamentais da Contabilidade**

**Normas Brasileiras de Contabilidade**

**Resoluções pertinentes do CFC**
Estrutura – Sistema de Normas Brasileiras de Contabilidade. Normas Técnicas, as Profissionais e suas respectivas Interpretações Técnicas. Possíveis alterações ocorridas ou inclusões até sessenta dias antes da realização da prova.

## PORTUGUÊS

**a) Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Fundamental.**
Lei n.º 9.394, de 20/12/1996.

**b) Conhecimentos de Língua Portuguesa abordados no Ensino Médio.**
Lei n.º 9.394, de 20/12/1996.

# Questões por Área de Conhecimento

# Contabilidade Geral

# CONTABILIDADE GERAL - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 2º/2000) Uma empresa que iniciou suas atividades em 1º.12.1999, apresentou até 31.12.1999, data do primeiro balanço, a seguinte movimentação em relação a uma determinada mercadoria:

| Data | Naturezada Operação | Valor Total |
|---|---|---|
| 8.12.1999 | Compra de 30 unidades | R$ 2.400,00 (*) |
| 16.12.1999 | Venda de 05 unidades | R$ 500,00 |
| 23.12.1999 | Compra de 40 unidades | R$ 3.600,00 (*) |
| 31.12.1999 | Venda de 20 unidades | R$ 2.200,00 |

(*) Valor líquido de ICMs

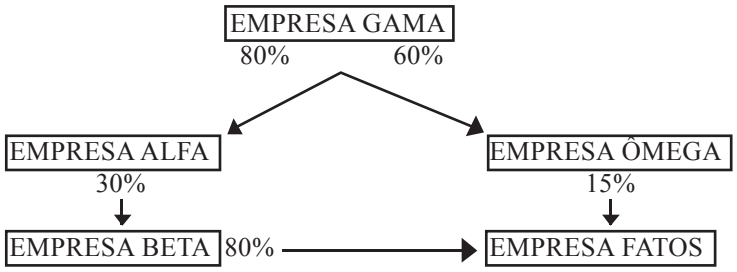
O valor do estoque final, avaliado pelo método PEPS, atingiu o montante de:

a) R$ 3.300,00.
b) R$ 4.050,00.
c) R$ 4.000,00.
d) R$ 3.600,00.

SOLUÇÃO:

| Data | Ocorrência | Quantidade | Unitário | Total | Quantidade | Total | Unitário |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 8.12.99 | Entrada | 30 | R$ 80,00 | R$ 2.400,00 | 30 | R$ 2.400,00 | R$ 80,00 |
| 16.12.99 | Saída | 5 | R$ 100,00 | R$ 500,00 | (25) | R$ 2.000,00 | R$ 80,00 |
| 23.12.99 | Entrada | 40 | R$ 90,00 | R$ 3.000,00 | 2540 | R$ 2.000,00 | R$ 80,00 |
| | | | | | | R$ 3.600,00 | R$ 90,00 |
| 31.12.99 | Saída | 20 | R$ 110,00 | R$ 2.200,00 | 540 | R$ 400,00 | R$ 80,00 |
| | | | | | | R$ 3.600,00 | R$ 90,00 |
| Total do estoque em 31.12.1999 | | | | | 45 | R$ 4.000,00 | |

**PARA RESPONDER ÀS DUAS QUESTÕES A SEGUIR, FAÇA UMA ANÁLISE DA SEGUINTE ESTRUTURA**



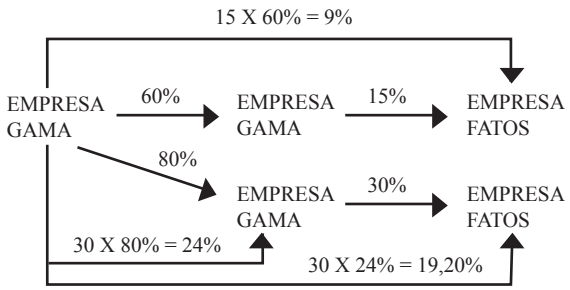

2. (CONTADOR – 2º/2000) Marque a alternativa **CORRETA**:

a) A empresa Fatos é controlada pela empresa Gama, que também controla a empresa Ômega.
b) A empresa Gama controla somente as empresas Alfa e Ômega, não detendo, nem indiretamente, qualquer outra controlada.
c) A empresa Fatos é coligada da empresa Ômega, mas é controlada pela empresa Gama, por intermédio das participações das empresas Alfa e Beta.
d) A empresa Gama tem controle indireto sobre a empresa Beta, detendo controle direto sobre a empresa Fatos.

3. (CONTADOR – 2º/2000) Marque a alternativa **INCORRETA**:

a) A empresa Gama deverá usar o método da equivalência patrimonial somente na avaliação dos seus investimentos nas empresas Alfa e Ômega.
b) A empresa Ômega deverá usar o método da equivalência patrimonial na avaliação dos seus investimentos na empresa Fatos.
c) A participação total da empresa Gama na empresa Fatos é de 28,2%.
d) A participação total da empresa Gama na empresa Beta é de 24%.

SOLUÇÃO:




Controle total direto da Empresa Gama sobre a Empresa Fatos = 19,20% + 9% = 28,20% → não há controle

4. (CONTADOR – 1º/2001) Uma determinada empresa contratou para o período de doze meses, com vigência de 1º.8.2000 a 31.7.2001, por R$ 3.600,00, seguro para todos os funcionários da empresa, sendo pago 50% à vista e o restante para 60 dias. O registro **CORRETO** referente a este fato contábil é:

| | |
|---|---|
| a) Despesa de Seguros | R$ 3.600,00 |
| a Caixa | R$ 1.800,00 |
| a Seguros a Pagar | R$ 1.800,00 |
| b) Despesa de Seguros | R$ 1.800,00 |
| Prêmios de Seguros a Apropriar | R$ 1.800,00 |
| a Caixa | R$ 1.800,00 |
| a Seguros a Pagar | R$ 1.800,00 |
| c) Despesas de Seguros Antecipadas | R$ 3.600,00 |
| a Caixa | R$ 1.800,00 |
| a Seguros a Pagar | R$ 1.800,00 |
| d) Seguros Contratados | R$ 1.800,00 |
| a Seguros a Pagar | R$ 1.800,00 |
| a Caixa | R$ 1.800,00 |
| Seguros a Vencer | R$ 1.800,00 |

SOLUÇÃO:
Por tratar-se de pagamento de despesas de antecipados, o valor contratado e DEBITADO na conta de Despesa de Seguros Antecipados é de R$ 3.600,00, o pagamento à vista e CREDITADO na conta Caixa é de R$ 1.800,00 e o pagamento a prazo e CREDITADO na conta Seguros a Pagar é de R$ 1.800,00.

5. (CONTADOR – 1º/2001) Uma determinada empresa efetuou no dia 31.3.2001 o pagamento do pró-labore do sócio gerente, no valor líquido de R$ 1.665,00, retendo na fonte o imposto de renda no valor de R$ 135,00. Indique o lançamento **CORRETO**, correspondente a esta operação:

| | |
|---|---|
| a) Despesas de Pró-labore | R$ 1.665,00 |
| Despesas c/ Imposto de Renda na Fonte | R$ 135,00 |
| a Caixa | R$ 1.800,00 |
| b) Despesa de Pró-labore | R$ 1.800,00 |
| a Pró-labore a Pagar | R$ 1.665,00 |
| a IRRF a Recolher | R$ 135,00 |
| c) Despesa de Pró-labore | R$ 1.665,00 |
| Imposto de Renda na Fonte a Recuperar | R$ 135,00 |
| a Caixa | R$ 1.800,00 |
| d) Despesas de Pró-labore | R$ 1.800,00 |
| a Caixa | R$ 1.665,00 |
| a IRRF a Recolher | R$ 135,00 |

SOLUÇÃO:
O pagamento de pró-labore, no próprio mês, é DEBITADO na conta de Despesa de Pró-labore no valor bruto de R$ 1.800,00, a retenção do imposto de renda na fonte é CREDITADA na conta de IRRF a Recolher no valor de R$ 135,00 e CREDITADO na conta Caixa o valor líquido de R$ 1.665,00.

6. (CONTADOR – 1º/2001) Uma determindada empresa realizou, em julho de 2000, benfeitorias em terreno alugado de terceiros nesta mesma data, no montante de R$ 52.800,00. Sendo o contrato de locação de 4 anos e que o valor deverá ser totalmente amortizado no período locado, o valor da amortização a ser lançada em cada período-base anual é de, respectivamente:

a) R$ 6.600,00; R$ 15.400,00; R$ 15.400,00 e R$ 15.400,00.
b) R$ 13.200,00; R$ 13.200,00; R$ 13.200,00 e R$ 13.200,00.
c) R$ 6.600,00; R$ 13.200,00; R$ 13.200,00; R$ 13.200,00 e R$ 6.600,00.
d) R$ 10.560,00; R$ 10.560,00; R$ 10.560,00; R$ 10.560,00 e R$ 10.560,00.

SOLUÇÃO:
Valor total a ser amortizado = R$ 52.800,00
Período para amortização = 4 anos
Amortização mensal = R$ 52.800,00 / (4 x 12)
Amortização mensal = R$ 1.100,00
2000 ( 6 meses) = 6 x R$ 1.100,00 = R$ 6.600,00 (julho de 2000)
2001 (12 meses) = 12 x R$ 1.100,00 = R$ 13.200,00
2002 (12 meses) = 12 x R$ 1.100,00 = R$ 13.200,00
2003 (12 meses) = 12 x R$ 1.100,00 = R$ 13.200,00
2004 ( 6 meses) = 6 x R$ 1.100,00 = R$ 6.600,00 (junho de 2004)

7. (TÉCNICO – 1º/2001) Considere os dados abaixo:

| | |
|---|---|
| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31.12.2000 | |
| ATIVO | |
| ATIVO CIRCULANTE | |
| Disponibilidades | R$ 5.600,00 |
| Créditos | R$ 28.150,00 |
| Estoques | R$ 7.000,00 |
| TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE | R$ 40.750,00 |
| ATIVO PERMANENTE | |
| IMOBILIZADO | |
| Imóveis | R$ 18.000,00 |
| Móveis e Utensílios | R$ 6.000,00 |
| (-) Depreciações Acumuladas | (R$ 1.800,00) |
| TOTAL DO ATIVO PERMANENTE | R$ 22.200,00 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **R$ 62.950,00** |

| | |
|---|---|
| PASSIVO | |
| PASSIVO CIRCULANTE | |
| Fornecedores | R$ 18.950,00 |
| Impostos a Pagar | R$ 1.500,00 |
| TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE | R$ 20.450,00 |
| PATRIMONIO LÍQUIDO | |
| Capital Social | R$ 38.200,00 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | R$ 4.300,00 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | R$ 42.500,00 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | **R$ 62.950,00** |

Com base no balanço acima, indique o que ocorrerá se for vendido 50% do estoque a prazo por R$ 5.000,00.

a) Redução do resultado bruto em R$ 5.000,00.
b) Redução do resultado bruto em R$ 3.500,00.
c) Aumento do resultado bruto em R$ 1.500,00.
d) Aumento do resultado bruto em R$ 5.000,00.

SOLUÇÃO:
Ativo = entrada de R$ 5.000,00 em Duplicatas a Receber e saída de R$ 3.500,00 no Estoque. Apura-se um aumento no Resultado Bruto de R$ 1.500,00.

8. (CONTADOR – 2º/2001) Considere os dados abaixo dos balanços encerrados em 31.12.2000 e 31.12.1999 em R$.

| **ATIVO** | **2000** | **1999** | **PASSIVO** | **2000** | **1999** |
|---|---|---|---|---|---|
| Ativo Circulante | R$ 82.500,00 | R$ 68.750,00 | Passivo Circulante | R$ 43.500,00 | R$ 52.250,00 |
| Caixa | R$ 10.000,00 | R$ 5.000,00 | Fornecedores | R$ 17.000,00 | R$ 29.000,00 |
| Clientes | R$ 22.500,00 | R$ 31.250,00 | Impostos a Recolher | R$ 26.500,00 | R$ 23.250,00 |
| Estoques de Mercadorias | R$ 50.000,00 | R$ 32.500,00 | | | |
| Realizável a Longo Prazo | R$ 5.000,00 | R$ 15.750,00 | Exigível a Longo Prazo | R$ 3.000,00 | R$ 3.750,00 |
| Permanente | R$ 42.500,00 | R$ 23.000,00 | Patrimônio Líquido | R$ 83.500,00 | R$ 51.500,00 |
| Imobilizado | R$ 42.500,00 | R$ 23.000,00 | Capital Social | R$ 60.000,00 | R$ 35.000,00 |
| Marcas e Patentes | R$ 22.500,00 | R$ 10.500,00 | Reserva Capital | R$ 18.500,00 | R$ 14.000,00 |
| Terrenos | R$ 20.000,00 | R$ 12.500,00 | Lucros Acumulados | R$ 5.000,00 | R$ 2.500,00 |
| **TOTAL DO ATIVO** | R$ 130.000,00 | R$ 107.500,00 | **TOTAL PASSIVO** | R$ 130.000,00 | R$ 107.500,00 |

Na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), é **CORRETO** afirmar que:

a) Aumento do Capital Circulante Líquido de R$ 12.500,00.
b) Aplicações de recursos no valor R$ 19.500,00.
c) Origens de recursos no valor de R$ 32.000,00.
d) Origens de recursos no valor de R$ 42.750,00.

SOLUÇÃO:

| | |
|---|---|
| ORIGENS DE RECURSOS | |
| Resultado de Exercício | R$ 7.000,00 |
| Aumento de Capital | R$ 25.000,00 |
| Redução do Realizável a Longo Prazo | R$ 10.750,00 |
| TOTAL DAS ORIGENS | R$ 42.750,00 |
| APLICAÇÕES DE RECURSOS | |
| Imobilizações | R$ 19.500,00 |
| Redução do Exigível a Longo Prazo | R$ 750,00 |
| TOTAL DAS APLICAÇÕES | R$ 20.250,00 |
| CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO | R$ 22.500,00 |

| | 2000 | 1999 | Variação |
|---|---|---|---|
| Ativo Circulante | R$ 82.500,00 | R$ 68.750,00 | R$ 13.750,00 (+) |
| Passivo Circulante | R$ 43.500,00 | R$ 52.250,00 | (R$ 8.750,00) (-) |
| C C L | R$ 39.000,00 | R$ 16.500,00 | R$ 22.500,00 |

9. (CONTADOR – 2º/2001) As alternativas abaixo representam origens e aplicações e por isso fazem parte da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Indique a alternativa que afeta o Capital Circulante Líquido:

a) Aquisição de bens do Ativo Permanente (Investimentos ou Imobilizado) pagáveis a longo prazo.
b) Vendas de bens do Ativo Permanente recebível a longo prazo.
c) Ágio na emissão de ações pelo valor efetivamente integralizado no período.
d) Integralização de Capital em bens do Ativo Permanente no período.

SOLUÇÃO:
O ágio na emissão de ações representa ingresso de recursos aumentando o Capital Circulante Líquido.

10. (TÉCNICO – 2º/2001) Uma empresa vendeu um gerador de seu imobilizado por R$ 4.500,00, à vista, que custou R$ 5.000,00. Indique a afirmativa **CORRETA**, considerando que o equipamento vendido já estava depreciado contabilmente em R$ 1.000,00 (vida útil estimada de 10 anos):

a) Apurou-se uma perda de R$ 500,00.
b) A depreciação total foi de R$ 500,00.
c) Apurou-se um lucro de R$ 500,00.
d) Houve uma entrada no caixa de R$ 4.000,00.

SOLUÇÃO:

| | |
|---|---|
| Custo de aquisição | R$ 5.000,00 |
| (-) Depreciação | (R$ 1.000,00) |
| (=) Custo da imobilização vendida | R$ 4.000,00 |
| Valor de venda | R$ 4.500,00 |
| Lucro na venda | R$ 500,00 |

Considerando que não houve mais nenhuma alteração no patrimônio, esse será acrescido de R$ 500,00 referente ao lucro na venda do gerador.

11. (TÉCNICO – 2º/2001) Dois sócios resolveram constituir uma empresa, com capital inicial de R$ 75.000,00. Um deles integralizou a sua parte de 50% com um veículo de sua propriedade, avaliado em R$ 25.000,00 e o restante em dinheiro. O outro integralizou sua parte, no mesmo dia, totalmente em dinheiro.
Indique o lançamento contábil **CORRETO**:

| | |
|---|---|
| a) Caixa | R$ 75.000,00 |
| a Capital Social | R$ 75.000,00 |
| b) Caixa | R$ 50.000,00 |
| a Capital Social | R$ 50.000,00 |
| c) Caixa | R$ 50.000,00 |
| Veículos | R$ 25.000,00 |
| a Capital Social | R$ 75.000,00 |
| d) Caixa | R$ 75.000,00 |
| a Capital Social | R$ 50.000,00 |
| a Veículos | R$ 25.000,00 |

SOLUÇÃO:
Trata-se do registro do capital inicial da empresa, sendo R$ 25.000,00 em veículo e R$ 50.000,00 em dinheiro.

| | |
|---|---|
| D - Caixa | R$ 50.000,00 |
| D - Veículos | R$ 25.000,00 |
| C - Capital Social | R$ 75.000,00 |

12. (TÉCNICO – 2º/2001) Quando do pagamento de uma duplicata, verificou-se que o valor lançado na escrituração contábil estava a menor. Para acerto deverá ser providenciado um lançamento de:

a) Complementação.
b) Suplementação.
c) Transferência.
d) Exclusão.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 596/85 NBC T 2 – Item 2.4.5 – Lançamento de complementação é aquele que vem, posteriormente, complementar, aumentando ou reduzindo o valor anteriormente registrado. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

13. (CONTADOR – 1º/2002) Uma empresa obteve um empréstimo no valor de R$ 25.000,00, para capital de giro, com vencimento dentro do próprio mês. Pagou no ato R$ 1.500,00 a título de encargos financeiros. Este fato implica em:

a) Aumento do Ativo e Patrimônio Líquido no valor de R$ 25.000,00 e diminuição do Passivo no valor de R$ 1.500,00.
b) Aumento do Ativo no valor de R$ 25.000,00 e redução do Passivo em R$ 1.500,00 e aumento do Patrimônio Líquido em R$ 23.500,00.
c) Aumento do Patrimônio Líquido e Ativo em R$ 23.500,00 e aumento do Passivo em R$ 25.000,00.
d) Aumento de Passivo em R$ 25.000,00, aumento do Ativo em R$ 23.500,00 e redução do Patrimônio Líquido em R$ 1.500,00.

SOLUÇÃO:
Lançamento

| | | |
|---|---|---|
| D – (ATIVO) | Bancos conta Movimento | R$ 23.500,00 |
| C – (RESULTADO) | Despesas Financeiras | R$ 1.500,00 |
| C – PASSIVO | Empréstimos Bancários | R$ 25.000,00 |

14. (CONTADOR – 1º/2002) Classifique as contas abaixo apurando o somatório respectivo dos saldos devedores e credores, admitindo-se que os mesmos não são coincidentes:

| Contas | |
|---|---|
| Adiantamento a Fornecedores | R$ 2.250,00 |
| Bancos Conta Movimento | R$ 4.500,00 |
| Reserva de Lucros a Realizar | R$ 4.950,00 |
| Juros Pagos Antecipadamente | R$ 450,00 |
| Lucros Acumulados | R$ 3.150,00 |
| Capital Social | R$ 90.000,00 |
| Participações em Coligadas | R$ 22.500,00 |
| Empréstimos a Pagar | R$ 900,00 |
| Provisão para Perdas no Recebimento de Créditos | R$ 2.700,00 |
| Clientes | R$ 81.000,00 |
| Tributos a Recolher | R$ 3.150,00 |
| Duplicatas Descontadas | R$ 8.100,00 |
| Empréstimos Recebidos de Empresas Coligadas | R$ 5.400,00 |
| Receitas de Exercícios Futuros | R$ 21.600,00 |
| Ações em Tesouraria | R$ 32.850,00 |
| Provisão para Ajuste a Valor de Mercado de Clientes | R$ 12.600,00 |
| Estoque de Mercadorias | R$ 10.350,00 |

a) R$ 121.050,00 e R$ 185.400,00.
b) R$ 153.900,00 e R$ 152.550,00.
c) R$ 164.700,00 e R$ 141.750,00.
d) R$ 166.500,00 e R$ 139.950,00.

SOLUÇÃO:

| Contas | Devedora | Credora |
|---|---|---|
| Adiantamento a Fornecedores | R$ 2.250,00 | |
| Bancos conta Movimento | R$ 4.500,00 | |
| Reserva de Lucros a Realizar | | R$ 4.950,00 |
| Juros Pagos Antecipadamente | R$ 450,00 | |
| Lucros Acumulados | | R$ 3.150,00 |
| Capital Social | | R$ 90.000,00 |
| Participações em Sociedades Coligadas | R$ 22.500,00 | |
| Empréstimos a Pagar | | R$ 900,00 |
| Provisão para Perdas no Recebimento de Créditos | | R$ 2.700,00 |
| Clientes | R$ 81.000,00 | |
| Tributos a Recolher | | R$ 3.150,00 |
| Duplicatas Descontadas | | R$ 8.100,00 |
| Empréstimos Recebidos Empresas Coligadas | | R$ 5.400,00 |
| Receitas de Exercícios Futuros | | R$ 21.600,00 |
| Ações em Tesouraria | R$ 2.850,00 | |
| Provisão para Ajuste a Valor de Mercado de Clientes | | R$ 12.600,00 |
| Estoque de Mercadorias | R$ 10.350,00 | |
| TOTAL | R$ 153.900,00 | R$ 152.550,00 |

15. (TÉCNICO – 1º/2002) Considerando as movimentações abaixo, o saldo inicial da conta Caixa, em 10.2.2002, era de:

| | | |
|---|---|---|
| 10.2.2002 | — | compra de mercadorias no valor de R$ 120.000,00 em moeda corrente. |
| 10.2.2002 | — | pagamento de duplicata no valor de R$ 200.000,00, com 10% de desconto, conforme cheque emitido contra o Banco. |
| 10.2.2002 | — | pagamento de folha do pessoal, de janeiro, no valor de R$ 80.000,00 em moeda corrente. |
| 10.2.2002 | — | vendas à vista recebida em moeda corrente no total de R$ 300.000,00. |
| 10.2.2002 | — | vendas a prazo no total de R$ 700.000,00. |
| 10.2.2002 | — | saldo final de R$ 200.000,00. |

a) R$ 20.000,00.
b) R$ 100.000,00.
c) R$ 220.000,00.
d) R$ 280.000,00.

SOLUÇÃO:
Saldo Inicial + (Venda a vista) = (Pagamentos de duplicata + Folha de pagamente) + Saldo Final
Saldo Inicial + R$ 300.000,00 = ( R$ 120.000,00 + R$ 80.000,00) + R$ 200.000,00
Saldo Inicial = (R$ 200.000,00 + R$ 200.000,00) – R$ 300.000,00
Saldo Inicial = R$ 100.000,00

| Conta Caixa | Entradas | Saídas |
|---|---|---|
| Saldo Inicial | R$ 100.000,00 | R$ 0,00 |
| Venda a Vista | R$ 300.000,00 | R$ 0,00 |
| Compra Mercadorias | R$ 0,00 | R$ 120.000,00 |
| Folha de Pagamento | R$ 0,00 | R$ 80.000,00 |
| Saldo Final | R$ 0,00 | R$ 200.000,00 |

16. (CONTADOR – 2º/2002) A contabilidade de uma empresa acusava, no dia 31.12.2001, os seguintes saldos:

| | |
|---|---|
| Duplicatas a Pagar | R$ 66.175,00 |
| Estoque de Mercadorias | R$ 60.675,00 |
| Receita com Vendas | R$ 53.000,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 40.000,00 |
| Capital Social | R$ 30.500,00 |
| Custo das Mercadorias Vendidas | R$ 22.000,00 |
| Despesas com ICMs | R$ 8.500,00 |
| Despesas de Juros | R$ 6.000,00 |
| Despesas com Salários | R$ 5.000,00 |
| Imóveis | R$ 5.000,00 |
| Prejuízos Acumulados | R$ 5.000,00 |
| Receitas de Descontos | R$ 3.825,00 |
| Devolução de Vendas | R$ 3.000,00 |
| ICMs a Recolher | R$ 2.500,00 |
| Salários a Pagar | R$ 2.000,00 |
| Despesas com COFINS | R$ 1.500,00 |
| Despesas de Descontos | R$ 1.000,00 |
| Despesas com PIS | R$ 325,00 |

Tendo em vista os saldos acima, podemos afirmar que a Receita Líquida Operacional foi de:

a) R$ 31.000,00.
b) R$ 39.675,00.
c) R$ 48.175,00.
d) R$ 50.000,00.

SOLUÇÃO:

| | | |
|---|---|---|
| Receita Operacional Bruta | | R$ 53.000,00 |
| ( - ) Deduções | | |
| Despesas com ICMs | R$ 8.500,00 | |
| PIS- Faturamento | R$ 325,00 | |
| COFINS – Faturamento | R$ 1.500,00 | |
| Devolução de Vendas | R$ 3.000,00 | (R$ 13.325,00) |
| Receita Operacional Líquida | | R$ 39.675,00 |

17. (TÉCNICO – 2º/2002) Em 29.11.2001, uma empresa comercial obteve um empréstimo para capital de giro no valor de R$ 20.000,00, com vencimento para liquidação em 28.1.2002 no valor total de R$ 23.000,00. Considerando que os juros referem-se ao período de 30.11.2001 a 28.1.2002, o valor dos encargos financeiros a ser apropriado no ano 2001 é de:

a) R$ 1.400,00.
b) R$ 1.550,00.
c) R$ 1.600,00.
d) R$ 3.000,00.

SOLUÇÃO:
Encargos:

| | | |
|---|---|---|
| Novembro 2001 | 1 dia | R$ 50,00 |
| Dezembro 2001 | 31 dias | R$ 1.550,00 |
| Janeiro 2002 | 28 dias | R$ 1.400,00 |
| (=) Soma | 60 dias | R$ 3.000,00 |
| Despesas 2001 | | R$ 1.600,00 |
| Despesas 2002 | | R$ 1.400,00 |

18. (TÉCNICO – 2º/2002) De acordo com os dados abaixo e sabendo-se que o Estoque Final de Mercadorias totaliza R$ 100.000,00 em 31.12.2001, pode-se afirmar que o Custo das Mercadorias Vendidas é:

| | |
|---|---|
| Venda de Mercadorias | R$ 280.000,00 |
| Compras de Mercadorias | R$ 187.500,00 |
| Depreciações Acumuladas | R$ 12.500,00 |
| Fornecedores | R$ 105.000,00 |
| Despesas Gerais | R$ 82.500,00 |
| Estoque Inicial de Mercadorias | R$ 55.000,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 30.000,00 |
| Juros Passivos | R$ 26.000,00 |
| Caixa | R$ 25.000,00 |
| Capital Social | R$ 25.000,00 |
| Móveis e Utensílios | R$ 20.000,00 |
| Juros Ativos | R$ 15.000,00 |

a) R$ 44.000,00.
b) R$ 137.500,00.
c) R$ 142.500,00.
d) R$ 242.500,00.

SOLUÇÃO:
CMV = EI + Compras – EF
CMV = R$ 55.000,00 + R$ 187.500,00 – R$ 100.000,00
CMV = R$ 142.500,00
Apuração do Resultado Líquido do Exercício

| | | |
|---|---|---|
| Receita Opercional Bruta | | R$ 280.000,00 |
| (-) CMV | | (R$ 142.500,00) |
| = Resultado Operacional Bruto | | R$ 137.500,00 |
| (+) Juros Ativos | R$ 15.000,00 | |
| (-) Despesas Gerais | (R$ 82.500,00) | |
| (-) Juros Passivos | (R$ 26.000,00) | (R$ 93.500,00) |
| = Resultado Operacional Líquido | | R$ 44.000,00 |

19. (TÉCNICO – 2º/2002) A empresa recebeu a importância líquida no valor de R$ 23.800,00 referente a quitação de um título, tendo concedido ao cliente um desconto de 15%, gerando o seguinte lançamento:

| | |
|---|---|
| a) Caixa | |
| a Descontos Concedidos | R$ 23.800,00 |
| b) Caixa | |
| a Títulos a Receber | R$ 28.000,00 |
| c) Caixa | R$ 28.000,00 |
| a Descontos Concedidos | R$ 4.200,00 |
| a Títulos a Receber | R$ 23.800,00 |
| d) Caixa | R$ 23.800,00 |
| Descontos Concedidos | R$ 4.200,00 |
| a Títulos a Receber | R$ 28.000,00 |

SOLUÇÃO:
Cálculo do valor bruto:
R$ 23.800,00 = 85% ↔ 100% = R$ 23.800,00 / 0,85 = R$ 28.000,00
Descontos Concedidos R$ 28.000,00 – R$ 23.800,00 = R$ 4.200,00
Títulos a receber R$ 23.800,00 + R$ 4.200,00 = R$ 28.000,00

20. (TÉCNICO – 2º/2002) Uma empresa, em 31.12.2001, apresentou os seguintes saldos:

| | |
|---|---|
| Banco Conta Movimento | R$ 6.000,00 |
| Caixa | R$ 1.000,00 |
| Capital Social | R$ 10.000,00 |
| Custo das Mercadorias Vendidas | R$ 34.000,00 |
| Depreciação Acumulada | R$ 750,00 |
| Despesas Gerais | R$ 11.000,00 |
| Duplicatas a Pagar | R$ 2.500,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 4.000,00 |
| Equipamentos | R$ 3.000,00 |
| Lucros Acumulados | R$ 1.500,00 |
| Estoque de Mercadorias | R$ 2.000,00 |
| Receitas de Vendas | R$ 45.500,00 |
| Salários a Pagar | R$ 750,00 |

Após o encerramento do exercício, o total do Patrimônio Líquido e do Passivo Circulante é:

a) R$ 10.000,00 e R$ 13.000,00.
b) R$ 11.500,00 e R$ 2.500,00.
c) R$ 12.000,00 e R$ 3.250,00.
d) R$ 14.500,00 e R$ 12.000,00.

SOLUÇÃO:
Apuração do Resultado:

| | |
|---|---|
| Receita Operacional Bruta | R$ 45.500,00 |
| Custo das Mercadorias Vendidas | R$ 34.000,00 |
| Resultado Operacional Bruto | R$ 11.500,00 |
| Despesas Gerais | R$ 11.000,00 |
| Resultado Operacional Líquido | R$ 500,00 |

Apuração do Patrimônio Líquido:

| | |
|---|---|
| Capital | R$ 10.000,00 |
| Lucros Acumulados | R$ 1.500,00 |
| Lucro do Período | R$ 500,00 |
| Total do Patrimônio Líquido | R$ 12.000,00 |

Passivo Circulante

| | |
|---|---|
| Duplicatas a Pagar | R$ 2.500,00 |
| Salários a Pagar | R$ 750,00 |
| Total do Passivo Circulante | R$ 3.250,00 |

21. (TÉCNICO – 2º/2002) Uma determinada empresa, em 26.12.2001, pagou, antecipadamente, um bilhete de viagem para seu funcionário, a ser realizada a serviço, em 2.1.2002. Considerando que a empresa encerrou seu exercício social em 31.12.2001, o registro contábil da aquisição do bilhete, no referido exercício:

a) Elevou o Passivo.
b) Reduziu o Patrimônio Líquido.
c) Não alterou o Patrimônio Líquido.
d) Elevou o Patrimônio Líquido.

SOLUÇÃO:
O pagamento da passagem não afetou o Patrimônio Líquido porque a despesa paga antecipadamente é contabilizada no ativo, pois ela pertence ao exercício seguinte.
D – Despesa Paga Antecipadamente
C – Caixa/Banco Conta Movimento

22. (TÉCNICO – 2º/2002) Com base no saldo das contas abaixo, o valor do Ativo Circulante é:

| | |
|---|---|
| Caixa | R$ 5.050,00 |
| Banco Conta Movimento | R$ 5.100,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 21.000,00 |
| Duplicatas Descontadas | R$ 5.600,00 |
| Provisão para Devedores Duvidosos | R$ 1.950,00 |
| Adiantamento para Despesas de Viagens | R$ 1.300,00 |
| Impostos a Recuperar | R$ 1.700,00 |
| Estoque de Mercadorias para Revenda | R$ 15.000,00 |
| Prêmios de Seguros a Vencer | R$ 1.120,00 |
| Despesas Financeiras Pagas Antecipadamente | R$ 1.280,00 |
| Aplicações Financeiras de Curto-Prazo | R$ 16.500,00 |
| Participações em Sociedades Controladas | R$ 9.000,00 |
| Terrenos | R$ 10.000,00 |
| Edifícios | R$ 18.800,00 |
| Móveis e Utensílios | R$ 10.400,00 |
| Depreciação Acumulada de Edifícios | R$ 10.500,00 |
| Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios | R$ 5.500,00 |
| Despesas Pré-Operacionais | R$ 1.320,00 |
| Amortizações Acumuladas de Despesas Pré-Operacionais | R$ 1.020,00 |

a) R$ 142.140,00.
b) R$ 93.000,00.
c) R$ 75.600,00.
d) R$ 60.500,00.

SOLUÇÃO:

| Ativo Circulante | |
|---|---|
| Caixa | R$ 5.050,00 |
| Banco Conta Movimento | R$ 5.100,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 21.000,00 |
| (-) Duplicatas Descontadas | (R$ 5.600,00) |
| (-) Provisão para Devedores Duvidosos | (R$ 1.950,00) |
| Adiantamento para Viagens | R$ 1.300,00 |
| Imposto a Recuperar | R$ 1.700,00 |
| Estoque de Mercadorias para Revenda | R$ 15.000,00 |
| Prêmios de Seguros a vencer | R$ 1.120,00 |
| Despesas Financeiras Pagas Antecipadas | R$ 1.280,00 |
| Aplicações Financeiras de Curto Prazo | R$ 16.500,00 |
| Total do Ativo Circulante | R$ 60.500,00 |

23. (TÉCNICO – 1º/2003) Uma determinada empresa fez assinaturas de jornais pelo período de doze meses, tendo pago no ato em 1º.2.2002 o valor integral de R$ 1.200,00. A conseqüência dessa operação, por ocasião do encerramento do exercício, em 31.12.2002, foi:

a) Saldo da conta Despesa Antecipada de R$ 100,00.
b) Uma exigibilidade de R$ 200,00.
c) Saldo da conta Despesa Antecipada de R$ 1.100,00.
d) Uma despesa de R$ 1.200,00.

SOLUÇÃO:

O saldo da conta Despesa Paga Antecipadamente iniciou com o registro contábil, em 1º.2.2002, no valor de R$ 1.200,00 pelo pagamento a vista da assinatura do jornal para o período de um ano, sendo amortizado a importância de R$ 100,00 em cada mês pelo fornecimento de jornal, considerando-se que no exercício de 2002 foram apropriadas 11 (onze) parcelas das despesas com jornais, ficou restando um saldo de R$ 100,00 em 31.12.2002 que se refere ao mês de janeiro de 2003, que ainda não foi amortizado.

24. (CONTADOR – 1º/2003) O recebimento de uma determinada importância em dinheiro, em 2002, por conta de serviços a serem realizados em 2003, provocou em 2002:

a) Redução do Prejuízo ou Aumento do Lucro.
b) Aumento do Prejuízo ou redução do Lucro.
c) Aumento do Ativo e do Passivo.
d) Redução do Ativo e do Passivo.

SOLUÇÃO:
O recebimento de recursos relativos a serviços a serem realizados em período futuro gera uma obrigação da Entidade, ocasionando o aumento do Passivo e conseqüentemente o aumento Ativo com a entrada de recursos na conta Caixa.

25. (CONTADOR – 1º/2003) Uma determinada empresa comercial encerra seu exercício em 31 de dezembro de cada ano. Em 31.12.2002, as deduções da Receita Operacional Bruta da empresa em questão foram de R$ 4.800,00 e representavam 10% da Receita Operacional Bruta; o Custo das Mercadorias Vendidas foi de 70% da Receita Operacional Líquida; o valor do Estoque de Mercadorias existente era de R$ 6.600,00.
Tendo em vista as informações, podemos afirmar que o Lucro Operacional Bruto, a Receita Operacional Líquida e o Custo das Mercadorias Vendidas foram, respectivamente:

a) R$ 12.960,00; R$ 43.200,00 e R$ 30.240,00.
b) R$ 12.960,00; R$ 48.000,00 e R$ 30.240,00.
c) R$ 17.760,00; R$ 43.200,00 e R$ 48.000,00.
d) R$ 17.760,00; R$ 48.000,00 e R$ 43.200,00.

SOLUÇÃO:
Receita Operacional Bruta = R$ 4.800,00 ÷ 10%
Receita Operacional Bruta = R$ 48.000,00
Receita Operacional Líquida = R$ 48.000,00 – R$ 4.800,00
Receita Operacional Líquida = R$ 43.200,00
CMV = 70% x 43.200,00
CMV = R$ 30.240,00
Lucro Operacional Bruto = Receita Operacional Líquida – CMV
LOB = R$ 43.200,00 – R$ 30.240,00
LOB = R$ 12.960,00

26. (TÉCNICO – 1º/2003) Uma empresa descontou, em 29.12.2002, uma nota promissória com vencimento para 27.1.2003. O documento emitido pelo banco continha as seguintes informações:

| | |
|---|---|
| Valor do Título | R$ 10.000,00 |
| Juros | R$ 300,00 |
| IOF | R$ 15,00 |
| Tarifa de Cobrança | R$ 15,00 |
| Valor Líquido de Desconto | R$ 9.670,00 |

Considerando que a empresa encerrou seu balanço em 31.12.2002, afirmamos que as despesas de juros:

a) Foram integralmente apropriadas em 2002.
b) Serão integralmente apropriadas em 2003.
c) Foram apropriadas em R$ 150,00 em cada ano.
d) Serão de R$ 30,00 em 2002 e R$ 270,00 em 2003.

SOLUÇÃO:
Despesas de Juros /dia
R$ 300,00 / 30 dias = R$ 10,00
Despesa de Juros em 2002 = 3 dias x R$ 10,00
Despesa de Juros em 2002 = R$ 30,00
Despesa de Juros em 2003 = 27 dias x R$ 10,00
Despesa de Juros em 2003 = R$ 270,00

27. (TÉCNICO – 1º/2003) Desconsiderando a incidência de impostos, determine o valor das vendas e do custo de mercadorias vendidas, utilizando-se dos saldos abaixo:

| | |
|---|---|
| Estoque final | R$ 30.000,00 |
| Lucro bruto | R$ 90.000,00 |
| Estoque inicial | R$ 20.000,00 |
| Compras | R$ 60.000,00 |
| Fretes e carretos nas compras | R$ 5.000,00 |

a) R$ 90.000,00 e R$ 105.000,00.
b) R$ 120.000,00 e R$ 115.000,00.
c) R$ 145.000,00 e R$ 55.000,00.
d) R$ 175.000,00 e R$ 50.000,00.

SOLUÇÃO:
Vendas = CMV + Lucro Bruto
Vendas = (EI + Compras + Frete – EF) + Lucro Bruto
Vendas = (R$ 20.000,00 + R$ 60.000,00 + R$ 5.000,00 – R$ 30.000,00) + R$ 90.000,00
Vendas = R$ 145.000,00
CMV = EI + Compras + Frete – EF
CMV = R$ 20.000,00 + R$ 60.000,00 + R$ 5.000,00 – R$ 30.000,00
CMV = R$ 55.000,00

28. (CONTADOR – 2º/2003) Determinada indústria mantém um controle individual de seu imobilizado. Em 31.12.2001, os saldos das contas no Balanço Patrimonial eram os seguintes:

| Itens | Máquinas e Equipamentos | Depreciação Acumulada |
|---|---|---|
| Máquina A | R$ 43.190,00 | R$ 34.370,00 |
| Máquina B | R$ 63.360,00 | R$ 53.160,00 |

As máquinas foram utilizadas em três turnos de 8 horas, em todo o período de 2002. A empresa adota o método das quotas constantes de depreciação, sendo sua vida útil de 10 anos. Considerando-se que o coeficiente adotado é de dois para três turnos de 8 horas, o valor da depreciação no período, de tais máquinas, a ser contabilizado pela empresa, será de:

a) R$ 10.655,00.
b) R$ 18.838,00.
c) R$ 19.020,00.
d) R$ 21.310,00.

SOLUÇÃO:
Máquina A R$ 43.190,00 x 10% x 2 = R$ 8.638,00

Depreciação acumulada R$ 34.370,00
Depreciação do período R$ 8.638,00
Depreciação acumulada final R$ 43.008,00

Máquina B R$ 63.360,00 x 10% x 2 = R$ 25.344,00

Depreciação acumulada R$ 53.160,00
Depreciação do período R$ 25.344,00
Depreciação acumulada final R$ 78.504,00

Entretanto:

Valor limite depreciável do bem R$ 63.360,00
Depreciação máxima do bem = R$ 63.360,00 - R$ 53.160,00
Depreciação máxima do bem = R$ 10.200,00

| Máquinas | Depreciação |
|---|---|
| Maquina A | R$ 8.638,00 |
| Maquina B | R$ 10.200,00 |
| Total | R$ 18.838,00 |

29. (CONTADOR – 2º/2003) Tendo em vista as contas e os saldos abaixo, marque a alternativa representativa dos somatórios dos saldos devedores e credores, respectivamente:

| Contas | Saldos |
|---|---|
| Ações em Tesouraria | R$ 28.000,00 |
| Adiantamentos a Fornecedores | R$ 2.500,00 |
| Adiantamentos de Clientes | R$ 2.200,00 |
| Bancos Conta Movimento | R$ 2.000,00 |
| Capital Social | R$ 30.000,00 |
| Clientes | R$ 35.000,00 |
| Duplicatas Descontadas | R$ 8.000,00 |
| Empréstimos a Pagar | R$ 10.000,00 |
| Juros Pagos Antecipadamente | R$ 800,00 |
| Lucros Acumulados | R$ 4.200,00 |
| Estoque de Mercadorias | R$ 25.000,00 |
| Participações em Sociedades Coligadas | R$ 7.000,00 |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | R$ 1.050,00 |
| Receitas de Exercícios Futuros | R$ 30.000,00 |
| Reservas de Lucros | R$ 1.500,00 |
| Tributos a Recolher | R$ 3.500,00 |

a) R$ 99.500,00 e R$ 91.250,00.
b) R$ 100.300,00 e R$ 90.450,00.
c) R$ 102.500,00 e R$ 88.250,00.
d) R$ 103.800,00 e R$ 86.950,00.

SOLUÇÃO:

| Contas | Devedora | Credora |
|---|---|---|
| Bancos Conta Movimento | R$ 2.000,00 | |
| Reservas de Lucros a Realizar | | R$ 1.500,00 |
| Clientes | R$ 35.000,00 | |
| Tributos a Recolher | | R$ 3.500,00 |
| Receitas de Exercício Futuro | | R$ 30.000,00 |
| Empréstimos a Pagar | | R$ 10.000,00 |
| Duplicatas Descontadas | | R$ 8.000,00 |
| Lucro Acumulado | | R$ 4.200,00 |
| Ações em Tesouraria | R$ 28.000,00 | |
| Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa | | R$ 1.050,00 |
| Estoques de Mercadorias | R$ 25.000,00 | |
| Adiantamentos a Fornecedores | R$ 2.500,00 | |
| Juros Pagos Antecipadamente | R$ 800,00 | |
| Adiantamentos de Clientes | | R$ 2.200,00 |
| Capital Social | | R$ 30.000,00 |
| Participações em Sociedades Coligadas | R$ 7.000,00 | |
| Total | R$100.300,00 | R$ 90.450,00 |

30. (TÉCNICO – 2º/2003) O efeito no Balanço Patrimonial relativo à compra de um imóvel a prazo é representado:

a) Pela diminuição do Ativo e diminuição do Patrimônio Líquido.
b) Pela diminuição do Ativo e diminuição do Passivo.
c) Pelo aumento do Ativo e aumento do Patrimônio Líquido.
d) Pelo aumento do Ativo e aumento do Passivo.

SOLUÇÃO:
Ao adquirir um bem, aumenta o Ativo. Se o bem for adquirido a prazo, a entidade contrai uma obrigação e, com isso, aumenta o Passivo.

31. (TÉCNICO – 2º/2003) O saldo devedor evidenciado na apuração de resultado do exercício é registrado da seguinte forma:

a) Resultado do Exercício
a Prejuízos Acumulados
b) Capital Social
a Resultado do Exercício
c) Prejuízos Acumulados
a Resultado do Exercício
d) Resultado do Exercício
a Reserva Legal

SOLUÇÃO:
O Saldo devedor na apuração do resultado representa prejuízo do exercício. Nesse caso, deve-se transferir para a conta Prejuízo Acumulado por meio do lançamento a crédito na conta Resultado do Exercício e a débito na conta Prejuizos Acumulados no mesmo valor.

32. (CONTADOR – 2º/2003) Tendo em vista as informações abaixo, correspondentes à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, elaborada em 31.12.2002, a Variação do Capital Circulante Líquido é de:

| | |
|---|---|
| Aquisição de direitos do Ativo Imobilizado | R$ 15.000,00 |
| Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo | R$ 2.000,00 |
| Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo | R$ 4.000,00 |
| Dividendos distribuídos | R$ 5.000,00 |
| Encargos de depreciação | R$ 11.000,00 |
| Lucro Líquido do Exercício | R$ 17.000,00 |
| Realização do capital social em dinheiro | R$ 3.000,00 |

a) R$ 35.000,00.
b) R$ 22.000,00.
c) R$ 17.000,00.
d) R$ 13.000,00.

SOLUÇÃO:
Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos:

| | |
|---|---|
| 1. Origens | |
| Lucro Líquido do Exercício | R$ 17.000,00 |
| Encargos de depreciação | R$ 11.000,00 |
| Realização, em dinheiro, do capital social | R$ 3.000,00 |
| Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo | R$ 4.000,00 |
| TOTAL DAS ORIGENS | R$ 35.000,00 |
| 2. Aplicações | |
| Dividendos distribuídos | R$ 5.000,00 |
| Aquisição de direitos do Ativo Imobilizado | R$ 15.000,00 |
| Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo | R$ 2.000,00 |
| TOTAL DAS APLICAÇÕES | R$ 22.000,00 |
| 3. Capital Circulante Líquido (1-2) | R$ 13.000,00 |

33. (TÉCNICO – 2º/2003) Uma indústria de móveis em seu balancete final de 31.12.2002 apresenta, entre outras, as seguintes contas e respectivos saldos:

| Contas | Saldos |
|---|---|
| Máquinas e Equipamentos | R$ 96.000,00 |
| Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos | R$ 55.200,00 |

Considerando que desde o mês da sua entrada em funcionamento, as máquinas e os equipamentos só foram utilizadas em um turno diário de 8 horas e que na contabilidade os encargos de depreciação pertinentes sempre foram registrados pela taxa anual de 10%, o período restante de depreciação, se mantida a mesma taxa, é de:

a) 5 anos e 1 mês.
b) 4 anos e 9 meses.
c) 5 anos e 3 meses.
d) 4 anos e 3 meses.

SOLUÇÃO:
Considerando-se a vida útil do bem de 10 anos (taxa depreciação = 10% anual), calcula-se o valor do bem correspondente ao total que ainda será depreciado.

| | |
|---|---|
| Máquinas e Equipamentos | R$ 96.000,00 |
| Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos | R$ 55.200,00 |
| (=) Valor depreciável | R$ 40.800,00 |

Regra de três:
R$ 96.000,00 – 10 anos
R$ 40.800,00 – X
X = 4,25 ou 4 anos e 3 meses

34. (TÉCNICO – 2º/2003) Os balanços patrimoniais de uma empresa apresentam os seguintes valores:

| | 31.12.2001 | 31.12.2002 |
|---|---|---|
| Ativo Circulante | R$ 43.000,00 | R$ 58.000,00 |
| Passivo Circulante | R$ 26.000,00 | R$ 31.000,00 |

Ao longo do exercício de 2002, o total das origens de recursos foi de R$ 20.000,00. O valor das aplicações de recursos em 31.12.2002 é de:

a) R$ 10.000,00.
b) R$ 13.000,00.
c) R$ 17.000,00.
d) R$ 27.000,00.

SOLUÇÃO:

| | 31.12.2001 | 21.12.2002 | Variação |
|---|---|---|---|
| Ativo Circulante | R$ 43.000,00 | R$ 58.000,00 | R$ 15.000,00 (+) |
| Passivo Circulante | R$ 26.000,00 | R$ 31.000,00 | R$ 5.000,00 (–) |
| CCL | R$ 17.000,00 | R$ 27.000,00 | R$ 10.000,00 |

ORIGENS DE RECURSOS – APLICAÇÕES DE RECURSOS = VCCL
Aplicações de Recursos em 2002 = ?
Origens de Recursos em 2002 = R$ 20.000,00
VCCL = R$ 10.000,00
Aplicações de Recursos em 2002 = Origens de Recuros – VCCL
Aplicações de Recursos em 2002 = R$ 20.000,00 – R$ 10.000,00
Aplicações de Recursos em 2002 = R$ 10.000,00

35. (TÉCNICO – 1º/2004) Uma empresa pagou R$ 1.380,00 relativos a prêmio de seguro com vigência para o período de 1º.7.2003 a 30.6.2004. O pagamento integral foi efetivado em 1º.7.2003 e o Balanço Patrimonial apurado em 31.12.2003. O valor a ser apropriado em 2004 como Despesas de Seguros será de:

a) R$ 575,00.
b) R$ 690,00.
c) R$ 805,00.
d) R$ 828,00.

SOLUÇÃO:
Despesa mensal de seguros = R$ 1.380,00 ÷ 12
Despesa mensal de seguros = R$ 115,00
Uso do seguro em 2003 = 1º.7.2003 a 31.12.2003
Uso do seguro em 2003 = 6 meses
Despesas de seguros em 2003 = R$ 115,00 x 6
Despesas de seguros em 2003 = R$ 690,00
Despesas a apropriarde seguros em 2004 = 1º.1.2004 a 30.6.2004
Despesas a apropriarde seguros em 2004 = 6 meses
Despesas a apropriarde seguros em 2004 = R$ 115,00 x 6
Despesas a apropriarde seguros em 2004 = R$ 690,00

36. (TÉCNICO – 2º/2003) As disponibilidades, os direitos realizáveis durante o exercício social seguinte, bem como as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte, são classificados no:

a) Ativo Permanente.
b) Ativo Imobilizado.
c) Ativo Circulante.
d) Ativo Realizável a Longo Prazo.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 686/90 – NBC T 3 – 3.2 – do Balanço Patrimonial – 3.2.2.3 – "Os direitos e as obrigações são classificados em grupos do Circulante, desde que os prazos esperados de realização dos direitos e os prazos das obrigações, estabelecidos ou esperados, situem-se no curso do exercício subseqüente à data do Balanço Patrimonial". Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

37. (TÉCNICO – 2º/2003) O encerramento das contas de resultado do Balancete de Verificação levantado em 31.12.2002 abaixo, evidenciará:

| Contas | Saldos |
|---|---|
| Bancos Conta Movimento | R$ 4.800,00 |
| Caixa | R$ 2.100,00 |
| Capital Social | R$ 9.600,00 |
| Despesas Antecipadas de Juros | R$ 3.600,00 |
| Despesas com Energia Elétrica | R$ 360,00 |
| Despesas com Material de Escritório | R$ 720,00 |
| Despesas com Publicidade | R$ 1.500,00 |
| Despesas com Salários | R$ 3.000,00 |
| Despesas de Seguros | R$ 600,00 |
| Duplicatas a Pagar | R$ 6.000,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 3.000,00 |
| Impostos sobre Vendas | R$ 3.000,00 |
| Instalações | R$ 3.600,00 |
| Lucros Acumulados | R$ 1.380,00 |
| Móveis e Utensílios | R$ 6.000,00 |
| Receitas de Serviços a Prestar | R$ 3.600,00 |
| Receitas de Serviços Prestados | R$ 9.900,00 |
| Receitas Financeiras | R$ 2.400,00 |
| Salários a Pagar | R$ 3.000,00 |

a) R$ 480,00 de prejuízo.
b) R$ 720,00 de lucro.
c) R$ 2.880,00 de prejuízo.
d) R$ 3.120,00 de lucro.

SOLUÇÃO:

| | |
|---|---|
| Receita de Serviços | R$ 9.900,00 |
| Receita Financeira | R$ 2.400,00 |
| Total das Receitas | R$ 12.300,00 |
| Salários | (R$ 3.000,00) |
| Impostos | (R$ 3.000,00) |
| Material de Escritório | (R$ 720,00) |
| Energia Elétrica | (R$ 360,00) |
| Publicidade | (R$ 1.500,00) |
| Seguros | (R$ 600,00) |
| Total de Despesas | (R$ 9.180,00) |

Lucro = Receitas - Despesas
Lucro = R$ 12.300,00 – R$ 9.180,00
Lucro = R$ 3.120,00

38. (TÉCNICO – 1º/2004) Em janeiro de 2003, uma empresa foi constituída com o Capital Social de R$ 1.000.000,00, sendo integralizados no ato 80% em moeda corrente nacional e 10% em máquinas e equipamentos. Em fevereiro de 2003, a empresa adquiriu, a prazo, mercadoria para revenda no valor de R$ 500.000,00 e vendeu 50% do estoque pelo valor de R$ 300.000,00, com vencimento em março de 2003, não ocorrendo incidência tributária. Sem outra movimentação, os valores do Patrimônio Líquido no final de janeiro e de fevereiro de 2003, respectivamente, foram de:

a) R$ 800.000,00 e R$ 1.150.000,00.
b) R$ 900.000,00 e R$ 550.000,00.
c) R$ 900.000,00 e R$ 950.000,00.
d) R$ 1.000.000,00 e R$ 1.050.000,00.

SOLUÇÃO:
Patrimônio Líquido Inicial
Capital Subscrito R$ 1.000.000,00
Capital a Integralizar (10% x R$ 1.000.000,00) (R$ 100.000,00)
Patrimônio Líquido em janeiro de 2003 R$ 900.000,00
Resultado na Venda de Mercadorias = R$ 300.000,00 - (50% x R$ 500.000,00) = R$ 50.000,00
Patrimônio Líquido em fevereiro de 2003 = Patrimônio em janeiro de 2003 + Resultado na Venda de Mercadorias
Patrimônio Líquido em fevereiro de 2003 = R$ 900.000,00 + R$ 50.000,00 = R$ 950.000,00

39. (TÉCNICO – 1º/2004) Analise o Balanço Patrimonial abaixo.

| | |
|---|---|
| ATIVO | |
| Ativo Circulante | R$ 5.000,00 |
| Caixa | R$ 1.500,00 |
| Bancos Conta Movimento | R$ 2.000,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 1.500,00 |
| Ativo Permanente | R$ 5.000,00 |
| Veículos | R$ 5.000,00 |
| **ATIVO TOTAL** | R$ 10.000,00 |
| PASSIVO | |
| Passivo Circulante | R$ 6.700,00 |
| Fornecedores | R$ 2.700,00 |
| Empréstimos a Pagar | R$ 4.000,00 |
| Patrimônio Líquido | |
| Capital Social | R$ 3.300,00 |
| **PASSIVO TOTAL** | R$ 10.000,00 |

Os percentuais de Capital Próprio e de Terceiros, respectivamente, são:

a) 197,00% e 67,00%.
b) 106,06% e 52,24%.
c) 49,25% e 203,03%.
d) 33,00% e 67,00%.

SOLUÇÃO:
Capital Próprio = R$ 3.300,00
Capital de Terceiros = R$ 2.700,00 + R$ 4.000,00
Capital de Terceiros = R$ 6.700,00
Total dos Recursos = Capital Próprio + Capital de Terceiros
Total dos Recursos = R$ 3.300,00 + R$ 6.700,00
Toatl dos Recuros = R$ 10.000,00
Percentual de Capital Próprio = R$ 3.300,00 ÷ R$ 10.000,00
Percentual de Capital Próprio = 0,33 x 100
Percentual de Capital Próprio = 33,00%
Percentual de Capital Terceiros = R$ 6.700,00 ÷ R$ 10.000,00
Percentual de Capital Terceiros = 0,67 x 100
Percentual de Capital Terceiros = 67,00%

40. (TÉCNICO – 1º/2004) A opção que representa unicamente Capital de Terceiros é:

a) Duplicatas a Pagar e Lucros Acumulados.
b) Duplicatas a Pagar e Impostos a Pagar.
c) Capital Social e Lucros Acumulados.
d) Capital Social e Duplicatas a Pagar.

SOLUÇÃO:
Duplicatas a Pagar e Impostos a Pagar pertencem ao Passivo, portanto são Capitais de Terceiros.

41. (TÉCNICO – 1º/2004) No Balancete de Verificação de 31.12.2003 que se segue, foram cometidos erros de classificação da natureza das contas.

Balancete de Verificação em 31.12.2003

| Contas | Devedor | Credor |
|---|---|---|
| Ações em Tesouraria | | R$ 3.600,00 |
| Ações Negociáveis em Curto Prazo | R$ 90.000,00 | |
| Bancos Conta Movimento | R$ 12.400,00 | |
| Caixa | | R$ 12.000,00 |
| Capital Social | | R$ 130.000,00 |
| Clientes | R$ 77.000,00 | |
| Contas a Pagar | | R$ 20.000,00 |
| Depreciação Acumulada de Equipamentos | | R$ 7.000,00 |
| Dividendos a Pagar | R$ 3.000,00 | |
| Duplicatas Descontadas | R$ 7.500,00 | |
| Encargos Sociais a Recolher | | R$ 2.000,00 |
| Equipamentos | R$ 20.000,00 | |
| Estoques de Mercardorias | R$ 94.600,00 | |
| Financiamentos Bancários | | R$ 44.000,00 |
| Fornecedores | | R$ 60.000,00 |
| Impostos a Recolher | | R$ 6.000,00 |
| Lucros Acumulados | | R$ 15.000,00 |
| Provisão para Imposto de Renda | R$ 4.500,00 | |
| Reserva Legal | | R$ 10.000,00 |
| Salários a Pagar | R$ 600,00 | |
| Total | R$ 309.600,00 | R$ 309.600,00 |

O total **CORRETO** do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial em 31.12.2003 foi de:

a) R$ 188.500,00.
b) R$ 278.500,00.
c) R$ 280.600,00.
d) R$ 283.900,00.

SOLUÇÃO:
As contas com saldos invertidos são as seguintes:
- Caixa
- Dividendos a Pagar
- Salários a Pagar
- Duplicatas Descontadas
- Provisão para Imposto de Renda
- Ações em Tesouraria
- Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Após a retificação o valor do Ativo Circulante será:

| | |
|---|---|
| - Caixa | R$ 12.000,00 |
| - Bancos Conta Movimento | R$ 12.400,00 |
| - Clientes | R$ 77.000,00 |
| - Provisão para Crédito de Liquida. Duvidosa | (R$ 2.100,00) |
| - Duplicatas Descontadas | (R$ 5.400,00) |
| - Estoques de Mercadorias | R$ 94.600,00 |
| - Ações Negociáveis a Curto Prazo | R$ 90.000,00 |
| Total | R$ 278.500,00 |

42. (CONTADOR – 2º/2004) Considere os saldos iniciais e os fatos ocorridos no Patrimônio Líquido de uma Companhia no ano de 2003:

| | Saldos em 1º.1.2003 |
|---|---|
| Capital Social | R$ 100.000,00 |
| Reservas de Lucros | R$ 15.000,00 |
| Lucros Acumulados | R$ 12.800,00 |

| Fatos ocorridos durante o ano de 2003 | |
|---|---|
| Aumento de capital com reservas de lucros | R$ 10.000,00 |
| Aumento de capital com imóveis | R$ 34.000,00 |
| Lucro do exercício | R$ 26.000,00 |
| Distribuição de dividendos retirados do lucro do exercício | R$ 15.000,00 |
| Destinação de parte do lucro para reservas | R$ 8.000,00 |

O valor do Patrimônio Líquido, em 31.12.2003, é:

a) R$ 172.800,00.
b) R$ 174.800,00.
c) R$ 182.800,00.
d) R$ 190.800,00.

SOLUÇÃO:

| | Capital | Reservas de Lucros | Lucros Acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| Saldos em 1º.1.2003 | R$ 100.000,00 | R$ 15.000,00 | R$ 12.800,00 | R$ 127.800,00 |
| Aumento capital com reservas | R$ 10.000,00 | (R$ 10.000,00) | | - |
| Aumento capital em imóveis | R$ 34.000,00 | | | R$ 34.000,00 |
| Lucro do exercício | | | R$ 26.000,00 | R$ 26.000,00 |
| Destinações do lucro: | | | | - |
| Dividendos | | | (R$ 15.000,00) | (R$ 15.000,00) |
| Reservas | | R$ 8.000,00 | (R$ 8.000,00) | - |
| Saldo em 31.12.2003 | R$ 144.000,00 | R$ 13.000,00 | R$ 15.800,00 | R$ 172.800,00 |

43. (CONTADOR – 2º/2004) Uma empresa possuía um imóvel, utilizado no desempenho de suas atividades, adquirido por R$ 30.000,00 e depreciado em 20% do seu valor. Vendeu-o por R$ 25.000,00, em 30.9.2003, concedendo prazo ao comprador para pagamento até o final de fevereiro de 2004, com juros simples de 5% ao mês, recebidos no ato da venda. A empresa encerra seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano. A operação proporcionou à empresa vendedora:

a) Aumento do Ativo Circulante no valor de R$ 4.750,00.
b) Aumento do Patrimônio Líquido no exercício de 2003 no valor de R$ 7.250,00.
c) Um Ativo Imobilizado reduzido no valor de R$ 25.000,00.
d) Uma Receita Financeira, no exercício de 2003, no valor de R$ 3.750,00.

SOLUÇÃO:

Valor contábil do imóvel:

| | |
|---|---|
| Custo de Aquisição | R$ 30.000,00 |
| (–) Depreciação | R$ 6.000,00 (20% de R$ 30.000,00) |
| | R$ 24.000,00 |

Resultado obtido na transação de venda:

| | |
|---|---|
| Preço de Venda | R$ 25.000,00 |
| (–) Valor Contábil | R$ 24.000,00 |
| | R$ 1.000,00 |

Receita Financeira recebida antecipadamente:
R$ 25.000,00 x 0,05 x 5 = R$ 6.250,00 (referente 5 meses de juros – outubro / 2003 a fevereiro / 2004)
Receita Financeira apropriada no ano:
R$ 25.000,00 x 0,05 x 3 = R$ 3.750,00 (referente a 3 meses de juros – outubro / 2003 a dezembro / 2003)
Redução do Ativo Imobilizado = baixa do valor contábil do imóvel = R$ 24.000,00
Aumento do PL = resultado da transação de venda + receitas financeiras = R$ 1.000,00 + R$ 3.750,00 = R$ 4.750,00
Aumento do Ativo Circulante = reflexo nas Contas a Receber referente valor de venda do imóvel + reflexo nas disponibilidades referente recebimento antecipado dos juros = R$ 25.000,00 + R$ 6.250,00
referente recebimento antecipado dos juros = R$ 31.250,00

44. (CONTADOR – 2º/2004) Um trator de esteira foi adquirido por R$ 45.000,00, em janeiro de 2003. Segundo as especificações do fabricante, as horas estimadas de vida útil desse trator são de 9.000 horas. Considerando-se que no ano de 2003 o trator tenha trabalhado 1.200 horas, a taxa e o valor da depreciação por horas trabalhadas seria, respectivamente, de:

a) R$ 4,00/hora trabalhada e R$ 4.800,00.
b) R$ 5,00/hora trabalhada e R$ 6.000,00.
c) R$ 6,00/hora trabalhada e R$ 7.200,00.
d) R$ 10,00/hora trabalhada e R$ 12.000,00.

SOLUÇÃO:
Taxa de Depreciação = R$ 45.000,00 / 9.000 horas
Taxa de Depreciação = R$ 5,00 por hora trabalhada
Valor da Depreciação de 2003 = 1.200 horas trabalhadas x R$ 5,00
Valor da Depreciação de 2003 = R$ 6.000,00

45. (TÉCNICO – 2º/2004) Uma empresa realizou as seguintes operações no mês de agosto de 2004:

- Pagou, antecipadamente, em dinheiro, uma duplicata de seu aceite no valor de R$ 350.000,00, obtendo um desconto de 2%.
- Emitiu nota fiscal-fatura relativa à prestação de serviço no valor de R$ 500.000,00, com sessenta dias de prazo para recebimento.
- Adquiriu material de consumo no valor de R$ 25.000,00, pagos em dinheiro, apropriando-o ao resultado do exercício.
- Recebeu aviso bancário, comunicando que uma duplicata de sua emissão, no valor de R$ 80.000,00, descontada no Banco, foi liquidada pelo sacado.
- Emitiu cheque no valor de R$ 250.000,00, sacando o dinheiro e colocando-o, em seguida, no caixa.
- Fez empréstimos em dinheiro a um sócio no valor de R$ 600.000,00.
- Pagou aos empregados, em dinheiro, salários do mês de julho, no valor de R$ 320.000,00, já apropriados como despesa operacional do período a que se referem.
- Depois das operações acima citadas, passou a ter um caixa, em 31.8.2004, de R$ 150.000,00.

O saldo inicial da conta Caixa, em 1º.8.2004, é de:

a) R$ 608.000,00.
b) R$ 688.000,00.
c) R$ 1.108.000,00.
d) R$ 1.188.000,00.

SOLUÇÃO:
Saldo inicial = movimentação credora – movimentação devedora + saldo final
Saldo inicial = R$ 343.000,00 + R$ 25.000,00 + R$ 600.000,00 + R$ 320.000,00 - R$ 250.000,00 + R$ 150.000,00
Saldo inicial = R$ 1.188.000,00

| Conta Caixa | Entrada | Saída | Saldo |
|---|---|---|---|
| Saldo inicial | | | R$ 1.188.000,00 |
| Pagamento de duplicata | | R$ 343.000,00 | R$ 845.000,00 |
| Aquisição de material consumo | | R$ 25.000,00 | R$ 820.000,00 |
| Saque e colocação no caixa | R$ 250.000,00 | | R$ 1.070,000,00 |
| Empréstimo sócio | | R$ 600.000,00 | R$ 470.000,00 |
| Pagto salários empregados | | R$ 320.000,00 | R$ 150.000,00 |
| Saldo final | | | R$ 150.000,00 |

46. (TÉCNICO – 2º/2004) Uma empresa encerrou o seu Balanço Patrimonial em 31.12.2003, com os saldos a seguir:

| Contas | Saldos |
|---|---|
| Adiantamento a Fornecedores | R$ 550.000,00 |
| Adiantamento de Clientes | R$ 290.000,00 |
| Aluguéis a Pagar | R$ 220.000,00 |
| Aluguéis a Receber | R$ 150.000,00 |
| Bancos conta Movimento | R$ 230.000,00 |
| Caixa | R$ 100.000,00 |
| Capital Social | R$ 300.000,00 |

| | |
|---|---|
| Clientes | R$ 450.000,00 |
| Duplicatas a Pagar | R$ 420.000,00 |
| Edifícios de Uso | R$ 400.000,00 |
| Empréstimo Exigível a Curto Prazo | R$ 150.000,00 |
| Estoque de Mercadorias | R$ 350.000,00 |
| Financiamento Exigível a Longo Prazo | R$ 600.000,00 |
| Imposto de Renda a Recolher | R$ 15.000,00 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | R$ 150.000,00 |
| Máquinas e Equipamentos de Uso | R$ 360.000,00 |
| Outros Impostos a Recolher | R$ 90.000,00 |
| Reservas de Lucro | R$ 150.000,00 |
| Salários a Pagar | R$ 150.000,00 |
| Terreno de Uso | R$ 200.000,00 |
| Títulos a Pagar a Curto Prazo | R$ 355.000,00 |
| Veículos de Uso | R$ 100.000,00 |

O total do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, respectivamente, foi de:

a) R$ 1.280.000,00 e R$ 2.240.000,00.
b) R$ 1.830.000,00 e R$ 1.690.000,00.
c) R$ 1.830.000,00 e R$ 2.290.000,00.
d) R$ 2.120.000,00 e R$ 1.400.000,00.

SOLUÇÃO:

| **ATIVO** | Saldos |
|---|---|
| **Ativo Circulante** | R$ 1.830.000,00 |
| Caixa | R$ 100.000,00 |
| Bancos conta Movimento | R$ 230.000,00 |
| Clientes | R$ 450.000,00 |
| Estoque de Mercadorias | R$ 350.000,00 |
| Adiantamento a Fornecedores | R$ 550.000,00 |
| Aluguéis a Receber | R$ 150.000,00 |
| **Ativo Permanente** | R$ 1.060.000,00 |
| Veículos | R$ 100.000,00 |
| Terrenos | R$ 200.000,00 |
| Edifícios | R$ 400.000,00 |
| Máquinas e Equipamentos | R$ 360.000,00 |
| **Total Ativo** | R$ 2.890.000,00 |

| **PASSIVO** | Saldos |
|---|---|
| **Passivo Circulante** | R$ 1.690.000,00 |
| Duplicatas a Pagar | R$ 420.000,00 |
| Imposto a Recolher | R$ 90.000,00 |
| Imposto de Renda a Recolher | R$ 15.000,00 |
| Adiantamento de Clientes | R$ 290.000,00 |
| Empréstimos Curto Prazo | R$ 150.000,00 |
| Salários a Pagar | R$ 150.000,00 |
| Títulos a Pagar Curto Prazo | R$ 355.000,00 |
| Aluguéis a Pagar | R$ 220.000,00 |
| **Passivo Exigível a Longo Prazo** | R$ 600.000,00 |
| Financiamentos | R$ 600.000,00 |
| **Patrimônio Líquido** | R$ 600.000,00 |
| Capital Social | R$ 300.000,00 |
| Reservas de Lucro | R$ 150.000,00 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | R$ 150.000,00 |
| **Total Passivo** | R$ 2.890.000,00 |

47. (TÉCNICO – 2º/2004) Considere os dados a seguir:

| Contas | Saldos |
|---|---|
| Compras de Mercadorias | R$ 18.000,00 |
| Despesas Operacionais | R$ 41.000,00 |
| Devolução de Compras de Mercadorias | R$ 3.000,00 |
| Devolução de Vendas de Mercadorias | R$ 1.500,00 |
| Estoque Inicial de Mercadorias | R$ 6.000,00 |
| Imposto Sobre Vendas de Mercadorias | R$ 2.000,00 |
| Resultado do Exercício | R$ 18.000,00 |
| Receita com Vendas de Mercadorias | R$ 75.000,00 |
| Receita Não-Operacional | R$ 3.500,00 |

Com base, exclusivamente, nesta informação, o valor do Estoque Final de Mercadorias é de:

a) R$ 1.500,00.
b) R$ 3.500,00.
c) R$ 5.000,00.
d) R$ 6.500,00.

SOLUÇÃO:
Resultado do Exercício = Receita Operacional Bruta – Devolução de Vendas – Impostos sobre Vendas de Mercadorias – Custo de Mercadorias Vendidas – Despesas Operacionais + Receita Não Operacional
R$ 18.000,00 = R$ 75.000,00 – R$ 1.500,00 – R$ 2.000,00 – Custo de Mercadorias Vendidas – R$ 41.000,00 + R$ 3.500,00
Custo de Mercadorias Vendidas = R$ 16.000,00
Custo de Mercadorias Vendidas = Estoque Inicial + Compras – Devolução de Compras – Estoque Final
R$ 16.000,00 = R$ 6.000,00 + R$ 18.000,00 – R$ 3.000,00 – Estoque Final
Estoque Final = R$ 21.000,00 – R$ 16.000,00
Estoque Final = R$ 5.000,00

## CONTABILIDADE GERAL - SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

48. (CONTADOR – 1º/2000) A constituição da Reserva de Reavaliação é feita:

a) Debitando-se a conta que registrou o ágio e creditando-se a conta Resultado do Exercício.
b) Debitando-se a conta de Reserva de Reavaliação e creditando-se o bem reavaliado.
c) Debitando-se a conta do bem que está sendo reavaliado e creditando-se Receita de Reavaliação.
d) Debitando-se a conta do bem que está sendo reavaliado e creditando-se a respectiva conta de Reserva de Reavaliação.

49. (CONTADOR – 1º/2000) Das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos de uma empresa, em 31.12.1998 e 31.12.1999, retiramos os seguintes dados:

| | 31.12.1998 | 31.12.1999 |
|---|---|---|
| Capital Circulante Líquido | R$ 7.472,00 | R$ 16.024,00 |
| Passivo Circulante | R$ 5.430,00 | R$ 5.140,00 |

É **CORRETO** afirmar que o aumento do Ativo Circulante da empresa, de 31.12.1998 para 31.12.1999, foi de:

a) R$ 10.884,00.
b) R$ 8.262,00.
c) R$ 290,00.
d) R$ 8.552,00.

50. (TÉCNICO – 1º/2000) Podemos considerar como fato permutativo a transação:

a) Compra de galpão para a fábrica.
b) Venda de mercadoria a prazo.
c) Pagamento de salários administrativos.
d) Pagamento de serviços prestados por autônomos.

51. (TÉCNICO – 1º/2000) Uma empresa apresenta os seguintes saldos nas contas do seu balancete:

| | |
|---|---|
| Estoques | R$ 6.000,00 |
| Adiantamentos de Clientes | R$ 12.000,00 |
| Gastos Diferidos | R$ 25.000,00 |
| Fornecedores | R$ 2.000,00 |
| Impostos a Recuperar | R$ 4.000,00 |
| Financiamentos Bancários | R$ 9.000,00 |
| Obras em Andamento | R$ 11.000,00 |
| Adiantamentos a Fornecedores | R$ 7.000,00 |

O valor do Patrimônio Líquido é:

a) R$ 53.000,00.
b) R$ 23.000,00.
c) R$ 30.000,00.
d) R$ 25.000,00.

52. (TÉCNICO – 1º/2000) Uma empresa possui Passivo a Descoberto quando:

a) O Ativo Circulante for menor que o Passivo Circulante.
b) O seu Ativo for menor que o Passivo.
c) Apresentar má situação de liquidez financeira.
d) O seu Ativo for maior que o Passivo.

**CONSIDERANDO OS DADOS ABAIXO, RESPONDA ÀS TRÊS QUESTÕES A SEGUIR:**

Balancete de Verificação em 31.12.1999

| Contas | Saldos devedores | Saldos Credores |
|---|---|---|
| Caixa | R$ 1.400,00 | |
| Móveis e Utensílios | R$ 2.300,00 | |
| Depreciação acumulada de Móveis e Utensílios | | R$ 400,00 |
| Estoque Inicial de Mercadorias para Venda | R$ 1.500,00 | |
| Clientes | R$ 3.000,00 | |
| Capital Social | | R$ 4.000,00 |
| Fornecedores | | R$ 3.000,00 |
| Despesa com Salários | R$ 1.000,00 | |
| Despesa com Viagens | R$ 500,00 | |
| Compra de Mercadorias para Venda | R$ 2.000,00 | |
| Venda de Mercadorias | | R$ 5.000,00 |
| Despesa com Depreciação | R$ 400,00 | |
| Despesa com Aluguéis | R$ 300,00 | |
| Total | R$ 12.400,00 | R$ 12.400,00 |

Sabe-se que o estoque final de mercadorias, em 31.12.1999, é de R$ 1.700,00.

53. (TÉCNICO – 2º/2000) O Custo das Mercadorias Vendidas é de:

a) R$ 1.500,00.
b) R$ 1.800,00.
c) R$ 2.000,00.
d) R$ 1.700,00.

54. (TÉCNICO – 2º/2000) O Ativo corresponde ao montante de:

a) R$ 6.100,00.
b) R$ 5.000,00.
c) R$ 8.000,00.
d) R$ 4.000,00.

55. (TÉCNICO – 2º/2000) O Lucro Líquido é de:

a) R$ 1.800,00.
b) R$ 1.000,00.
c) R$ 3.200,00.
d) R$ 5.000,00.

56. (TÉCNICO – 2º/2000) Considerando os dados a seguir, assinale a alternativa **CORRETA**:

| | |
|---|---|
| Devolução de Vendas | R$ 16.000,00 |
| Custo das Mercadorias Vendidas | R$ 140.000,00 |
| Receita de Vendas de Mercadorias | R$ 600.000,00 |
| Impostos sobre Vendas | R$ 36.000,00 |
| Receitas Financeiras | R$ 12.000,00 |
| Despesas com Vendas | R$ 70.000,00 |
| Despesas Administrativas | R$ 78.000,00 |
| Despesas Financeiras | R$ 14.000,00 |
| Despesas não Operacionais | R$ 44.000,00 |

a) O Lucro Bruto é de R$ 460.000,00.
b) O Lucro Bruto é de R$ 214.000,00.
c) O Lucro antes do Imposto de Renda é de R$ 202.000,00.
d) O Lucro Operacional é de R$ 258.000,00.

57. (TÉCNICO – 2º/2000) Uma determinada empresa adquiriu, em 17.6.1999, à vista, R$ 1.000,00 de mercadorias para revenda. No dia 30.6.1999, revendeu-as, a prazo, pelo mesmo valor. As contas patrimoniais envolvidas nas operações de compra e venda pertencem ao:

a) Disponível e Passivo Circulante.
b) Ativo Circulante e Passivo Circulante.
c) Disponível e Realizável a Longo Prazo.
d) Realizável a Longo Prazo e Ativo Circulante.

58. (CONTADOR – 1º/2001) Durante o mês de setembro, uma empresa foi registrada na Junta Comercial e captou recursos totais de R$ 64.000,00, sendo R$ 40.000,00 dos sócios sob a forma de Capital Registrado e R$ 24.000,00 de terceiros, destes 2/3 a título de financiamentos de longo prazo e 1/3 como receitas. Os referidos recursos foram aplicados no mesmo mês, sendo R$ 23.800,00 em Mercadorias para Revenda; R$ 9.590,00 em Aplicações Financeiras de Curto Prazo, R$ 6.135,00 na compra de Máquinas e Equipamentos, R$ 18.350,00 na concessão de Empréstimos a Terceiros e o restante em despesas.
Assim, o total do Patrimônio Líquido será:

a) R$ 41.875,00.
b) R$ 64.000,00.
c) R$ 57.875,00.
d) R$ 56.000,00.

59. (CONTADOR – 1º/2001) É **CORRETO** afirmar, quanto ao Método da Equivalência Patrimonial, que:

a) Os resultados e quaisquer variações patrimoniais de uma controlada ou coligada não precisam ser reconhecidos no momento de sua geração, uma vez que dependem de serem, ou não, distribuídos.
b) A empresa investidora registra somente as operações ou as transações baseadas em atos formais, pois, de fato, os dividendos são registrados como receita no momento em que são declarados e distribuídos, ou provisionados pela empresa investida.
c) Os resultados e quaisquer variações patrimoniais de uma controlada ou coligada devem ser reconhecidos no momento de sua geração, independentemente de serem, ou não, distribuídos.
d) A empresa investidora registra somente as operações ou as transações baseadas em atos formais, pois, de fato, os dividendos são registrados como despesa no momento em que são declarados e distribuídos, podendo ser provisionados pela empresa investida.

60. (CONTADOR – 4º/2001) Indique a alternativa **INCORRETA** em relação aos critérios de avaliação do ativo:

a) Investimentos Permanentes: custo de aquisição ou com base no valor de Patrimônio Líquido.
b) Ativo Imobilizado: custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação, amortização e exaustão acumuladas, calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica.
c) Estoques: custo de aquisição ou valor de mercado quando este for menor.
d) Contas a Receber: valor nominal dos títulos acrescido da provisão para ajustá-lo ao valor provável de realização.

61. (TÉCNICO – 2º/2001) Quanto à escrituração contábil, é **CORRETO** afirmar que:

a) A Entidade está dispensada de manter em boa ordem a documentação contábil se dispuser de um eficiente sistema de microfilmagem de documentos.
b) A documentação contábil é considerada hábil quando revestida das características endógenas e exógenas essenciais, aceitas pelos usos e costumes.
c) As contas de compensação constituem sistema próprio, podendo, nos casos em que o registro exigir, terem como contrapartida contas que modificam a situação patrimonial.
d) Os lançamentos no Diário obedecerão à ordem cronológica, com individuação, clareza e referência ao documento probante, incluídas as operações de natureza aleatória.

62. (TÉCNICO – 2º/2001) Das demonstrações abaixo, indique a que se destina a evidenciar, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da Entidade:

a) De Lucros e Prejuízos Acumulados.
b) Das Mutações do Patrimônio Líquido.
c) Das Origens e Aplicações de Recursos.
d) Do Resultado do Exercício.

63. (TÉCNICO – 2º/2001) Gastos pré-operacionais com instalação de fábrica são classificados:

a) No Resultado de Exercícios Futuros.
b) No Circulante.
c) No Diferido.
d) No Investimento.

64. (TÉCNICO – 2º/2001) A conta de Exaustão Acumulada é:

a) Apresentada como redutora da conta Florestamento e Reflorestamento para efeito de demonstração.
b) Apresentada como redutora da conta Marcas e Patentes para efeito de demonstração.
c) Debitada pela inclusão na apuração do resultado do período de ocorrência.
d) Debitada pela retificação da conta que lhe deu origem.

65. (TÉCNICO – 2º/2001) Os empréstimos a acionistas que não decorrem de negócios usuais na exploração do objeto da companhia, são demonstrados no Balanço Patrimonial por meio do:

a) Ativo Circulante.
b) Realizável a Longo Prazo.
c) Capital a Integralizar.
d) Resultado de Exercícios Futuros.

66. (TÉCNICO – 2º/2001) A Demonstração do Resultado:

a) Destacará o lucro ou o prejuízo acumulado devidamente deduzido do imposto de renda.
b) Evidenciará, observado o Princípio da Competência, a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.
c) Evidenciará, observado o Princípio da Continuidade, a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas.
d) Destacará as receitas, os custos e as despesas dependendo de seu recebimento e pagamento.

67. (TÉCNICO – 2º/2001) A conta Custo dos Produtos Vendidos é debitada pela:

a) Baixa, da conta de Estoque, do produto em processo, pela formação do produto acabado.
b) Apuração final da Estrutura dos Custos de Produção.
c) Apuração final do Balanço Patrimonial.
d) Baixa, da conta de Estoque, do produto acabado, por venda.

68. (TÉCNICO – 2º/2001) Indique o registro contábil correspondente à venda de mercadorias no valor de R$ 25.000,00, cujo recebimento é 30% à vista, 30% em 30 dias e o restante em 60 dias.

| | |
|---|---|
| a) Caixa | R$ 25.000,00 |
| a Venda de Mercadorias | R$ 25.000,00 |
| b) Caixa | R$ 7.500,00 |
| Clientes | R$ 17.500,00 |
| a Venda de Mercadorias | R$ 25.000,00 |
| c) Caixa | R$ 7.500,00 |
| Clientes | R$ 7.500,00 |
| Duplicatas a Pagar | R$ 10.000,00 |
| a Venda de Mercadorias | R$ 25.000,00 |
| d) Venda de Mercadorias | R$ 25.000,00 |
| a Caixa | R$ 7.500,00 |
| a Clientes | R$ 17.500,00 |

69. (CONTADOR – 1º/2002) Determinada empresa adquiriu uma máquina em 2 de janeiro de 1998, colocando-a em funcionamento na mesma data.
Sabendo-se que:
- A taxa de depreciação foi de 20% ao ano.
- O valor de aquisição da máquina foi de R$ 22.000,00.
- A máquina foi vendida por R$ 20.000,00 em 1º de julho de 2001.
Pode-se afirmar que o valor residual da máquina em 31.12.2000 era de:

a) R$ 8.800,00.
b) R$ 13.200,00.
c) R$ 15.400,00.
d) R$ 22.000,00.

70. (CONTADOR – 1º/2002) Uma empresa comercial mantém controle permanente de estoque e o avalia pelo método do custo médio ponderado. O estoque final de mercadorias em 28 de fevereiro de 2002 era de 200 unidades avaliadas ao custo unitário de R$ 10,00. As compras e as vendas dessas mercadorias estão isentas de tributações. Em março de 2002, a empresa realizou os seguintes movimentos de compra e venda de mercadorias:

2.3.2002 — compra a prazo de 400 unidades pelo valor total de R$ 5.200,00.
3.3.2002 — venda a prazo de 500 unidades pelo valor total de R$ 6.000,00.
4.3.2002 — compra a vista de 400 unidades ao preço unitário de R$ 15,00.
5.3.2002 — venda à vista de 200 unidades ao preço unitário de R$ 18,00.

Com base nas informações, é **CORRETO** afirmar que:

a) O Custo Total das Vendas do dia 3 de março foi de R$ 5.900,00.
b) O Lucro Bruto total das operações alcançou a cifra de R$ 3.900,00.
c) O Lucro Bruto alcançado nas vendas do dia 5 de março foi de R$ 3,00 por unidade.
d) O Estoque Final existente após a venda do dia 5 de março é de 300 unidades ao custo médio de R$ 14,40.

71. (TÉCNICO – 1º/2002) Indique a alternativa em que todas as contas são retificadoras:

a) Amortização Acumulada, Prêmios de Seguros e Máquinas.
b) Depreciação, Diferido e Ajuste a Valor Presente.
c) Amortização, Depreciação e Exaustão Acumuladas.
d) Depreciação, Prêmios de Seguros e Provisões.

72. (TÉCNICO – 1º/2002) Indique o lançamento contábil correspondente ao pagamento de uma duplicata, em dinheiro, antes de seu vencimento, com um desconto de 5%:

a) Duplicatas a Pagar
   a Caixa
b) Duplicatas a Pagar
   a Duplicatas Descontadas
   a Descontos Obtidos
c) Duplicatas a Pagar
   a Caixa
   a Duplicatas Descontadas
d) Duplicatas a Pagar
   a Caixa
   a Descontos Obtidos

73. (TÉCNICO – 1º/2002) A empresa contratou seguro contra incêndio para suas instalações, com vigência de 1º.9.2001 a 31.8.2002, pagando o prêmio no valor total à vista de R$ 15.000,00, que foi contabilizado como Despesa Operacional do Exercício de 2001. O lançamento de ajuste feito em 31.12.2001, conforme o Princípio Contábil da Competência, provoca no resultado do exercício de 2002:

a) Aumento de R$ 5.000,00.
b) Aumento de R$ 15.000,00.
c) Redução de R$ 10.000,00.
d) Redução de R$ 5.000,00.

74. (TÉCNICO – 1º/2002) A empresa realiza uma operação de desconto com um banco de suas duplicatas a receber. O lançamento a crédito na conta Clientes ocorre no momento que:

a) O banco acusar o recebimento da duplicata.
b) O banco emitir o aviso de crédito.
c) A duplicata for enviada ao banco para desconto.
d) A duplicata for descontada no banco.

75. (TÉCNICO – 1º/2002) O Passivo Exigível de uma empresa é de R$ 19.650,00 e seu Patrimônio Líquido de R$ 9.850,00. O valor do recurso próprio é de:

a) R$ 9.800,00.
b) R$ 9.850,00.
c) R$ 10.000,00.
d) R$ 29.500,00.

76. (TÉCNICO – 1º/2002) Considerando os dados abaixo, a alternativa que contém o valor do resultado do exercício de acordo com o Princípio da Competência é:

| | |
|---|---|
| Despesas não-incorridas e não-pagas | R$ 50.000,00 |
| Receitas ganhas e não-recebidas | R$ 40.000,00 |
| Despesas incorridas e pagas | R$ 18.000,00 |
| Despesas incorridas e não-pagas | R$ 12.000,00 |
| Receitas recebidas e não-ganhas | R$ 20.000,00 |
| Despesas não-incorridas e pagas | R$ 10.000,00 |
| Receitas ganhas e recebidas | R$ 30.000,00 |

a) R$ 80.000,00 de prejuízo.
b) R$ 20.000,00 de prejuízo.
c) R$ 12.000,00 de lucro.
d) R$ 40.000,00 de lucro.

77. (TÉCNICO – 2º/2002) Uma determinada empresa, em 1º.3.2001, contratou uma apólice de seguros nas seguintes condições:

- Prazo de cobertura: 12 meses, a partir da contratação.
- Forma de pagamento do prêmio: 06 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a 1ª no ato da contratação e as restantes a cada dia 1º de cada mês.
- Valor do prêmio: R$ 360,00.

O saldo em 31.12.2001 da conta Seguros a Apropriar é:

a) R$ 60,00.
b) R$ 180,00.
c) R$ 300,00.
d) R$ 360,00.

78. (TÉCNICO – 2º/2002) Uma empresa recebeu um aviso bancário comunicando o débito, em conta corrente, da mesma de importância correspondente a uma duplicata descontada e não-liquidada pelo cliente. O lançamento contábil correspondente é:

a) Duplicatas Descontadas
   a Bancos Conta Movimento
b) Clientes
   a Bancos Conta Movimento
c) Clientes
   a Duplicatas Descontadas
d) Bancos Conta Movimento
   a Duplicatas Descontadas

79. (TÉCNICO – 2º/2002) O fato representado pela compra a prazo de 100 unidades de mercadorias a R$ 200,00 cada, num total de R$ 20.000,00 e com R$ 3.400,00 de ICMs destacado na nota fiscal, é contabilizado por meio do lançamento:

| | |
|---|---|
| a) Mercadorias | R$ 23.400,00 |
| a Duplicatas a Pagar | R$ 23.400,00 |
| b) Mercadorias | R$ 20.000,00 |
| ICMs a Recuperar | R$ 3.400,00 |
| a Duplicatas a Pagar | R$ 23.400,00 |
| c) Mercadorias | R$ 16.600,00 |
| ICMs a Recuperar | R$ 3.400,00 |
| a Duplicatas a Pagar | R$ 20.000,00 |
| d) Mercadorias | R$ 20.000,00 |
| a Duplicatas a Pagar | R$ 6.600,00 |
| a ICMs a Recuperar | R$ 3.400,00 |

80. (TÉCNICO – 2º/2002) Uma empresa, em 31.12.2001, apresentou, antes do encerramento das contas de resultado, os seguintes saldos:

| | |
|---|---|
| Vendas Canceladas de Mercadorias | R$ 2.000,00 |
| Receita de Vendas de Mercadorias | R$ 22.000,00 |
| Abatimentos Incondicionais sobre Vendas de Mercadorias | R$ 3.000,00 |
| ICMs sobre Vendas de Mercadorias | R$ 3.000,00 |
| Outros Impostos Sobre Vendas de Mercadorias | R$ 1.500,00 |
| Custos das Mercadorias Vendidas | R$ 11.500,00 |
| Estoque Final de Mercadorias para Revenda | R$ 3.600,00 |
| Variações Monetárias Ativas | R$ 700,00 |
| Receitas Financeiras | R$ 800,00 |

Considerando os dados acima, a Receita Líquida é de:

a) R$ 1.000,00.
b) R$ 12.500,00.
c) R$ 14.000,00.
d) R$ 15.500,00.

81. (TÉCNICO – 2º/2002) Pertence ao Passivo Circulante ou Passivo Exigível a Longo Prazo, a conta:

a) Clientes.
b) Reserva Legal.
c) Adiantamentos de Clientes.
d) Adiantamentos a Fornecedores.

82. (CONTADOR – 1º/2003) A apropriação de um serviço realizado relativo a uma receita antecipada pode ser contabilizada da seguinte forma:

a) Receitas Antecipadas
   a Receitas de Serviços
b) Clientes
   a Caixa
c) Caixa
   a Receitas Antecipadas
d) Receitas de Serviços
   a Receitas Antecipadas

83. (CONTADOR – 1º/2003) Considerando as informações abaixo, assinale a alternativa **CORRETA**:

Balancete de Verificação em 31.12.2002

| Contas | Saldos Devedores | Saldos Credores |
|---|---|---|
| Caixa | R$ 1.000,00 | |
| Capital Social | | R$ 10.000,00 |
| Clientes | R$ 8.000,00 | |
| Compra de Mercadorias para Revenda | R$ 3.400,00 | |
| Depreciação Acumulada Móveis e Utensílios | | R$ 600,00 |
| Despesas com Aluguéis | R$ 400,00 | |
| Despesas com Depreciação | R$ 600,00 | |
| Despesas com Salários | R$ 1.200,00 | |
| Despesas com Viagens | R$ 600,00 | |
| Estoque Inicial de Mercadorias para Revenda | R$ 2.500,00 | |
| Fornecedores | | R$ 2.800,00 |
| Móveis e Utensílios | R$ 5.300,00 | |
| Venda de Mercadorias | | R$ 9.600,00 |
| Total | R$ 23.000,00 | R$ 23.000,00 |

Sabendo-se que o Estoque Final de Mercadorias, em 31.12.2002 é de R$ 1.200,00, os valores, respectivamente, do Custo de Mercadorias Vendidas, do total do Ativo e do Resultado Operacional Líquido serão:

a) R$ 5.900,00; R$ 13.900,00 e R$ 900,00.
b) R$ 4.700,00; R$ 18.600,00 e R$ 2.100,00.
c) R$ 4.700,00; R$ 14.900,00 e R$ 2.100,00.
d) R$ 5.900,00; R$ 18.600,00 e R$ 3.100,00.

84. (TÉCNICO – 1º/2003) O encerramento de todas as contas de receitas, custos e despesas, ao final de um exercício, tem por finalidade a determinação:

a) Do resultado dos atos contábeis.
b) Da redução do Ativo.
c) Do resultado do exercício.
d) Da redução do Capital e Passivo.

85. (TÉCNICO – 1º/2003) O Ativo compreende os bens e os direitos de uma entidade, como:

a) Aplicações Financeiras, Instalações, Impostos a Recuperar.
b) Aplicações Financeiras, Terrenos e Receitas Antecipadas.
c) Títulos a Receber, Clientes, Receitas Financeiras e Máquinas.
d) Caixa, Estoques de Mercadorias, e Receitas Líquidas de Vendas.

86. (CONTADOR – 1º/2003) Com base nos saldos das contas abaixo, determine o montante do Passivo Circulante:

| | |
|---|---|
| Adiantamento para Despesas de Viagens | R$ 1.000,00 |
| Amortizações Acum. de Despesas Pré-Operacionais | R$ 1.000,00 |
| Bancos Conta Movimento | R$ 3.250,00 |
| Caixa | R$ 8.500,00 |
| Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios | R$ 5.100,00 |
| Despesas Financeiras Pagas Antecipadamente | R$ 1.230,00 |
| Despesas Pré-Operacionais | R$ 2.180,00 |
| Duplicatas a Pagar | R$ 17.300,00 |
| Duplicatas Descontadas | R$ 2.000,00 |
| Edifícios | R$ 20.000,00 |
| Encargos Sociais a Recolher | R$ 6.500,00 |
| Estoque de Mercadorias para Revenda | R$ 12.000,00 |
| Fornecedores | R$ 11.800,00 |
| Impostos a Recolher | R$ 700,00 |
| Participações em Sociedades Controladas | R$ 3.000,00 |
| Prêmios de Seguros a Apropriar | R$ 1.300,00 |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | R$ 2.100,00 |
| Salários a Pagar | R$ 12.000,00 |
| Terrenos | R$ 15.000,00 |

a) R$ 51.300,00.
b) R$ 50.300,00.
c) R$ 49.600,00.
d) R$ 48.300,00.

87. (CONTADOR – 1º/2003) Uma entidade apura seu resultado pelo Princípio da Competência. O movimento de receitas e despesas de 2002 foi o seguinte:

| | |
|---|---|
| Receita de 2001 recebida em 2002 | R$ 10.000,00 |
| Receita de 2002 recebida em 2003 | R$ 200.000,00 |
| Receita de 2003 recebida em 2002 | R$ 20.000,00 |
| Despesa de 2001 paga em 2002 | R$ 5.000,00 |
| Despesa de 2002 paga em 2002 | R$ 150.000,00 |
| Despesa de 2003 paga em 2002 | R$ 10.000,00 |
| Despesa de 2002 paga em 2003 | R$ 10.000,00 |

Em vista disso, afirmamos que o resultado em 2002 foi:

a) Prejuízo de R$ 30.000,00.
b) Prejuízo de R$ 40.000,00.
c) Lucro de R$ 40.000,00.
d) Lucro de R$ 150.000,00.

88. (TÉCNICO – 1º/2003) Na contabilidade de uma empresa comercial, foi registrado o seguinte lançamento:

| | |
|---|---|
| Bancos Conta Movimento | R$ 105,00 |
| a Duplicatas a Receber | R$ 100,00 |
| a Juros Ativo | R$ 5,00 |

Tal lançamento refere-se à seguinte operação:

a) Cobrança efetuada pelo banco de duplicata acrescida de juros.
b) Recebimento de duplicata descontada.
c) Débito em conta de uma duplicata que foi descontada.
d) Remessa de duplicata ao Banco em cobrança simples.

89. (TÉCNICO – 1º/2003) A Provisão para Créditos de Líquidação Duvidosa é constituída para atender:

a) Aos riscos de inadimplência dos clientes.
b) Às diminuições de créditos por motivos de devoluções.
c) Aos descontos e aos abatimentos concedidos.
d) Aos aumentos dos débitos por motivos de devoluções.

90. (TÉCNICO – 1º/2003) Aumenta o Patrimônio Líquido:

a) Os pagamentos de salários.
b) Os recebimentos de duplicatas com juros.
c) Os recebimentos de duplicatas com desconto.
d) As vendas de bens abaixo do custo de aquisição.

91. (CONTADOR – 2º/2003) As informações abaixo destacadas projetam um resultado com mercadorias de:

| | |
|---|---|
| Devolução de Vendas de Mercadorias | R$ 7.000,00 |
| Estoque Final de Mercadorias | R$ 8.000,00 |
| Estoque Inicial de Mercadorias | R$ 12.000,00 |
| Fretes Pagos sobre Compras de Mercadorias | R$ 5.000,00 |
| ICMs Incidente sobre as Compras de Mercadorias | R$ 15.000,00 |
| ICMs Incidente sobre as Vendas de Mercadorias | R$ 33.000,00 |
| Total das Compras de Mercadorias | R$ 180.000,00 |
| Total das Vendas de Mercadorias | R$ 240.000,00 |

a) R$ 33.000,00.
b) R$ 31.000,00.
c) R$ 26.000,00.
d) R$ 11.000,00.

92. (CONTADOR – 2º/2003) Indique o Resultado Operacional Bruto e o Resultado Líquido do Exercício, respectivamente, em face dos saldos das contas relacionadas abaixo:

| CONTAS | SALDOS |
|---|---|
| Impostos sobre Serviços | R$ 30.000,00 |
| ICMs sobre Vendas | R$ 204.000,00 |
| Despesas Financeiras | R$ 180.000,00 |
| Despesas Administrativas | R$ 150.000,00 |
| Custo de Serviços Prestados | R$ 100.000,00 |
| Custo de Mercadorias Vendidas | R$ 600.000,00 |
| Venda de Mercadorias | R$ 1.200.000,00 |
| Dividendos Propostos | R$ 30.000,00 |
| Receitas de Serviços Prestados | R$ 600.000,00 |
| Provisão para Imposto de Renda | R$ 80.400,00 |

a) R$ 1.070.000,00 e R$ 659.600,00.
b) R$ 896.000,00 e R$ 425.600,00.
c) R$ 866.000,00 e R$ 455.600,00.
d) R$ 770.000,00 e R$ 485.600,00.

93. (CONTADOR – 2º/2003) Uma empresa encerrou seu exercício em 31.12.2002 e efetuou o pagamento de salários de dezembro somente em janeiro de 2003. Não apropriou na data devida a despesa de salários, inobservando o Princípio da Competência, tendo como conseqüência:

a) Diminuição do saldo do caixa em 2002.
b) Diminuição do resultado de 2002.
c) Aumento do saldo do caixa em 2003.
d) Aumento do resultado de 2002.

94. (CONTADOR – 2º/2003) Uma empresa comercial encerra seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano. Em 31.12.2002, as deduções da Receita Operacional Bruta da empresa foram de R$ 7.680,00 e representaram 10% da Receita Operacional Bruta. Em 31.12.2002, o Custo das Mercadorias Vendidas foi de 70% da Receita Operacional Líquida. O valor do Estoque de Mercadorias existente em 31.12.2002 foi de R$ 10.560,00. Em 31.12.2002 o Lucro Operacional Bruto, a Receita Operacional Líquida e o Custo das Mercadorias Vendidas foram, respectivamente:

a) R$ 20.736,00, R$ 69.120,00 e R$ 48.384,00.
b) R$ 20.736,00, R$ 76.800,00 e R$ 48.384,00.
c) R$ 28.416,00, R$ 69.120,00 e R$ 76.800,00.
d) R$ 28.416,00, R$ 76.800,00 e R$ 69.120,00.

95. (TÉCNICO – 2º/2003) Uma empresa emitiu nota fiscal de serviços prestados no valor de R$ 10.000,00, com retenção de imposto de renda na fonte de 1,5% do valor total, recebendo o valor líquido no ato. O registro contábil referente à operação é:

| | | |
|---|---|---|
| a) Caixa | | |
| a Receita de Serviços | R$ | 9.850,00 |
| b) Caixa | | |
| a Receita de Serviços | R$ | 10.000,00 |
| c) Caixa | R$ | 10.000,00 |
| a IRRF a Pagar | R$ | 150,00 |
| a Receita de Serviços | R$ | 9.850,00 |
| d) Caixa | R$ | 9.850,00 |
| IRRF a Recuperar | R$ | 150,00 |
| a Receita de Serviços | R$ | 10.000,00 |

96. (TÉCNICO – 2º/2003) A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos apresentará uma Variação do Capital Circulante Líquido, com as informações abaixo, de:

| | |
|---|---|
| Aquisição de Direitos do Ativo Imobilizado | R$ 16.000,00 |
| Aumento do Ativo Realizável a Longo Prazo | R$ 3.000,00 |
| Aumento do Passivo Exigível a Longo Prazo | R$ 5.000,00 |
| Dividendos Distribuídos | R$ 4.000,00 |
| Encargos de Depreciação | R$ 9.000,00 |
| Lucro Líquido do Exercício | R$ 18.000,00 |
| Realização do Capital Social em dinheiro | R$ 5.000,00 |

a) R$ 14.000,00 de origens.
b) R$ 18.000,00 de origens.
c) R$ 23.000,00 de origens.
d) R$ 37.000,00 de origens.

97. (TÉCNICO – 2º/2003) Com base nos saldos das contas abaixo, o valor **CORRETO** do Patrimônio Líquido, independentemente das contas que compõem o mesmo, é de:

| Contas | Saldos |
|---|---|
| Adiantamento a Fornecedores | R$ 13.000,00 |
| Adiantamento de Clientes | R$ 10.000,00 |
| Estoques | R$ 15.000,00 |
| Financiamentos Bancários | R$ 16.000,00 |
| Fornecedores | R$ 12.000,00 |
| Gastos Diferidos | R$ 25.000,00 |
| Impostos a Recuperar | R$ 8.000,00 |
| Obras em Andamento | R$ 20.000,00 |

a) R$ 17.000,00.
b) R$ 18.000,00.
c) R$ 35.000,00.
d) R$ 43.000,00.

98. (TÉCNICO – 2º/2003) O registro contábil de uma operação em que a empresa adquire as suas próprias ações, é realizado por intermédio da conta:

a) Ações em Tesouraria.
b) Capital a Realizar.
c) Ações em Custódia.
d) Acionistas Conta Capital.

99. (TÉCNICO – 1º/2004) Uma empresa comercial utiliza o Método do Inventário Periódico, com avaliação pelo critério PEPS, para controlar os seus estoques. Durante o exercício de 2003, houve um furto de mercadorias, que só foi descoberto em fevereiro de 2004 com a confissão do culpado. No exercício de 2003, o custo de mercadorias vendidas foi despercebidamente incluído:

a) Nas vendas de mercadorias.
b) No custo de mercadorias vendidas.
c) No estoque final de mercadorias.
d) No estoque inicial de mercadorias.

100. (TÉCNICO – 1º/2004) O pagamento de uma dívida é uma operação que:

a) Diminui o Patrimônio Líquido e o Passivo e aumenta o Ativo.
b) Aumenta o Passivo e diminui o Ativo.
c) Aumenta o Patrimônio Líquido e diminui o Ativo e Passivo.
d) Diminui o Ativo e diminui o Passivo.

101. (TÉCNICO – 1º/2004) Assinale a conta que representa um Direito.

a) Adiantamentos a Fornecedores.
b) Adiantamentos de Clientes.
c) Provisão para 13º Salário.
d) Provisão para Férias.

102. (TÉCNICO – 1º/2004) O lançamento contábil correspondente a um cheque sacado no banco para suprimento de caixa:

a) Altera o Ativo Circulante.
b) Aumenta o Ativo Circulante.
c) Mantém o Ativo Circulante.
d) Reduz o Passivo Circulante.

103. (CONTADOR – 2º/2004) Em relação à disposição na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, classifique os itens abaixo como Origens ou Aplicações de Recursos:

· Aquisição de Equipamentos para pagamento em 30 dias.
· Redução do Ativo Realizável a Longo Prazo.
· Distribuição de Dividendos.
· Aumento de Capital em Dinheiro.
· Obtenção de Financiamento a Longo Prazo.

A seqüência **CORRETA** é:

a) Aplicação, Aplicação, Aplicação, Origem, Aplicação.
b) Aplicação, Origem, Aplicação, Origem, Origem.
c) Origem, Aplicação, Aplicação, Origem, Origem.
d) Origem, Origem, Aplicação, Aplicação, Origem.

104. (CONTADOR – 2º/2004) Uma determinada Companhia gastou, em 2003, com pesquisas para desenvolvimento de um novo produto, o montante de R$ 152.800,00. Neste período, estudos técnicos indicaram que o produto era viável e teria uma vida útil estimada de dez anos. Este valor deverá ser contabilizado no seguinte subgrupo:

a) Ativo Circulante – Imobilizado.
b) Ativo Permanente – Diferido.
c) Ativo Permanente – Investimentos.
d) Ativo Realizável a Longo Prazo – Diferido.

105. (CONTADOR – 2º/2004) Uma empresa apresentou, no início do exercício, um Ativo Circulante de R$ 75.000,00 e um Passivo Circulante de R$ 46.500,00. No final do exercício, o Balanço Patrimonial apresentou um Ativo Circulante de R$ 98.000,00 e um Passivo Circulante de R$ 51.400,00. Na elaboração da Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, foi apurada uma aplicação de recursos no montante de R$ 37.000,00. O valor das origens de recursos, na referida demonstração, é de:

a) R$ 18.100,00.
b) R$ 18.900,00.
c) R$ 55.100,00.
d) R$ 75.100,00.

106. (CONTADOR – 2º/2004) Uma determinada empresa de manutenção de veículos em seu Balancete de Verificação, de 31.12.2003, apresentava os seguintes saldos das contas:

| Contas | Saldos |
|---|---|
| Adiantamento de Clientes | R$ 5.000,00 |
| Bancos conta Movimento | R$ 4.000,00 |
| Caixa | R$ 800,00 |
| Capital a Integralizar | R$ 8.000,00 |
| Capital Social | R$ 12.000,00 |
| Clientes | R$ 800,00 |
| Custo de Serviços Vendidos | R$ 3.500,00 |
| Despesas com Aluguel | R$ 500,00 |
| Despesas com Energia Elétrica | R$ 200,00 |
| Despesas com Pró-Labore | R$ 3.200,00 |
| Despesas com Propaganda | R$ 1.500,00 |
| Despesas com Salários | R$ 3.400,00 |
| Despesas com Seguros | R$ 300,00 |
| Despesas com Telefone | R$ 200,00 |
| Duplicatas a Pagar | R$ 3.500,00 |
| Equipamentos | R$ 4.000,00 |
| Estoques de Peças de Reparos | R$ 5.000,00 |
| Imóveis | R$ 12.000,00 |
| Lucros Acumulados | R$ 2.200,00 |
| Receita com Venda de Serviços | R$ 28.000,00 |
| Seguros a Vencer | R$ 3.300,00 |

Após o encerramento das contas de resultado, o Balanço Patrimonial apresentou o Ativo Total e o Patrimônio Líquido, respectivamente, de:

a) R$ 26.600,00 e R$ 21.400,00.
b) R$ 29.900,00 e R$ 21.400,00.
c) R$ 31.600,00 e R$ 29.400,00.
d) R$ 34.900,00 e R$ 29.400,00.

107. (TÉCNICO – 2º/2004) Quando da apuração do Resultado do Exercício, é **CORRETO** afirmar que:

a) As contas de compensação, ou seja, as receitas, as despesas diferidas e as de compensações no exercício serão encerradas.
b) As contas de resultado, ou seja, as despesas incorridas e as receitas auferidas no exercício serão encerradas.
c) As contas de resultado, ou seja, as receitas antecipadas, as despesas antecipadas, as receitas e as despesas do exercício serão encerradas.
d) As contas transitórias, ou seja, as receitas, as despesas, as receitas antecipadas e despesas antecipadas serão encerradas.

108. (TÉCNICO – 2º/2004) O Estoque Inicial de Mercadorias de uma empresa era de R$ 15.000,00 e o Estoque Final de Mercadorias, de R$ 25.000,00. O Custo das Mercadorias Vendidas durante o exercício foi de R$ 100.000,00. Do total das compras efetuadas, 70% foi a prazo, correspondendo, portanto, ao valor de:

a) R$ 70.000,00.
b) R$ 77.000,00.
c) R$ 80.500,00.
d) R$ 87.500,00.

109. (TÉCNICO – 2º/2004) A alternativa que representa uma Conta de Resultado é:

a) Seguros Pagos Antecipadamente.
b) Salários a Pagar.
c) Fretes sobre Vendas.
d) Despesas Diferidas.

110. (TÉCNICO – 2º/2004) A contabilidade de uma empresa apresentou, no dia 31.12.2003, os seguintes saldos:

| Contas | Saldos |
|---|---|
| Capital Social | R$ 45.000,00 |
| Clientes | R$ 48.000,00 |
| COFINS sobre Faturamento | R$ 1.900,00 |
| Custo das Mercadorias Vendidas | R$ 28.000,00 |
| Descontos Concedidos | R$ 2.000,00 |
| Descontos Obtidos | R$ 3.000,00 |
| Despesas com Juros | R$ 4.500,00 |
| Despesas com Salários | R$ 3.500,00 |
| Devolução de Vendas | R$ 1.800,00 |
| Duplicatas a Pagar | R$ 62.500,00 |
| Estoque de Mercadorias | R$ 45.000,00 |
| ICMs a Recolher | R$ 3.700,00 |
| ICMs Incidentes sobre Vendas | R$ 9.500,00 |
| Imóveis | R$ 26.500,00 |
| PIS sobre Faturamento | R$ 500,00 |
| Prejuízos Acumulados | R$ 15.000,00 |
| Receita com Vendas de Mercadorias | R$ 68.000,00 |
| Salários a Pagar | R$ 4.000,00 |

Tendo em vista os saldos acima, pode-se afirmar que o Resultado Operacional Bruto é de:

a) R$ 16.300,00.
b) R$ 19.300,00.
c) R$ 26.300,00.
d) R$ 28.700,00.

111. (TÉCNICO – 2º/2004) Uma empresa do ramo metalúrgico produz portões metálicos, que são comercializados em operações de vendas, tanto à vista como a prazo. Seu exercício coincide com o ano calendário. O diretor industrial dessa empresa, que também é seu acionista, obteve em 18.12.2003, na Tesouraria, um empréstimo de R$ 20.000,00, assinando uma promissória vencível no dia 26.1.2004. Em 18.12.2003, esse diretor comprou a prazo portões, na própria loja da fábrica, assinando três notas promissórias de R$ 5.000,00, vencíveis em 30, 60 e 120 dias. As operações foram contabilizadas em Títulos a Receber. O saldo da conta Títulos a Receber no Balanço Patrimonial, em 31.12.2003, é de:

a) R$ 15.000,00 no Ativo Circulante e de R$ 20.000,00 no Ativo Realizável a Longo Prazo.
b) R$ 20.000,00 no Ativo Circulante e R$ 15.000,00 Ativo Realizável a Longo Prazo.
c) R$ 35.000,00 no Ativo Realizável a Longo Prazo.
d) R$ 35.000,00 no Ativo Circulante.

112. (TÉCNICO – 2º/2004) As operações de uma empresa, durante o mês de agosto de 2004, foram:

| | |
|---|---|
| Abatimento do ICMs sobre compras de mercadorias | R$ 900,00 |
| Abatimento sobre as vendas de mercadorias | R$ 200,00 |
| Aquisições a prazo de mercadorias | R$ 3.000,00 |
| Aquisições à vista de mercadorias | R$ 2.000,00 |
| Despesa com FGTS | R$ 300,00 |
| Devolução de compras de mercadorias | R$ 300,00 |
| Estoque de mercadorias no final do mês | R$ 1.500,00 |
| Estoque de mercadorias no início do mês | R$ 600,00 |
| ICMs sobre vendas de mercadorias | R$ 1.100,00 |
| PIS sobre faturamento | R$ 150,00 |
| Vendas a prazo de mercadorias | R$ 2.300,00 |
| Vendas à vista de mercadorias | R$ 2.800,00 |

Após efetuar os registros contábeis necessários e fazer a demonstração do resultado do referido mês, a empresa apurou:

a) Resultado Operacional Líquido de R$ 450,00.
b) Resultado Operacional Bruto de R$ 900,00.
c) Receita Líquida com Vendas de R$ 3.850,00.
d) Custo das Mercadorias Vendidas de R$ 3.800,00.

## Gabarito das questões com respostas desenvolvidas:

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | C | **2** | B | **3** | B | **4** | C | **5** | D | **6** | C |
| **7** | C | **8** | D | **9** | C | **10** | C | **11** | C | **12** | A |
| **13** | C | **14** | B | **15** | B | **16** | B | **17** | C | **18** | C |
| **19** | D | **20** | C | **21** | C | **22** | D | **23** | A | **24** | C |
| **25** | A | **26** | D | **27** | C | **28** | B | **29** | B | **30** | D |
| **31** | C | **32** | D | **33** | D | **34** | A | **35** | B | **36** | C |
| **37** | D | **38** | C | **39** | D | **40** | B | **41** | B | **42** | A |
| **43** | D | **44** | B | **45** | D | **46** | B | **47** | C | | |

## Gabarito das questões sem respostas desenvolvidas:

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **48** | D | **49** | B | **50** | A | **51** | C | **52** | B | **53** | B |
| **54** | C | **55** | B | **56** | D | **57** | B | **58** | A | **59** | C |
| **60** | D | **61** | D | **62** | A | **63** | C | **64** | A | **65** | B |
| **66** | B | **67** | D | **68** | B | **69** | A | **70** | D | **71** | C |
| **72** | D | **73** | C | **74** | A | **75** | B | **76** | D | **77** | A |
| **78** | A | **79** | C | **80** | B | **81** | C | **82** | A | **83** | C |
| **84** | C | **85** | A | **86** | D | **87** | C | **88** | A | **89** | A |
| **90** | B | **91** | C | **92** | C | **93** | D | **94** | A | **95** | D |
| **96** | A | **97** | D | **98** | A | **99** | B | **100** | D | **101** | A |
| **102** | C | **103** | B | **104** | B | **105** | C | **106** | B | **107** | B |
| **108** | B | **109** | C | **110** | C | **111** | A | **112** | A | | |

# Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade

# PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 2º/2000) Sobre as reservas e provisões podemos afirmar que:

a) As reservas e provisões são termos semelhantes, pois resguardam as devidas contrapartidas no ativo.
b) As reservas são contabilizadas em contas do patrimônio líquido e as provisões como obrigações ou conta retificadora do ativo.
c) As reservas e provisões são constituídas debitando-se uma conta de resultado e uma conta patrimonial.
d) As reservas e provisões significam a mesma coisa, pois correspondem a diminuições do patrimônio líquido.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

2. (CONTADOR – 2º/2000) Sabendo-se que nos registros contábeis um dos Princípios Fundamentais de Contabilidade adotado é o de Competência, qual o é efeito que representaria uma despesa incorrida, mas não-paga no decurso do exercício, se adotado o regime de caixa:

a) Um passivo maior que o real e lucro maior que o real.
b) Um passivo menor que o real e lucro maior que o real.
c) Um ativo maior que o real e um passivo menor que o real.
d) Um ativo maior que o real e lucro menor que o real.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

3. (CONTADOR – 2º/2000) Em relação às contas de resultado, pode-se afirmar que:

a) Uma despesa paga à vista representa uma redução de ativo e um aumento de passivo.
b) Uma despesa paga antecipadamente provoca uma redução no ativo e na situação líquida.
c) Uma despesa realizada para pagamento futuro representa um aumento de passivo sem qualquer redução ou acréscimo nos valores do ativo.
d) Uma receita realizada para recebimento futuro representa uma redução de passivo e um aumento da situação líquida.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

4. (CONTADOR – 2º/2000) Considerando:

I - A contabilidade estuda e controla o patrimônio, registrando todas as ocorrências nele verificadas.
II - Estudar e controlar o patrimônio, para fornecer informações sobre sua composição e variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial

As afirmativas correspondem, respectivamente:

a) À finalidade e ao conceito da contabilidade.
b) Ao objeto e à finalidade da contabilidade.
c) Ao campo de aplicação e ao objeto da contabilidade.
d) Ao campo de aplicação e ao conceito de contabilidade.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

5. (CONTADOR – 1º/2001) Quanto às normas de escrituração contábil de filiais:

a) O livro Diário poderá ser escriturado de forma resumida, não excedendo a períodos trimestrais.
b) O lançamento contábil deve ser individualizado para cada estabelecimento.
c) Cada filial pode adotar sistema contábil próprio.
d) As contas recíprocas entre estabelecimentos devem ser evidenciadas nas Demonstrações Contábeis.

SOLUÇÃO:
NBC T 2.1 – Das Formalidades da Escrituração Contábil e NBC T 2.6 – Da Escrituração Contábil das Filiais – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

6. (CONTADOR – 1º/2001) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a republicação de Demonstrações Contábeis se aplica, entre outros pontos, na ocasião em que:

a) A assembléia tiver necessidade de fazer uma errata, corrigindo-se erro de publicação.
b) A assembléia de sócios ou acionistas, quando for o caso, aprovar a retificação das Demonstrações Contábeis publicadas.
c) A assembléia de sócios alterar apenas a destinação de resultados propostos pela administração.
d) A assembléia de acionistas alterar apenas a destinação de resultados propostos pela administração.

SOLUÇÃO:
NBC T 6 – 6.3.2.1. A republicação de demonstrações contábeis se aplica quando: Letra b) a assembléia de sócios ou acionistas, quando for o caso, aprovar a retificação das demonstrações contábeis publicadas. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

7. (TÉCNICO – 1º/2002) O Princípio Fundamental de Contabilidade que impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis, denomina-se:

a) Competência.
b) Continuidade.
c) Oportunidade.
d) Prudência.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 10º – O Princípio da Prudência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

8. (TÉCNICO – 1º/2002) O patrimônio da empresa não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários. Essa norma é definida pelo Princípio:

a) Da Continuidade.
b) Da Entidade.
c) Da Oportunidade.
d) Da Prudência.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 4º – O Princípio da Entidade – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade.

9. (TÉCNICO – 1º/2002) No grupo do Permanente, temos os bens e os direitos não-destinados à transformação, à comercialização. Este grupo é constituído pelos subgrupos:

a) Disponível, Imobilizado e Diferido.
b) Estoques, Imobilizado e Diferido.
c) Investimentos, Imobilizado e Diferido.
d) Circulante, Imobilizado e Diferido.

SOLUÇÃO:
NBC T 3 – 3.2 – Do Balanço Patrimonial – III Permanente – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

10. (TÉCNICO – 1º/2002) Simultaneamente, a tempestividade e a integridade do registro do patrimônio e de suas mutações determinando que este seja feito de imediato e com extensão correta, independentemente das causas que as originaram, refere-se ao Princípio da:

a) Competência.
b) Continuidade.
c) Entidade.
d) Oportunidade.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 6º – O Princípio da Oportunidade – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

11. (TÉCNICO – 1º/2002) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, o Patrimônio Líquido Negativo é considerado passivo a descoberto. No Balanço Patrimonial, será demonstrado:

a) Após o Ativo.
b) Após o Passivo.
c) No Patrimônio Líquido.
d) No Resultado do Exercício.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 686/90 e Resolução CFC 847/99 – Alterado pela Resolução CFC 1.049/05 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

12. (TÉCNICO – 1º/2002) A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes. Isto refere-se ao Princípio:

a) Da Competência.
b) Da Continuidade.
c) Da Entidade.
d) Do Registro Pelo Valor Original.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 7º – O Princípio do Registro Pelo Valor Original – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

13. (TÉCNICO – 1º/2002) Adotar o menor valor para os componentes do Ativo e o maior para os do Passivo, sempre que se apresentam alternativas igualmente válidas para o registro contábil, é procedimento indicado pelo Princípio:

a) Da Continuidade.
b) Da Entidade.
c) Da Prudência.
d) Do Registro Pelo Valor Original.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 10º – O Princípio da Prudência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

14. (TÉCNICO – 2º/2002) O Princípio Fundamental de Contabilidade que determina que os registros das receitas e despesas devem ser incluídos na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento é:

a) Da Competência.
b) Da Continuidade.
c) Da Prudência.
d) Do Registro pelo Valor Original.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 9º – O Princípio da Competência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

15. (TÉCNICO – 2º/2002) O registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da entidade, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis no processo decisório da gestão. Esta afirmativa se refere ao Princípio Fundamental de Contabilidade:

a) Da Atualização Monetária.
b) Da Entidade.
c) Da Oportunidade.
d) Do Registro pelo Valor Original.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 6º – O Princípio da Oportunidade – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

16. (TÉCNICO – 2º/2002) Uma empresa comprou à vista um veículo por R$ 20.000,00, nessa data avaliado a preço de mercado por R$ 28.000,00. A empresa terá que contabilizar o referido veículo pelo valor de R$ 20.000,00 de acordo com o Princípio Fundamental de Contabilidade:

a) Da Competência.
b) Da Entidade.
c) Da Oportunidade.
d) Do Registro pelo Valor Original.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 7º – O Princípio do Registro Pelo Valor Original – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

17. (TÉCNICO – 2º/2002) Um dos clientes de uma empresa teve, no exercício de 2001, a sua insolvência decretada por um juiz. A perda relativa à dívida que o referido cliente tinha com uma empresa deve ser reconhecida no exercício de 2001 de acordo com o Princípio Fundamental de Contabilidade:

a) Da Competência.
b) Da Continuidade.
c) Da Entidade.
d) Do Registro pelo Valor Original.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 9º – O Princípio da Competência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

18. (CONTADOR - 1º/2003) O Princípio da Oportunidade refere-se, simultaneamente:

a) À tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações.
b) Aos componentes do patrimônio registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior.
c) Ao valor econômico dos ativos e, em muitos casos, ao valor ou ao vencimento dos passivos.
d) Às receitas e despesas que devem ser incluídas na operação do resultado do período em que ocorram.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 6º – O Princípio da Oportunidade – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

19. (TÉCNICO – 1º/2003) Um dos elementos que o contabilista deve considerar para fixar previamente o valor de seus serviços é:

a) Valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber.
b) O resultado lícito favorável, que para o contratante advirá com o serviço prestado.
c) Manifestar-se, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão.
d) Inteirar-se de todas as circunstâncias antes de emitir opinião sobre qualquer caso.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – art. 6º – Do Valor dos Serviços Profissionais - Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal Contabilidade.

20. (TÉCNICO – 1ª/2003) Na aplicação das sanções éticas, são consideradas como atenuantes:

a) Prestação de relevantes serviços à contabilidade; falta cometida em defesa de prerrogativa profissional; e censura reservada.
b) Prestação de relevantes serviços à contabilidade; ausência de punição ética anterior; e censura pública.
c) Falta cometida em defesa de prerrogativa profissional; ausência de punição ética anterior; e prestação de relevantes serviços à contabilidade.
d) Falta cometida em defesa de prerrogativa profissional; advertência reservada; e prestação de relevantes serviços à contabilidade.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – art. 6º – Do Valor dos Serviços Profissionais - Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal Contabilidade.

21. (CONTADOR – 2º/2003) De acordo com o Princípio da Competência, as receitas consideram-se realizadas:

a) Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
b) Quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
c) Pelo surgimento de um passivo sem o correspondente ativo.
d) Pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 9º – parágrafo 3º – item II – O Princípio da Competência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

22. (TÉCNICO – 1º/2001) Assinale a alternativa que **NÃO** é considerado processo técnico de correção de registro efetuado com erro:

a) Transferência.
b) Estorno.
c) Complementação.
d) Cancelamento.

SOLUÇÃO:
NBC T 2 – 2.4.2 – São formas de retificação – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

23. (TÉCNICO – 1º/2001) Das demonstrações abaixo, a que **NÃO** consta das Normas Brasileiras de Contabilidade é:

a) Fluxo de Caixa.
b) Balanço Patrimonial.
c) Lucros ou Prejuízos Acumulados.
d) Origens e Aplicações de Recursos.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 686/90 - NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

24. (TÉCNICO – 1º/2001) Determinado grupo de contas tem como característica a sua avaliação pelo custo de aplicação, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base no período em que serão auferidos os benefícios deles decorrentes, a partir do início da operação normal. Estas afirmações correspondem ao grupo:

a) Resultado de Exercícios Futuros.
b) Investimentos.
c) Diferido.
d) Despesas Antecipadas.

SOLUÇÃO:
NBC T 4 – Item 4.2.8 – Diferido – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

25. (TÉCNICO – 1º/2001) O ato de retirar um bem da empresa sem a correspondente baixa nos registros contábeis, para ser usado como patrimônio do sócio, descumpre o Princípio da:

a) Entidade.
b) Materialidade.
c) Oportunidade.
d) Prudência.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 4º – O Princípio da Entidade – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

26. (TÉCNICO – 2º/2003) O Princípio Fundamental de Contabilidade que influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível:

a) Do Registro pelo Valor Original.
b) Da Continuidade.
c) Da Prudência.
d) Da Entidade.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 5º – O Princípio da Continuidade – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

27. (TÉCNICO – 2º/2003) Uma Entidade que exerce o comando direto ou indireto sobre outra Entidade é denominada:

a) Controlada.
b) Comandita.
c) Controladora.
d) Comandada.

SOLUÇÃO:
NBC T 8 – 8.1.1.2 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

28. (TÉCNICO – 2º/2003) Consideram-se incorridas as despesas:

a) Pelo surgimento de um passivo sem o correspondente ativo.
b) Pelo pagamento efetuado antecipadamente.
c) Pela aquisição de bens imóveis com pagamento à vista.
d) Pela aquisição de bens imóveis com pagamento parcelado.

SOLUÇÃO:
Resolução 750/93 – art. 9º – O Princípio da Competência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

29. (TÉCNICO – 2º/2003) Identifique o Princípio Fundamental de Contabilidade que determina que o uso da moeda do País na tradução do valor dos componentes patrimoniais constitui imperativo de homogeneização quantitativa dos mesmos.

a) Princípio da Atualização Monetária.
b) Princípio da Oportunidade.
c) Princípio da Prudência.
d) Princípio do Registro Pelo Valor Original.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 7º – O Princípio do Registro Pelo Valor Original – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

30. (TÉCNICO – 1º/2004) Segundo o Princípio da Competência, as receitas consideram-se realizadas:

a) Pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros.
b) Pelo recebimento antecipado de serviços a serem executados.
c) Pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.
d) Pelo surgimento de um passivo sem o correspondente ativo.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 9º – O Princípio da Competência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

31. (TÉCNICO – 1º/2004) De acordo com o Princípio da Competência, as despesas consideram-se incorridas:

a) Pela diminuição ou extinção do valor econômico de um passivo, correlacionada com o Patrimônio Líquido.
b) Quando deixar de existir o correspondente valor ativo por transferência de sua propriedade para terceiro.
c) Pela geração natural de novos ativos independentes da intervenção de terceiros.
d) Quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento de um ativo de valor igual ou maior.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 9º – O Princípio da Competência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

32. (CONTADOR – 1º/2004) Analise os fatos contábeis que se seguem:

I. Os fatos contábeis mistos diminutivos são aqueles que, ao permutarem os elementos patrimoniais, provocam redução no Patrimônio Líquido.
II. Os fatos contábeis permutativos provocam alteração no Patrimônio Líquido.
III. Os fatos contábeis mistos combinam um fato contábil permutativo e um fato contábil modificativo relacionados na mesma operação.
IV. Os fatos contábeis mistos aumentativos são aqueles que, ao permutarem os elementos patrimoniais, aumentam o Patrimônio Líquido.
V. Os fatos contábeis modificativos não provocam alteração no Patrimônio Líquido.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

a) II, III e V.
b) I, III e IV.
c) I, II e IV.
d) III, IV e V.

SOLUÇÃO:
I. CORRETO - Os fatos contábeis mistos diminutivos são aqueles fatos que ao permutarem os elementos patrimoniais provocam redução no Patrimônio Líquido.
II. INCORRETO - Os fatos contábeis permutativos provocam alteração no Patrimônio Líquido.
III. CORRETO - Os fatos contábeis mistos combinam ao mesmo tempo um fato contábil permutativo e um fato contábil modificativo, relacionados em uma mesma operação.
IV. CORRETO - Os fatos contábeis mistos aumentativos são aqueles fatos que ao permutarem os elementos patrimoniais aumentam o Patrimônio Líquido.
V. INCORRETO - Os fatos contábeis modificativos não provocam alteração no Patrimônio Líquido.

33. (TÉCNICO–2º/2004) Com relação aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, a alternativa **CORRETA** é:

a) A apropriação antecipada das prováveis perdas futuras é determinada pelo Princípio do Registro pelo Valor Original.
b) A observância do Princípio da Continuidade não influencia a aplicação do Princípio da Competência, pois o valor econômico dos ativos e dos passivos já contabilizados não se altera em função do tempo.
c) Da observância do Princípio da Oportunidade resulta que o registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade em um determinado período de tempo.
d) O Princípio da Entidade reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, exceto em instituições cujo patrimônio pode confundir-se com o dos sócios.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 6º – O Princípio da Oportunidade – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade.

34. (TÉCNICO – 2º/2004) A constituição da Provisão para Devedores Duvidosos atende, entre outros, ao seguinte Princípio Fundamental de Contabilidade:

a) Da Atualização Monetária.
b) Da Entidade.
c) Da Prudência.
d) Do Registro pelo Valor Original.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 10º – O Princípio da Prudência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

35. (TÉCNICO – 2º/2004) No caso de um bem recebido em doação, a aplicação do Princípio do Registro pelo Valor Original resulta no registro do bem:

a) Pelo valor simbólico de uma unidade monetária.
b) Pelo valor de mercado na data da doação.
c) Pelo valor autorizado pela Secretaria da Receita Federal.
d) Pelo custo de aquisição pago pelo doador.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 7º – O Princípio do Registro Pelo Valor Original – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

36. (TÉCNICO – 2º/2004) Uma determinada empresa vendeu, em janeiro de 2004, R$ 80.000,00, tendo recebido 50% à vista e 50% com 60 dias, e incorreu em despesas de R$ 35.000,00 totalmente pagas. Observando o Princípio da Competência, o resultado do mês seria de:

a) Prejuízo de R$ 45.000,00.
b) Prejuízo de R$ 35.000,00.
c) Lucro de R$ 5.000,00.
d) Lucro de R$ 45.000,00.

SOLUÇÃO:
O lucro seria de R$ 45.000,00, pois o princípio estabelece que as receitas e despesas devem ser reconhecidas independentemente do recebimento ou pagamento.
Resolução CFC 750/93 – art. 9º – O Princípio da Competência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

37. (TÉCNICO – 2º/2004) Considere as afirmativas a seguir a respeito das formalidades da escrituração contábil:

I. Não se admite o uso de códigos e/ou abreviaturas nos históricos dos lançamentos.
II. A escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análises e mapas demonstrativos e Demonstrações Contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusivas de Contabilista legalmente habilitado.
III. O Balanço e demais Demonstrações Contábeis de encerramento de exercício serão transcritos no "Razão", completando-se com as assinaturas do Contabilista e do titular ou do representante legal da Entidade.
IV. No caso de a Entidade adotar para a sua escrituração contábil o processo eletrônico, os formulários contínuos, numerados mecânica ou tipograficamente, serão destacados e encadernados em forma de livro.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

a) I e III.
b) I e IV.
c) II e III.
d) II e IV.

SOLUÇÃO:
NBCT 2.1 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

38. (TÉCNICO – 2º/2004) As Normas Brasileiras de Contabilidade devem estar em consonância com:

a) Os pronunciamentos técnicos do Banco Central.
b) Os pronunciamentos da Comissão dos Auditores Independentes.
c) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade.
d) Os Princípios e as Normas Contábeis editadas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (Internacional Accounting Standards Committee – IASC).

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 1º – Parágrafo 1º – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

# PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE – SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

39. (CONTADOR – 1º/2000) A escrituração de uma companhia deverá registrar as mutações patrimoniais observando:

a) O estabelecido no estatuto social.
b) Os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.
c) A orientação de auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários.
d) O respeito à determinação do Conselho de Administração.

40. (CONTADOR – 1º/2000) Conforme o Princípio da Competência, o reconhecimento da Receita deverá ser:

a) Na emissão do pedido.
b) No recebimento do adiantamento.
c) No recebimento da receita.
d) Na venda do produto.

41. (CONTADOR – 1º/2000) "Deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão". O trecho em destaque refere-se ao Princípio da:

a) Prudência.
b) Oportunidade.
c) Competência.
d) Entidade.

42. (CONTADOR – 1º/2000) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, são considerados atributos da informação contábil:

a) Objetividade e confiabilidade.
b) Confiabilidade e sensibilidade.
c) Compreensibilidade e comparabilidade.
d) Temporalidade e comparabilidade.

43. (TÉCNICO – 1º/2000) A idéia "custo ou mercado, dos dois o que for mais baixo" relaciona-se ao princípio contábil da:

a) Oportunidade.
b) Continuidade.
c) Competência.
d) Prudência.

44. (TÉCNICO – 1º/2000) O proprietário de uma firma comercial adquiriu uma chácara para uso familiar com recursos da firma. O registro dessa aquisição na contabilidade da instituição inobservam o princípio da:

a) Oportunidade.
b) Entidade.
c) Individualidade.
d) Identidade Patrimonial.

45. (TÉCNICO – 1º/2000) De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade, são exclusivamente princípios contábeis:

a) Caixa, Tempestividade, Competência.
b) Oportunidade, Caixa e Competência.
c) Oportunidade, Confiabilidade e Tempestividade.
d) Continuidade, Competência e Prudência.

46. (TÉCNICO – 1º/2000) Uma empresa deixou de registrar o valor da depreciação de um exercício, efetuando o lançamento correspondente no exercício seguinte. Quanto ao ajuste, pode-se afirmar que:

a) Foi inobservado o Princípio da Competência.
b) Houve aumento do ativo e variação negativa do patrimônio líquido no exercício anterior.
c) O resultado do exercício em que a depreciação não foi registrada ficou subestimado.
d) Não houve alteração no estado de riqueza da entidade.

47. (TÉCNICO – 1º/2000) As Normas Brasileiras de Contabilidade se classificam em:

a) Profissionais e Técnicas.
b) Profissionais e Éticas.
c) Éticas e Técnicas.
d) Éticas e Disciplinares.

48. (TÉCNICO – 1º/2000) De acordo com o Decreto-Lei nº 9.295, de 27/5/46, a profissão contábil pode ser exercida pelo Técnico em Contabilidade e pelo Contador, sendo que:

a) O Contador, quando perito, deve considerar com parcialidade o pensamento exposto em laudo submetido a sua apreciação.
b) O Técnico deve recusar sua indicação para um trabalho de auditoria quando reconheça-se incapacitado para executá-lo.
c) O campo de atuação do Técnico é ilimitado.
d) O campo de atuação de cada um é definido pelas prerrogativas profissionais.

49. (TÉCNICO – 2º/2000) De acordo com o Princípio da Competência, consideram-se incorridas as despesas, quando:

a) Houver diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.
b) Originar um passivo com um correspondente ativo.
c) Ocorrer aumento do Patrimônio Líquido.
d) Ocorrer redução de capitais de terceiros.

50. (TÉCNICO – 2º/2000) O proprietário de uma empresa tem o hábito de pagar as despesas de manutenção de seu veículo com cheque da entidade. Quanto a este procedimento, é **CORRETO** afirmar que o proprietário:

a) Está descumprindo o Princípio da Entidade, uma vez que ele não distingue o atributo da autonomia do patrimônio da entidade em relação ao próprio.
b) Não está deixando de atender a nenhum princípio, pois a entidade sendo de sua propriedade é indiferente se ele está, ou não, usando para si os recursos, uma vez que todo o capital lhe pertence.
c) Está cumprindo o Princípio da Entidade, pois não havendo outros sócios não é necessário distinguir o atributo da autonomia do patrimônio da entidade em relação aos demais.
d) Está observando o Princípio da Oportunidade por se tratar apenas de antecipação de retirada da parte que lhe cabe do lucro da entidade.

## Gabarito das questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | B | **2** | B | **3** | C | **4** | A | **5** | B | **6** | B |
| **7** | D | **8** | B | **9** | C | **10** | D | **11** | A | **12** | D |
| **13** | C | **14** | A | **15** | C | **16** | D | **17** | A | **18** | A |
| **19** | B | **20** | D | **21** | B | **22** | D | **23** | A | **24** | C |
| **25** | A | **26** | B | **27** | C | **28** | A | **29** | D | **30** | A |
| **31** | B | **32** | B | **33** | C | **34** | C | **35** | B | **36** | D |
| **37** | D | **38** | C | | | | | | | | |

## Gabarito das questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **39** | B | **40** | D | **41** | B | **42** | C | **43** | D | **44** | B |
| **45** | D | **46** | A | **47** | A | **48** | D | **49** | A | **50** | A |

# Teoria da Contabilidade

# TEORIA DA CONTABILIDADE - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 1°/2002) A escola de pensamento contábil cujas idéias foram defendidas por Vicenzo Masi e que definiu o patrimônio como objeto de estudo da contabilidade é:

a) Patrimonialismo.
b) Personalismo.
c) Controlismo.
d) Aziendalismo.

SOLUÇÃO:
A Escola de pensamento contábil cujas idéias foram defendidas por Vicenzo, definindo o patrimônio como objeto, foi o Patrimonialismo.

2. (CONTADOR – 1°/2002) Uma empresa tem uma dívida de R$ 2.000,00. Com a obtenção de um desconto de 20% no pagamento terá praticado um fato contábil denominado:

a) Modificativo diminutivo.
b) Misto diminutivo.
c) Modificativo aumentativo.
d) Misto aumentativo.

SOLUÇÃO:
O desconto é uma receita. O fato tem a seguinte mutação: Ativo – Passivo + Patrimônio Líquido.
O pagamento da divida diminui o Ativo (caixa), diminui o Passivo e aumentou com a receita o Patrimônio Líquido, logo, o fato contábil é misto aumentativo.

3. (CONTADOR – 1°/2002) Os efeitos relativos a um fato permutativo concernente a itens exclusivamente do Ativo alteram a substância patrimonial apenas:

a) Economicamente.
b) Quantitativamente.
c) Qualitativamente.
d) Quantitativamente e qualitativamente.

SOLUÇÃO:
Os efeitos relativos a um fato permutativo concernente a itens exclusivamente do Ativo alteram positivamente um item do Ativo e negativamente um item do mesmo grupo em igual valor. Portanto, o efeito é qualitativo.

4. (CONTADOR – 1°/2002) O proprietário majoritário de uma empresa presenteou um amigo com um produto de venda sem nenhum ressarcimento financeiro para a empresa ou qualquer outro procedimento contábil. Neste caso é, **CORRETO** afirmar que o proprietário:

a) Atendeu à Teoria Personalista, pois a empresa e seus sócios formam um único ente.
b) Não atendeu à Teoria Patrimonialista, pois o patrimônio pertence aos dois sócios.
c) Atendeu à Teoria Patrimonialista, pois o produto foi fornecido pelo sócio majoritário.
d) Não atendeu à Teoria Personalista, pois a empresa é um ente independente dos sócios.

SOLUÇÃO:
A Teoria Personalista condiz com o Principio Fundametal de Contabilidade da Entidade.

5. (CONTADOR – 2°/2002) A opção que contém fato contábil misto é:

a) Venda de imóvel com lucro.
b) Pagamento de salários do mês anterior.
c) Pagamento de compras e recebimento de vendas do mesmo mês.
d) Liquidação de duplicata, parte em cheque e o restante em dinheiro.

SOLUÇÃO:
A venda de um imóveis esta trocando um bem por outro e auferindo um lucro que influenciará no resultado, retratando um fato contabil misto.

6. (CONTADOR – 2°/2002) No seu sentido mais amplo de ciência social, o objeto da contabilidade é:

a) A avaliação dos componentes pelo valor original.
b) Os registros contábeis.
c) O patrimônio das entidades.
d) Transferência de propriedades.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 2º – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

7. (CONTADOR – 2°/2003) Recentemente, uma loteadora colocou à venda terrenos de ótima localização para fins residenciais. Uma empresa de grande sucesso, atuante no ramo de indústria têxtil, instalada numa cidade em crescimento, possui recursos disponíveis por tempo indeterminado e decidiu adquirir dois terrenos no valor de R$ 50.000,00 cada para fins de auferir rendas por meio de locação. Tal bem deve ser registrado no:

a) Ativo Circulante.
b) Ativo Realizável a Longo-Prazo.
c) Ativo Permanente – Imobilizado.
d) Ativo Permanente – Investimento.

SOLUÇÃO:
Investimentos Permanentes – Outros Investimentos Permanentes: Englobam os demais investimentos distintos da forma de participações em outras empresas, e com subcontas por natureza dos ativos, ou seja, obras de arte, terrenos e imóveis para futura utilização e imóveis não de uso (de renda) e a respectiva provisão para perdas permanentes.

8. (CONTADOR – 2°/2003) As receitas e as despesas estão geralmente relacionadas nas empresas com fins lucrativos. Sendo assim, podemos afirmar que:

a) A despesa é incorrida no momento em que ocorre o consumo, e a receita, no momento em que recebemos os direitos já provisionados.
b) A despesa é incorrida no momento em que ocorre o desembolso, e a receita é realizada no momento em que se transfere a propriedade do bem.
c) A receita é realizada no momento em que é transferida a propriedade do bem ou serviço, e a despesa é incorrida no momento do consumo.
d) A receita é realizada por ocasião da transferência da propriedade, e a despesa é incorrida no momento da aquisição, independentemente do pagamento.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 9º – O Princípio da Competência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

9. (CONTADOR – 2°/2003) De acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, o Princípio da Prudência determina que:

a) O registro deve ensejar o reconhecimento universal das variações ocorridas no patrimônio da Entidade, em um período de tempo determinado, base necessária para gerar informações úteis ao processo decisório da gestão.
b) A adoção do menor valor para os componentes do Ativo e do maior para os do Passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.
c) A continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível.
d) A avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 750/93 – art. 10º – O Princípio da Prudência – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

10. (CONTADOR – 1°/2003) Os grupos contábeis representativos das origens de recursos são:

a) Passivo, Patrimônio Líquido e Receitas.
b) Ativo e Receitas.
c) Patrimônio Líquido, Receitas e Ativo.
d) Ativo, Patrimônio Líquido e Passivo.

SOLUÇÃO:
As origens retratadas na questão são o Passivo, Patrimônio Líquido e as Receitas.

11. (CONTADOR – 2°/2004) A alternativa **INCORRETA** em relação à Contabilidade enquanto conhecimento é:

a) A Contabilidade deve permitir ao usuário, como partícipe do mundo econômico, observar e avaliar o comportamento; comparar seus resultados com os de outros períodos ou Entidades; avaliar seus resultados à luz dos objetivos estabelecidos.
b) A Contabilidade possui objeto próprio, que é o Patrimônio das Entidades, e consiste em conhecimentos obtidos por metodologia racional, com as condições de generalidade, incerteza e falta de causas, em nível qualitativo diferente das demais ciências sociais.
c) Na Contabilidade, o objeto é sempre o Patrimônio de uma Entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e obrigações para informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente da sua finalidade, que pode, ou não, incluir o lucro.
d) Os usuários tanto podem ser internos e externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela Entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos, suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e das mutações sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro.

SOLUÇAO:
Resolução CFC 774/94 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

12. (CONTADOR – 2°/2004) Considere as afirmativas a seguir a respeito das formalidades da escrituração contábil:

I. Não se admite o uso de códigos e/ou abreviaturas nos históricos dos lançamentos.
II. A escrituração contábil e a emissão de relatórios, peças, análises e mapas Demonstrativos e Demonstrações Contábeis são de atribuição e responsabilidade exclusivas de Contabilista legalmente habilitado.
III. O Balanço e as demais Demonstrações Contábeis de encerramento de exercício serão transcritos no "Razão", completando-se com as assinaturas do Contabilista e do titular ou do representante legal da Entidade.
IV. No caso de a Entidade adotar para sua escrituração contábil o processo eletrônico, os formulários contínuos, numerados mecânica ou tipograficamente, serão destacados e encadernados em forma de livro.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

a) I e III.
b) I e IV.
c) II e III.
d) II e IV.

SOLUÇÃO:
NBCT 2.1 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

## TEORIA DA CONTABILIDADE - SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

13. (CONTADOR – 1º/2000) O objetivo fundamental da Contabilidade é:

a) Atender apenas aos interesses de instituições financeiras e fornecedores.
b) Atender aos interesses das instituições financeiras, dos fornecedores e do fisco.
c) Respaldar as informações prestadas à Receita Federal.
d) Prover os usuários das Demonstrações Contábeis com informações que os ajudem a tomar decisões.

14. (CONTADOR – 1º/2000) O Método das Partidas Dobradas significa que:

a) Não existe(m) débito(s) sem crédito(s) correspondente(s).
b) Nos lançamentos contábeis a soma dos valores creditados deve ser sempre igual à soma de valores debitados das contas envolvidas.
c) Haverá sempre um débito e um crédito de valores desiguais.
d) Existem para cada débito dois lançamentos de crédito.

15. (CONTADOR – 1°/2000) O primeiro livro editado sobre o método das partidas dobradas, marco importante na história da contabilidade, foi de autoria de:

a) Benedetto Cotruglio.
b) Luca Pacioli.
c) Vicenzo Masi.
d) Simon Stevin.

16. (CONTADOR – 1°/2000) Quanto à distinção entre Princípios e Normas Contábeis, pode-se afirmar que:

a) Os princípios são de conduta obrigatória, enquanto as normas os orientam.
b) Os princípios e normas são sinônimos.
c) Tanto os princípios como as normas são de conduta obrigatória.
d) Princípios e normas somente são diferenciáveis no plano técnico.

17. (CONTADOR – 1°/2000) De acordo com os estudos epistemológicos, a contabilidade é classificada como pertencente ao grupo das ciências:

a) Sociais.
b) Exatas.
c) Naturais.
d) Patrimoniais.

18. (TÉCNICO – 1°/2003) A Teoria Contábil que classifica as contas em Patrimoniais e de Resultado é:

a) Teoria Personalista.
b) Teoria das Partidas Dobradas.
c) Teoria Patrimonialista.
d) Teoria Materialista.

19. (CONTADOR – 2°/2002) O pagamento de uma duplicata com juros constitui-se em um fato:

a) Permutativo.
b) Modificativo Aumentativo.
c) Misto  Negativo.
d) Misto Positivo.

20. (CONTADOR – 2°/2004) Considere as afirmativas, a seguir, acerca das Notas Explicativas:

I. As informações contidas nas Notas Explicativas devem ser relevantes, complementares e/ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não-constantes nas Demonstrações Contábeis propriamente ditas.
II. As Notas Explicativas incluem informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social, bem como os critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis e eventos subseqüentes ao balanço.
III. As Notas Explicativas devem restringir-se às informações requeridas em decorrência de legislação e outros dispositivos regulamentares específicos em função das características da Entidade.
IV. Entre outros, os seguintes aspectos devem ser observados na elaboração das Notas Explicativas: os assuntos relacionados devem ser agrupados segundo seus atributos comuns e os dados devem permitir comparações com os de datas de períodos anteriores.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

a) I, II e III.
b) I, II e IV.
c) I, III e IV.
d) II, III e IV.

21. (CONTADOR – 1°/2001) Representam a essência das doutrinas e das teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso País:

a) Os Princípios Fundamentais da Contabilidade.
b) As Normas Brasileiras de Contabilidade.
c) Os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos.
d) As Convenções Contábeis Geralmente Aceitas.

22. (CONTADOR – 1°/2001) A receita é considerada realizada, entre outros casos, quando:

a) Há criação de valor econômico de um ativo.
b) Há transações com terceiros, inclusive quando não inexiste compromisso firme de efetuar o pagamento.
c) Há o recebimento efetivo de doações e subvenções.
d) Há o surgimento de um passivo sem o correspondente ativo.

23. (CONTADOR – 1°/2001) A primeira obra publicada sobre o método das partidas dobradas foi de autoria de:

a) Besta.
b) Cotruglio.
c) Lopes Sá.
d) Pacioli.

24. (CONTADOR – 1°/2001) O Balanço Patrimonial destina-se a evidenciar:

a) A situação exclusivamente qualitativa da empresa ao final de cada exercício social.
b) A situação do lucro ou prejuízo da empresa em 31 de dezembro de cada ano.
c) O patrimônio e o patrimônio líquido da entidade, quantitativa e qualitativamente, em determinada data.
d) A situação financeira líquida da entidade, quantitativa e qualitativamente, em determinada data.

## Gabarito das questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | A | **2** | D | **3** | B | **4** | D | **5** | A | **6** | C |
| **7** | D | **8** | C | **9** | B | **10** | A | **11** | B | **12** | D |

## Gabarito das questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **13** | D | **14** | B | **15** | B | **16** | C | **17** | A | **18** | C |
| **19** | C | **20** | B | **21** | A | **22** | C | **23** | D | **24** | C |

# Contabilidade Pública

# CONTABILIDADE PÚBLICA - QUESTÕES COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 2º/2000) - Observe o Balanço Orçamentário abaixo.

Balanço Orçamentário em 31.12.1999

| RECEITA ORÇAMENTÁRIA | PREVISÃO | EXECUÇÃO | DIFERENÇA |
|---|---|---|---|
| Receitas Correntes | | | |
| Tributária | R$ 600,00 | R$ 546,00 | (R$ 54,00) |
| Patrimonial | R$ 415,00 | R$ 210,00 | (R$ 205,00) |
| Serviços | R$ 185,00 | R$ 192,00 | R$ 7,00 |
| Transferências Correntes | R$ 1.875,00 | R$ 1.480,00 | (R$ 395,00) |
| Receitas de Capital | | | |
| Alienação de Bens | R$ 890,00 | R$ 152,00 | (R$ 738,00) |
| Operações de Crédito | - | R$ 670,00 | R$ 670,00 |
| Transferências de Capital | R$ 1.060,00 | R$ 1.810,00 | R$ 750,00 |
| Soma | R$ 5.025,00 | R$ 5.060,00 | R$ 35,00 |
| DESPESA ORÇAMENTÁRIA | FIXAÇÃO | EXECUÇÃO | DIFERENÇA |
| Créditos Iniciais | R$ 4.775,00 | R$ 4.693,00 | (R$ 82,00) |
| Créditos Adicionais | R$ 250,00 | R$ 235,00 | (R$ 15,00) |
| Soma | R$ 5.025,00 | R$ 4.928,00 | (R$ 97,00) |

O resultado da execução orçamentária é:

a) Deficitária em R$ 97,00
b) Superavitária em R$ 35,00
c) Superavitária em R$ 132,00
d) Deficitária em R$ 62,00

SOLUÇÃO:
Superavit = Receita Executada – Despesa Executada
Superavit = R$ 5.060,00 – R$ 4.928,00
Superavit = R$ 132,00

2. (CONTADOR – 2º/2000) As afirmativas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

a) Entende-se como arrecadação a fase do estágio da receita no qual o credor se habilita ao recebimento do valor e concede ao poder público a plena quitação por meio da emissão do recibo.
b) Entre os estágios, da receita temos o lançamento de receita. É o estágio no qual se discrimina a espécie, o valor e o vencimento do tributo de cada um.
c) O recolhimento é a fase na qual os agentes arrecadadores (públicos ou privados), entregam ao tesouro público o produto da arrecadação.
d) A dívida ativa é a composição das importâncias relativas a tributos, multas e créditos fazendários lançados, mas não cobrados ou não recebidos no prazo de vencimento.

SOLUÇÃO:
A fase de arrecadação da receita corresponde ao momento da entrega do valor do imposto à rede bancária pelo contribuinte e não à habilitação do credor.

3. (CONTADOR – 1º/2002) Ordenador de despesa é:

a) Contabilista responsável pelos registros.
b) Autoridade sujeita à tomada de contas.
c) Servidor que responde pela análise dos suprimentos de fundos.
d) Responsável pelo controle interno de órgão.

SOLUÇÃO:
Art. 81 da Lei Nº. 4.320 / 64.

4. (CONTADOR – 2º/2002) As Obrigações Tributárias e Contributivas são despesas decorrentes do pagamento de:

a) Tributos e contribuições sociais e pensão alimentícia.
b) Tributos e contribuições econômicas e de terceiros.
c) Tributos e contribuições sociais e econômicas.
d) Tributos e contribuições sociais e patronais.

SOLUÇÃO:
Portaria Interministerial nº.163, de 04.05.2001, da Secretaria do Tesouro Nacional
Ministério da Fazenda art. 50 da Lei Complementar 101 Item 47.

5. (CONTADOR – 1º/2001) O Crédito Extraordinário é uma classificação dos Créditos Adicionais que poderá ser autorizado com o fim de atender a despesas:

a) Consideradas imprevistas e urgentes.
b) Com programas de trabalho não-previstos no orçamento em vigor.
c) Previstas no orçamento, mas insuficientes para atender às necessidades da Administração Pública.
d) Com aumento dos vencimentos dos servidores públicos ativos.

SOLUÇÃO:
Art. 4º, Inciso III, da Lei Nº. 4.320/64.

6. (CONTADOR – 1º/2001) Observe o Balanço Orçamentário abaixo.

Balanço Orçamentário 31.12.2000

| RECEITA ORÇAMENTÁRIA | PREVISÃO | EXECUÇÃO | DIFERENÇA |
|---|---|---|---|
| RECEITAS CORRENTES | R$ 6.637,00 | R$ 11.889,00 | (R$ 5.252,00) |
| Tributária | R$ 1.300,00 | R$ 6.097,00 | (R$ 4.797,00) |
| Patrimonial | R$ 972,00 | R$ 857,00 | R$ 115,00 |
| Industrial | R$ 383,00 | R$ 953,00 | (R$ 570,00) |
| Transferências Correntes | R$ 3.982,00 | R$ 3.982,00 | R$ 0,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | R$ 7.677,00 | R$ 3.468,00 | R$ 4.209,00 |
| Alienação de Bens | R$ 1.100,00 | R$ 958,00 | R$ 142,00 |
| Operações de Crédito | R$ 3.835,00 | - | R$ 3.835,00 |
| Transferências de Capital | R$ 2.742,00 | R$ 2.510,00 | R$ 232,00 |
| Soma | R$ 14.314,00 | R$ 15.357,00 | (R$ 1.043,00) |
| DESPESA ORÇAMENTÁRIA | FIXAÇÃO | EXECUÇÃO | DIFERENÇA |
| Créditos Iniciais | R$ 12.835,00 | R$ 11.496,00 | R$ 1.339,00 |
| Créditos Adicionais | R$ 1.479,00 | R$ 579,00 | R$ 900,00 |
| Soma | R$ 14.314,00 | R$ 12.075,00 | R$ 2.239,00 |

A análise do comportamento da execução orçamentária revela:

a) Insuficiência na alocação dos custos correspondentes às receitas industriais de R$ 570,00.
b) Obtenção de empréstimos de R$ 3.835,00.
c) Excesso na arrecadação de impostos e demais tributos de R$ 4.797,00.
d) Equilíbrio nas transferências.

SOLUÇÃO:
O valor executado das receitas tributárias (impostos e demais tributos) é superior à previsão em R$ 4.797,00.

7. (CONTADOR – 1º/2001) Observe o Balanço Orçamentário abaixo.

Balanço Orçamentário em 31.12.1999

| RECEITA ORÇAMENTÁRIA | PREVISÃO | EXECUÇÃO | DIFERENÇA |
|---|---|---|---|
| Receitas Correntes | | | |
| Tributária | R$ 25.200,00 | R$ 23.100,00 | (R$ 2.100,00) |
| Patrimonial | - | - | - |
| Serviços | - | - | - |
| Transferências Correntes | R$ 2.800,00 | R$ 2.600,00 | (R$ 200,00) |
| Receitas de Capital | | | |
| Alienação de Bens | R$ 2.100,00 | R$ 2.100,00 | |
| Operações de Crédito | R$ 6.900,00 | R$ 5.800,00 | (R$ 1.100,00) |
| Transferências de Capital | - | - | - |
| Soma | R$ 37.000,00 | R$ 36.600,00 | (R$ 3.400,00) |
| DESPESA ORÇAMENTÁRIA | FIXAÇÃO | EXECUÇÃO | DIFERENÇA |
| Créditos Iniciais | R$ 30.600,00 | R$ 28.800,00 | (R$ 1.800,00) |
| Créditos Adicionais | R$ 6.400,00 | R$ 6.400,00 | - |
| Soma | R$ 37.000,00 | R$ 35.200,00 | (R$ 1.800,00) |

Na entidade pública, para registro das transações e visando à apuração dos resultados gerais do exercício, devem ser observados, por imposição de lei:

a) O regime de competência ou de confrontação entre despesas incorridas no período e a correspondente geração das receitas.
b) De competência para as receitas geradas e de caixa para as despesas efetivamente pagas.
c) O regime de caixa para as receitas arrecadadas e de competência para as despesas legalmente empenhadas.
d) De caixa para as receitas efetivamente recebidas e competência para as despesas liquidadas no exercício.

SOLUÇÃO:
Art. 35 da Lei Nº. 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal.

8. (CONTADOR – 1º/2003) Considere a situação abaixo relativa a um determinado exercício financeiro.

| | |
|---|---|
| Receitas Correntes Previstas | R$ 60,00 |
| Receitas Correntes Executadas | R$ 80,00 |
| Receitas de Capital Previstas | R$ 40,00 |
| Receitas de Capital Executadas | R$ 30,00 |
| Despesas Correntes Fixadas | R$ 50,00 |
| Despesas Correntes Executadas | R$ 40,00 |
| Despesas de Capital Fixadas | R$ 50,00 |
| Despesas de Capital Executadas | R$ 50,00 |

Com base nos dados apresentados, na execução do orçamento, afirmamos que:

a) Houve um superávit corrente de R$ 40,00 e um déficit de capital de R$ 20,00.
b) O excesso de R$ 20,00 na receita realizada não poderá ser utilizado na suplementação de despesa de capital.
c) É inevitável a realização da despesa de R$ 100,00, em função do limite inicialmente fixado.
d) O efeito resultante do excesso de arrecadação e da economia de despesa incorpora-se automaticamente ao orçamento do exercício financeiro seguinte.

SOLUÇÃO:
Houve um superávit corrente de R$ 40,00 e um déficit de capital de R$ 20,00.
O superávit corrente de R$ 40,00 é resultado de uma arrecadação de Receitas Correntes de R$ 80,00 e de execução de Despesas Correntes de R$ 40,00. O déficit de capital de R$ 20,00 corresponde a arrecadação de Receitas de Capital de R$ 30,00 e execução de Despesas de Capital de R$ 50,00.
A regulamentação da apresentação do Balanço Orçamentário está no art. 102 da Lei n.º 4.320/64. O Balanço Orçamentário, identificado como anexo 12 da mesma Lei, vem acompanhado, segundo os comentários do artigo referenciado, dos anexos 1, 6, 7, 8, 9, 10, e 11. A identificação do superávit ou de déficit em cada categoria econômica se apresenta especificamente no anexo 1.

9. (CONTADOR – 2º/2003) O superávit financeiro que permitirá a abertura de créditos suplementares nos termos da lei é apurado em:

a) Balanço das Variações Patrimoniais.
b) Balanço Financeiro.
c) Balanço Orçamentário.
d) Balanço Patrimonial.

SOLUÇÃO:
O inciso I do § 1º do Art. 43 da Lei n.º 4.320/64 diz:
"O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior."

10. (CONTADOR – 2º/2004) Sabendo-se que o Ativo Real é R$ 27.000,00, o Saldo Patrimonial negativo é R$ 6.000,00. O valor do Passivo Permanente, tendo em vista que ele corresponde ao dobro do Passivo Financeiro, é de:

a) R$ 11.000,00.
b) R$ 18.000,00.
c) R$ 20.000,00.
d) R$ 22.000,00.

SOLUÇÃO:
Ativo Real – Passivo Real = Saldo Patrimonial
R$ 27.000,00 – Passivo Real = - R$ 6.000,00
Passivo Real = R$ 33.000,00
Passivo Financeiro + Passivo Permanente = Passivo Real
Passivo Financeiro + Passivo Permanente = R$ 33.000,00
Passivo Financeiro + 2 x (Passivo Financeiro) = R$ 33.000,00
3 x (Passivo Financeiro) = R$ 33.000,00
Passivo Financeiro = R$ 11.000,00
Passivo Permanente = 2 x Passivo Financeiro
Passivo Permanente = 2 x R$ 11.000,00
Passivo Permanente = R$ 22.000,00

11. (CONTADOR – 2º/2004) Em 20.3.2004, foi apropriada a folha de pagamento, referente ao mês de março, para pagamento até o quinto dia útil do mês seguinte, conforme quadro abaixo:

| | |
|---|---|
| Salários | R$ 10.000,00 |
| Gratificações | R$ 25.000,00 |
| Salário-Família (estatutário) | R$ 500,00 |
| INSS | R$ 4.000,00 |
| IRRF | R$ 5.000,00 |
| Outros Consignatários | R$ 1.000,00 |
| Líquido | R$ 25.500,00 |

Empenhando e liquidando as despesas, têm-se os seguintes valores de Crédito Disponível, Crédito Empenhado e Crédito Liquidado:

a) R$ 25.500,00, R$ 35.500,00 e R$ 10.000,00.
b) R$ 29.500,00, R$ 35.500,00 e R$ 30.500,00.
c) R$ 30.500,00, R$ 29.500,00 e R$ 35.500,00.
d) R$ 35.500,00, R$ 25.500,00 e R$ 30.500,00.

SOLUÇÃO:
Crédito Disponível = R$ 25.500,00
Crédito Empenhado a Liquidar = R$ 10.000,00 + R$ 25.500,00
Crédito Empenhado a Liquidar = R$ 35 500,00
Crédito Empenhado Liquidado = R$ 4.000,00 + R$ 5.000,00 + R$ 1.000,00
Crédito Empenhado Liquidado = R$ 10.000,00

12. (CONTADOR – 2º/2004) O balanço orçamentário elaborado por um ente da Federação era:

| | |
|---|---|
| RECEITA | |
| Receitas Correntes | R$ 150.000,00 |
| Tributária | R$ 125.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | R$ 25.000,00 |
| Receitas de Capital | R$ 200.000,00 |
| Operações de Crédito | R$ 90.000,00 |
| Outras Receitas de Capital | R$ 110.000,00 |
| TOTAL | R$ 350.000,00 |
| DESPESA | |
| Despesas Correntes | R$ 150.000,00 |
| Pessoal e Encargos Sociais | R$ 100.000,00 |
| Juros e Encargos da Dívida | R$ 50.000,00 |
| Despesas de Capital | R$ 100.000,00 |
| Investimentos | R$ 25.000,00 |
| Amortização da Dívida | R$ 75.000,00 |
| TOTAL | R$ 250.000,00 |

Analisando o quadro acima, a resposta **CORRETA** é:

a) O resultado de capital foi um déficit de R$ 200.000,00.
b) Houve um superávit de R$ 100.000,00.
c) Houve uma capitalização de R$ 200.000,00.
d) O resultado corrente foi de R$ 100.000,00.

SOLUÇÃO:

| | | | |
|---|---|---|---|
| Receitas Correntes | R$ 150.000,00 | Despesas Correntes | R$ 150.000,00 |
| Receitas de Capital | R$ 200.000,00 | Despesas de Capital | R$ 100.000,00 |
| | | Superávit | R$ 100.000,00 |

13. (CONTADOR – 2º/2004) De acordo com o regime contábil adotado pela Contabilidade Pública no Brasil:

a) As despesas compreendem os desembolsos, os compromissos e os encargos, quando imputados no resultado.
b) As receitas e as despesas extra-orçamentárias integram o resultado patrimonial do exercício.
c) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
d) O reconhecimento da receita ocorre somente com o lançamento, que permite a identificação do devedor.

SOLUÇÃO:
Art. 62 da Lei nº 4.320/64.

## CONTABILIDADE PÚBLICA - QUESTÕES SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

14. (CONTADOR – 1º/2000) A despesa orçamentária é constituída por três estágios: empenho, liquidação e pagamento. O estágio da liquidação é aquele em que:

a) Se verifica o direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito.
b) O credor comparece perante o agente pagador, identifica-se, recebe seu crédito e dá a competente quitação.
c) É procedida a licitação da despesa com o objetivo de verificar, entre os vários fornecedores habilitados, quem oferece condições mais vantajosas.
d) Por meio de ato emanado de autoridade competente, é criada para o Poder Público uma obrigação de pagamento.

15. (CONTADOR – 1º/2000) A Dívida Fundada compreende:

a) Os compromissos provenientes de débitos de funcionamento.
b) Os empréstimos realizados para amortização a curto prazo.
c) Os empréstimos realizados para a atender à imediata insuficiência de caixa, fundamentada no fluxo de caixa.
d) Os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender desequilíbrios orçamentários ou ao financiamento de obras e serviços públicos.

16. (CONTADOR – 2º/2001) O Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

a) Reestimativa da receita por parte do legislativo em função da expectativa do aumento das operações de crédito em valor superior ao das despesas de capital.
b) Montante da receita corrente líquida, calculada mediante o somatório de receitas tributárias, de transferências correntes e de operações de crédito, deduzida dos valores admitidos em lei.
c) Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas constantes do Anexo de Metas Fiscais.
d) Anexo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, destacando-se o resultado primário e os percentuais de limitação de empenho.

17. (CONTADOR – 2º/2002) A Lei das Diretrizes Orçamentárias é de iniciativa do:

a) Poder Executivo.
b) Poder Judiciário.
c) Poder Legislativo.
d) Senado Federal.

## Gabarito das questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | C | **2** | A | **3** | B | **4** | C | **5** | A | **6** | C |
| **7** | C | **8** | A | **9** | D | **10** | D | **11** | A | **12** | B |
| **13** | C | | | | | | | | | | |

## Gabarito das questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **14** | A | **15** | D | **16** | C | **17** | A | | | | |

# Contabilidade de Custos

# CONTABILIDADE DE CUSTOS - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 2º/2000) Uma empresa produziu, no mesmo período, 100 unidades de um produto A, 200 unidades de um produto B e 300 unidades de um produto C. Considerando R$ 176,25 de custos indiretos e que os custos diretos unitários de matérias-primas foram, respectivamente, R$ 1,50, R$ 0,90 e R$ 0,60 e os custos unitários de mão-de-obra direta, R$ 0,60, R$ 0,30 e R$ 0,25, o custo final indireto unitário de cada produto, proporcional ao custo direto total de cada produto, será, respectivamente:

a) R$ 52,00, R$ 60,00 e R$ 63,75.
b) R$ 210,00, R$ 240,00 e R$ 255,00.
c) R$ 3,86, R$ 2,08 e R$1,44.
d) R$ 0,52, R$ 0,30 e R$ 0,21.

SOLUÇÃO:
Custos diretos:
Produto A = 100 unidades x (R$ 1,50 + R$ 0,60) = R$ 210,00
Produto B = 200 unidades x (R$ 0,90 + R$ 0,30) = R$ 240,00
Produto C = 300 unidades x (R$ 0,60 + R$ 0,25) = R$ 255,00
Total dos custos diretos = R$ 210,00 + R$ 240,00 + R$ 255,00
= R$ 705,00
Rateio dos custos indiretos totais com base nos custos diretos totais por produto:
Produto A = (R$ 210,00 / R$ 705,00) x R$ 176,25 = R$ 52,50
Produto B = (R$ 240,00 / R$ 705,00) x R$ 176,35 = R$ 60,03
Produto C = (R$ 255,00 / R$ 705,00) x R$ 176,35 = R$ 63,78
Custos unitários:
Produto A = R$ 52,50 / 100 unidades = R$ 0,52
Produto B = R$ 60,03 / 200 unidades = R$ 0,30
Produto C = R$ 63,78 / 300 unidades = R$ 0,21

2. (CONTADOR – 1º/2001) Considerando os dados abaixo, na ordem apresentada, apure, respectivamente, o custo das mercadorias vendidas e o valor do estoque, com base no Custo Médio Ponderado, sabendo-se que no decorrer das operações foram enviadas ao fornecedor, para conserto, 125 unidades:

Saldo inicial de 100 unidades a R$ 11,00 cada
Aquisição de 300 unidades por R$ 3.200,00 + frete no valor de R$ 300,00
Venda de 200 unidades por R$ 5.000,00
Aquisição de 150 unidades por R$ 2.075,00
Aquisição de 50 unidades por R$ 825,00
Venda de 180 unidades por R$ 4.100,00 + frete no valor de R$ 200,00

a) R$ 4.340,00 e R$ 2.560,00.
b) R$ 4.640,00 e R$ 2.860,00.
c) R$ 6.100,00 e R$ 2.560,00.
d) R$ 6.400,00 e R$ 2.860,00.

SOLUÇÃO:

| FICHA DE CONTROLE DE ESTOQUE | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ocorrência | Quantidades | | | | Valor | | |
| | Entrada | Saída | Saldo | | Entrada | Saída | Saldo |
| Saldo Inicial | | | 100 | R$ 11,00 | | | R$ 1.100,00 |
| Aquisição | 300 | | 400 | R$ 11,50 | R$ 3.500,00 | | R$ 4.600,00 |
| Venda | | 200 | 200 | R$ 11,50 | | R$ 2.300,00 | R$ 2.300,00 |
| Aquisição | 150 | | 350 | R$ 12,50 | R$ 2.075,00 | | R$ 4.375,00 |
| Aquisição | 50 | | 400 | R$ 13,00 | R$ 825,00 | | R$ 5.200,00 |
| Venda | | 180 | 220 | R$ 13,00 | | R$ 2.340,00 | R$ 2.860,00 |
| C.M.V. | | | | | | R$ 4.640,00 | |

3. (TÉCNICO – 1º/2001) Uma empresa registrava em seu balancete de 31 de janeiro 2001 a seguinte posição:

| | |
|---|---|
| Aluguel de Fábrica | R$ 20.000,00 |
| Compra de Matéria-Prima | R$ 60.000,00 |
| Consumo de Matéria-Prima | R$ 50.000,00 |
| Custos Diversos | R$ 30.000,00 |
| Despesas Administrativas | R$ 60.000,00 |
| Despesas de Vendas | R$ 40.000,00 |
| Mão-de-Obra da Fábrica | R$ 40.000,00 |

No mês de fevereiro de 2001, foram fabricadas 200 unidades do produto Ômega e vendidas 160 unidades por R$ 3.250,00 cada. Indique, respectivamente, o custo dos produtos vendidos e o saldo de estoques de produtos acabados.

a) R$ 112.000,00 e R$ 10.000,00.
b) R$ 112.000,00 e R$ 28.000,00.
c) R$ 140.000,00 e R$ 10.000,00.
d) R$ 140.000,00 e R$ 28.000,00.

SOLUÇÃO:
Custo Total de Produção = Matéria-prima + Mão-de-obra + Gastos Gerais de Fabricação.
Custo Total de Produção = R$ 50.000,00 + R$ 40.000,00 + R$ 20.000,00 + R$ 30.000,00
Custo Total de Produção = R$ 140.000,00
Custo Unitário de Produção = R$ 140.000,00/200 unidades = R$ 700,00
Custos dos Produtos Vendidos = Custo Unitário de Produção x Quantidade Vendida
Custos dos Produtos Vendidos = R$ 700,00 x 160 unidades
Custos dos Produtos Vendidos = R$ 112.000,00
Estoque de Produtos Acabados = Custo Total de Produção - Custo dos Produtos Vendidos
Estoque de Produtos Acabados = R$ 140.000,00 – 112.000,00
Estoque de Produtos Acabados = R$ 28.000,00

4. (TÉCNICO – 1º/2001) Uma empresa, ao adquirir 10 t de soja ao preço total de R$ 100.000,00, incorre nos seguintes gastos por tonelada:
Frete = R$ 4.000,00
Seguro = R$ 1.600,00
IPI = Isento
ICMs = Alíquota zero

O valor a ser debitado no estoque é:

a) R$ 100.000,00.
b) R$ 116.000,00.
c) R$ 140.000,00.
d) R$ 156.000,00.

SOLUÇÃO:
Custo de Aquisição = R$ 100.000,00
Outros gastos = 10 toneladas x (R$ 4.000,00 + R$ 1.600,00) = R$ 56.000,00
Valor a ser debitado no estoque = R$ 100.000,00 + R$ 56.000,00 = R$ 156.000,00

5. (TÉCNICO – 1º/2001) Considerando os dados abaixo, calcule o custo unitário de produção e o custo da matéria-prima na produção total do mês:

| | |
|---|---|
| Estoque Inicial de Matéria-prima | R$ 300.000,00 |
| Estoque Final de Matéria-prima | R$ 360.000,00 |
| Produção em Andamento Inicial | R$ 0,00 |
| Produção em Andamento Final | R$ 0,00 |
| Produtos Acabados Inicial | R$ 160.000,00 |
| Produtos Acabados Final | R$ 1.200.000,00 |
| Custo dos Produtos Vendidos | R$ 320.000,00 |
| Custos de Mão-de-obra Direta | R$ 400.000,00 |

| | |
|---|---|
| Custos Indiretos de Fabricação | R$ 360.000,00 |
| Produção do mês | 32 unidades |

a) R$ 42.500,00 e R$ 600.000,00.
b) R$ 40.625,00 e R$ 540.000,00.
c) R$ 10.000,00 e R$ 600.000,00.
d) R$ 10.000,00 e R$ 540.000,00.

SOLUÇÃO:
Custo dos Produtos Fabricados
Variação de Produtos Acabados = Produção em Andamento Final – Produção em Andamento Inicial
Variação de Produtos Acabados = R$ 1.200.000,00 – R$ 160.000,00
Variação de Produtos Acabados = R$ 1.040.000,00
Custo dos Produtos Fabricados = Variação dos Produtos Acabdos + Custo dos Produtos Vendidos
Custo dos Produtos Fabricados = R$ 1.040.000,00 + R$ 320.000,00
Custo dos Produtos Fabricados = R$ 1.360.000,00
Custo da Matéria-Prima adquirida no mês
Custo dos Produtos Fabricados = MP + MOD + CIF
Matéria Prima = Custo dos Produtos Fabricados – MOD – CIF
Matéria Prima = R$ 1.360.000,00 – R$ 400.000,00 – R$ 360.000,00
Matéria Prima = R$ 600.000,00
Custo da Matéria-Prima dos Produtos Fabricados no mês
Custo da Matéria Prima = EiMP + ComprasMP – EfMP
Custo da Matéria Prima = R$ 300.000,00 + R$ 600.000,00 – R$ 360.000,00
Custo da Matéria Prima = R$ 540.000,00
Custo Total dos Produtos Fabricados no mês
Custo Total dos Produtos Fabricados = MP + MOD + CIF
Custo Total dos Produtos Fabricados = R$ 540.000,00 + R$ 400.000,00 + R$ 360.000,00
Custo Total dos Produtos Fabricados = R$ 1.300.000,00
Custo Unitário = Custo Total dos Produtos Fabricados / Nº de unidades produzidas
Custo Unitário = R$ 1.300.000,00 / 32 unidades
Custo Unitário = R$ 40.625,00

**CONSIDERE AS INFORMAÇÕES A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS TRÊS PRÓXIMAS QUESTÕES:**

A empresa apresentou os seguintes saldos no mês de agosto:

| | |
|---|---|
| Materiais Diretos | R$ 400.000,00 |
| Depreciação de Equipamentos Administrativos | R$ 15.000,00 |
| Vendas | R$ 650.000,00 |
| Depreciação de Equipamentos de Fábrica | R$ 25.000,00 |
| Energia Elétrica Consumida na Fábrica | R$ 80.000,00 |
| Mão-de-Obra Direta | R$ 15.000,00 |
| Salário da Equipe de Vendas | R$ 6.000,00 |
| Materiais Indiretos | R$ 3.000,00 |
| Salário da Equipe de Administração | R$ 3.000,00 |
| Mão-de-Obra Indireta | R$ 70.000,00 |
| Seguro das Instalações Fabris | R$ 2.000,00 |
| Total | R$1.269.000,00 |

Posição dos Estoques

| Estoques | Julho 2001 | Agosto 2001 |
|---|---|---|
| Matéria-Prima | R$50.000,00 | R$20.000,00 |
| Produtos em Elaboração | R$40.000,00 | R$20.000,00 |
| Produtos Acabados | R$40.000,00 | R$20.000,00 |

6. (CONTADOR – 2º/2001) Indique, respectivamente, a alternativa que concentra os Custos Apropriados à Produção e os Custos dos Produtos Vendidos:

a) R$589.000,00 e R$615.000,00.
b) R$592.000,00 e R$655.000,00.
c) R$593.000,00 e R$635.000,00.

d) R$595.000,00 e R$635.000,00.

SOLUÇÃO:

| Descrição | Valor |
|---|---|
| Materiais Diretos | R$ 400.000,00 |
| Depreciação de Equipamentos da Fábrica | R$ 25.000,00 |
| Energia Consumida na Fábrica | R$ 80.000,00 |
| Mão-de-Obra Direta | R$ 15.000,00 |
| Materiais Indiretos | R$ 3.000,00 |
| Mão-de-Obra Indireta | R$ 70.000,00 |
| Custos Apropriados à Produção no período | R$ 595.000,00 |

Custo da Produção Acabada = Estoque Inicial Produtos em Elaboração + Custo Apropriados à Produção no Período – Estoque Final Produtos em Elaboração
Custo da Produção Acabada = R$ 40.000,00 + R$ 595.000,00 – R$ 20.000,00
Custo da Produção Acabada = R$ 615.000,00
Custo dos Produtos Vendidos = Estoque Inicial Produtos Acabados + Custo Produção Acabada – Estoque Final Produtos Acabados
Custo dos Produtos Vendidos = R$ 40.000,00 + R$ 615.000,00 – R$ 20.000,00
Custo dos Produtos Vendidos = R$ 635.000,00

7. (CONTADOR – 2º/2001) Indique o total dos Custos dos Produtos Fabricados:

a) R$ 535.000,00.
b) R$ 615.000,00.
c) R$ 635.000,00.
d) R$ 655.000,00.

SOLUÇÃO:
Custo da Produção Acabada = Estoque Inicial Produtos em Elaboração + Custo Apropriados à Produção no Período – Estoque Final Produtos em Elaboração
Custo da Produção Acabada = R$ 40.000,00 + R$ 595.000,00 – R$ 20.000,00
Custo da Produção Acabada = R$ 615.000,00

8. (CONTADOR – 2º/2001) Indique o Lucro Bruto da empresa:

a) (R$ 5.000,00).
b) R$15.000,00.
c) R$35.000,00.
d) R$55.000,00.

SOLUÇÃO:
Custo dos Produtos Vendidos = Estoque Inicial Produtos Acabados + Custo Produção Acabada – Estoque Final Produtos Acabados
Custo dos Produtos Vendidos = R$ 40.000,00 + R$ 615.000,00 – R$ 20.000,00
Custo dos Produtos Vendidos = R$ 635.000,00
Lucro Bruto = Vendas – Custo
Lucro Bruto = R$ 650.000,00 – R$ 635.000,00
Lucro Bruto = R$ 15.000,00

9. (CONTADOR – 2º/2001) Uma empresa previu que gastaria 15 quilos de matéria-prima, a um custo de R$ 45.000,00 o quilo, para produzir uma unidade de determinado produto. Ao final do período, constatou que, embora tivesse economizado 20% no preço do material, havia um gasto de 20% a mais de material que o previsto. A variação do custo padrão da empresa é:

a) Desfavorável em R$ 45.000,00.
b) Desfavorável em R$ 27.000,00.
c) Favorável em R$ 27.000,00.
d) Favorável em R$ 45.000,00.

SOLUÇÃO:
Custo-Padrão
Quantidade Padrão = 15 kg
Preço Padrão = R$ 45.000,00
CP = Quantidade padrão x Preço padrão
CP = 15 kg x R$ 45.000,00
CP = R$ 675.000,00
Custo Real
Preço Real = 80% x R$ 45.000,00
Preço Real = R$ 36.000,00
Quantidade Real = 120% x 15 kg = 18 kg
Custo Real = Quantidade real x Preço real
CR = 18 kg x R$ 36.000,00
CR = R$ 648.000,00
Variação favorável
CR < CP = CP – CR = R$ 675.000,00 – R$ 648.000,00 = R$ 27.000,00

10. (TÉCNICO – 2º/2001) Independentemente do método utilizado, no controle de estoque, não se altera o:

a) Valor de saída.
b) Valor final do estoque.
c) Preço de compra.
d) Custo do produto.

SOLUÇÃO:
Em qualquer sistema de controle de estoque (Média Ponderada, PEPS ou UEPS), os valores de entradas não os mesmos constantes dos documentos de origem. Já os de saída, custo do produto e valor do estoque final variam de acordo com o método de estoque utilizado.

11. (TÉCNICO – 2º/2001) Com base nos dados abaixo, indique o custo das mercadorias vendidas com base no método PEPS.

| Evento | Quantidade | Valor Unitário |
|---|---|---|
| Saldo Inicial | 18 | R$ 1,80 |
| Compras | 20 | R$ 2,00 |
| Compras | 12 | R$ 1,90 |
| Vendas | 25 | R$ 3,50 |
| Compras | 10 | R$ 2,10 |
| Vendas | 20 | R$ 3,60 |

a) R$ 83,80.
b) R$ 85,70.
c) R$ 86,70.
d) R$ 89,20.

SOLUÇÃO:

| FICHA DE ESTOQUE - MÉTODO PEPS | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Operação | Entradas | | | Saídas | | | Saldo | | |
| | Quant | Unitário | Total | Quant | Unitário | Total | Quant | Unitário | Total |
| Estoque Inicial | | | | | | | 18 | R$ 1,80 | R$ 32,40 |
| Compras | 20 | R$ 2,00 | R$ 40,00 | | | | 18 | R$ 1,80 | R$ 32,40 |
| | | | | | | | 20 | R$ 2,00 | R$ 40,00 |
| Compras | 12 | R$ 1,90 | R$ 22,80 | | | | 18 | R$ 1,80 | R$ 32,40 |
| | | | | | | | 20 | R$ 2,00 | R$ 40,00 |
| | | | | | | | 12 | R$ 1,90 | R$ 22,80 |
| Vendas | | | | 18 | R$ 1,80 | R$ 32,40 | 13 | R$ 2,00 | R$ 26,00 |
| | | | | 7 | R$ 2,00 | R$ 14,00 | 12 | R$ 1,90 | R$ 22,80 |
| Compras | 10 | R$ 2,10 | R$ 21,00 | | | | 13 | R$ 2,00 | R$ 26,00 |
| | | | | | | | 12 | R$ 1,90 | R$ 22,80 |
| | | | | | | | 10 | R$ 2,10 | R$ 21,00 |
| Vendas | | | | 13 | R$ 2,00 | R$ 26,00 | 5 | R$ 1,90 | R$ 9,50 |
| | | | | 7 | R$ 1,90 | R$ 13,30 | 10 | R$ 2,10 | R$ 21,00 |
| TOTAL | 42 | | R$ 83,80 | 45 | | R$ 85,70 | 15 | | R$ 30,50 |

12. (TÉCNICO – 2º/2001) Com base nos dados abaixo, indique o estoque final:

| | |
|---|---|
| Compra de Mercadorias para Revenda | R$ 250.000,00 |
| Devoluções de Compras | R$ 18.500,00 |
| Fretes sobre Compras | R$ 5.500,00 |
| Vendas de Mercadorias | R$ 350.000,00 |
| Estoque Inicial | R$ 85.000,00 |
| Custo das Mercadorias Vendidas | R$ 217.000,00 |

a) R$ 105.000,00.
b) R$ 235.500,00.
c) R$ 245.000,00.
d) R$ 268.500,00.

SOLUÇÃO:
Estoque final = Ei + (Compras + Fretes s/ Compras – Devolução de Compras) – CMV
Estoque final = R$ 85.000,00 + (R$ 250.000,00 + R$ 5.500,00 – R$ 18.500,00) – R$ 217.000,00
Estoque final = R$ 105.000,00

13. (TÉCNICO – 1º/2002) Considerando os dados abaixo, indique o Custo das Mercadorias Vendidas na apuração do resultado:

| | |
|---|---|
| - Compras de Mercadorias para Revenda | R$ 25.000,00 |
| - Estoque Inicial | R$ 12.500,00 |
| - Estoque Final | R$ 18.700,00 |
| - Fretes sobre Compras | R$ 5.600,00 |
| - Devoluções de Compras | R$ 8.000,00 |

a) R$ 10.800,00.
b) R$ 16.400.00.
c) R$ 18.800,00.
d) R$ 24.400,00.

SOLUÇÃO:
Custo de Mercadorias Vendidas = EI+ (Compras + Fretes s/ Compras – Devoluções de Compras) – EF
CMV = R$12.500,00+(R$25.000,00 + R$5.600,00 – R$8.000,00)–R$18.700,00
CMV = R$16.400,00.

14. (TÉCNICO – 1º/2002) Foram produzidas 2.700 unidades, sendo 200 defeituosas. As 200 unidades defeituosas foram vendidas pelo valor líquido total de R$ 32.000,00, considerando apenas os custos de fabricação. Os custos totais de fabricação no período foram de R$ 308.000,00. O custo unitário de cada peça perfeita foi de:

a) R$ 102,22.
b) R$ 110,40.
c) R$ 114,07.
d) R$ 123,20.

SOLUÇÃO:
Custo das unidades perfeitas acabadas = Custos totais de fabricação – recuperação de custo com a venda de unidades defeituosas
Custo das Unidades Perfeitas acabadas = R$ 308.000,00 – R$ 32.000,00
Custo das Unidades Perfeitas acabadas = R$ 276.000,00
Custo Unitário = R$ 308.000,00 / 2.500 unidades = R$110,40

15. (CONTADOR – 2º/2002) Uma empresa tinha zerado seus estoques em 1º.8.2002. Durante o mês de agosto, realizou as seguintes operações: de entradas: no dia 5, um montante de 1.500 unidades ao custo de R$ 11,00 cada; no dia 12, um montante de 1.800 unidades ao custo de R$ 12,00 cada; e no dia 19, um montante de 600 unidades ao custo de R$ 13,00 cada; de saídas: no dia 9, um montante de 800 unidades; no dia 16, um montante de 1.300 unidades; e no dia 23, um montante de 200 unidades. Considerando o Método PEPS, os saldos iniciais dos dias 6.8.2002, 17.8.2002 e 20.8.2002 eram, respectivamente:

a) R$ 16.500,00; R$ 13.700,00 e R$ 21.500,00.
b) R$ 16.500,00; R$ 14.400,00 e R$ 19.800,00.
c) R$ 16.500,00; R$ 14.064,00 e R$ 21.864,00.
d) R$ 16.500,00; R$ 14.400,00 e R$ 22.200,00.

SOLUÇÃO:

| Dia | Entradas | | | Saídas | | | Saldo | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quant. | Unit. | Total | Quant. | Unit. | Total | Quant. | Unit. | Total |
| 01 | | | | | | | 0 | | R$0,00 |
| 05 | 1.500 | R$11,00 | R$16.500,00 | | | | 1.500 | R$11,00 | R$16.500,00 |
| 09 | | | | 800 | R$11,00 | R$8.800,00 | 700 | R$11,00 | R$ 7.700,00 |
| 12 | 1.800 | R$12,00 | R$21.600,00 | | | | 2.500 | R$11,00 | R$29.300,00 |
| | | | | | | | | R$12,00 | |
| 16 | | | | 1.300 | R$11,00 | R$7.700,00 | 1.200 | R$12,00 | R$14.400,00 |
| | | | | | R$12,00 | R$7.200,00 | | | |
| 19 | 600 | R$13,00 | R$7.800,00 | | | | 1.200 | R$12,00 | R$22.200,00 |
| | | | | | | | 600 | R$13,00 | |
| 23 | | | | 200 | R$12,00 | R$2.400,00 | 1.000 | R$12,00 | R$19.800,00 |
| | | | | | | | 600 | R$13,00 | |

16. (CONTADOR – 1º/2003) Uma empresa possui um custo fixo mensal predeterminado no montante de R$ 297.000,00. No mês de fevereiro de 2003, produziu 99.000 unidades de seu produto, incorrendo em R$ 693.000,00 de custo variável. Se a produção tivesse sido de 74.250 unidades, o valor do custo unitário da produção seria de:

a) R$ 10,00.
b) R$ 11,00.
c) R$ 12,33.
d) R$ 13,33.

SOLUÇÃO:
Custo Variável Unitário = R$ 693.000,00 / 99.000 unidades = R$ 7,00
Custo Fixo Unitário (p/produção de 74.250 unidades) = R$ 297.000,00 / 74.250 unidades = R$ 4,00
Custo Total Unitário (p/produção de 74.250 unidades) = CVu + CFu = R$ 7,00 + R$ 4,00 = R$ 11,00

17. (CONTADOR – 1º/2003) Uma empresa fabrica um produto que utiliza dois tipos de matérias-primas pesando 2,50 kg, sendo 1,40 kg de Matéria-Prima A e 1,10 kg de Matéria-Prima B. O método utilizado pela empresa para valorar seus estoques é o do Custo Médio Ponderado Móvel. Em agosto de 2002, os custos unitários das requisições foram Matéria-Prima A = R$ 276,00/kg e Matéria-Prima B = R$ 632,00/kg. Durante o processo de fabricação, existe uma perda de 8% na quantidade requisitada de matéria-prima. O Custo da matéria-prima para cada unidade é de:

a) R$ 454,00.
b) R$ 587,83.
c) R$ 908,00.
d) R$ 1.175,65.

SOLUÇÃO:
Matéria-Prima A = 1,40 kg / ( 100% - 8%) = 1,52173 x R$ 276,00/kg = R$ 420,00
Matéria-Prima B = 1,10 kg / ( 100% - 8%) = 1,19565 x R$ 632,00/kg = R$ 755,65
TOTAL (Matéria-Prima A + Matéria-Prima B) = R$ 1.175,65

18. (TÉCNICO – 2º/2003) Uma empresa apresentava as seguintes informações no sistema de controle de estoque, referentes a um item de matéria-prima, em unidades:

| Data | Entrada | Saída | Saldo |
|---|---|---|---|
| 31.1.2003 | | | 450 |
| 8.2.2003 | 390 | | 840 |
| 10.2.2003 | 170 | | 1.010 |
| 17.2.2003 | 140 | | 1.150 |
| 18.2.2003 | | 840 | 310 |
| 25.2.2003 | | 160 | 150 |

Considere que o estoque inicial foi comprado a R$ 5,10 a unidade; e as compras, a R$ 6,00, R$ 7,50 e R$ 8,90, respectivamente.

O Estoque Final, apurado pelo método PEPS, é:

a) R$ 765,00.
b) R$ 1.125,00.
c) R$ 1.321,00.
d) R$ 1.335,00.

SOLUÇÃO:
No método PEPS, o estoque final é avaliado ao custo das aquisições mais recentes, ou seja:
140 unidades x R$ 8,90 = R$ 1.246,00
10 unidades x R$ 7,50 = R$ 75,00
Soma (150 unidades) = R$ 1.321,00

19. (CONTADOR – 1º/2004) Na produção de dois tipos de tratores, incorreram os seguintes custos:

| | Trator A | Trator B |
|---|---|---|
| Matéria-Prima | R$ 250.000,00 | R$ 150.000,00 |
| Mão-de-Obra Direta | R$ 125.000,00 | R$ 100.000,00 |

Os Custos Indiretos de Fabricação totalizaram R$ 125.000,00 e foram alocados nos Centros de Custos Ca e Cb, no montante de R$ 80.000,00 e R$ 45.000,00, respectivamente. Os custos do Ca foram rateados proporcionalmente à mão-de-obra direta aplicada, enquanto os do Cb à matéria-prima consumida. Todos os produtos foram concluídos. Os Custos dos Produtos Acabados foram, respectivamente:

a) Trator A = R$ 375.000,00 e Trator B = R$ 250.000,00.
b) Trator A = R$ 427.427,00 e Trator B = R$ 322.573,00.
c) Trator A = R$ 447.573,00 e Trator B = R$ 302.427,00.
d) Trator A = R$ 455.000,00 e Trator B = R$ 295.000,00.

SOLUÇÃO:
Critério de rateio de Custos Indiretos de Fabricação para Ca: base mão-de-obra R$ 225.000,00
CIF A = R$ 125.000,00 / R$ 225.000,00
CIF A = 55,56%
CIF B = R$ 100.000,00 / R$ 225.000,00
CIF B = 44,44%
Logo: R$ 80.000,00 X 55,56% = R$ 44.448,00
R$ 80.000,00 X 44,44% = R$ 35.552,00
Total: R$ 44.448,00 + R$ 35.552,00 = R$ 80.000,00
Critério de rateio de CIF para Cb: base matéria-prima R$ 400.000,00
CIF A = R$ 250.000,00 / R$ 400.000,00
CIF A = 62,50%
CIF B = R$ 150.000,00 / R$ 400.000,00
CIF B = 37,50%
Logo: R$ 45.000,00 X 62,50% = R$ 28.125,00
R$ 45.000,00 X 37,50% = R$ 16.875,00
Total: R$ 28.125,00 + R$ 16.875,00 = R$ 45.000,00

| | TRATOR A | TRATOR B | TOTAL A + B |
|---|---|---|---|
| Total de Custos Diretos | R$ 375.000,00 | R$ 250.000,00 | R$ 625.000,00 |
| | R$ 44.444,44 | R$ 35.555,56 | |
| Rateio de CIF Ca | R$ 44.448,00 | R$ 35.552,00 | R$ 80.000,00 |
| Rateio de CIF Cb | R$ 28.125,00 | R$ 16.875,00 | R$ 45.000,00 |
| | R$ 447.573,00 | R$ 302.427,00 | R$ 750.000,00 |
| | R$ 447.569,44 | R$ 302.430,56 | |

20. (CONTADOR – 1º/2004) Uma empresa apresentou, em sua contabilidade em 31.1.2004, os seguintes dados:

| | |
|---|---|
| Aluguel de Fábrica | R$ 40.000,00 |
| Compra de Matéria-Prima | R$ 120.000,00 |
| Consumo de Matéria-Prima | R$ 100.000,00 |
| Custos Diversos | R$ 60.000,00 |
| Despesas Administrativas | R$ 120.000,00 |
| Despesas de Vendas | R$ 80.000,00 |
| Mão-de-Obra da Fábrica | R$ 80.000,00 |

No mês de fevereiro de 2004, foram fabricadas 800 unidades do produto e vendidas 540 unidades por R$ 650,00 cada uma. O saldo de Estoques de Produtos Acabados e o Custo dos Produtos Vendidos foram, respectivamente:

a) R$ 91.000,00 e R$ 189.000,00.
b) R$ 189.000,00 e R$ 260.000,00.
c) R$ 192.000,00 e R$ 162.000,00.
d) R$ 280.000,00 e R$ 351.000,00.

SOLUÇÃO:
Consumo de Matéria-Prima = R$ 100.000,00
Mão-de-obra da Fábrica = R$ 80.000,00
Custos Indiretos = R$ 40.000,00 (Aluguel da Fábrica) + R$ 60.000,00 (Custos Diversos)
Custos Indiretos = R$ 100.000,00
Custo Total de Fabricação = R$ 280.000,00
Custo Unitário de Produção = R$ 280.000,00 / 800 unidades
Custo Unitário de Produção = R$ 350,00,00
Foram vendidas 540 unidades
Custos Produtos Vendidos = R$ 350,00 x 540 unidades
Custos Produtos Vendidos = R$ 189.000,00
Estoque de Produtos Acabados = R$ 280.000,00 – R$ 189.000,00
Estoque de Produtos Acabados = R$ 91.000,00

21. (TÉCNICO – 1º/2004) Analise os dados que se seguem:

| | |
|---|---|
| Compras de Mercadorias para Revenda | R$ 280.000,00 |
| Custo de Mercadorias Vendidas | R$ 232.000,00 |
| Devolução de Compras | R$ 21.000,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 5.000,00 |
| Empréstimos a Pagar | R$ 13.000,00 |
| Estoque Inicial | R$ 105.000,00 |
| Fretes sobre Compras | R$ 8.200,00 |
| Pis sobre Receita Operacional | R$ 10.000,00 |
| Vendas de Mercadorias | R$ 380.000,00 |

De acordo com os dados, o Estoque Final é de:

a) R$ 123.800,00.
b) R$ 140.200,00.
c) R$ 148.400,00.
d) R$ 153.000,00.

SOLUÇÃO:
CMV = Ei + Compras + Fretes – Devolução – Ef
R$ 232.000,00 = R$ 105.000,00 + R$ 280.000,00 + R$ 8.200,00 – R$ 21.000,00 – Ef
Estoque final = R$ 140.200,00

22. (TÉCNICO – 1º/2004) O Balancete de Verificação de uma empresa, levantado para fins de apuração do resultado, apresentou, em 31.12.2003, os seguintes dados:

| | |
|---|---|
| Compras de Mercadorias | R$ 420.000,00 |
| Estoque Inicial | R$ 150.000,00 |
| ICMs sobre Vendas | R$ 95.000,00 |
| Vendas de Mercadorias | R$ 700.000,00 |

O Estoque Final, segundo o Livro de Inventário, foi avaliado em R$ 105.000,00. Com base nos elementos acima, é **CORRETO** afirmar que o Custo das Mercadorias Vendidas foi de:

a) R$ 255.000,00.
b) R$ 375.000,00.
c) R$ 420.000,00.
d) R$ 465.000,00.

SOLUÇÃO:

| | |
|---|---|
| Estoque Inicial | R$ 150.000,00 |
| Compras de Mercadorias | R$ 420.000,00 |
| Estoque Final (Conforme Livro de Inventário Físico) | (R$ 105.000,00) |
| Custos Mercadorias Vendidas | R$ 465.000,00 |

23. (CONTADOR – 2º/2004) No mês de agosto de 2004, foi iniciada a produção de 1.700 unidades de um determinado produto. Ao final do mês, 1.400 unidades estavam totalmente concluídas e restaram 300 unidades em processo, as quais estavam 75% acabadas. O Custo Total de Produção do período foi de R$ 640.250,00. O Custo de Produção dos Produtos Acabados e o Custo de Produção dos Produtos em Processo são, respectivamente:

a) R$ 527.264,71 e R$ 112.985,29.
b) R$ 551.600,00 e R$ 88.650,00.
c) R$ 555.512,00 e R$ 84.738,00.
d) R$ 640.250,00 e R$ 0,00.

SOLUÇÃO:
Equivalente de produção = unidades concluídas + (unidades em processo x percentual de conclusão)
Equivalente de produção = 1.400 unid. + (300 unid. x 0,75) = 1.400 unid. + 225 unid. = 1.625 unid.
Custo unitário de produção = R$ 640.250,00 / 1625 unid.
Custo unitário de produção = R$ 394,00
Custo dos produtos acabados = 1.400 unid. x R$ 394,00
Custo dos produtos acabados = R$ 551.600,00
Custo dos produtos em processo = 225 unid. x R$ 394,00
Custo dos produtos em processo = R$ 88.650,00

24. (CONTADOR – 2º/2004) Uma Companhia fabrica os produtos P1, P2 e P3. Os custos diretos para fabricação dos produtos, no mês de abril de 2004, foram:

| | P1 | P2 | P3 |
|---|---|---|---|
| Matéria-Prima | R$ 15.000,00 | R$ 25.000,00 | R$ 10.000,00 |
| Mão-de-Obra Direta | R$ 4.000,00 | R$ 4.000,00 | R$ 2.000,00 |

Os Custos Indiretos de Produção identificados com os departamentos foram os seguintes:

| | Administração Geral | Manutenção | Montagem | Acabamento |
|---|---|---|---|---|
| Mão-de-Obra | R$ 4.500,00 | R$ 3.000,00 | R$ 10.000,00 | R$ 8.000,00 |
| Depreciação | R$ 1.500,00 | R$ 2.500,00 | R$ 12.000,00 | R$ 18.000,00 |
| Materiais | R$ 3.000,00 | R$ 1.500,00 | R$ 3.000,00 | R$ 1.500,00 |

Os critérios de rateio adotados pelo sistema de custos da empresa são os seguintes:
· Administração geral – percentuais iguais para cada departamento.
· Manutenção – 70% para montagem e o restante para acabamento.
· Montagem – proporcional ao consumo de matéria-prima por produto.
· Acabamento – proporcional à mão-de-obra direta por produto.

O custo do departamento de montagem, rateado para os produtos P1, P2 e P3, será, respectivamente:

a) R$ 7.500,00; R$ 12.500,00 e R$ 5.000,00.
b) R$ 10.000,00; R$ 10.000,00 e R$ 5.000,00.
c) R$ 10.500,00; R$ 17.500,00 e R$ 7.000,00.
d) R$ 14.000,00; R$ 14.000,00 e R$ 7.000,00.

SOLUÇÃO:
Rateio dos custos dos departamentos de apoio para os produtivos:

| | Administração Geral | Manutenção | Montagem | Acabamento |
|---|---|---|---|---|
| Mão de obra | R$ 4.500,00 | R$ 3.000,00 | R$ 10.000,00 | R$ 8.000,00 |
| Depreciação | R$ 1.500,00 | R$ 2.500,00 | R$ 12.000,00 | R$ 18.000,00 |
| Materiais | R$ 3.000,00 | R$ 1.500,00 | R$ 3.000,00 | R$ 1.500,00 |
| Total | R$ 9.000,00 | R$ 7.000,00 | R$ 25.000,00 | R$ 27.500,00 |
| Rateio adm. geral | (R$ 9.000,00) | R$ 3.000,00 | R$ 3.000,00 | R$ 3.000,00 |
| Subtotal | R$ 0,00 | R$ 10.000,00 | R$ 28.000,00 | R$ 30.500,00 |
| Rateio manutenção | (R$ 10.000,00) | | R$ 7.000,00 | R$ 3.000,00 |
| Custo total por departamento produtivo | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 35.000,00 | R$ 33.500,00 |

Rateio dos custos dos departamentos produtivos para produtos:

| | P1 | P2 | P3 | Total |
|---|---|---|---|---|
| Matéria-prima consumida | R$ 15.000,00 | R$ 25.000,00 | R$ 10.000,00 | R$ 50.000,00 |
| Percentual | 30,00% | 50,00% | 20,00% | |
| Rateio dos custos do depto de montagem | R$ 10.500,00 | R$ 17.500,00 | R$ 7.000,00 | R$ 33.500,00 |

25. (CONTADOR – 2º/2004) Um fabricante produz malas pequenas, médias e grandes. As malas são vendidas, respectivamente, aos preços de R$ 15,00, R$ 25,00 e R$ 35,00. São vendidos 1.000 modelos de cada tipo, por mês, no mercado nacional, para os quais incorrem em custos variáveis de R$ 7,60 para malas pequenas, R$ 9,40 para malas médias e R$ 11,00 para malas grandes. Os custos indiretos fixos, tais como depreciação, aluguel e supervisão são de R$ 18.000,00, os quais são rateados em função da quantidade produzida. A empresa está operando abaixo de sua capacidade de produção, que é de 4.500 malas mensais. O diretor comercial negociou uma venda de 1.000 malas pequenas para o exterior, ao mesmo preço vendido no mercado local. Para exportar as malas, há um custo adicional de R$ 2,40 por unidade.
Em relação à negociação do diretor, o resultado da empresa irá:

a) Diminuir em R$ 2.400,00.
b) Diminuir em R$ 1.000,00.
c) Aumentar em R$ 500,00.
d) Aumentar em R$ 5.000,00.

SOLUÇÃO:
Os custos fixos não interferem na decisão, uma vez que não irão alterar-se com a produção adicional, já que a empresa tem capacidade para produzir 1.500 malas a mais do que a produção atual. Com a venda para o exterior a empresa vai ganhar R$ 15,00 menos R$ 10,00 (R$ 7,60 do custo normal + R$ 2,40 do custo adicional para exportação), ou seja, R$ 5,00 por unidade. Como serão vendidas 1.000 malas, o aumento será de R$ 5.000,00 (1.000 x R$ 5,00).

26. (TÉCNICO – 2º/2004) Analise os saldos a seguir do primeiro semestre de 2004 de uma empresa:

| | |
|---|---|
| Abatimentos Concedidos sobre Vendas de Mercadorias | R$ 600,00 |
| Abatimentos sobre Compras de Mercadorias | R$ 300,00 |
| Compras Brutas de Mercadorias | R$ 9.000,00 |
| Descontos Incondicionais Obtidos sobre Compras de Mercadorias | R$ 2.100,00 |
| Devolução de Compras de Mercadorias | R$ 900,00 |
| Estoque de Mercadorias em 1º.1.2004 | R$ 3.000,00 |
| Estoque de Mercadorias em 30.6.2004 | R$ 1.200,00 |
| Fornecedores | R$ 9.300,00 |
| Receita com Vendas de Mercadorias | R$ 36.000,00 |
| Vendas de Mercadorias Canceladas do Período | R$ 1.200,00 |

O valor do Custo das Mercadorias Vendidas e o Resultado Operacional Bruto, em 30.6.2004, é de:

a) R$ 7.500,00 e R$ 26.700,00.
b) R$ 9.900,00 e R$ 26.100,00.
c) R$ 14.100,00 e R$ 20.100,00.
d) R$ 16.800,00 e R$ 17.400,00.

SOLUÇÃO:

Cálculo da Receita Liquida de Vendas

| | |
|---|---|
| Receita com Vendas de Mercadorias | R$ 36.000,00 |
| (-) Vendas Canceladas | (R$ 1.200,00) |
| (-) Abatimentos Concedidos sobre Vendas | (R$ 600,00) |
| = Receita Líquida com Vendas de Mercadorias | R$ 34.200,00 |

Cálculo das Compras Líquidas

| | |
|---|---|
| Compras Brutas de Mercadorias | R$ 9.000,00 |
| (-) Descontos Incondicionais Obtidos sobre Compras | (R$ 2.100,00) |
| (-) Devolução de Compras | (R$ 900,00) |
| (-) Abatimento sobre Compras | (R$ 300,00) |
| = Compras Líquidas de Mercadorias | R$ 5.700,00 |

Cálculo do Custo das Mercadorias Vendidas

CMV = EI + CL – EF
CMV = R$ 3.000,00 + R$ 5.700,00 – R$ 1.200,00
CMV = R$ 7.500,00

Cálculo do Resultado Operacional Bruto

| | |
|---|---|
| Receita Líquida com Vendas | R$ 34.200,00 |
| (-) Custo das Mercadorias Vendidas | (R$ 7.500,00) |
| Resultado Operacional Bruto | R$ 26.700,00 |

27. (TÉCNICO – 2º/2004) Uma empresa realizou seu inventário físico em 1º.6.2004, identificando em seu estoque de mercadorias 4.000 unidades, avaliadas ao custo médio unitário de R$ 90,00. Em 7.6.2004, vendeu 3.000 unidades à vista, por R$ 325.000,00, numa operação isenta de tributos de qualquer natureza. O cliente, no dia 11.6.2004, devolveu 10% da compra e ainda conseguiu obter um abatimento de 10% no preço. Considerando essas transações, as únicas do mês de junho, a empresa mantém um estoque, em 30.6.2004, de:

a) 1.300 unidades a R$ 81,00, totalizando R$ 105.300,00.
b) 1.300 unidades a R$ 83,25, totalizando R$ 108.225,00.
c) 1.300 unidades a R$ 85,50, totalizando R$ 111.150,00.
d) 1.300 unidades a R$ 90,00, totalizando R$ 117.000,00.

SOLUÇÃO:

Ficha de Controle de Estoque – Custo Médio

| Operação | Entradas | | | Saídas | | | Saldo | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quant. | Unit. | Total | Quant. | Unit. | Total | Quant. | Unit. | Total |
| Saldo Inicial | | | | | | | 4.000 | R$ 90,00 | R$ 360.000,00 |
| Venda | | | | 3.000 | R$ 90,00 | R$ 270.000,00 | 1.000 | R$ 90,00 | R$ 90.000,00 |
| Devolução | | | | (300) | R$ 90,00 | (R$ 27.000,00) | 1.300 | R$ 90,00 | R$ 117.000,00 |
| Total | | | | 2.700 | | R$ 243.000,00 | | | |

Custo das Mercadorias Vendidas = R$ 270.000,00 – R$ 27.000,00 = R$ 243.000,00
Estoque Final = R$ 117.000,00
O abatimento concedido sobre vendas não interfere no estoque da empresa.

28. (TÉCNICO – 2º/2004) Os custos de produção de uma determinada empresa, em fevereiro de 2004, foram os seguintes:

| | |
|---|---|
| Mão-de-Obra Direta (Produto X) | R$ 24.000,00. |
| Mão-de-Obra Direta (Produto Y) | R$ 6.000,00. |
| Materiais Diretos (Produto X) | R$ 36.000,00. |
| Materiais Diretos (Produto Y) | R$ 84.000,00. |
| Custos Indiretos | R$ 240.000,00. |

Considerando que a empresa utiliza o custeio por absorção e adotou como critério de rateio os custos diretos, o custo de produção dos produtos X e Y, no mês de fevereiro de 2004, foram, respectivamente:

a) R$ 132.000,00 e R$ 258.000,00.
b) R$ 156.000,00 e R$ 234.000,00.
c) R$ 180.000,00 e R$ 210.000,00.
d) R$ 252.000,00 e R$ 138.000,00.

SOLUÇÃO:

| | Produto X | Produto Y | Total |
|---|---|---|---|
| Custos diretos | R$ 60.000,00 | R$ 90.000,00 | R$ 150.000,00 |
| Percentual rateio | 40% | 60% | |
| Custos indiretos | R$ 96.000,00 | R$ 144.000,00 | R$ 240.000,00 |
| Total | R$ 156.000,00 | R$ 234.000,00 | R$ 390.000,00 |

29. (TÉCNICO – 2º/2004) Uma determinada indústria, até 30.6.2004, estava produzindo e vendendo 75.000 unidades mensais de seu único produto, ocorrendo um custo variável unitário de R$ 80,00 e o custo fixo unitário de R$ 28,00. A partir de julho de 2004, para atender à demanda de 115.000 unidades feitas pelo mercado consumidor, a empresa passou a produzir 120.000 unidades do seu produto, mantendo inalterada sua estrutura atual de custos. Com base nas informações, o valor, em reais, do estoque final de 5.000 unidades no mês de julho será de:

a) R$ 400.000,00.
b) R$ 487.500,00.
c) R$ 540.000,00.
d) R$ 627.500,00.

SOLUÇÃO:
Custo Fixo Total = 75.000 unid. x R$ 28,00
Custo Fixo Total = R$ 2.100.000,00
Nova produção: 120.000 unid.
Custo Fixo Unitário = R$ 2.100.000,00 / 120.000 unid.
Custo Fixo Unitário = R$ 17,50
Custo Variável Unitário = R$ 80,00
Custo Total Unitário = R$ 17,50 + R$ 80,00
Custo Total Unitário = R$ 97,50
Estoque Final = 5.000 unid. x R$ 97,50
Estoque Final = R$ 487.500,00

## CONTABILIDADE DE CUSTOS - SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

30. (CONTADOR – 1º/2000) O conceito de Custo Padrão é:

a) Não é baseado em princípios científicos, uma vez que ele se utiliza de experiências simuladas, que são realizadas dentro de condições normais de fabricação, registradas e controladas por medições de natureza operacional e relacionadas à estatística.
b) É um custo planejado para determinado período, analisado cada fator de produção em condições normais de fabricação.
c) É baseado na indexação do custo histórico, atualizando o mesmo apenas para indexar o preço de venda do produto.
d) Não observa cada fator de produção, a fim de verificar os desvios resultantes de sua comparação com o custo histórico.

31. (CONTADOR – 1º/2000) O resultado do inventário físico de estoques da Cia. Brasil em 30.6.1999 apontou a existência de mercadorias no valor de R$ 890.000,00. Ao verificar a contabilidade, observou-se que a conta estoques acusava o saldo de R$ 930.000,00 na mesma data. O contabilista concluiu que, devido à natureza dos produtos que comercializa, a diferença encontrada terá que ser ajustada na contabilidade, na qual deverá ser procedido o lançamento:

a) Débito da Conta Estoques a crédito da conta Custo das Mercadorias Vendidas no montante de R$ 40.000,00.
b) Débito da conta Custo das Mercadorias Vendidas a crédito da conta Estoques no montante de R$ 40.000,00.
c) Débito da conta Custo Extraordinário e crédito de Estoques no montante de R$ 40.000,00.
d) Débito da conta Custo de Estoque a débito da conta de Ajustes do Exercício no montante de R$ 40.000,00.

32. (TÉCNICO – 1º/2000) Compõe o Custo de Fabricação:

a) A remuneração de pessoal administrativo.
b) A depreciação de móveis e utensílios do gabinete da presidência.
c) Os honorários contábeis.
d) A mão-de-obra aplicada na produção.

33. (TÉCNICO – 1º/2000) Corresponde a um exemplo de custo de fabricação:

a) Manutenção do parque fabril.
b) Comissão de vendas.
c) Despesas financeiras.
d) Retirada dos sócios.

34. (TÉCNICO – 2º/2000) Indique o método de avaliação em que o estoque final de mercadorias é avaliado pelo custo das primeiras compras, sendo que as últimas correspondem às primeiras vendas:

a) PEPS.
b) Valor de mercado.
c) Custo médio ponderado.
d) UEPS.

35. (TÉCNICO – 2º/2000) Marque a alternativa **CORRETA** que determina os elementos básicos do custo de fabricação:

a) Matéria-prima, custos diretos fixos e custos diretos variáveis.
b) Matéria-prima, custos diretos fixos e custos indiretos fixos.
c) Matéria-prima, gastos gerais de fabricação e custos finais.
d) Matéria-prima, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabricação.

36. (TÉCNICO – 2º/2000) Considerando os dados abaixo, calcule o custo unitário da matéria-prima para uma produção de 10.000 unidades:

| | |
|---|---|
| Custo de produção | R$ 200.000,00 |
| Custo da mão-de-obra | R$ 80.000,00 |
| Gastos gerais de fabricação (custo unitário) | R$ 3,00 |

a) R$ 31,00.
b) R$ 28,00.
c) R$ 9,00.
d) R$ 3,00.

37. (TÉCNICO – 1º/2001) As afirmativas abaixo estão corretas, **EXCETO**:

a) Produtos conjuntos são aqueles decorrentes de um único processo produtivo.
b) Os valores residuais de mercado configuram a base mais usual da diferenciação dos custos conjuntos para os co-produtos.
c) Um produto é definido como subproduto por causa de seu grande valor comercial comparado com o produto de pequeno valor, que é classificado como co-produto.
d) Produtos conjuntos são definidos como co-produto ou subproduto, segundo a sua relevância, em termos de valor de comercialização.

38. (TÉCNICO – 2º/2001) Considerando a existência de estoques de mercadorias e uma realidade de preços crescentes durante o exercício social, podemos afirmar, quanto aos métodos de controle de estoques utilizados, que:

a) Se comparado com o método UEPS a Média Ponderada Móvel geraria um resultado maior.
b) Se comparado com o método PEPS a Média Ponderada Móvel geraria um resultado maior.
c) Se comparado com o método UEPS o PEPS geraria um resultado equivalente.
d) Se comparado com o método UEPS o PEPS geraria um resultado menor.

39. (TÉCNICO – 1º/2002) Com base na Ficha de Controle de Estoques abaixo, podemos afirmar que o método utilizado foi:

| Operação | Entradas | | | Saídas | | | Saldo | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Quant. | Unitário | Total | Quant. | Unitário | Total | Quant. | Unitário | Total |
| Estoque Inicial | | | | | | | 12 | R$ 90,00 | R$ 1.080,00 |
| Compras | 10 | R$ 100,00 | R$ 1.000,00 | | | | 22 | R$ 94,55 | R$ 2.080,00 |
| Compras | 20 | R$ 150,00 | R$ 3.000,00 | | | | 42 | R$ 120,95 | R$ 5.080,00 |
| Vendas | | | | 32 | R$ 120,95 | R$ 3.870,40 | 10 | R$ 120,95 | R$ 1.209,60 |
| Compras | 40 | R$ 160,00 | R$ 6.400,00 | | | | 50 | R$ 152,19 | R$ 7.609,50 |
| Vendas | | | | 45 | R$ 152,19 | R$ 6.848,55 | 5 | R$ 152,19 | R$ 760,95 |
| TOTAL | 70 | | R$ 10.400,00 | 77 | | | 5 | R$ 152,19 | R$ 760,95 |

a) Média ponderada móvel.
b) Primeiro a entrar, primeiro a sair.
c) Último a entrar, primeiro a sair.
d) Controle rotativo dos produtos.

40. (TÉCNICO – 1º/2002) Um departamento de produção de uma indústria, no mês de março de 2002, enviou para a contabilidade os seguintes dados relativos a seus gastos:

| | |
|---|---|
| Matéria-Prima | R$ 3.280,00 |
| Energia Elétrica da Fábrica | R$ 230,00 |
| Mão-de-Obra Direta (paga por tarefa) | R$ 1.210,00 |
| Custos Indiretos Fixos de Fabricação | R$ 460,00 |

Sabendo-se que a indústria avalia seus estoques pelo método do custeio por absorção e que a quantidade produzida no período foi de 350 quilos, é **CORRETO** afirmar que o custo de produção unitário no período foi de:

a) R$ 15.10.
b) R$ 15.20.
c) R$ 14.25.
d) R$ 14.80.

41. (CONTADOR – 2º/2002) Uma empresa produz apenas um tipo de produto e possuía 125 unidades no Estoque de Produtos Acabados em 31.12.2001 no montante de R$ 375,00. No primeiro semestre de 2002, foram produzidas 3.750 unidades deste produto e foram vendidas 3.125 unidades a R$ 4,50 cada. Nesse mesmo primeiro semestre de 2002, os custos totalizaram R$ 11.250,00 e as despesas R$ 2.375,00.

O Custo dos Produtos Vendidos, o saldo do Estoque de Produtos Acabados em unidades e o Resultado Bruto no primeiro semestre de 2002 foram, respectivamente:

a) R$ 9.375,00; 750 unidades e R$ 2.312,50.
b) R$ 9.375,00; 750 unidades e R$ 4.687,50.
c) R$ 11.625,00; 875 unidades e R$ 62,50.
d) R$ 11.625,00; 875 unidades e R$ 2.437,50.

42. (TÉCNICO – 2º/2002) Uma empresa industrial fabricou no mês de agosto 18.000 unidades de um determinado produto realizando os seguintes gastos:

| | |
|---|---|
| Custos Fixos | R$ 90.000,00 |
| Mão-de-Obra Direta | R$ 49.500,00 |
| Mão-de-Obra Indireta | R$ 9.000,00 |
| Matéria-Prima | R$ 99.000,00 |

Se a empresa tivesse produzido 25.000 unidades desse produto, no mês de agosto, com as mesmas instalações e com a mesma mão-de-obra indireta, o custo por unidade produzida seria de:

a) R$ 11,44.
b) R$ 12,21.
c) R$ 13,75.
d) R$ 14,52.

43. (CONTADOR – 1º/2003) A empresa apresentou os seguintes saldos no mês de fevereiro de 2003:

| | |
|---|---|
| Depreciação de Equipamentos Administrativos | R$ 38.000,00 |
| Depreciação de Equipamentos de Fábrica | R$ 64.000,00 |
| Energia Elétrica Consumida na Fábrica | R$ 160.000,00 |
| Mão-de-Obra Direta | R$ 40.000,00 |
| Mão-de-Obra Indireta | R$ 140.000,00 |
| Materiais Diretos | R$ 560.000,00 |
| Materiais Indiretos | R$ 18.000,00 |
| Receita Líquida de Vendas | R$ 1.365.000,00 |
| Salário da Equipe de Administração | R$ 18.000,00 |
| Salário da Equipe de Vendas | R$ 28.000,00 |
| Seguro das Instalações Fabris | R$ 8.000,00 |

Posição dos Estoques

| Estoques | 31.1.2003 | 28.2.2003 |
|---|---|---|
| Matéria Prima | R$ 120.000,00 | R$ 75.000,00 |
| Produtos em Elaboração | R$ 180.000,00 | R$ 65.000,00 |
| Produtos Acabados | R$ 220.000,00 | R$ 90.000,00 |

Indique, respectivamente, a alternativa que concentra os Custos de Produção, Custos dos Produtos Vendidos e o Lucro Operacional Bruto:

a) R$ 900.000,00; R$ 1.030.000,00 e R$ 335.000,00.
b) R$ 990.000,00; R$ 1.235.000,00 e R$ 130.000,00.
c) R$ 1.018.000,00; R$ 1.105.000,00 e R$ 260.000,00.
d) R$ 1.074.000,00; R$ 1.204.000,00 e R$ 161.000,00.

44. (TÉCNICO – 1º/2003) Considerando que uma empresa adquiriu 100 toneladas de aço ao preço total de R$ 750.000,00, com os seguintes gastos por tonelada:

| | |
|---|---|
| Frete | R$ 2.500,00 |
| Seguros | R$ 1.100,00 |
| IPI | Isento |
| ICMs | Alíquota zero |

O Valor a ser debitado na conta Estoque é:

a) R$ 390.000,00.
b) R$ 860.000,00.
c) R$ 1.000.000,00.
d) R$ 1.110.000,00.

45. (TÉCNICO – 1º/2003) Uma empresa apresenta os seguintes saldos contábeis:

| | |
|---|---|
| Estoque Inicial | R$ 3.000,00 |
| Compras | R$ 2.000,00 |
| Devolução de Vendas | R$ 300,00 |
| Estoque Final | R$ 2.500,00 |
| Devolução de Compras | R$ 200,00 |
| Vendas | R$ 3.500,00 |
| Despesas Administrativas | R$ 150,00 |
| Despesas Gerais | R$ 100,00 |

O Custo de Mercadorias Vendidas e o Lucro Operacional Líquido são, respectivamente:

a) R$ 2.100,00 e R$ 900,00.
b) R$ 2.200,00 e R$ 750,00.
c) R$ 2.300,00 e R$ 650,00.
d) R$ 2.300,00 e R$ 800,00.

46. (TÉCNICO – 1º/2003) A aquisição de matéria-prima, pagamento de fornecedor de matéria-prima e o consumo de matéria-prima na produção são, respectivamente:

a) Gasto/investimento, despesa e custo.
b) Gasto/investimento, desembolso e custo.
c) Gasto/investimento, desembolso e despesa.
d) Gasto/investimento, custo e perda.

47. (CONTADOR – 2º/2003) No mês de agosto de 2003, uma indústria apresentou as seguintes informações:

| | |
|---|---|
| Aquisição de Novo Equipamento Industrial | R$ 98.100,00 |
| Compras de Matéria-Prima | R$ 3.600,00 |
| Depreciação de Máquinas Industriais | R$ 27.000,00 |
| Depreciação de Móveis e Utensílios do Escritório | R$ 22.500,00 |
| Energia Elétrica da Fábrica | R$ 112.500,00 |
| Mão-de-Obra Direta | R$ 9.000,00 |
| Mão-de-Obra Indireta | R$ 180.000,00 |
| Materiais Indiretos Consumidos na Fábrica | R$ 810.000,00 |
| Receita de Vendas | R$ 1.666.500,00 |
| Salário de Vendedores | R$ 18.000,00 |
| Salários Administrativos | R$ 900,00 |
| Seguros da Fábrica | R$ 1.800,00 |

| Estoques Finais | Julho | Agosto |
|---|---|---|
| Matéria-Prima | R$ 90.000,00 | R$ 72.000,00 |
| Produtos em Processo | R$ 54.000,00 | R$ 72.000,00 |
| Produtos Acabados | R$ 54.000,00 | R$ 72.000,00 |

O Custo com Materiais Diretos, o Custo Fabril e o Custo de Produtos Vendidos de uma indústria são respectivamente:

a) R$ 33.600,00; R$ 1.137.900,00 e R$ 1.113.900,00.
b) R$ 25.200,00; R$ 1.165.500,00 e R$ 1.129.500,00.
c) R$ 21.600,00; R$ 1.161.900,00 e R$ 1.125.900,00.
d) R$ 18.000,00; R$ 1.143.900,00 e R$ 1.215.900,00.

48. (TÉCNICO – 2º/2003) Uma empresa apresentou em sua contabilidade, em 31.1.2003, os seguintes dados:

| | |
|---|---|
| Aluguel de Fábrica | R$ 40.000,00 |
| Compra de Matéria-Prima | R$ 120.000,00 |
| Consumo de Matéria-Prima | R$ 100.000,00 |
| Custos Diversos | R$ 60.000,00 |
| Despesas Administrativas | R$ 120.000,00 |
| Despesas de Vendas | R$ 80.000,00 |
| Mão-de-Obra da Fábrica | R$ 80.000,00 |

No mês de fevereiro de 2003, foram fabricadas 800 unidades do produto e vendidas 540 unidades a R$ 650,00 cada. O saldo de Estoques de Produtos Acabados e o Custo dos Produtos Vendidos, respectivamente, são:

a) R$ 91.000,00 e R$ 189.000,00.
b) R$ 280.000,00 e R$ 351.000,00.
c) R$ 189.000,00 e R$ 260.000,00.
d) R$ 192.000,00 e R$ 162.000,00.

49. (TÉCNICO – 2º/2003) Em determinado período, foram produzidas 5.400 unidades, das quais 400 defeituosas, que foram vendidas pelo valor líquido de R$ 64.000,00, incluídas as despesas diretas com vendas. Sabendo-se que os custos de fabricação do período importaram a R$ 616.000,00, o custo de cada unidade de peça perfeita foi de:

a) R$ 102,22.
b) R$ 110,40.
c) R$ 114,07.
d) R$ 123,20.

50. (TÉCNICO – 1º/2004) O estoque inicial de mercadorias de uma empresa era de R$ 10.000,00 e o final, de R$ 20.000,00. O custo das mercadorias vendidas durante o exercício foi de R$ 75.000,00. Do total das compras efetuadas, 60% foram a prazo, correspondendo, portanto, ao valor de:

a) R$ 34.000,00.
b) R$ 45.000,00.
c) R$ 51.000,00.
d) R$ 65.000,00.

51. (TÉCNICO – 2º/2004) Na contabilização das operações com mercadorias de uma empresa, num ambiente de aumento de preços, utilizando os critérios PEPS e UEPS, é **CORRETO** afirmar que:

a) No sistema UEPS, o Estoque Final é mais alto.
b) No sistema UEPS, o Custo das Mercadorias Vendidas é mais baixo.
c) No sistema PEPS, o Estoque Final é mais baixo.
d) No sistema PEPS, o Custo das Mercadorias Vendidas é mais baixo.

52. (TÉCNICO – 2º/2004) Uma determinada empresa vendeu 30 unidades de mercadorias, em 20.2.2004. As compras foram realizadas da seguinte forma:

| Data | Unidade | Preço Unitário | Preço Total |
|---|---|---|---|
| 20.1.2004 | 20 | R$ 300,00 | R$ 6.000,00 |
| 18.2.2004 | 20 | R$ 400,00 | R$ 8.000,00 |

Sabendo-se que o Custo das Mercadorias Vendidas foi de R$ 11.000,00, o método de controle de estoques adotado pela empresa é:

a) Média Ponderada.
b) PEPS.
c) Preço Específico.
d) UEPS.

## Gabarito das questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | D | **2** | B | **3** | B | **4** | D | **5** | A | **6** | D |
| **7** | B | **8** | B | **9** | C | **10** | C | **11** | B | **12** | A |
| **13** | B | **14** | B | **15** | D | **16** | B | **17** | D | **18** | C |
| **19** | C | **20** | A | **21** | B | **22** | D | **23** | B | **24** | C |
| **25** | D | **26** | A | **27** | D | **28** | B | **29** | B | | |

## Gabarito das questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **30** | B | **31** | B | **32** | D | **33** | A | **34** | D | **35** | D |
| **36** | C | **37** | C | **38** | A | **39** | A | **40** | D | **41** | B |
| **42** | B | **43** | B | **44** | D | **45** | C | **46** | B | **47** | C |
| **48** | A | **49** | B | **50** | C | **51** | D | **52** | D | | |

# Contabilidade Gerencial

# CONTABILIDADE GERENCIAL - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 2º/2000) Considerando que a lucratividade operacional é de 12%, o valor das vendas líquidas R$ 10.000,00 e o ativo operacional de R$ 4.000,00, conclui-se que:

a) O Lucro Operacional é de R$ 1.200,00, a rotação do Ativo Operacional 2,5 e o Retorno do Investimento 20%.
b) O Lucro Operacional é de R$ 1.200,00, a rotação do Ativo Operacional 2,5 e o Retorno do Investimento 30%.
c) O Lucro Operacional é de R$ 1.000,00, a rotação do Ativo 0,4 e o Retorno do Investimento 30%.
d) O Lucro Operacional é de R$ 1.000,00, a rotação do Ativo 2,5 e o retorno do investimento 30%.

SOLUÇÃO:
Lucratividade = Lucro / Vendas
Lucro = Lucratividade x Vendas = 0,12 X R$ 10.000,00 = R$ 1.200,00
Rotação Ativo Opercacional = Vendas / Ativo Operacional
Rotação Ativo Opercacional = R$10.000,00 / R$4.000,00
Rotação Ativo Opercacional = 2,5 VEZES
Retorno de Investimento = Lucro / Ativo
Retorno de Investimento = R$ 1.200,00 / R$ 4.000,00
Retorno de Investimento = 30%

2. (CONTADOR – 2º/2000) Considere os demonstrativos a seguir:

Balanço Patrimonial em 31.12.1999

| Ativo | | Passivo | |
|---|---|---|---|
| Ativo Circulante | R$ 252.000,00 | Passivo Circulante | R$ 168.000,00 |
| Ativo Permanente | R$ 348.000,00 | Exigível a Longo-Prazo | R$ 72.000,00 |
| | | Total Passivo | R$ 240.000,00 |
| | | Patrimônio Líquido | R$ 360.000,00 |
| **TOTAL DO ATIVO** | R$ 600.000,00 | **TOTAL DO PASSIVO** | R$ 600.000,00 |

Demonstração do Resultado do Exercício em 31.12.1999

| | |
|---|---|
| Receita Líquida | R$ 720.000,00 |
| (-) Custos | (R$ 666.000,00) |
| Lucro Líquido | R$ 54.000,00 |

O giro do ativo se apresenta:

a) 1,20 vezes.
b) 2,00 vezes.
c) 0,83 vezes.
d) 0,50 vezes.

SOLUÇÃO:
Giro do Ativo = Vendas / Ativo Total
Giro do Ativo = R$ 720.000,00 / R$ 600.000,00
Giro do Ativo = 1,20 Vezes

3. (CONTADOR – 2º/2000) Considere uma empresa que fabrica 5.000 unidades mensais do produto X e que apresenta os seguintes custos unitários para esta produção:

Custos variáveis = R$ 18,00
Custos fixos = R$ 10,00
Custo total = R$ 28,00
O preço de venda unitário é R$ 35,00

Esta empresa, no início de março, recebe um pedido de 1.000 unidades deste produto de um cliente no exterior. No entanto, sua capacidade ociosa é de 800 unidades. Para atender a esse pedido, teria que reduzir, temporariamente, para 4.800 unidades as vendas no mercado interno, o que não lhe comprometeria futuramente. O preço de venda que o cliente está disposto a pagar por este pedido é de R$ 25,00 a unidade. Caso aceite o pedido, o lucro do mês será:

a) R$ 35.000.00.
b) R$ 45.600.00.
c) R$ 38.600.00.
d) R$ 31.200.00.

SOLUÇÃO:

| | |
|---|---|
| Vendas (4800 unidades x R$ 35,00) | = R$ 168.000,00 |
| (+) Vendas (1000 unidades x R$ 25,00) | = R$ 25.000,00 |
| (=) Vendas totais | = R$ 193.000,00 |
| (–) Custos variáveis (5800 unidades x R$ 18,00) | = R$ 104.400,00 |
| (=) Margem de Contribuição | = R$ 88.600,00 |
| (–) Custos Fixos (5.000 unidades x R$ 10,00) | = R$ 50.000,00 |
| (=) Lucro | = R$ 38.600,00 |

**UTILIZE OS DEMONSTRATIVOS A SEGUIR PARA RESPONDER AS PRÓXIMAS TRÊS QUESTÕES:**

BALANÇO PATRIMONIAL

| | 31.12.1999 | 31.12.2000 |
|---|---|---|
| **ATIVO** | | |
| **ATIVO CIRCULANTE** | | |
| Caixa | R$ 1.600,00 | R$ 3.640,00 |
| Depósitos Bancários à Vista | R$ 12.650,00 | R$ 8.360,00 |
| Clientes | R$ 9.500,00 | R$ 14.500,00 |
| (-) Duplicatas Descontadas | (R$ 4.300,00) | (R$ 5.240,00) |
| Estoques | R$ 6.700,00 | R$ 9.600,00 |
| **TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE** | R$ 26.050,00 | R$ 30.860,00 |
| **ATIVO PERMANENTE** | | |
| IMOBILIZADO | | |
| Móveis e Utensílios | R$ 7.200,00 | R$ 7.200,00 |
| (-) Depreciações Acumuladas | (R$ 1.980,00) | (R$ 2.440,00) |
| **TOTAL DO ATIVO PERMANENTE** | R$ 5.220,00 | R$ 4.760,00 |
| **TOTAL DO ATIVO** | R$ 31.270,00 | R$ 35.620,00 |
| **PASSIVO** | | |
| **PASSIVO CIRCULANTE** | | |
| Fornecedores | R$ 8.580,00 | R$ 11.700,00 |
| Receitas de Exercícios Futuros | R$ 4.200,00 | R$ 4.200,00 |
| Despesas Custos de Receitas Exercícios Futuros | (R$ 1.700,00) | (R$ 2.500,00) |
| **TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE** | R$ 11.080,00 | R$ 13.400,00 |
| **PATRIMONIO LÍQUIDO** | | |
| Capital Social | R$ 17.120,00 | R$ 17.120,00 |
| Reservas de Reavaliação | R$ 1.140,00 | R$ 1.240,00 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | R$ 1.930,00 | R$ 3.860,00 |
| **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | R$ 20.190,00 | R$ 22.220,00 |
| **TOTAL DO PASSIVO** | R$ 31.270,00 | R$ 35.620,00 |

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

| | 31.12.1999 | 31.12.2000 |
|---|---|---|
| Vendas de Mercadorias | R$ 10.560,00 | R$ 12.600,00 |
| (-) Devolução de Vendas | (R$ 200,00) | (R$ 450,00) |
| (-) ICMs sobre Vendas | (R$ 1.250,00) | (R$ 1.490,00) |
| Vendas Líquidas de Mercadorias | R$ 9.110,00 | R$ 10.660,00 |
| (-) Custo de Mercadorias Vendidas | (R$ 2.800,00) | (R$ 4.700,00) |
| = Resultado Operacional Bruto | R$ 6.310,00 | R$ 5.960,00 |
| (-) Despesas com Vendas | (R$ 540,00) | (R$ 670,00) |
| (-) Despesas Administrativas | (R$ 3.340,00) | (R$ 4.140,00) |
| (+) Resultado Financeiro | R$ 100,00 | R$ 130,00 |
| = Resultado Operacional | R$ 2.530,00 | R$ 1.280,00 |
| (+) Receitas Não-operacionais | R$ 600,00 | R$ 650,00 |
| = Resultado Operacional Líquido | R$ 1.930,00 | R$ 1.930,00 |

4. (CONTADOR – 1º/2001) O quociente de Liquidez Corrente em 1999 e 2000, respectivamente, é:

a) 0,35 e 0,30.
b) 1,35 e 1,30.
c) 2,35 e 2,30.
d) 3,35 e 3,30.

SOLUÇÃO:
Liquidez Corrente = Ativo Circulante / Passivo Circulante
Liquidez Corrente (1999) = R$ 26.050,00 / R$ 11.080,00 = 2,351083
Liquidez Corrente (2000) = R$ 30.860,00 / R$ 13.400,00 = 2,302985

5. (CONTADOR – 1º/2001) Assinale a alternativa **CORRETA** quanto ao grau de Imobilização do Patrimônio Líquido:

a) O crescimento do percentual da Imobilização do Patrimônio Líquido de 1999 para 2000 foi 4,43%.
b) O decréscimo do percentual da Imobilização do Patrimônio Líquido de 1999 para 2000 foi de 17,14%.
c) No Exercício de 1999 o percentual da Imobilização do Patrimônio Líquido representou 21,42%.
d) No Exercício de 2000 o percentual da Imobilização do Patrimônio Líquido representou 25,85%.

SOLUÇÃO:
Imobilização do Patrimônio Líquido = Ativo Permanente / Patrimônio Líquido
IPL (1999) = R$ 5.220,00 / R$ 20.190,00 x 100 = 25,85%
Em 1999 a empresa investiu no Ativo Permanente importância equivalente a 25,85% do Patrimônio Líquido.
IPL(2000) = R$ 4.760,00 / R$ 22.220,00 x 100 = 21,42%
Em 2000 a empresa investiu no Ativo Permanente importância equivalente a 21,42% do Patrimônio Líquido.
Variação Percentual = (IPL1999 – IPL2000) / IPL 1999 = 4,43% / 25,8% = 17,14%

6. (CONTADOR – 1º/2001) Considerando o ano de 1999 como ano base da empresa, indique a análise horizontal nominal da conta Custo de Mercadorias Vendidas:

a) A empresa teve um decrescimento em seu Custo de Mercadorias Vendidas na Ordem de 32,14%.
b) A empresa teve um crescimento em seu Custo de Mercadorias Vendidas na ordem de 67,86%.
c) A empresa precisa ter a inflação real relativa ao ano de 2000 para poder saber o percentual de crescimento ou decrescimento.
d) A empresa precisa ter o processo fabril analítico do ano de 2000 para poder saber o percentual de crescimento ou decrescimento.

SOLUÇÃO:
A análise horizontal nominal não considera para base de cálculo a inflação do período.
(CMV 2000 / CMV 1999) – 100% = (R$ 4.700,00 / R$ 2.800,00) – 100% = 67,86%

7. (CONTADOR – 1º/2002) Uma empresa apresenta duas propostas de orçamento para o segundo semestre de 2002.

| | Orçamento 1 | % | Orçamento 2 | % |
|---|---|---|---|---|
| Vendas | R$ 5.700.000,00 | 100 | R$ 7.200.000,00 | 100 |
| Custos Variáveis | R$ 3.500.000,00 | 61 | R$ 4.200.000,00 | 58 |
| Margem Contribuição | R$ 2.200.000,00 | 39 | R$ 3.000.000,00 | 42 |
| Custos Fixos | R$ 1.000.000,00 | 18 | R$ 1.800.000,00 | 25 |
| Lucro Líquido | R$ 1.200.000,00 | 21 | R$ 1.200.000,00 | 17 |

Os pontos de equilíbrio dos respectivos orçamentos, em valores monetários, são:

a) R$ 1.754.385,00 e R$ 2.500.000,00.
b) R$ 1.639.344,30 e R$ 3.103.448,30.
c) R$ 2.564.102,60 e R$ 4.285.714,30.
d) R$ 2.857.142,00 e R$ 4.285.714,00.

SOLUÇÃO:
Orçamento 1
Ponto de Equilíbrio (PE) = Custos Fixos Totais / Margem de Contribuição %
PE = R$ 1.000.000,00 / 0,39
PE = R$ 2.564.102,60

Orçamento 2

Ponto de Equilíbrio (PE) = Custos Fixos Totais / Margem de Contribuição %
PE = R$ 1.800.000,00 / 0,42
PE = R$ 4.285.714,30

8. (CONTADOR – 1º/2002) Uma empresa apresentou em 31.12.2001 as informações gerenciais para o ano de 2002:

| | Orçamento | % |
|---|---|---|
| Vendas | R$ 9.800.000,00 | 100 |
| Custos Variáveis | R$ 5.096.000,00 | 52 |
| Margem de Contribuição | R$ 4.704.000,00 | 48 |
| Custos e Despesas Fixas | R$ 3.332.000,00 | 34 |
| Lucro Líquido | R$ 1.372.000,00 | 14 |

Considerando as informações acima, indique o Grau de Alavancagem Operacional, a Margem de Segurança e o Percentual da Margem de Segurança da previsão feita pela empresa:

a) 3,43; R$ 2.858.333,34 e 29,17%.
b) 3,43; R$ 6.941.666,66 e 70,83%.
c) 4,80; R$ 2.858.333,34 e 48,00%.
d) 4,80; R$ 6.941.666,66 e 70,83%.

SOLUÇÃO:

Grau de Alavancagem Operacional

Grau de Alavancagem Operacional = Contribuição Marginal / Lucro Líquido
Grau de Alavancagem Operacional = R$ 4.704.000,00 / R$ 1.372.000,00
Grau de Alavancagem Operacional = 3,43

Margem de Segurança

Ponto de equilíbrio em valor = Custos Fixos Totais / Margem de Contribuição Percentual
Ponto de equilíbrio em valor = R$ 3.332.000,00 / 0,48
Ponto de equilíbrio em valor = R$ 6.941.666,66
Margem de Segurança = Vendas (-) Vendas do Ponto de Equilíbrio em Valor
Margem de Segurança = R$ 9.800.000,00 – R$ 6.941.666,66
Margem de Segurança = R$ 2.858.333,34

Percentual da Margem de Segurança

Percentual da Margem de Segurança = Margem de Segurança em Valor / Vendas
Percentual da Margem de Segurança = R$ 2.858.333,34 / R$ 9.800.000,00
Percentual da Margem de Segurança = 29,17%

9. (CONTADOR – 1º/2002) Uma empresa apresenta uma proposta para manter o mesmo nível de estoque no início e no final do mês. Os custos fixos estimados, para o mês, são de R$ 720.000,00 e os custos variáveis unitários estimados são R$ 35,00 a unidade. A empresa espera que 150.000 unidades sejam vendidas ao preço de R$ 50,00 por unidade. A quantidade máxima de vendas, dentro do mês, é de 175.000 unidades.

O Índice de Margem de Contribuição e a Margem de Contribuição Unitária esperada são:

a) 18% e R$ 10,89.
b) 18% e R$ 15,00.
c) 30% e R$ 10,20.
d) 30% e R$ 15,00.

SOLUÇÃO:

Margem de Contribuição Unitária

Margem de Contribuição Unitária = Preço de Venda Unitário – Custos Variáveis Unitários
Margem de Contribuição Unitária = R$50,00 – R$35,00
Margem de Contribuição Unitária = R$ 15,00

Índice de Margem de contribuição

Índice de Margem de contribuição = Margem de Contribuição / Vendas
Índice de Margem de contribuição = R$ 15,00 / R$ 50,00 = 30%

10. (CONTADOR – 1º/2002) Uma empresa apresenta os seguintes dados no orçamento do 2º semestre de 2002:

| | |
|---|---|
| Preço de Venda Unitário | R$ 33,40 |
| Custo Variável Unitário | R$ 28,80 |
| Custos Fixos | R$ 384.000,00 |

Para gerar o lucro operacional de R$ 30.000,00, são necessárias:

a) 45.000 unidades.
b) 76.957 unidades.
c) 83.478 unidades.
d) 90.000 unidades.

SOLUÇÃO:
Ponto de Equilíbrio Econômico (em unidades) = (Custos Fixos + Lucro Desejado) / Margem de Contribuição Unitária
Ponto de Equilíbrio Econômico (unidades) = (R$ 384.000,00 + R$ 30.000,00) / R$ 4,60
Ponto de Equilíbrio Econômico (unidades) = 90.000 unidades

11. (CONTADOR – 2º/2002) No primeiro semestre de 2002, as vendas orçadas de uma determinada empresa foram de R$ 1.530.000,00 (85.000 unidades x R$ 18,00 a unidade), porém, neste mesmo período, as vendas efetivas totalizaram R$ 1.600.000,00 (80.000 unidades x R$ 20,00 a unidade). A diferença entre as vendas reais e as vendas orçadas devido ao fator quantidade e aos valores das vendas totais são, respectivamente:

a) Uma redução de R$ 90.000,00 e um aumento de R$ 70.000,00.
b) Uma redução de R$ 70.000,00 e um aumento de R$ 90.000,00.
c) Um aumento de R$ 70.000,00 e uma redução de R$ 160.000,00.
d) Um aumento de R$ 160.000,00 e uma redução de R$ 90.000,00.

SOLUÇÃO:
A redução de R$ 90.000,00 é atribuída ao fator quantidade:
Redução da quantidade vendida = 5.000 unidades
Preço de venda unitário orçado = R$ 18,00
Redução do fator quantidade = Redução da quantidade vendida x Preço de venda unitário orçado
Redução do fator quantidade = 5.000 unidades x R$ 18,00
Redução do fator quantidade = R$ 90.000,00
O aumento de R$ 70.000,00 é atribuído ao fator preço unitário:
Aumento no preço de venda unitário = R$ 2,00
Quantidade vendida efetiva = 80.000 unidades
Aumento do fator preço = Aumento no preço de venda unitário x Quantidade vendida efetiva
Aumento do fator preço = R$ 2,00 x 80.000 unidades
Aumento do fator preço = R$ 160.000,00
Assim: o aumento de R$ 160.000,00 atribuído ao fator preço menos a diminuição de R$ 90.000,00 atribuída ao fator quantidade resulta em R$ 70.000,00 de aumento nas vendas totais.

12. CONTADOR – 2º/2002) Uma empresa obteve, no primeiro semestre de 2002, uma Receita com Vendas no montante de R$ 1.650.000,00, um Custo Variável de Fabricação de R$ 720.000,00, uma Despesa Variável de Vendas de R$ 135.000,00 e um Custo Fixo de Fabricação de R$ 320.000,00. A Margem de Contribuição pelo Custeio Direto e o Resultado Bruto pelo Custeio por Absorção no semestre são, respectivamente:

a) R$ 475.000,00 e R$ 610.000,00.
b) R$ 610.000,00 e R$ 795.000,00.
c) R$ 795.000,00 e R$ 475.000,00.
d) R$ 795.000,00 e R$ 610.000,00.

SOLUÇÃO:
Demonstração de Resultados por meio de Custeio Direto

| | |
|---|---|
| Receita com Vendas | R$ 1.650.000,00 |
| (-) Custos Variáveis de Fabricação | (R$ 720.000,00) |
| (-) Despesas Variáveis de Vendas | (R$ 135.000,00) |
| Margem de Contribuição | R$ 795.000,00 |
| (-) Custos Fixos de Fabricação | (R$ 320,000,00) |
| (-) Despesas Fixas de Vendas | (R$ 0,00) |
| Resultado Operacional Líquido | R$ 475.000,00 |

Demonstração de Resultados por meio de Custeio por Absorção

| | |
|---|---|
| Receita Com Vendas | R$ 1.650.000,00 |
| (-) Custo de Produtos Vendidos | (R$ 1.040.000,00) |
| Resultado Operacional Bruto | R$ 610.000,00 |
| (-) Despesas Operacionais | (R$ 135.000,00) |
| Resultado Operacional Líquido | R$ 475.000,00 |

13. (CONTADOR – 2º/2002) Uma empresa apresenta seu orçamento de produção estimado para 2003, com um total de receita de 495.000 unidades, um estoque estimado no início do ano de 82.500 unidades e um estoque desejado no final do ano de 49.000 unidades. A produção anual total, indicada no orçamento de produção, em unidades, será de:

a) 363.500 unidades.
b) 461.500 unidades.
c) 528.500 unidades.
d) 544.000 unidades.

SOLUÇÃO:

Orçamento em unidades:

| | |
|---|---|
| Receita | 495.000 unidades |
| (+) Estoque final desejado | 49.000 unidades |
| = Total | 544.000 unidades |
| (-) Estoque inicial estimado | 82.500 unidades |
| = Produção anual prevista | 461.500 unidades |

14. (CONTADOR – 2º/2003) Considerando o Prazo Médio de Estocagem (Matéria-Prima), o Prazo Médio de Fabricação e o Prazo Médio de Venda de uma empresa que apresentou as seguintes informações gerenciais extraídas dos relatórios dos exercícios 2001 e 2002, durante seus 365 dias anuais, a administração julgará **INCORRETA** a seguinte informação:

| Contas | 31.12.2001 | 31.12.2002 |
|---|---|---|
| Compras de Matéria-Prima Anual | | R$ 175.000,00 |
| Consumo Anual de Matéria-Prima | | R$ 150.000,00 |
| Custo dos Produtos Vendidos | | R$ 210.000,00 |
| Custo Total da Produção Anual | | R$ 320.000,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 90.000,00 | R$ 110.000,00 |
| Duplicatas Descontadas | R$ 45.000,00 | R$ 60.000,00 |
| Estoque de Matéria-Prima | R$ 65.000,00 | R$ 85.000,00 |
| Estoque de Produtos Acabados | R$ 53.000,00 | R$ 67.000,00 |
| Estoque de Produtos em Processo | R$ 51.000,00 | R$ 75.000,00 |
| Fornecedores | R$ 95.000,00 | R$ 110.000,00 |
| Receita de Vendas Anual a Prazo | | R$ 320.000,00 |

a) O tempo médio de permanência da matéria-prima em estoque no processo de produção é de 182,5 dias; o tempo médio de elaboração do produto é de 71,86 dias; e o prazo de estocagem do produto acabado é de 104,29 dias.
b) O estoque de matéria-prima é renovado 2,0 vezes no período; o estoque de produto em transformação giram 5,08 vezes no período; e o giro no período do estoque vendido é de 3,50 vezes.
c) O investimento médio em estoque de matéria-prima é de R$ 75.000,00; o investimento médio em estoque de produtos em processo é de R$ 63.000,00; e o investimento médio em estoque de produtos acabados é de R$ 60.000,00.
d) O tempo médio de permanência da matéria-prima em estoque no processo de produção é de 85,55 dias; o tempo médio de elaboração do produto é de 109,50 dias; e o prazo de estocagem do produto acabado é de 68,44 dias.

SOLUÇÃO:

Prazo Médio de Estocagem

O tempo médio verificado desde a aquisição do material até sua requisição na produção, ou seja, o tempo médio (em dias) que a matéria-prima permanece no estoque à espera de ser consumida no processo de produção.

PME = {Estoque Médio de Matéria-Prima / Consumo Anual} x 365 dias
PME = {[(R$ 85.000,00 + R$ 65.000,00) / 2] / R$ 150.000,00} x 365 dias
PME = {[R$ 150.000,00 / 2] / R$ 150.000} x 365 dias
PME = {R$ 75.000,00 / R$ 150.000,00} x 365 dias
PME = 0,5 x 365 dias
PME = 182,50 dias
GIRO = 365 dias / 182,50 dias
GIRO = 2 vezes

Prazo Médio de Fabricação

Revela o tempo médio que a empresa tarda em fabricar o produto.

PMF = {Estoque Médio de Produtos em Processo / Custo Produção} x 365 dias
PMF = {[(R$ 75.000,00 + R$ 51.000,00) / 2] / R$ 320.000,00} x 365 dias
PMF = {[R$ 126.000,00 / 2 ] / R$ 320.000,00]} x 365 dias
PMF = {R$ 63.000,00 / R$ 320.000,00} x 365 dias
PMF = 0,196875 x 365 dias
PMF = 71,86 dias
GIRO = 365 dias / 71,86 dias
GIRO = 5,08 vezes

Prazo Médio de Venda

Revela o tempo médio que o produto gasta desde sua elaboração até a venda, ou seja, o prazo que o produto acabado permanece em estoque à espera de ser vendido.

PMV = {Estoque Médio de Produtos Acabados / Custo dos Produtos Vendidos} x 365 dias
PMV = {[(R$ 67.000,00 + R$ 53.000,00) / 2] / R$ 210.000,00} x 365 dias
PMV = {[R$ 120.000,00 / 2] / R$ 210.000,00} x 365 dias
PMV = {R$ 60.000,00 / R$ 210.000,00} x 365 dias
PMV = 0,28571 x 365 dias
PMV = 104,29 dias
GIRO = 365 dias / 104,29 dias
GIRO = 3,50 vezes

15. (CONTADOR – 1º/2004) Determinada empresa apresenta a projeção do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício para 2004 e 2005.

**BALANÇO PATRIMONIAL PROJETADO**

| | 2004 | 2005 |
|---|---|---|
| **ATIVO** | R$ 25.096,00 | R$ 28.496,00 |
| **ATIVO CIRCULANTE** | R$ 20.920,00 | R$ 24.688,00 |
| Caixa | R$ 1.280,00 | R$ 2.912,00 |
| Bancos Conta Movimento | R$ 10.120,00 | R$ 6.688,00 |
| Clientes | R$ 7.600,00 | R$ 11.600,00 |
| (–) Duplicatas Descontadas | (R$ 3.440,00) | (R$ 4.192,00) |
| Estoque | R$ 5.360,00 | R$ 7.680,00 |
| **ATIVO PERMANENTE** | R$ 4.176,00 | R$ 3.808,00 |
| **IMOBILIZADO** | R$ 4.176,00 | R$ 3.808,00 |
| Móveis e Utensílios | R$ 5.760,00 | R$ 5.760,00 |
| (–) Depreciações Acumuladas | (R$ 1.584,00) | (R$ 1.952,00) |
| **PASSIVO** | R$ 25.096,00 | R$ 28.496,00 |
| **PASSIVO CIRCULANTE** | R$ 8.864,00 | R$ 11.492,00 |
| Fornecedores | R$ 8.864,00 | R$ 11.492,00 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | R$ 16.232,00 | R$ 17.004,00 |
| Capital Social | R$ 13.696,00 | R$ 13.696,00 |
| Reservas de Reavaliação | R$ 992,00 | R$ 992,00 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados | R$ 1.544,00 | R$ 2.316,00 |

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO PROJETADO**

| | 2004 | 2005 |
|---|---|---|
| Receita Operacional Bruta com Vendas | R$ 4.224,00 | R$ 5.040,00 |
| (–) Devolução de Vendas | (R$ 80,00) | (R$ 180,00) |
| (–) ICMs sobre Vendas | (R$ 500,00) | (R$ 596,00) |
| = Receita Operacional Líquida com Vendas | R$ 3.644,00 | R$ 4.264,00 |
| (–) Custo de Mercadorias Vendidas | (R$ 1.120,00) | (R$ 1.880,00) |
| | | |
| = Resultado Operacional Bruto | R$ 2.524,00 | R$ 2.384,00 |
| (–) Despesas Com Vendas | (R$ 216,00) | (R$ 268,00) |
| (–) Despesas Administrativas | (R$ 1.336,00) | (R$ 1.656,00) |
| (+) Resultado Financeiro | R$ 40,00 | R$ 52,00 |
| = Resultado Operacional Líquido | R$ 1.012,00 | R$ 512,00 |
| (+) Receitas não Operacionais | R$ 240,00 | R$ 260,00 |
| = Resultado Operacional do Exercício | R$ 1.252,00 | R$ 772,00 |

Identifique a afirmação **CORRETA** acerca do Endividamento, para a decisão da empresa.

a) O endividamento esperado em 2004 e 2005 é, respectivamente, R$ 0,45 e R$ 0,32. A empresa tem menos recursos próprios do que recursos de terceiros, por isso, ela não demonstra garantia das dívidas contratadas com seus credores.
b) O endividamento esperado em 2004 e 2005 é, respectivamente, R$ 1,83 e R$ 1,48. Para a empresa, faltam R$ 0,83 e R$ 0,48, respectivamente, de recursos próprios, para garantir as dívidas contratadas com seus credores.
c) O endividamento esperado em 2004 e 2005 é, respectivamente, R$ 0,55 e R$ 0,68. A empresa tem mais recursos próprios do que recursos de terceiros, por isso, ela demonstra garantia das dívidas contratadas com seus credores.
d) O endividamento esperado em 2004 e 2005 é, respectivamente, R$ 1,83 e R$ 1,48. Para a empresa, sobram R$ 0,83 e R$ 0,48, respectivamente, de recursos próprios, para consolidar a garantia das dívidas contratadas com seus credores.

SOLUÇÃO:
Endividamento = (Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo) / Patrimônio Líquido
Endividamento em 2004
Endividamento = R$ 8.864,00 / R$ 16.232,00
Endividamento = R$ 0,55
Endividamento em 2005
Endividamento = R$ 11.492,00 / R$ 17.004,00
Endividamento = R$ 0,68
Assim: o endividamento esperado em 2004 e 2005 é respectivamente R$ 0,55 e R$ 0,68. A empresa tem mais recursos próprios do que recursos de terceiros, por isso ela demonstra garantia das dívidas contratadas com seus credores.

16. (CONTADOR – 2º/2004) Uma empresa fabrica três produtos: produto A, produto B e produto C, com os seguintes preços, custos diretos e consumo de matéria-prima unitários:

| Produto | Preço | Custos diretos | Matéria-prima consumida |
|---|---|---|---|
| A | R$ 300,00 | R$ 150,00 | 5 Kg |
| B | R$ 270,00 | R$ 170,00 | 4 kg |
| C | R$ 200,00 | R$ 110,00 | 2 kg |

A mesma matéria-prima é utilizada na fabricação dos três produtos. Numa situação de restrição de quantidade de matéria-prima, para que a empresa tenha o maior lucro possível, os produtos que deverão ter suas produções e vendas priorizadas são:

a) Os produtos B e C, que consomem uma menor quantidade de matéria-prima.
b) Os produtos A e B, que têm o maior preço de venda.
c) Os produtos A e B, que apresentam maior margem de contribuição unitária devido ao seu montante de custos.
d) Os produtos A e C, que proporcionam a maior margem de contribuição por kg de matéria-prima.

SOLUÇÃO:

| Produto | Preço | Custos Diretos | Margem de Contribuição | Matéria prima consumida | MC por fator restritivo |
|---|---|---|---|---|---|
| A | R$ 300,00 | R$ 150,00 | R$ 150,00 | 5 Kg | R$ 30,00 |
| B | R$ 270,00 | R$ 170,00 | R$ 100,00 | 4 kg | R$ 25,00 |
| C | R$ 200,00 | R$ 110,00 | R$ 90,00 | 2 kg | R$ 45,00 |

A melhor opção, dada que a matéria prima está restrita, é maximizar a margem de contribuição por fator restritivo de produção, que são: Produto A (R$ 30,00) e Produto C (R$ 45,00).

17. (CONTADOR – 2º/2004) Uma empresa fabrica um produto que é vendido a R$ 16,00 por unidade e tem custos variáveis totais de R$ 42.000,00 para a produção atual de 6.000 unidades. Sabendo-se que os custos fixos correspondem a R$ 31.500,00 mensais, é **INCORRETO** afirmar que:

a) O preço de venda de R$ 16,00 cobre o custo unitário de produção de R$ 12,25 numa análise de custeio por absorção.
b) O ponto de equilíbrio contábil foi atingido com 3.500 unidades.
c) O custo total para uma produção de 10.000 unidades será de R$ 122.500,00 numa análise de custeio variável.
d) A margem de contribuição unitária é de R$ 9,00.

SOLUÇÃO:
Custo variável unitário = custo variável total / quantidade produzida
Custo variável unitário = R$ 42.000,00 / 6.000 unidades
Custo variável unitário = R$ 7,00

Margem de contribuição unitária = preço de venda – custo variável unitário
Margem de contribuição unitária = R$ 16,00 – R$ 7,00
Margem de contribuição unitária = R$ 9,00
Ponto de equilíbrio contábil = custos fixos / margem de contribuição unitária
Ponto de equilíbrio contábil = R$ 31.500,00 / R$ 9,00
Ponto de equilíbrio contábil = 3.500 unidades
Custo de produção total = custos fixos + variáveis
Custo de produção total = R$ 31.500,00 + R$ 42.000,00
Custo de produção total = R$ 73.500,00
Custo de produção unitário = Custo de produção total / quantidade produzida
Custo de produção unitário = R$ 73.500,00 / 6.000 unidades
Custo de produção unitário = R$ 12,25

18. (CONTADOR – 2º/2004) Uma indústria lança um novo produto e projeta os custos fixos unitários em R$ 100,00 e os custos variáveis unitários em R$ 150,00. Deseja uma margem de lucro de 20% sobre o preço de venda. As despesas variáveis unitárias correspondem a 10% e o somatório dos tributos incidentes 23% sobre o preço de venda. Sabendo que é utilizado o custeio por absorção, o preço de venda com o qual se deve trabalhar com base nos custos e na margem de lucro objetivada será de:

a) R$ 229,50.
b) R$ 382,50.
c) R$ 471,69.
d) R$ 531,91.

SOLUÇÃO:
1º passo:
Determinar a estrutura do Mark–Up
20% + 10% + 23% = 53,00 %
2º passo:
Definir o Custo
R$ 100,00 + R$ 150,00 = R$ 250,00
3º passo:
Cálculo do Mark-Up.
100% – 53% / 100 = 0,47
4º passo:
Cálculo do preço de venda
R$ 250,00 / 0,47 = R$ 531,91

19. (CONTADOR – 2º/2004) Considerando uma empresa que tenha um valor total de seus ativos de R$ 139.180,00, um Valor Econômico Adicionado (VEA) de R$ 12.730,00; e um custo médio ponderado de capital de 13,98%. O valor do *goodwill* e o valor de mercado dessa empresa serão, respectivamente, de:

a) R$ 14.509,65 e R$ 153.689,65.
b) R$ 19.457,36 e R$ 58.637,36.
c) R$ 91.058,65 e R$ 230.238,65.
d) R$ 177.965,40 e R$ 317.145,40.

SOLUÇÃO:
*Goodwill* = R$ 12.730,00 / 0,1398
*Goodwill* = R$ 91.058,65
Valor de Mercado = R$ 139.180,00 + R$ 91.058,65
Valor de Mercado = R$ 230.238,65

## CONTABILIDADE GERENCIAL - SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

20. (CONTADOR – 1º/2000) Considere os Demonstrativos abaixo para responder a questão:

**Balanço Patrimonial**

| Ativo | | Passivo | |
|---|---|---|---|
| Ativo Circulante | R$ 84.000,00 | Passivo Circulante | R$ 56.000,00 |
| Ativo Permanente | R$ 116.000,00 | Exigível a Longo Prazo | R$ 24.000,00 |
| | | Patrimônio Líquido | R$ 120.000,00 |
| **Total do Ativo** | R$ 200.000,00 | **Total do Passivo** | R$ 200.000,00 |

**Demonstração de Resultados**

| | |
|---|---|
| Receita Líquida | R$ 240.000,00 |
| (-) Custos | (R$ 222.000,00) |
| Lucro Líquido | R$ 18.000,00 |

Considerando o indicador de capacidade de pagamento, a Liquidez Corrente é:

a) R$ 1,50.
b) R$ 0,83.
c) R$ 3,00.
d) R$ 0,38.

21. (CONTADOR – 1º/2000) O Capital Circulante Líquido representa:

a) A folga financeira da empresa.
b) Os valores investidos no ativo circulante.
c) O capital de giro da empresa.
d) Os recursos aplicados no ativo circulante, financiados por capitais próprios e/ou de terceiros de exigibilidade de longo prazo.

22. (CONTADOR – 2º/2000) Mantidos constantes os totais das origens e aplicações de recursos, quanto maior for o índice de imobilização do patrimônio líquido menor será o índice de:

a) Rentabilidade do Patrimônio Líquido.
b) Liquidez Geral.
c) Composição do endividamento.
d) Giro dos estoques.

23. (CONTADOR – 1º/2001) Uma Empresa produz e vende 40 unidades mensais de um determinado produto, apurando os dados abaixo:

| | |
|---|---|
| Preço de venda unitário | R$ 32.000,00 |
| Custos e despesas variáveis unitários | R$ 16.000,00 |
| Custos e despesas fixas | R$ 80.000,00 |

| Demonstração de Resultados do Exercício | |
|---|---|
| Receita de Vendas | R$ 1.280.000,00 |
| (–) Custos e Despesas Variáveis | R$ 640.000,00 |
| V = Margem de Contribuição | R$ 640.000,00 |
| (–) Custos e Despesas Fixas | R$ 80.000,00 |
| = Resultado Operacional Líquido | R$ 560.000,00 |

Com base nesses dados, indique, respectivamente, o ponto de equilíbrio, em unidades e o valor da receita necessária para se obter um lucro líquido de 10% sobre a Receita de Vendas.

a) 5 unidades e R$ 640.000,00.
b) 40 unidades e R$ 1.280.000,00.
c) 5 unidades e R$ 200.000,00.
d) 40 unidades e R$ 640.000,00.

24. (CONTADOR – 2º/2002) Uma empresa investiu R$ 150.000,00 num empreendimento novo e deseja um lucro correspondente a 6% ao mês. Os dados projetados são os seguintes: Preço de Venda unitário R$ 7, 00; Custo Variável unitário R$ 4,00; e Despesas Variáveis 20% do Preço de Venda e Custos Fixos e Despesas Fixas num total de R$ 5.000,00 por mês. Diante destes fatos, o Ponto de Equilíbrio Econômico esperado é de:

a) 2.500 unidades.
b) 3.182 unidades.
c) 4.667 unidades.
d) 8.750 unidades.

25. (CONTADOR – 2º/2003) A administração de uma empresa apresentou em 1º.9.2003 as informações gerenciais para o ano de 2004. A alternativa **CORRETA** que indica o Grau de Alavancagem Operacional, a Margem de Segurança e o Percentual da Margem de Segurança da previsão feita pela empresa para a tomada de decisão sobre 2004 é:

| Orçamento 2004 | | |
|---|---|---|
| Vendas | R$ 45.000.000,00 | 100% |
| Custos Variáveis | R$ 20.384.000,00 | 45% |
| Margem de Contribuição | R$ 24.616.000,00 | 55% |
| Custos e Despesas Fixas | R$ 13.316.000,00 | 30% |
| Lucro Líquido | R$ 11.300.000,00 | 25% |

a) 2,18; R$ 20.789.090,91 e 46,20%.
b) 2,18; R$ 24.210.909,09 e 53,80%.
c) 3,98; R$ 44.386.666,67 e 98,64%.
d) 3,98; R$ 24.616.000,00 e 54,70%.

26. (CONTADOR – 2º/2003) No primeiro semestre de 2003 uma empresa produziu e vendeu 5.500 unidades de um determinado produto, apresentando o seguinte resultado:

| | |
|---|---|
| Receita Total | R$ 99.000.000,00 |
| (–) Custos e Despesas Variáveis de Produtos Vendidos | R$ 60.500.000,00 |
| = Margem de Contribuição | R$ 38.500.000,00 |
| (–) Custos e Despesas Fixas | R$ 11.000.000,00 |
| = Resultado Operacional | R$ 27.500.000,00 |

A alternativa **INCORRETA** baseada nos dados acima é:

a) O Ponto de Equilíbrio Contábil demonstra que a empresa precisa vender 1.571 unidades para cobrir seus custos fixos e despesas.
b) O Ponto de Equilíbrio Financeiro demonstra que a empresa precisa vender 1.550 unidades para cobrir uma dívida total de R$ 13.000.000,00 pagável em 5 parcelas, vencendo a primeira neste ano e uma depreciação no montante de 25% dos custos e das despesas fixas.
c) O Ponto de Equilíbrio Econômico demonstra que a empresa precisa vender 3.235 unidades para cobrir um lucro desejado de 25% numa política sobre os custos além de levar em conta o custo de oportunidade.
d) O Ponto de Equilíbrio Econômico demonstra que a empresa precisa vender 1.335 unidades para obter um lucro desejado de 30%, numa política sobre os custos e não levando em conta o custo de oportunidade.

27. (CONTADOR – 1º/2004) A direção de uma empresa apresentou as informações gerenciais para o 2º semestre de 2004.

| | Orçamento 2º Semestre de 2004 | |
|---|---|---|
| Receitas de Vendas | R$ 18.000.000,00 | 100,00% |
| Custos Variáveis | R$ 8.153.600,00 | 45,30% |
| Margem de Contribuição | R$ 9.846.400,00 | 54,70% |
| Custos e Despesas Fixas | R$ 7.989.600,00 | 44,39% |
| Lucro Líquido do Exercício | R$ 1.856.800,00 | 10,31% |

Sobre o Grau de Alavancagem Operacional e o Percentual da Margem de Segurança da previsão feita pela empresa, para a tomada de decisão sobre o 2º semestre de 2004, é **CORRETO** afirmar que:

a) A empresa apresentará, no 2º semestre de 2004, um Percentual de Margem de Segurança da ordem de 80,70%, devido ao Grau de Alavancagem Operacional encontrado, da ordem de 5,30.
b) A empresa apresentará, no 2º semestre de 2004, um percentual de Margem de Segurança da ordem de 18,86%, devido ao Ponto de Equilíbrio encontrado, da ordem de R$ 14.605.622,36.
c) A empresa apresentará, no 2º semestre de 2004, um Grau de Alavancagem Operacional da ordem de 5,30, devido à proporcionalidade da Receita com Vendas, em relação à Margem de Contribuição.
d) A empresa apresentará, no 2º semestre de 2004, uma Margem de Segurança da ordem de R$ 3.394.377,64, devido à aplicação do Grau de Alavancagem ao Lucro Líquido do Exercício esperado.

28. (CONTADOR – 1º/2004) Uma empresa possui as seguintes informações extraídas de seu Balancete de Verificação:

| | 31.12.2002 | 31.12.2003 |
|---|---|---|
| Ativo Circulante | R$ 17.500,00 | R$ 39.625,00 |
| Passivo Circulante | R$ 9.500,00 | R$ 20.500,00 |

Em relação ao crescimento do Índice de Liquidez Corrente da empresa em 2003, é **CORRETO** afirmar que:

a) A empresa terminou o exercício de 2003 com crescimento positivo na Liquidez Corrente de aproximadamente R$ 0,09.
b) A empresa terminou o exercício de 2003 com crescimento positivo na Liquidez Corrente de aproximadamente R$ 0,93 para cada R$ 1,00 de Passivo Circulante.
c) A empresa terminou o exercício de 2003 com crescimento negativo na Liquidez Corrente de aproximadamente R$ 0,09.
d) A empresa terminou o exercício de 2003 com crescimento negativo na Liquidez Corrente de aproximadamente R$ 0,91 para cada R$ 1,00 de Passivo Circulante.

29. (CONTADOR – 1º/2004) Em 31.12.2003, determinada companhia publicou a demonstração contábil que se segue.

**Balanço Patrimonial**

| ATIVO | 2002 | 2003 |
|---|---|---|
| Ativo Circulante | R$ 71.750,00 | R$ 77.250,00 |
| Realizável a Longo Prazo | R$ 15.000,00 | R$ 22.500,00 |
| Ativo Permanente | R$ 23.750,00 | R$ 34.000,00 |
| **Total do Ativo** | R$ 110.500,00 | R$ 133.750,00 |

| PASSIVO | 2002 | 2003 |
|---|---|---|
| Passivo Circulante | R$ 45.750,00 | R$ 54.250,00 |
| Exigível a Longo Prazo | R$ 27.250,00 | R$ 37.500,00 |
| Patrimônio Líquido | R$ 37.500,00 | R$ 42.000,00 |
| **Total do Passivo** | R$ 110.500,00 | R$ 133.750,00 |

A afirmativa **CORRETA** é:

a) O índice de Liquidez Geral foi reduzido em R$ 0,09 de 2002 para 2003, porém, este fator compromete a liquidez da companhia em curto prazo, uma vez que o índice de Liquidez Corrente, ao final de 2003, é de R$ 1,42.
b) O índice de Liquidez Corrente foi reduzido em R$ 0,15 de 2002 para 2003, porém, esta redução não interfere no fluxo de caixa da companhia, uma vez que este índice considera operações de longo prazo.
c) O índice de Liquidez Corrente de 2002 para 2003 decresceu de R$ 1,57 para R$ 1,42, porém, este fator não compromete a liquidez da companhia em curto prazo, uma vez que a capacidade de endividamento dela está acumulada em longo prazo.
d) O índice de Liquidez Geral foi reduzido em R$ 0,10 de 2002 para 2003, porém, este fator não compromete a liquidez da companhia em curto prazo, uma vez que o índice de Liquidez Corrente, ao final de 2003, é de R$ 1,42.

## Gabarito de questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | B | **2** | A | **3** | C | **4** | C | **5** | B | **6** | B |
| **7** | C | **8** | A | **9** | D | **10** | D | **11** | A | **12** | D |
| **13** | B | **14** | D | **15** | C | **16** | D | **17** | C | **18** | D |
| **19** | C | | | | | | | | | | |

## Gabarito de questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **20** | A | **21** | C | **22** | B | **23** | C | **24** | D | **25** | A |
| **26** | D | **27** | B | **28** | A | **29** | D | | | | |

# Auditoria Contábil

# AUDITORIA CONTÁBIL - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 2°/2000) São procedimentos a serem observados em um programa de auditoria das disponibilidades, **EXCETO**:

a) Contagem de caixa.
b) Verificação das contas incobráveis.
c) Circularização dos saldos bancários.
d) *Cut off* de cheques.

SOLUÇÃO:
A verificação das contas incobráveis é um procedimento que deve ser observado no programa de auditoria de clientes.

2. (CONTADOR – 2°/2000) Para o Auditor, um exemplo de papel de trabalho permanente é:

a) Estatuto Social.
b) Patrimônio Líquido.
c) Ajustes de Auditoria.
d) Revisão Analítica.

SOLUÇÃO:
O Estatuto Social é um documento utilizado em mais de um exercício social, caracterizando-se como papel de trabalho permanente.

3. (CONTADOR – 2º/2002) O tempo em que a auditoria externa deve guardar em seu poder os papéis de trabalho, de uma auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade é de:

a) 1 ano.
b) 3 anos.
c) 5 anos.
d) 10 anos.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 1024/05 NBC T11-3 Papéis de trabalho e documentação da auditoria. - Item 11.3.3.1. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

4. (CONTADOR – 2º/2002) De acordo com as Normas Profissionais de Auditor Independente, o Auditor deve observar o sigilo profissional, **EXCETO** quando:

a) Autorizado por escrito pela entidade auditada, contendo os limites das informações a serem fornecidas.
b) Solicitado pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de Sociedades por Ações de Capital.
c) Solicitado pelo Auditor Independente que o suceder, após o término de compromissos contratuais.
d) Terminados os trabalhos e compromissos contratuais.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 821/97 – NBC P1 item 1.6.3. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

5. (CONTADOR – 2º/2002) Numa auditoria efetuada nas disponibilidades de uma empresa, o Auditor constatou a falta de numerário no caixa. Na situação houve furto de dinheiro por parte do responsável pela tesouraria e o saldo anterior existente era de R$ 60.000,00.

Assinale a alternativa que corresponde ao valor subtraído do caixa da empresa, levando em consideração os fatos contábeis ocorridos na situação:

- Pagamento de ICMs efetuado por meio de cheque no valor de R$ 12.000,00 acrescido de 10% de multa moratória.
- Recebimento de duplicatas em carteira no valor de R$ 24.000,00.
- Pagamento de despesas com material de escritório no valor de R$ 1.500,00.
- Pagamento de adiantamento a funcionários no valor de R$ 13.000,00.

a) R$ 56.300,00.
b) R$ 57.500,00.
c) R$ 60.000,00.
d) R$ 69.500,00.

SOLUÇÃO:

| | |
|---|---|
| – Saldo do dia anterior | R$ 60.000,00 |
| Fatos ocorridos no dia: | |
| – Recebimento Duplicatas em Carteira | R$ 24.000,00 |
| – Despesas Materiais Escritório | (R$ 1.500,00) |
| – Adiantamento a Funcionários | (R$ 13.000,00) |
| – Saldo do Furto | R$ 69.500,00 |

O pagamento de ICMs no valor de R$ 12.000,00 acrescido de 10% de multa moratória, foi pago em cheque não transitou na conta caixa da empresa, portanto este fato não deve ser considerado para encontrar o valor furtado.

6. (CONTADOR – 1º/2002) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a responsabilidade do Auditor Independente, quando utilizar o trabalho do Auditor Interno é:

a) Dividida com o Auditor Interno.
b) Integralmente sua.
c) Integralmente do Auditor Interno.
d) Evidenciada no parecer.

SOLUÇÃO:
Resolução 821/97 – NBC P 1. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

7. (CONTADOR – 1º/2002) Indique o saldo inicial da conta Caixa considerando os dados abaixo:

1º.2.2002 – Vendas à vista, recebidas em moeda corrente, no valor de R$ 300.000,00.
5.2.2002 – Liquidação de duplicata no valor de R$ 200.000,00 com desconto de 10%, pago por meio de cheque.
7.2.2002 – Pagamento de salários no valor de R$ 80.000,00 em moeda corrente.
11.2.2002 – Aquisição de mercadorias, em moeda corrente, no valor de R$ 120.000,00.
18.2.2002 – Vendas a prazo no total de R$ 700.000,00.
18.2.2002 – Saldo final da conta Caixa de R$ 200.000,00.

a) R$ 20.000,00.
b) R$ 100.000,00.
c) R$ 220.000,00.
d) R$ 280.000,00.

SOLUÇÃO:

| Conta Caixa | Entrada | Saída | Saldo |
|---|---|---|---|
| Saldo inicial | - | - | R$ 100.000,00 |
| Vendas à vista | R$ 300.000,00 | - | R$ 400.000,00 |
| Compra de mercadorias | - | R$ 120.000,00 | R$ 280.000,00 |
| Folha de pagamento | - | R$ 80.000,00 | R$ 200.000,00 |
| Saldo final | - | - | R$ 200.000,00 |

8. (CONTADOR – 2º/2003) Quanto ao Controle Interno, marque a alternativa **INCORRETA**:

a) São exemplos o confronto de ativos com os registros contábeis, a contagem de caixa e a comparação com o saldo do razão geral, as conciliações bancárias e os inventários físicos de bens confrontado com os registros contábeis de cada um.
b) Segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, pois essas funções são compatíveis.
c) A conferência independente dos cálculos, a conferência da classificação contábil de todos os registros finais e a conferência independente do registro das transações contábeis são exemplos de amarração de sistema.
d) Os testes de observância consistem em o Auditor confrontar os manuais internos com a prática existente na empresa, podendo assim trabalhar com segurança na observância de documentos e registros contábeis.

SOLUÇÃO:
A segregação de funções consiste em estabelecer que uma mesma pessoa não pode ter acesso aos ativos e aos registros contábeis, pois essas funções são incompatíveis.

9. (CONTADOR – 2º/2003) Em relação ao parecer de auditoria desenvolvido abaixo, marque a alternativa **CORRETA**:

Aos Acionistas
Empresa S.A.

I. Examinamos os balanços patrimoniais da Empresa S.A. levantados em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.

II. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da companhia, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

III. A variação cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira está sendo contabilizada pela companhia somente por ocasião do pagamento ao credor no exterior. Essa prática está em desacordo com os princípios fundamentais de contabilidade, os quais requerem que a variação cambial seja registrada no regime de competência, ou seja, no ano em que houve a mudança da taxa de câmbio. Se a variação cambial tivesse sido contabilizada com base no regime de competência, o lucro líquido estaria a menor em R$ 121.000,00 e R$ 145.000,00, em 2002 e 2001, respectivamente.

IV. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto comentado no parágrafo III, as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa S.A., em 31 de dezembro de 2002 e de 2001, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.

5 de março de 2003
YEY Auditores Independentes Fulano de Tal
CRC-UF- 1111 Contador
CRC-UF-11.111-1

a) O parecer aplicado à Empresa S.A. foi do tipo Adverso, conforme parágrafo IV, pois a empresa de auditoria possuia informações suficientes para formar opinião de que as demonstrações financeiras não representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade.
b) Diante da situação apresentada no parágrafo IV, podemos afirmar que o parecer aplicado à Empresa S.A. foi do tipo Negativa de Parecer, pois a empresa de auditoria não obteve elementos comprobatórios suficientes para formar sua opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto devido ao fato do não-cumprimento do regime de competência.
c) Diante da situação apresentada no parágrafo IV, podemos afirmar que o parecer aplicado à Empresa S.A. foi do tipo Parecer com Ressalvas, pois a empresa de auditoria apresenta no parágrafo-padrão da opinião, clareza a respeito da natureza da ressalva e seu efeito sobre a situação patrimonial e financeira, resultado das operações, mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos.
d) O parecer aplicado à Empresa S.A. foi do tipo Parecer sem Ressalvas, conforme parágrafo IV, pois a empresa de auditoria possuia informações suficientes para verificar que o exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria; que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e os mesmos aplicados com uniformidade; e que as demonstrações financeiras possuem todas as informações necessárias.

SOLUÇÃO:
O parecer aplicado é do tipo Parecer com Ressalva, pois a empresa de auditoria possuia informações suficientes para formar opinião de que as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, apesar da inobservância do Principio da Competência.

10. (CONTADOR – 2º/2003) Quanto aos procedimentos de auditoria, marque a alternativa **CORRETA**:

I. A contagem física é um procedimento realizado no caixa, nos estoques e nos bens do imobilizado.

II. A confirmação com terceiros é um procedimento utilizado na conta corrente bancária, nos estoques em poder de terceiros, nos empréstimos a pagar e nas contas a receber de clientes.

III. A conferência de cálculos é um procedimento efetuado nos estoques, nas despesas antecipadas, nas depreciações de bens do imobilizado e nos juros provisionados.

IV. A inspeção de documentos é um procedimento que ocorre nos relatórios de despesas, nas licitações de compras, nos contratos e nos livros sociais.

a) As alternativas I, II, III e IV são verdadeiras, pois todas retratam procedimentos corretos de auditoria.
b) As alternativas I, II e IV são verdadeiras, porém, a alternativa II não possui fundamento, pois a mesma requer quebra do sigilo bancário que não é permitido.
c) As alternativas II e IV são falsas, uma vez que não retratam procedimentos de auditoria, pois as mesmas trabalham com documentos externos à empresa, o que, muitas vezes, o Auditor não pode ter acesso.
d) As alternativas I e III são falsas, pois existem procedimentos que o Auditor depende de terceiros e, muitas vezes, os mesmos não conseguem retorno a tempo de emitir um parecer.

SOLUÇÃO:
Todas as afirmativas apresentam procedimentos corretos de auditoria.

11. (CONTADOR – 2º/2003) O Auditor registra no papel de trabalho os ajustes, as reclassificações e as eliminações de lançamentos contábeis, a fim de refletir adequadamente a realidade das Demonstrações Contábeis. A afirmativa **INCORRETA** é:

a) O Auditor terá que reclassificar o lançamento contábil quando verificar que a empresa registrou uma despesa com lubrificantes para manutenção de equipamentos como conta de resultado do exercício.
b) O Auditor terá que reclassificar o lançamento contábil quando verificar que a empresa registrou uma despesa com encargos previdenciários erroneamente no grupo de despesas não-operacionais.
c) O Auditor terá que eliminar o lançamento contábil quando verificar que a empresa registrou as vendas dos primeiros dias do ano seguinte ao período de dezembro do exercício auditado.
d) O Auditor terá que ajustar o lançamento contábil quando verificar que a empresa não registrou os juros devidos referente às aplicações financeiras de curto prazo.

SOLUÇÃO:
O Auditor terá que reclassificar o lançamento contábil quando verificar que a empresa registrou uma despesa com lubrificantes para manutenção de equipamentos como conta de resultado do exercício. O lançamento está correto. Despesas de manutenção de equipamentos é uma conta de resultado do exercício.

12. (CONTADOR – 1º/2004) Um Auditor Interno de determinada empresa, na conferência física do dinheiro em custódia na tesouraria, verificou que havia no cofre o valor de R$ 6.000,00, enquanto que o saldo contábil da conta Caixa era de R$ 8.000,00. Verificou-se a divergência com a seguinte constatação:

a) Houve omissão de escrituração de vendas no valor de R$ 2.000,00.
b) Houve omissão de compras no valor de R$ 1.000,00.
c) Um adiantamento salarial de R$ 2.000,00 foi escriturado duas vezes.
d) Uma nota de compra de R$ 1.000,00 foi escriturada como sendo de venda.

SOLUÇÃO:
Se uma nota de compra de R$ 1.000,00 fosse escriturada como sendo de venda, o saldo contábil de caixa ficaria superavaliado em dobro, isto é, R$ 2.000,00, ficando assim com R$ 8.000,00.

13. (CONTADOR – 1º/2004) Para preparar seus procedimentos de revisão analítica, uma empresa de auditoria verificou as seguintes informações, ao iniciar, em 2004, seus trabalhos numa companhia.

| Clientes a Receber | |
|---|---|
| 31.1.2003 | R$ 900.000,00 |
| 28.2.2003 | R$ 550.000,00 |
| 31/3.2003 | R$ 850.000,00 |
| 30.4.2003 | R$ 990.000,00 |
| 31.5.2003 | R$ 685.000,00 |
| 30.6.2003 | R$ 895.000,00 |
| 31.7.2003 | R$ 920.000,00 |
| 31.8.2003 | R$ 890.000,00 |
| 30.9.2003 | R$ 795.000,00 |
| 31.10.2003 | R$ 865.000,00 |
| 30.11.2003 | R$ 760.000,00 |
| 21.12.2003 | R$ 980.000,00 |

Vendas a prazo anual em 2003: R$ 7.560.000,00.

Em relação à rotação de Contas a Receber, a afirmativa **CORRETA** é:

a) A rotação das Contas a Receber em 2003 gira em torno de 40,55 dias, o que pode significar que a companhia tem atraso no recebimento de duplicatas. Nesse caso, um dos procedimentos de auditoria a ser adotado é verificar, em base de teste, as duplicatas que serão baixadas durante o exercício social de 2004 da companhia.
b) A rotação das Contas a Receber em 2003 gira em torno de 40,55 dias, o que pode significar que a companhia tem atraso no recebimento de duplicatas. Neste caso, um dos procedimentos de auditoria a ser adotado é verificar, em base de teste, as vendas à vista, cruzando saldo confirmado pelo banco com os depósitos bancários durante o exercício social de 2004 da companhia.
c) A rotação das Contas a Receber em 2003 gira em torno de 22,81 dias, o que pode significar que a companhia tem atraso no recebimento de duplicatas. Neste caso, um dos procedimentos de auditoria a ser adotado é verificar, em base de teste, as duplicatas baixadas durante o exercício social de 2004 da companhia.
d) A rotação das Contas a Receber em 2003 gira em torno de 22,81 dias, o que pode significar que a companhia tem atraso no recebimento de duplicatas. Neste caso, um dos procedimentos de auditoria a ser adotado é verificar, em base de teste, as duplicatas descontadas, cruzando saldo confirmado pelo banco com as duplicatas baixadas durante o exercício social de 2004 da companhia.

SOLUÇÃO:
Média de Contas a Receber = Contas a Receber ÷ 12 meses
Média de Contas a Receber = R$ 10.080.000,00 ÷12 meses
Média de Contas a Receber = R$ 840.000,00
Rotação das Contas a Receber = 365 dias ÷ (Vendas a Prazo Anual ÷ Média de Contas a Receber)
Rotação das Contas a Receber = 365 dias ÷ (R$ 7.560.000,00 ÷ R$ 840.000,00)
Rotação das Contas a Receber = 40,55 dias
A rotação das contas a receber em 2003 gira em torno de 40,55 dias, o que pode significar que a companhia tem atraso no recebimento de duplicatas. Neste caso o procedimento de auditoria a ser adotado é verificar, em base de teste, as duplicatas que serão baixadas durante o exercício social de 2004 da companhia.

14. (CONTADOR – 2º/2004) Com relação ao risco de auditoria, marque a alternativa **INCORRETA**:

a) Na fase do planejamento da auditoria, um dos níveis a serem analisados é o específico, que considera a análise das Demonstrações Contábeis tomadas no seu conjunto, bem como as atividades.
b) O Auditor deve avaliar o ambiente de controle da Entidade para determinar o risco da auditoria, como, por exemplo, as limitações de acesso físico a ativos e registros contábeis e/ou administrativos.
c) O Auditor deve avaliar o ambiente de controle da Entidade, como, por exemplo, a estrutura organizacional e os métodos de administração adotados, especificamente, quanto a limites de autoridade e responsabilidade.
d) Risco de auditoria é a possibilidade de o Auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre Demonstrações Contábeis, significativamente, incorretas.

SOLUÇÃO:
A análise dos riscos de auditoria deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos considerando a relevância em dois níveis:
- Em nível geral: considerando as Demonstrações Contábeis tomadas no seu conjunto, bem como, as atividades, qualidade da administração, avaliação do sistema contábil e de controles internos e da situação econômica e financeira da Entidade; e
- Em nível especifico: relativo ao saldo das contas ou natureza e volume das transações.

15. (CONTADOR – 1º/2004) A alternativa **CORRETA** referente ao teste das conciliações bancárias realizados pelos auditores é:

a) Em 30.12.2003, o banco debitou R$ 75.000,00 na conta da empresa, referente ao depósito de um cheque de cliente sem fundos. A empresa só registrou a devolução do cheque depositado em 5.1.2004. Considerando essa transação como o único item pendente, a reconciliação bancária para 31.12.2003 seria apresentada da seguinte forma:

| | Extrato | Razão Analítico |
|---|---|---|
| Saldos em 31.12.2003 | R$ 4.752.820,00 | R$ 4.827.820,00 |
| Cheque de cliente devolvido sem fundo | R$ 75.000,00 | |
| Saldos ajustados | R$ 4.827.820,00 | R$ 4.827.820,00 |

b) Em 30.12.2003, o banco debitou R$ 75.000,00 na conta da empresa, referente ao depósito de um cheque de cliente sem fundos. A empresa só registrou a devolução do cheque depositado em 5.1.2004. Considerando essa transação como o único item pendente, a reconciliação bancária para 31.12.2003 seria apresentada da seguinte forma:

| | Extrato | Razão Analítico |
|---|---|---|
| Saldos em 31.12.2003 | R$ 4.752.820,00 | R$ 4.827.820,00 |
| Cheque de cliente devolvido sem fundo | | (R$ 75.000,00) |
| Saldos ajustados | R$ 4.752.820,00 | R$ 4.752.820,00 |

c) Em 30.12.2003, o banco recebeu R$ 620.000,00 referente a duplicatas de clientes que estavam em carteira e creditou esse valor na conta da empresa, que registrou essa transação em 5.1.2004. Considerando essa transação como o único item pendente, a reconciliação bancária para 31.12.2003 seria apresentada da seguinte forma:

| | Extrato | Razão Analítico |
|---|---|---|
| Saldos em 31.12.2003 | R$ 6.570.680,00 | R$ 5.950.680,00 |
| Recebimento de Duplicatas em carteira e não-contabilizadas | (R$ 620.000,00) | R$ 620.000,00 |
| Saldos ajustados | R$ 5.970.680,00 | R$ 6.570.680,00 |

d) Em 30.12.2003, o banco recebeu R$ 620.000,00 referente a duplicatas de clientes que estavam em carteira e creditou esse valor na conta da empresa, que registrou essa transação em 5.1.2004. Considerando essa transação como o único item pendente, a reconciliação bancária para 31.12.2003 seria apresentada da seguinte forma:

| | Extrato | Razão Analítico |
|---|---|---|
| Saldos em 31.12.2003 | R$ 6.570.680,00 | R$ 5.950.680,00 |
| Recebimento de Duplicatas em carteira e não-contabilizadas | | (R$ 620.000,00) |
| Saldos ajustados | R$ 6.570.680,00 | R$ 5.330.680,00 |

SOLUÇÃO:
Em 30.12.2003, o banco debitou R$ 75.000,00 na conta da empresa, referente ao depósito de um cheque de cliente sem fundos. A empresa só registrou a devolução do cheque depositado em 5.1.2004. Considerando essa transação como o único item pendente, a reconciliação bancária para 31.12.2003 seria apresentada da seguinte forma:

| | Extrato | Razão Analítico |
|---|---|---|
| Saldos em 31.12.2003 | R$ 4.752.820,00 | R$ 4.827.820,00 |
| Cheque de cliente devolvido sem fundo | | (R$ 75.000,00) |
| Saldos ajustados | R$ 4.752.820,00 | R$ 4.752.820,00 |

16. (CONTADOR – 1º/2004) O Balanço Patrimonial de determinada empresa, encerrado em 31.12.2003, apresentava contas com valores correntes ou circulantes, com os seguintes saldos:

| | |
|---|---|
| Bancos Conta Movimento | R$ 900,00 |
| Caixa | R$ 300,00 |
| Capital Social | R$ 1.000,00 |
| Duplicatas a Pagar | R$ 900,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 800,00 |
| Duplicatas Descontadas | R$ 500,00 |
| Estoque de Materiais de Consumo | R$ 340,00 |
| Estoque de Mercadorias | R$ 800,00 |
| Impostos a Pagar | R$ 150,00 |
| Lucros Acumulados | R$ 870,00 |
| Valores Mobiliários | R$ 280,00 |

A auditoria interna da empresa constatou alguns fatos não-abordados pela contabilidade:
- O extrato bancário indicava a emissão de um cheque de R$ 1.200,00, não-sacado pelo portador, porém, já contabilizado.
- Os valores mobiliários totalizavam mil ações, avaliadas em R$ 0,30 cada uma no dia do balanço.
- R$ 240,00 de receitas antecipadas não haviam sido contabilizadas.
- R$ 350,00 de despesas antecipadas não haviam sido contabilizadas.

A auditoria interna solicitou que a contabilidade efetuasse as atualizações contábeis necessárias. Assim, o Balanço Patrimonial apresentará Ativo Circulante no valor de:

a) R$ 2.810,00.
b) R$ 2.920,00.
c) R$ 3.160,00.
d) R$ 3.660,00.

SOLUÇÃO:
O cheque emitido, mas ainda não-sacado pelo portador já foi contabilizado pela empresa.
Os valores mobiliários (ações) apresentam valor de mercado superior ao preço de aquisição, portanto, eles devem ser apresentados no ativo pelo preço de aquisição. Se o valor de mercado fosse inferior ao preço de aquisição, haveria constituição de provisão para ajuste ao valor de mercado.
A contabilização de receitas e despesas antecipadas é efetuada da seguinte forma:

| | |
|---|---|
| D – Caixa ou Bancos | |
| C - Receitas Antecipadas | R$ 240,00 |
| | |
| D – Despesas Antecipadas | |
| C – Caixa ou Bancos | R$ 350,00 |

| | |
|---|---|
| Caixa e Bancos | R$ 1.090,00 |
| Valores Mobiliários | R$ 280,00 |
| Duplicatas a Receber | R$ 800,00 |
| Duplicatas Descontadas | R$ (500,00) |
| Estoque de Mercadorias | R$ 800,00 |
| Estoque de Materiais de Consumo | R$ 340,00 |
| Despesas Antecipadas | R$ 350,00 |
| Total do Ativo Circulante | R$ 3.160,00 |

17. (CONTADOR – 2º/2004) Na auditoria efetuada numa empresa, os auditores constataram na averiguação da conta Bancos conta Movimento que os cheques emitidos e ainda não-entregues aos seus beneficiários já estavam subtraídos do saldo disponível. A recomendação dos auditores será:

a) Cancelar os cheques emitidos, uma vez que ainda não foram entregues.
b) Deixar de efetuar o pagamento aos beneficiários.
c) Manter o saldo de bancos, pois os cheques, ao final, serão descontados.
d) Recompor o saldo de bancos, reclassificando como cheques a pagar.

SOLUÇÃO:
Os cheques devem ser reclassificados na conta cheques a pagar recompondo o saldo de bancos, em virtude dos mesmos não terem sido entregues aos beneficiários e conseqüentemente não terem sido concretizadas as operações de pagamento com seus respectivos beneficiários.

## AUDITORIA CONTÁBIL - SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

18. (CONTADOR – 1°/2000) Os procedimentos de auditoria externa incluem obrigatoriamente:

a) A realização de testes substantivos e adjetivos.
b) A realização de testes de observância e de testes substantivos.
c) Exclusivamente a realização de testes de observância.
d) Exclusivamente a realização de testes substantivos.

19. (CONTADOR – 1°/2000) As alternativas abaixo caracterizam relevância a ser obrigatoriamente considerada pelo Auditor Externo em seu trabalho, com **EXCEÇÃO** de:

a) Determinar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria.
b) Fixar as normas para inventário.
c) Avaliar o efeito das distorções sobre os saldos, as denominações e a classificação das contas.
d) Determinar a adequação da apresentação e da divulgação da informação contábil.

20. (CONTADOR – 1°/2000) Entre os tipos de pareceres de auditoria externa, **NÃO** está previsto:

a) Parecer com ressalva condicionada.
b) Parecer sem ressalva.
c) Parecer com ressalva.
d) Parecer com abstenção de opinião.

21. (CONTADOR – 1°/2000) A empresa "B" superavaliou o inventário inicial de mercadorias de revenda em 1999. Nesse caso, diz-se que:

a) O inventário final de mercadorias será subavaliado.
b) O Custo das Mercadorias Vendidas será subavaliado.
c) O Lucro Líquido do período será subavaliado.
d) O Lucro Líquido do período será superavaliado.

22. (CONTADOR – 2°/2000) Na aplicação dos testes substantivos, o Auditor deve objetivar as seguintes conclusões, **EXCETO**:

a) Existência – se o componente patrimonial existe em certa data.
b) Mensuração – se todas as transações estão registradas.
c) Direitos e obrigações – se efetivamente existentes em certa data.
d) Ocorrência – se a transação de fato ocorreu.

23. (CONTADOR – 1º/2002) Os papéis de trabalho de auditoria correntes são utilizados em:

a) Um exercício social.
b) Dois exercícios sociais.
c) Três exercícios sociais.
d) Mais de um exercício social.

24. (CONTADOR – 1º/2001) Durante o processo para determinar a extensão dos testes de auditoria externa, após avaliação dos controles internos, a seleção da amostra deverá ser efetuada:

a) Sempre com base em critérios não-estatísticos.
b) Sempre com base em critérios estatísticos.
c) Por critérios estatísticos ou não, dependendo do julgamento do Auditor.
d) Por critérios não-estatísticos, somente para as contas com baixo risco de auditoria.

25. (CONTADOR – 1°/2001) Os papéis de trabalho consistem no conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coletadas pelo Auditor Independente; são de propriedade exclusiva do Auditor e têm como principal objetivo:

a) Servir de elemento de prova para registro no departamento contábil.
b) Evitar desperdícios e erros por parte da administração da empresa.
c) Dar suporte a opinião do Auditor expressa no seu parecer.
d) Controlar os compromissos assumidos pelo Auditor.

26. (CONTADOR – 1º/2002) Uma das finalidades dos papéis de trabalho em auditoria é:

a) Ajudar a empresa na maximização dos seus lucros.
b) Ajudar o Auditor Independente na elaboração das Demonstrações Contábeis e do relatório do Conselho de Administração.
c) Fornecer dados para a empresa elaborar as Demonstrações Contábeis.
d) Registrar as descobertas realizadas e comprovar o cumprimento do trabalho de auditoria.

27. (CONTADOR – 2º/2004) Com relação aos papéis de trabalho elaborados pela auditoria, é **CORRETO** afirmar:

a) O papel de trabalho pode constar de documentos e demonstrações preparados ou fornecidos pela Entidade, desde que seja avaliada a sua consistência e satisfeitas a sua forma e o conteúdo.
b) Os documentos e as demonstrações elaborados pela Entidade não devem ser utilizados como papel de trabalho, mesmo que estejam adequados, pois estariam comprometendo a independência da auditoria.
c) Os documentos e as demonstrações elaborados pela Entidade não podem ser utilizados como papéis de trabalho, pois não constituem evidências do trabalho executado pela auditoria.
d) Os documentos e as demonstrações elaborados pela Entidade não podem ser utilizados como papéis de trabalho, pois não serão contemplados quando da revisão dos trabalhos pela supervisão da auditoria.

28. (CONTADOR – 2º/2004) Considera-se impedido para realizar trabalhos de auditoria independente o Auditor que:

a) Tenha emitido parecer sem ressalva durante quatro anos consecutivos, ou oito anos intercalados, independentemente da empresa de auditoria.
b) Tenha emitido parecer com ressalva nos últimos três anos.
c) Mantenha relação de trabalho como empregado, administrador ou colaborador assalariado, ainda que esta relação seja indireta nos últimos dois anos.
d) Execute trabalhos de auditoria para empresa nos últimos três anos.

## Gabarito de questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | B | **2** | A | **3** | C | **4** | A | **5** | B | **6** | A |
| **7** | B | **8** | B | **9** | C | **10** | A | **11** | B | **12** | C |
| **13** | A | **14** | A | **15** | B | **16** | C | **17** | A | | |

## Gabarito de questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **18** | B | **19** | A | **20** | A | **21** | C | **22** | B | **23** | A |
| **24** | C | **25** | C | **26** | D | **27** | A | **28** | C | | |

# Perícia Contábil

## PERÍCIA CONTÁBIL - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 1º/2001) O perito-contador está impedido de exercer suas funções quando:

a) Não concordar com a matéria em questão.
b) Estiver em débito com o Instituto dos Peritos Contadores.
c) For parte direta ou indireta do processo.
d) Estiver em débito com o Instituto dos Peritos Contadores.

SOLUÇÃO:
Código de Processo Civil, art. 405, Parágrafo 2 – Inciso II, combinado com os art. 138 – Inciso III e art. 146.
NBC P 2 – 2.4.1.a – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

2. (CONTADOR – 1º/2001) Indique a hipótese em que, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, o sigilo profissional poderá ser rompido:

a) Depois de concluído e entregue o trabalho pericial.
b) Quando em defesa de sua conduta profissional autorizada por quem de direito.
c) Quando ocorrer o desligamento do perito-contador antes de o trabalho ser concluído.
d) Se o perito-contador for substituído pelo juiz.

SOLUÇÃO:
NBC P 2 – 2.6.1.2 e Resolução CFC 857 de 21.10.99 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

3. (CONTADOR – 1º/2002) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) A perícia poderá ser anulada se forem provados vícios formais.
b) A segunda perícia rege-se pelas disposições estabelecidas para a primeira.
c) A parte que se sentir prejudicada poderá determinar a realização de nova perícia.
d) Se forem provados comprometimentos éticos, ocorre a elaboração de nova perícia.

SOLUÇÃO:
Somente o magistrado poderá determinar a realização de nova perícia.
Código Processo Civil – art. 437 – "O juiz poderá determinar de oficio ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida."

4. (CONTADOR – 1º/2002) Prazo para apresentação da escusa do perito-contador:

a) Dentro de cinco dias contados da intimação ou do impedimento superveniente.
b) De acordo com a decisão do juiz.
c) Dentro de quinze dias contados da intimação ou do impedimento superveniente.
d) Não existe prazo definido para a apresentação da escusa.

SOLUÇÃO:
Código Processo Civil – art. 146 – parágrafo único – "A escusa será apresentada dentro de cinco dias, contados das intimação ou do impedimento superveniente, sob pena de se reputar renunciado o direito a lega-la."
NBC T 13 – Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

5. (CONTADOR – 1º/2002) No processo judicial, o Contador pode funcionar como perito do juízo ou como perito-contador assistente das partes. Em relação ao perito do juízo, os honorários periciais são:

a) De responsabilidade exclusiva do donatário.
b) De responsabilidade da parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz.
c) De responsabilidade parcial do donatário.
d) Não há que se falar em honorários, por ser o perito do juízo componente do quadro regular da justiça, contratado mediante salário.

SOLUÇÃO:
Código Processo Civil – art. 33 – "Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz."

6. (CONTADOR – 1º/2002) O perito-contador que prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte, ficando inabilitado a atuar em outras perícias por:

a) Um ano.
b) Dois anos.
c) Três anos.
d) Seis anos.

SOLUÇÃO:
Código Processo Civil – art. 147 – "O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas, responderá pelos prejuízos que causar à parte, ficará inabilitado, por 2 (dois) anos, a funcionar em outras perícias e incorrerá na sanção que a lei penal estabelecer".

7. (CONTADOR – 2º/2002) O laudo pericial contábil e ou parecer pericial contábil deve ter por limite:

a) Os livros e os documentos a serem analisados.
b) Os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.
c) Os quesitos quando formulados.
d) Os serviços especializados necessários para a execução dos trabalhos.

SOLUÇÃO:
NBC 13 – 13.1.1.1 – O laudo pericial contábil e ou parecer pericial contábil tem por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

8. (CONTADOR – 2º/2002) Segundo o Código de Processo Civil o Perito cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso. Os Assistentes Técnicos são de confiança:

a) Do Juízo, sujeitos a impedimento ou suspeição.
b) Do Juízo, não-sujeitos a impedimento ou suspeição.
c) Da parte, sujeitos a impedimento e suspeição.
d) Da parte, não-sujeitos a impedimento ou suspeição.

SOLUÇÃO:
Código de Processo Civil – art. 422 – "O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que Ihe foi cometido, independentemente de termo de compromisso. Os assistentes técnicos são de confiança da parte, não sujeitos a impedimento ou suspeição. (Redação dada pela Lei nº 8.455, de 24.8.1992)"

9. (CONTADOR – 2º/2003) De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC T 13 – Da Perícia Contábil, o Laudo Pericial Contábil é:

a) A peça escrita na qual o perito-contador assistente expressa, de forma circunstanciada, clara e objetiva, as sínteses do objeto da perícia, os estudos e as observações que realizou, as diligências realizadas, os critérios adotados e os resultados fundamentados e as suas conclusões.
b) A indagação e a busca de informações mediante conhecimento do objeto da perícia solicitada nos autos.
c) A investigação e a pesquisa sobre o que está oculto por quaisquer circunstância nos autos.
d) A peça escrita na qual o perito-contador expressa, de forma circunstanciada, clara e objetiva, as sínteses do objeto da perícia, os estudos e as observações que realizou, as diligências realizadas, os critérios adotados e os resultados fundamentados e as suas conclusões.

SOLUÇÃO:
NBC T 13 – 13.5.1 – " O laudo pericial contábil é a peça escrita na qual o perito-contador expressa, de forma circunstanciada, clara e objetiva, as sínteses do objeto da perícia, os estudos e as observações que realizou, as diligências realizadas, os critérios adotados e os resultados fundamentados, e as suas conclusões". Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

10. (CONTADOR – 2º/2004) Levando-se em consideração os procedimentos da Perícia Contábil, afirma-se que:

a) A certificação é o ato de atestar informações trazidas ao Laudo Pericial Contábil, estabelecendo valores.
b) A mensuração é o conjunto de dados que busca trazer informações mediante entrevista e verificação da situação.
c) A vistoria é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
d) O arbitramento é a quantificação física para a solução de controvérsia por critérios qualitativos.

SOLUÇÃO:
NBCT 13 – 13.4.1.2 – A vistoria é a diligencia que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

11. (CONTADOR – 2º/2004) O juiz indeferirá a perícia quando:

I. a prova do fato não depender de conhecimento especial de técnico.
II. carecer de conhecimento técnico ou científico.
III. for desnecessária em vista de outras provas produzidas.
IV. não houver cumprimento do encargo no prazo estipulado.
V. a verificação for impraticável.

As alternativas **CORRETAS** são:

a) I, III e V.
b) I, IV e V.
c) II, III e IV.
d) II, IV e V.

SOLUÇÃO:
Código Processo Civil – art. 420 – Parágrafo único - O juiz indeferirá a perícia quando: I - a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnico; II - for desnecessária em vista de outras provas produzidas; III - a verificação for impraticável.

## PERÍCIA CONTÁBIL - SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

12. (CONTADOR – 1º/2000) O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil:

a) São ilimitados.
b) Têm por limite o saldo de contas a receber.
c) Têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.
d) São parciais e limitados.

13. (CONTADOR – 1º/2000) Quando há impossibilidade no cumprimento do prazo para realização da perícia, deve-se:

a) Abdicar da perícia.
b) Após vencido o prazo, requerer prazo suplementar sempre por escrito.
c) Antes de vencido o prazo requerer, prazo suplementar sempre por escrito.
d) Aguardar ordem do juiz.

14. (CONTADOR – 2º/2000) Marque a alternativa que representa a modalidade de perícia extrajudicial:

a) Laudo nas concordatas e falências.
b) Laudo para fusões, incorporações e cisões.
c) Litígio entre empregados e empregadores.
d) Avaliação de pensões alimentícias.

15. (CONTADOR – 2º/2001) Com relação aos quesitos constantes nos laudos periciais contábeis, é **INCORRETO** afirmar que:

a) Devem ser transcritos e respondidos: primeiro os oficiais e, na seqüência, os das partes, na ordem em que forem juntados aos autos.
b) Devem ser transcritos de maneira informal, devendo o perito revisar e corrigir possíveis erros lingüísticos eventualmente cometidos.
c) Devem ser respondidos de forma circunstanciada, não sendo aceita aquelas como “sim” ou “não”, ressalvando-se os que contemplam especificamente este tipo de resposta.
d) Não havendo quesitos, a perícia será orientada pelo objeto da matéria, se assim decidir quem a determinou.

16. (CONTADOR – 2º/2001) Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade, o contrato de honorários na Perícia Extrajudicial e na Perícia Arbitral deve ser elaborado com base no:

a) Valor estimado da causa.
b) Planejamento realizado.
c) Valor do honorário dos advogados das partes.
d) Valor arbitrado pelo Juiz.

17. (CONTADOR – 1º/2004) O Parecer Pericial Contábil será datado, rubricado e assinado pelo:

a) Perito contador, que nele fará constar a sua categoria profissional de Contador e o seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade.
b) Perito-contador assistente, que nele fará constar a sua categoria profissional de Contador e o seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade.
c) Perito-contador e perito-contador assistente, que nele fará constar a sua categoria profissional de Contador e o seu número de registro em Conselho Regional de Contabilidade.
d) Perito-contador assistente, juntamente com o advogado da parte, que nele fará constar suas categoria profissional de Contador e Advogado respectivamente, com o n.º de seu registros no Conselho de Classe.

18. (CONTADOR – 1º/2004) O arbitramento, como procedimento de Perícia Contábil, é:

a) A determinação de valores ou a solução de controvérsia por critérios aleatórios.
b) A determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico.
c) Diligência que objetiva a quantificação do valor.
d) O ato de estabelecer a quantificação de direitos.

## Gabarito das questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | C | **2** | B | **3** | C | **4** | A | **5** | B | **6** | B |
| **7** | B | **8** | D | **9** | D | **10** | C | **11** | A | | |

## Gabarito das questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **12** | C | **13** | C | **14** | B | **15** | B | **16** | B | **17** | A |
| **18** | B | | | | | | | | | | |

# Legislação e Ética Profissional

## LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 2°/2000) O Contabilista poderá requerer desagravo público ao Conselho Regional de Contabilidade quando:

a) For atingido, pública e injustamente, no exercício de sua profissão.
b) Houver falta cometida em defesa de prerrogativa profissional.
c) Não for comunicado da instauração do processo até trinta dias após esgotado o prazo de defesa.
d) Tiver existido, anteriormente, de sua parte, prestação de relevantes serviços à classe contábil.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

2. (TÉCNICO – 2°/2002) O Contabilista deve fixar previamente o valor dos serviços, de preferência por contrato escrito, considerando:

a) A possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços.
b) O resultado ilícito favorável que para o contratante advirá com o serviço prestado.
c) As peculiaridades de cada magistrado e assistente técnico quando cliente habitual.
d) A impossibilidade de avaliar o tempo necessário para a realização de outros serviços.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

3. (TÉCNICO – 2°/2002) Durante o julgamento de questões relacionadas à transgressão de preceito do Código de Ética Profissional do Contabilista, é **CORRETO** afirmar que:

a) Comete ilícito o Contabilista que manifesta, por escrito, sua discordância com o artigo do código.
b) Os Conselhos Regionais de Contabilidade funcionam como Tribunal Regional de Ética.
c) Os Conselhos Regionais de Contabilidade são a última instância, não cabendo recurso com efeito suspensivo.
d) Comete ilícito o Contabilista que alega o desconhecimento do conteúdo do Código.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

4. (CONTADOR – 1°/2003) A transgressão de preceito do Código de Ética Profissional do Contabilista constitui infração sancionada com a aplicação de uma das seguintes penalidades:

a) Advertência reservada, advertência pública e censura pública.
b) Advertência reservada, advertência pública e multa.
c) Advertência reservada e suspensão do exercício da profissão.
d) Advertência reservada, censura reservada e censura pública.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

5. (CONTADOR – 1°/2003) Um contador recebeu proposta para executar uma perícia e reconhece não estar devidamente capacitado para executá-la. Mas os honorários são compensadores. Segundo o Código de Ética Profissional do Contabilista, o contador deverá:

a) Recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida.
b) Aceitar a proposta porque não se recusa trabalho.
c) Buscar o apoio necessário em algum colega que tenha a especialidade.
d) Aceitar a proposta, mas informar ao cliente da incapacidade.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

6. (CONTADOR – 2°/2003) De acordo com o Código de Ética Profissional, um dos deveres do Contabilista é:

a) Comunicar, desde logo, ao cliente ou ao empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores.
b) Anunciar em qualquer modalidade ou veículo de comunicação, conteúdo que resulte na diminuição do colega, da organização contábil ou da classe, sendo sempre admitida a indicação de títulos, especializações, serviços oferecidos, trabalhos realizados e relação de clientes.
c) Deixar de atender à fiscalização dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, no sentido de colocar à disposição desses, sempre que solicitado, papéis de trabalho, relatórios e outros documentos que deram origem e orientaram a execução de seu trabalho.
d) Abster-se de expender argumentos ou dar a conhecer sua convicção pessoal sobre direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu laudo no âmbito técnico e limitado aos quesitos propostos.

SOLUÇÃO**:**
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

7. (CONTADOR – 2°/2003) O Código de Ética Profissional do Contabilista tem por objetivo fixar normas éticas a serem observadas pelo profissional de contabilidade no exercício de suas atividades. A partir dessa afirmativa, é vedado ao Contabilista:

a) Renunciar as funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou do empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia.
b) Emitir referência que identifique o cliente ou o empregador, com quebra de sigilo profissional, em publicação em que haja menção a trabalho que tenha realizado ou orientado, salvo quando autorizado por eles.
c) Comunicar, desde logo, ao cliente ou ao empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócios e executores.
d) Atender à fiscalização dos Conselhos Regionais de Contabilidade e Conselho Federal de Contabilidade no sentido de colocar à disposição desses, sempre que solicitado, papéis de trabalho, relatórios e outros documentos que deram origem e orientaram execução do seu trabalho.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

8. (CONTADOR – 2°/2003) Uma das normas de conduta que o Contabilista deve observar, em relação aos seus colegas é:

a) Abster-se de dar parecer ou emitir opinião sem estar suficientemente informado e munido de documentos.
b) Abster-se de fazer referências prejudiciais ou de qualquer modo desabonadoras.
c) Recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida.
d) Considerar com imparcialidade o pensamento exposto em laudo submetido a sua apreciação.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

9. (TÉCNICO – 2°/2003) O tipo de regulamentação necessária para que a coletividade exista é a:

a) Regulação Amoral.
b) Regulação Física.
c) Regulação Moral.
d) Regulação Social.

SOLUÇÃO:
A segunda constatação remete ao fato de que não existe coletividade sem regulação social, sem algum tipo de poder seja exercido, sem que normas vigorem e ordenem as condutas sociais, sem que crenças morais sejam cultivadas de forma coletiva e sem que um mínimo de adesão a elas por parte dos agentes esteja assegurado.

10. (TÉCNICO – 2°/2003) A transformação sofrida pela moral do oportunismo dentro do ambiente empresarial é a:

a) Moral da parcialidade.
b) Moral da imparcialidade.
c) Moral da parceria.
d) Moral dos bons costumes.

SOLUÇÃO:
No âmbito empresarial, a moral do oportunismo ganha outra roupagem sob a forma da moral da parcialidade.

11. (TÉCNICO – 1°/2004) Cabe ao profissional Contabilista:

a) Comunicar ao cliente ou ao empregador eventual circunstância adversa que possa influir na decisão de quem consulta, sendo facultativo tal comunicado aos seus sócios ou executores.
b) Inteirar-se de alguma circunstância antes de emitir opinião sobre qualquer caso.
c) Ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, desde que a remuneração da classe não seja ponto de discussão de tais movimentos.
d) Zelar por sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

12. (TÉCNICO – 1°/2004) Considerando as opções de penalidades por transgressão à ética profissional prevista no Código de Ética Profissional do Contabilista, identifique a afirmativa **CORRETA**.

a) A transgressão dos preceitos descritos no Código de Ética Profissional do Contabilista constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação das seguintes penalidades: advertência reservada, censura reservada ou censura pública.
b) A transgressão dos preceitos descritos no Código de Ética Profissional do Contabilista constitui infração disciplinar, sancionada segundo a gravidade, com a aplicação de penalidades que podem ser a censura reservada ou a censura pública.
c) A transgressão dos preceitos descritos no Código de Ética Profissional do Contabilista constitui infração disciplinar, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de valores distintos de multa pecuniária.
d) A transgressão dos preceitos descritos no Código de Ética Profissional do Contabilista constitui infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de penalidades que vão desde o pagamento de multa pecuniária até a suspensão do registro profissional.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

13. (TÉCNICO – 1°/2004) Na aplicação das sanções éticas, serão considerados como atenuantes, **EXCETO**:

a) Falta cometida em defesa da prerrogativa profissional.
b) Atividade exercida ou do cargo ocupado na data da transgressão.
c) Ausência de punição ética anterior.
d) Prestação de relevantes serviços a contabilidade.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

14. (TÉCNICO – 1°/2004) Conforme as exigências do Código de Ética Profissional, é vedado ao Contabilista:

a) Zelar pela própria competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo.
b) Transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro Contabilista.
c) Oferecer ou disputar serviços profissionais mediante aviltamento de honorários.
d) Fixar previamente o valor dos serviços por contrato escrito.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

15. (TÉCNICO – 1°/2004) É dever do Contabilista, na exigência legal da profissão em conformidade com o Código de Ética Profissional:

a) Emitir opinião sobre qualquer caso, mesmo sem inteirar-se de todas as circunstâncias.
b) Manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão.
c) Publicar ou distribuir, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual não tenha participado.
d) Valer-se de agenciador de serviços, mediante participação deste nos honorários a receber.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade

16. (TECNICO – 1°/2004) O Código de Ética Profissional do Contabilista tem como objetivo:

a) Assinalar equívocos ou divergências no que concerne à aplicação dos Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade.
b) Fixar a forma pela qual se devem conduzir os Contabilistas, quando no exercício profissional.
c) Informar sobre fatos que devam chegar ao conhecimento dos Contabilistas, a fim de habilitá-los para o bom desempenho das suas funções.
d) Representar sobre irregularidades comprovadamente ocorridas na administração de entidade da classe.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

17. (TÉCNICO – 1°/2004) Em decorrência de desentendimentos familiares, dois Contabilistas agrediram-se na presença de colegas em local público. Esta atitude, de acordo com o Código de Ética Profissional do Contabilista:

a) É passível de punição pelo órgão de classe.
b) Não é passível de punição pelo órgão de classe.
c) Pode acarretar a censura pública de um ou de ambos os contendedores.
d) Pode acarretar a censura reservada de um ou de ambos os contendedores.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

18. (CONTADOR – 1°/2004) O Código de Ética Profissional do Contabilista fixa normas éticas a serem observadas pelo profissional da contabilidade no exercício de suas atividades. Por isso, o contador, quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro, deverá:

a) Abster-se de expender argumentos ou dar a conhecer sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu laudo no âmbito técnico e limitado aos quesitos propostos.
b) Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita.
c) Publicar ou distribuir, em seu nome, trabalho científico ou técnico do qual não tenha participado, mesmo que tenha acompanhado seu desenvolvimento na fase de elaboração, embora artigos tenham sido publicados em nome de outros.
d) Valer-se de agenciador de serviços, mediante participação deste nos honorários a receber.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

19. (TÉCNICO – 2°/2004) No desempenho de suas funções, é dever do Contabilista:

a) Assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe.
b) Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra, exclusivamente, de sua prática lícita.
c) Inteirar-se de todas as circunstâncias antes de emitir opinião sobre qualquer coisa.
d) Valer-se de agenciador de serviços mediante participação desse nos honorários a receber.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 803/96 – Código de Ética Profissional do Contabilista do Conselho Federal de Contabilidade.

20. (TÉCNICO – 2°/2004) Constitui condição de legitimidade do exercício eventual ou temporário da profissão em jurisdição diferente daquela de origem do Contabilista:

a) Solicitação ao Conselho Regional de Contabilidade de autorização para se apresentar no novo local dos trabalhos.
b) Requisição de registro secundário dirigido ao Conselho Regional de Contabilidade de origem do Contabilista.
c) Comunicação ao Conselho Federal de Contabilidade sobre a mudança.
d) Aprovação em Exame de Suficiência para habilitar-se ao exercício da profissão em outra jurisdição.

SOLUÇÃO:
Resolução CFC 867/99. art. 4°. Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade.

21. (TÉCNICO – 2°/2004) É atribuição do Conselho Federal de Contabilidade, **EXCETO**:

a) Disciplinar e acompanhar a fiscalização do exercício da profissão em todo o território nacional.
b) Dispor sobre a identificação dos registrados nos Conselhos de Contabilidade.
c) Estabelecer Normas Brasileiras de Contabilidade mediante resoluções.
d) Processar, conceder, organizar, montar, baixar, revogar e cancelar os registros de Contador, de Técnico em Contabilidade e de organização contábil.

SOLUÇÃO:
Decreto Lei 9295/46, art. 10º Atributos dos Conselhos Regionais.

## LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL - SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

22. (TÉCNICO – 2°/2004) No desempenho de suas funções, é vedado ao Contabilista:

a) Exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não-habilitados ou impedidos.
b) Inteirar-se de todas as circunstâncias antes de emitir opinião sobre qualquer caso.
c) Manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão.
d) Zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo.

23. (TÉCNICO – 1°/2000) Constitui requisito legal para o exercício da profissão contábil:

a) O registro profissional do Contabilista no CRC.
b) O adequado conhecimento da lei de oferta e procura do mercado de trabalho.
c) A formação acadêmica em instituição de ensino reconhecida no Ministério da Educação.
d) O estágio na área contábil de empresa comercial.

24. (TÉCNICO – 1°/2000) Representa obrigação profissional do Contabilista:

a) Recolher nos prazos estabelecidos a anuidade fixada pelo Sistema CFC/CRCs.
b) Executar os serviços profissionais a qualquer custo.
c) Assinar, para cumprir prazos, documentos ou peças contábeis, mesmo as elaboradas por outro contabilista, alheio a sua supervisão.
d) Reter livros, papéis e documentos confiados a sua guarda, em caso de inadimplência do cliente.

25. (TÉCNICO – 1°/2000) O Contabilista que orienta seus clientes a não ter escrita contábil estará infringindo o artigo abaixo assinalado do Código de Ética Profissional do Contabilista:

a) Art. 3º. – Inciso XIII "aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios Fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade editados pelo Conselho Federal de Contabilidade".
b) Art. 3º. – Inciso IX "solicitar ou receber do cliente ou empregador qualquer vantagem que saiba para aplicação ilícita".
c) Art. 3º. – Inciso XV "revelar negociação confidenciada pelo cliente ou empregador para acordo ou transação que, comprovadamente, tenha tido conhecimento".
d) Art. 3º. – Inciso XVI "emitir referência que identifique o cliente ou empregador, com quebra de sigilo profissional, em publicação em que haja menção a trabalho que tenha realizado ou orientado, salvo quando autorizado por eles".

26. (TÉCNICO – 1°/2000) O objetivo do Código de Ética Profissional do Contabilista é:

a) Atender aos anseios dos empresários e dos contribuintes.
b) Contribuir para o crescimento dos contabilistas no Mercosul.
c) Fixar a forma pela qual se devem conduzir os contabilistas, quando no exercício profissional.
d) Analisar os aspectos jurídicos da função contábil brasileira.

27. (TÉCNICO – 2°/2000) Em relação à classe, o Contabilista **NÃO** deve:

a) Prestar seu concurso moral, intelectual e material, salvo circunstâncias especiais que justifiquem a sua recusa.
b) Zelar pelo prestígio da classe, pela dignidade profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições.
c) Aceitar o desempenho de cargo de dirigente nas entidades de classe, admitindo-se a justa recusa.
d) Utilizar-se de posição ocupada na direção de entidades de classe em benefício próprio ou para proveito pessoal.

28. (TÉCNICO – 1°/2000) Não se constitui um dever do Contabilista:

a) Permanecer nas funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte do cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia.
b) Exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.
c) Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.
d) Zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo.

29. (TÉCNICO – 2°/2000) O Contabilista poderá:

a) Valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber.
b) Revelar negociação confidenciada pelo cliente ou empregador para acordo ou transação que, comprovadamente, tenha tido conhecimento.
c) Renunciar à liberdade profissional, devendo evitar quaisquer restrições ou imposições que possam prejudicar a eficácia e correção de seu trabalho.
d) Publicar relatório, parecer ou trabalho técnico-profissional, assinado e sob sua responsabilidade.

30. (TÉCNICO – 2°/2000) A ética profissional do Contabilista se refere a:

a) Um conjunto de regras de conduta profissional.
b) Investigação geral sobre o que é bom para o aviltamento de honorários.
c) Maneira pela qual os contabilistas devem viver.
d) Realização pessoal dos contabilistas.

31. (TÉCNICO – 2°/2000) Na aplicação das sanções éticas, são consideradas como atenuantes, **EXCETO**:

a) Falta cometida em defesa de prerrogativa profissional.
b) Estar quite com as anuidades no Conselho Regional de Contabilidade.
c) Ausência de punição ética anterior.
d) Prestação de relevantes serviços à contabilidade.

32. (TÉCNICO – 2°/2000) O proprietário de uma organização contábil que contrata um leigo para trabalhos de contabilidade em relação ao Código de Ética Profissional do Contabilista:

a) Infringe o Código já que o leigo não está habilitado ao exercício profissional.
b) Não infringe o Código desde que a responsabilidade pelos trabalhos efetuados seja, exclusivamente, do contabilista.
c) Infringe o Código porque os compromissos assumidos com o cliente não são passíveis de serem executados por terceiros.
d) Não infringe o Código, por ser item não-regulamentado.

33. (TÉCNICO – 2°/2000) No desempenho de suas funções, é vedado ao Contabilista, **EXCETO**:

a) Assumir, direta ou indiretamente, serviços de qualquer natureza, com prejuízo moral ou desprestígio para a classe.
b) Manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão.
c) Assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização.
d) Aconselhar o cliente ou o empregador contra disposições expressas em lei ou contra os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

34. (CONTADOR – 2°/2000) É **CORRETO** afirmar que:

a) A matriz de toda organização contábil deve, obrigatoriamente, ser presidida por Contador habilitado e registrado na forma da lei.
b) Nas organizações contábeis, os responsáveis técnicos devem ser profissionais habilitados e registrados na forma da lei.
c) Todas as filiais de organizações contábeis devem, obrigatoriamente, ser presididas por Contadores habilitados e registrados na forma da lei.
d) Todas as organizações, de qualquer natureza, que empreguem contabilistas são, obrigatoriamente, inscritas como pessoa jurídica no Conselho Regional de Contabilidade e recolhem anuidade.

35. (CONTADOR – 2°/2000) O profissional responsável pela perícia contábil deve, obrigatoriamente, ser:

a) Técnico em Contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
b) Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
c) Contador com pós-graduação.
d) Técnico em Contabilidade indicado pelas partes.

36. (CONTADOR – 2°/2000) Entre as opções de penalidades por transgressão à ética profissional, assinale a alternativa **CORRETA** prevista no Código de Ética Profissional do Contabilista.

a) Advertência Pública.
b) Advertência Reservada.
c) Censura Advertida.
d) Advertência Censurada.

37. (CONTADOR – 2º/2002) O princípio ético genérico aplicável às relações pós-vendas é o de que estas devam ter a mesma atenção do fornecedor, mantidas as relações da pré-vendas. Este princípio genérico leva aos seguintes princípios éticos específicos, **EXCETO**:

a) Analisar, continuamente, unilateralmente e em conjunto com o cliente, se todas as promessas feitas foram adequadamente atendidas dentro do prazo.
b) Cumprir, fielmente tudo o que tiver sido prometido ao cliente, ético, legal e moral, sempre que tal promessa tenha sido feita por escrito e registrado em cartório.
c) Estabelecer um sistema de mensuração do desempenho do produto ou do equipamento fornecido em face da expectativa do cliente.
d) Manter um canal de comunicação eficiente com o cliente pelo qual possa obter dele todos os dados relevantes para uma avaliação do fornecimento.

38. (CONTADOR – 1°/2003) O espírito construtivo de um vendedor em relação à concorrência não promove a venda do produto concorrente, mas demonstra uma postura elegante e madura de quem busca satisfazer à necessidade real do comprador, grande objetivo da função de vendas. Contudo, a atitude presunçosa do vendedor, insinuando monopólio de poder, é hoje fortemente questionada por uma sociedade mais predisposta:

a) A gastar menos.
b) À conduta ética.
c) A gastar mais.
d) À conduta neo-liberalista

39. (TÉCNICO – 1°/2003) A discussão sobre o uso do correio eletrônico é comum nos veículos de comunicação de massa. Do ponto de vista da ética, algumas questões vêm sendo, há tempos, debatidas na busca de formulação de um critério geral. As recomendações abaixo, coletadas entre profissionais de várias empresas, são válidas para aplicação no dia-a-dia dos usuários, **EXCETO**:

a) Seja conciso e só envie mensagens que tenham utilidade. Não faça o colega perder tempo com bobagens.
b) Nunca espalhe piadas, correntes ou boatos. Além de entulhar lixo na caixa postal alheia, você pode congestionar o sistema.
c) Só use o comando responder a todos quando sua réplica for realmente de interesse geral.
d) Mensagens com conteúdo racista devem ser consideradas de uso particular. Envie apenas para pessoas muito íntimas dentro da organização.

40. (TÉCNICO – 1°/2001) O Código de Ética Profissional do Contabilista, tem por objetivo fixar:

a) As normas e os princípios de contabilidade que orientem o exercício profissional.
b) As prescrições de ordem constitucional necessárias ao exercício da profissão.
c) A forma pela qual se devem conduzir os Contabilistas, quando do exercício profissional.
d) A tabela de honorários do Contabilista autônomo.

41. (CONTADOR – 1°/2001) Determinado cliente decidiu substituir o Contabilista responsável pela escrita contábil da empresa. Uma vez ocorrida a mudança, é correto afirmarmos que o substituído:

a) Deverá informar ao substituto somente os dados cadastrais necessários ao bom desempenho de suas novas atribuições.
b) Poderá, a seu critério, informar ao substituto as informações necessárias ao bom desempenho de suas novas atribuições.
c) Deverá informar ao substituto os fatos que devem ser de seu conhecimento para o bom exercício de suas funções.
d) Deixará de ser responsável a partir do momento em que são encaminhados ao cliente o último balancete mensal, os documentos e os livros sob sua guarda.

42. (TÉCNICO – 1°/2001) Ao profissional de contabilidade é vedado praticar os seguintes atos, **EXCETO**:

a) Transferir, parcialmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro Contabilista, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.
b) Valer-se de agenciador de serviços mediante participação desse nos honorários a receber.
c) Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra, exclusivamente, de sua prática lícita.
d) Exercer a profissão, quando impedido, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não-habilitados ou impedidos.

43. (TÉCNICO – 1°/2001) O Contabilista deve fixar, previamente, o valor dos serviços, de preferência por contrato escrito, considerados os seguintes elementos, **EXCETO**:

a) A relevância, o vulto, a complexidade e a dificuldade do serviço a executar.
b) Respeitar as tabelas de honorários profissionais editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
c) O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.
d) O tempo que será consumido para a realização do trabalho.

44. (TÉCNICO – 1°/2001) Na aplicação das sanções éticas, **NÃO** é considerada como atenuante:

a) Falta cometida em defesa de prerrogativa profissional.
b) Ausência de punição ética anterior.
c) Prestação de relevantes serviços à Contabilidade.
d) Regularidade no pagamento de suas anuidades.

45. (CONTADOR – 1°/2002) O objetivo do Código de Ética Profissional do Contabilista é:

a) Proporcionar ao profissional da contabilidade os procedimentos no exercício dos registros contábeis.
b) Fixar a forma pela qual se devem conduzir os contabilistas, quando no exercício profissional.
c) Fixar diretrizes de bom relacionamento do contabilista com seus clientes.
d) Fixar padrões morais no sentido estrito da palavra, com relação, exclusivamente, à relação dos contabilistas com sua classe.

46. (TÉCNICO – 1°/2002) A fiscalização do exercício da profissão do Contabilista será exercida pelos:

a) Conselho Federal de Contabilidade e Sindicato dos Contabilistas.
b) Conselhos Regionais de Contabilidade e Sindicato dos Contabilistas.
c) Conselhos Regionais de Contabilidade e Associação dos Contabilistas.
d) Conselho Federal de Contabilidade e Conselhos Regionais de Contabilidade.

47. (TÉCNICO – 1°/2002) Na composição do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Regional de Contabilidade, será observada a proporção de:

a) 2/3 de Contadores e de 1/3 de Técnicos em Contabilidade.
b) 1/3 de Contadores e de 2/3 de Técnicos em Contabilidade.
c) 1/2 de Contadores e 1/2 de Técnicos em Contabilidade.
d) Não é fixado, dependendo da eleição.

48. (TÉCNICO – 1°/2002) Para ser eleito membro dos Conselhos de Contabilidade, o profissional deve, entre outros, atender ao seguinte requisito:

a) Estar inscrito no programa de educação continuada.
b) Estar ligado legalmente ao Sindicato dos Contabilistas.
c) Estar inscrito no Conselho Regional de Contabilidade independentemente de tempo.
d) Estar no exercício efetivo da profissão há mais de três anos.

49. (TÉCNICO – 1°/2002) São deveres do Contabilista:

a) Abster-se de pronunciar sobre a impossibilidade do exercício da profissão.
b) Deixar de se declarar, em 3 (três) meses, da existência de impedimento para o exercício da profissão.
c) Manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão.
d) Manifestar, em 120 (cento e vinte dias), a existência de impedimento para o exercício da profissão ao cliente.

50. (CONTADOR – 2°/2002) A transgressão dos preceitos descritos no Código de Ética Profissional do Contabilista constitui:

a) Infração ética disciplinar, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de penalidades que podem ser a censura ou a censura pública.
b) Infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação das seguintes penalidades: advertência reservada, censura reservada ou censura pública.
c) Infração disciplinar, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de valores distintos de multa pecuniária.
d) Infração ética, sancionada, segundo a gravidade, com a aplicação de penalidades que vão desde o pagamento de multa pecuniária até a suspensão do registro profissional.

51. (CONTADOR – 2°/2002) Com relação às transações comerciais com fornecedores e clientes, no que se refere ao Código de Ética Profissional do Contabilista:

a) A participação pessoal, ou de família, em empresas que mantenham relações comerciais não é impedimento desde que não tenha conflito de interesse devido a seus investimentos representarem mais de 3% de ações.
b) As informações obtidas em função de seu cargo, mesmo que confidenciais, poderão ser liberadas para outro cliente, independentemente de autorização.
c) Nas compras em geral e nas vendas de seus produtos ou serviços, não é permitido ao empregado, ou familiares, receber favores ou propinas superiores a um salário mínimo.
d) Os empregados não podem aceitar presentes monetários em quaisquer circunstâncias, nem pleitear algum tipo de benefício ou favor pessoal.

52. (TÉCNICO – 2°/2002) O Código de Ética Profissional do Contabilista tem por objetivo:

a) Fixar, previamente, o valor dos serviços do contabilista quando no exercício profissional.
b) Normatizar a profissão contábil e determinar penalidades.
c) Fixar a forma pela qual se devem conduzir os contabilistas quando no exercício profissional.
d) Normatizar o requerimento de desagravo público do contabilista quando no exercício profissional.

## Gabarito das questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **1** A | **2** A | **3** B | **4** D | **5** A | **6** A |
| **7** B | **8** B | **9** D | **10** A | **11** C | **12** A |
| **13** B | **14** C | **15** B | **16** B | **17** B | **18** A |
| **19** C | **20** B | **21** D | | | |

## Gabarito das questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **22** A | **23** A | **24** A | **25** A | **26** C | **27** D |
| **28** A | **29** D | **30** A | **31** B | **32** A | **33** B |
| **34** B | **35** B | **36** B | **37** B | **38** B | **39** D |
| **40** C | **41** C | **42** A | **43** B | **44** D | **45** B |
| **46** D | **47** A | **48** D | **49** C | **50** B | **51** D |
| **52** C | | | | | |

# Noções de Direito Público e Privado

## NOÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 1º/2001) Um empregado foi admitido em 20.3.2000 e demitido em 14.7.2000, com aviso prévio indenizado. Quantos avos fará jus esse empregado, na rescisão, correspondentes a 13º salário e a férias proporcionais, respectivamente:

a) 4/12 avos de 13º salário e 4/12 avos de férias proporcionais.
b) 5/12 avos de 13º salário e 4/12 avos de férias proporcionais.
c) 4/12 avos de 13º salário e 5/12 avos de férias proporcionais.
d) 5/12 avos de 13º salário e 5/12 avos de férias proporcionais.

SOLUÇÃO:
13º Salário - Parágrafo 1º e 2º do Artigo 1º da Lei nº 4.090/62.
Férias - Art. 134 combinado com Art. 146 da Consolidação das Leis do Trabalho.

2. (CONTADOR – 1º/2001) As modalidades de lançamento do crédito tributário são, **EXCETO**:

a) De ofício.
b) Por auto de infração.
c) Por declaração.
d) Por homologação.

SOLUÇÃO:
Arts. 147 e 150 do Código Tributário Nacional.

3. (TÉCNICO – 1º/2001) As sociedades comerciais abaixo são regidas pelo Código Comercial Brasileiro, **EXCETO**:

a) Por quotas de responsabilidade limitada.
b) Em comandita.
c) De capital e indústria.
d) Em conta de participação.

SOLUÇÃO:
Arts. 311 a 315 e 325 do Código Comercial Brasileiro.

4. (TÉCNICO – 1º/2001) Conforme Art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, são faltas justificadas, **EXCETO** até:

a) Dois dias consecutivos, ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei.
b) Dois dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge.
c) Três dias consecutivos, ou não, para fins de assistência ao cônjuge em caso de doença.
d) Três dias consecutivos em virtude de casamento.

SOLUÇÃO:
Art.473 da Consolidação das Leis do Trabalho.

5. (TÉCNICO – 1º/2001) Os empregados ocupados em atividades que impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuados fazem jus ao adicional de:

a) Hora-extra.
b) Insalubridade.
c) Penosidade.
d) Periculosidade.

SOLUÇÃO:
Art. 193, § 1. da Consolidação das Leis do Trabalho.

6. (TÉCNICO – 1º/2001) Aquele que presta serviço de natureza contínua e não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, é considerado empregado:

a) Estatutário.
b) Doméstico.
c) Avulso.
d) Autônomo.

SOLUÇÃO:
Art. 7 – letra (a) - da Consolidação das Leis Trabalhistas.

7. (CONTADOR – 1º/2002) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir:

a) Da eleição ao cargo de direção ou representação.
b) Do dia da divulgação do resultado final de eleição para cargo de direção ou representação sindical.
c) Do dia em que toma posse no sindicato.
d) Do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical.

SOLUÇÃO**:**
Art. 8º - Inciso VIII da Constituição da República Federativa do Brasil.

8. (CONTADOR – 1º/2002) O tipo societário em que todos os sócios respondem ilimitadamente pelas obrigações sociais é:

a) Em comandita simples.
b) De capital indústria.
c) Em nome coletivo.
d) Por quotas de responsabilidade limitada.

SOLUÇÃO:
Arts. 315 e 316 do Código Comercial Brasileiro.

9. (CONTADOR – 1º/2002) São coligadas as sociedades quando uma participa com:

a) No mínimo, 5% (cinco por cento) do capital da outra.
b) No máximo, 5% (cinco por cento) do capital da outra, sem controlá-la.
c) 10% (dez por cento) ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.
d) 40% (quarenta por cento) do capital da outra e detiver o controle acionário.

SOLUÇÃO:
NBCT 4 – Da Avaliação Patrimonial – Item 4.2.6.2 – Parágrafo Único.
Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade
Lei 6404/76 - art. 243.

10. (TÉCNICO – 1º/2002) De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas, são faltas justificadas:

a) Até 2 dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge.
b) Por 3 dias em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana.
c) Até 3 dias consecutivos para fins de se alistar eleitor.
d) Até 10 dias em caso de casamento.

SOLUÇÃO:
Art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.

11. (TÉCNICO – 1º/2002) A assertiva “Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra de sua resolução com a antecedência mínima de 30 dias”, diz respeito a:

a) Contrato de experiência.
b) Aviso-prévio.
c) Advertência.
d) Suspensão.

SOLUÇÃO:
Art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho.

12. (TÉCNICO – 1º/2002) Indique abaixo, o contrato que não é regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) Prorrogação de horas.
b) Prazo indeterminado.
c) Experiência.
d) Autônomo.

SOLUÇÃO:
Arts. 59 e 443 da Consolidação das Leis do Trabalho.

13. (TÉCNICO – 1º/2002) A sociedade por quotas de responsabilidade limitada é caracterizada, principalmente, pela limitação da responsabilidade ao valor total do capital social. Indique abaixo a ocorrência que altera essa situação, tornando os sócios-gerentes e os que fizerem uso da firma social, solidária e ilimitadamente responsáveis:

a) A omissão da palavra limitada na denominação social.
b) A falta de entrega da Declaração de Imposto de Renda.
c) A omissão da palavra sociedade na denominação social.
d) A falta detalhada do objeto social no contrato social.

SOLUÇÃO:
Art. 3º do Decreto Lei Nº. 3.708 de 10.1.1919.

14. (TÉCNICO – 1º/2002) Determina a natureza jurídica específica do tributo:

a) A denominação e as demais características formais.
b) O fato gerador da respectiva obrigação.
c) A classificação do tributo na Secretaria da Receita.
d) A destinação legal do produto da sua arrecadação.

SOLUÇÃO:
Art. 4º do Código Tributário Nacional.

15. (TÉCNICO – 2º/2002) A imunidade constitucional das instituições de educação sem fins lucrativos refere-se a:

a) Apenas taxas.
b) Impostos e contribuições.
c) Impostos, taxas e contribuições.
d) Apenas impostos.

SOLUÇÃO:
Art. 150 do Código Tributário Nacional.

16. (TÉCNICO – 2º/2002) O empregado que falta ao trabalho constantemente, sem justificar a ausência, é considerado para efeitos de justa causa:

a) Desídia.
b) Ato de indisciplina.
c) Abandono de emprego.
d) Incontinência de conduta.

SOLUÇÃO:
Art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.

17. (TÉCNICO – 2º/2002) A empregada doméstica, de acordo com a legislação pertinente, além das férias anuais, tem direito a:

a) FGTS obrigatório e 14o salário.
b) FGTS facultativo e 14o salário.
c) 13º salário, FGTS obrigatório.
d) 13º salário e FGTS facultativo.

SOLUÇÃO:
Art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil.

18. (TÉCNICO – 2º/2002) A convenção coletiva de trabalho somente pode ser celebrada:

a) Por federações e confederações na falta dos respectivos sindicatos.
b) Somente por sindicatos em qualquer hipótese.
c) Exclusivamente por federações.
d) Exclusivamente por confederações.

SOLUÇÃO:
Art. 857 do Decreto-Lei nº 7.321, de 14.2.1945
Parágrafo único da Lei nº 2.693, de 23.12.1955

19. (TÉCNICO – 2º/2002) Tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte é:

a) A taxa.
b) O imposto.
c) A contribuição de melhoria.
d) A contribuição provisória.

SOLUÇÃO:
Art. 16 do Código Tributário Nacional.

20. (TÉCNICO – 2º/2002) O conceito de incorporação ocorre quando:

a) Se unem duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
b) A companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes.
c) A sociedade passa, independentemente, de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.
d) Uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

SOLUÇÃO:
Art. 227 da Lei 6404 de 17.12.1976.

21. (CONTADOR – 2º/2002) Na sociedade em conta de participação, podemos afirmar que:

a) Nenhum sócio é pessoalmente responsável perante terceiros pelas obrigações sociais, desde que atuando dentro dos limites do objeto social.
b) O sócio ostensivo é o único que se obriga para com terceiro.
c) Seu capital social deve ser integralizado apenas em dinheiro.
d) Sua constituição exige pelo menos dois sócios, dos quais um contribuirá para a sociedade com trabalho e o outro com capital.

SOLUÇÃO:
Art. 326 do Código Comercial Brasileiro.

22. (CONTADOR – 2º/2002) Constitucionalmente, a função fiscalizadora é vinculada a um dos poderes da República. O Tribunal de Contas da União funciona como órgão auxiliar do:

a) Poder Independente.
b) Poder Executivo.
c) Poder Legislativo.
d) Poder Judiciário.

SOLUÇÃO:
Art. 71 da Constituição Federal.

23. (CONTADOR – 2º/2002) O prazo de instauração de inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade é de:

a) 30 dias contados da data da suspensão do empregado.
b) 15 dias contados da data da suspensão do empregado.
c) 30 dias contados da falta grave cometida.
d) 15 dias contados da falta grave cometida.

SOLUÇÃO:
Art. 853 da Consolidação das Leis do Trabalho.

24. (CONTADOR – 1º/2003) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis não incide sobre a:

a) Incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito, cujo objeto não seja a atividade imobiliária.
b) Transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis.
c) Transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia.
d) Venda de imóveis realizada por sociedades imobiliárias.

SOLUÇÃO:
Arts. 35, 36 e 37 do Código Tributário Brasileiro.

25. (CONTADOR – 1º/2003) O novo Código Civil, que entrou em vigor em 2003, passou a ter mais um ramo do Direito Civil, que é o:

a) Direito das Obrigações.
b) Direito das Coisas.
c) Direito de Empresa.
d) Direito de Família.

SOLUÇÃO:
Novo Código Civil
Parte Especial
Livro I – do Direito das Obrigações
Livro II – do Direito de Empresa
Livro III – do Direito das Coisas
Livro IV – do Direito de Família
Livro V – do Direito das Sucessôes
Código Civil de 1916 (antigo)
Parte Especial
Livro I – do Direito de Família
Livro II – do Direito das Coisas
Livro III – do Direito das Obrigações
Livro IV – do Direito das Sucessões

26. (CONTADOR – 1º/2003) A suspensão do empregado por mais de 30 dias consecutivos importa na:

a) Rescisão indireta do contrato de trabalho.
b) Rescisão do contrato de trabalho por culpa recíproca.
c) Rescisão do contrato de trabalho por tempo de serviço.
d) Rescisão injusta do contrato de trabalho.

SOLUÇÃO:
Art. 474 do Decreto-Lei 5452 de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.

27. (TÉCNICO – 1ª/2003) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até:

a) Um dia a cada doze meses, para doar sangue.
b) Um dia, em caso de falecimento do cônjuge.
c) Três dias, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana.
d) Dez dias consecutivos, em virtude de casamento.

SOLUÇÃO:
Art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.

28. (TÉCNICO – 1ª/2003) São pessoas jurídicas de direito privado **EXCETO** as:

a) Associações.
b) Sociedades.
c) Autarquias.
d) Fundações.

SOLUÇÃO:
Arts. 40, 41 e 44 do Código Civil Brasileiro.

29. (TÉCNICO – 1ª/2003) É vedado a um estrangeiro que se naturaliza brasileiro ser:

a) Professor titular de universidade publica.
b) Filiado a partido político.
c) Eleito deputado federal.
d) Presidente do Senado Federal.

SOLUÇÃO:
Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil.

30. (TÉCNICO – 1ª/2003) O horário normal de trabalho do empregado durante o prazo do aviso prévio, na rescisão realizada pelo empregador, será reduzido de:

a) Duas Horas diárias com prejuízo do salário integral.
b) Duas Horas diárias sem prejuízo do salário integral.
c) Uma hora diária sem prejuízo do salário integral.
d) Uma hora diária com prejuízo do salário integral.

SOLUÇÃO:
Art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho.

31. (CONTADOR – 2º/2003) Assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) Taxa é um tributo não-vinculado, eis que, para sua exigência, independe de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
b) Taxa é um tributo que pode ser instituído pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
c) Taxa é um tributo vinculado, eis que, para a sua exigência, é necessária atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
d) Taxa é um tributo que pode ser instituído em razão do exercício do poder de polícia.

SOLUÇÃO:
Art. 145 da Constituição Federal.
Arts. 77 e 78 do Código Tributário Nacional.

32. (CONTADOR – 2º/2003) Crédito tributário tem privilégio sobre qualquer outro, ressalvados os créditos:

a) Bancários.
b) Fornecedores.
c) Quirografários.
d) Trabalhistas.

SOLUÇÃO:
Art. 186 do Código Tributário Nacional.

33. (CONTADOR – 2º/2003) Extingue-se o crédito tributário, **EXCETO**:

a) Pelo parcelamento.
b) Pelo pagamento.
c) Pela prescrição e decadência.
d) Pela conversão de depósito em renda.

SOLUÇÃO:
Art. 156 do Código Tributário Nacional.

34. (TÉCNICO – 2º/2003) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente:

a) Da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal.
b) Do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas.
c) Do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal.
d) Do Supremo Tribunal Federal, o do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

SOLUÇÃO:
Arts. 79 e 80 da Constituição da República Federativa do Brasil.

35. (TÉCNICO – 2º/2003) Poder Executivo pode, atendidas às condições e aos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos, **EXCETO** do:

a) Imposto de renda e proventos de qualquer natureza.
b) Imposto sobre importação de produtos estrangeiros.
c) Impostos sobre produtos industrializados.
d) Impostos sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou a valores mobiliários.

SOLUÇÃO:
Art. 153 da Constituição da República Federativa do Brasil.

36. (TÉCNICO – 2º/2003) Em relação às taxas, podemos afirmar que:

a) A instituição é matéria reservada à lei complementar.
b) Não constitui espécie de tributos.
c) Pode ser cobrado sem que a lei defina o fato gerador deste tributo.
d) Não podem ter base de cálculo ou fato gerador igual ao imposto.

SOLUÇÃO:
Art. 77 do Código Tributário Brasileiro.

37. (TÉCNICO – 2º/2003) O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso prévio, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de:

a) Duas Horas diárias sem prejuízo do salário integral.
b) Duas Horas diárias com prejuízo do salário integral.
c) Uma hora diária sem prejuízo do salário integral.
d) Uma hora diária com prejuízo do salário integral.

SOLUÇÃO:
Art. 488 da Consolidação das Leis do Trabalho.

38. (TÉCNICO – 2º/2003) Dos direitos abaixo, indique aquele que tem acréscimo de 1/3 constitucional:

a) 13.º salário.
b) Férias.
c) Hora-extra.
d) Adicional de periculosidade.

SOLUÇÃO:
Art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil.

39. (TÉCNICO – 2º/2003) As formas legais de exclusão do crédito tributário são:

a) Isenção e anistia.
b) Prescrição e decadência.
c) Imunidade e isenção.
d) Anistia e imunidade.

SOLUÇÃO:
Art. 175 do Código Tributário Nacional.

40. (CONTADOR – 1º/2004) É tributo municipal o imposto sobre:

a) Operações de crédito, câmbio e seguro, ou as relativas a títulos ou a valores mobiliários.
b) Propriedade territorial rural e transações de títulos mobiliários.
c) Transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos.
d) Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

SOLUÇÃO:
Art. 156 da Constituição da República Federativa do Brasil.

41. (CONTADOR – 1º/2004) A lei que determina o cancelamento de certos créditos tributários até determinado valor, inscritos em Dívida Ativa, trata de

a) Remissão.
b) Prescrição.
c) Moratória.
d) Isenção.

SOLUÇÃO:
Art. 156 do Código Tributário Brasileiro.

42. (CONTADOR – 1º/2004) A sociedade entre cônjuges **NÃO** é permitida se estiverem casados sob o regime

a) Da comunhão parcial de bens ou da comunhão universal de bens.
b) Da comunhão parcial de bens ou da separação obrigatória.
c) Da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória.
d) Da separação de bens ou da comunhão parcial de bens.

SOLUÇÃO:
Art. 977 do Código Civil Brasileiro.

43. (CONTADOR – 1º/2004) A sociedade limitada pode ser administrada por uma ou mais pessoas, designadas em contrato ou em ato separado, podendo ser elas sócios ou não. A permissão de administradores não-sócios depende da aprovação:

a) De: no mínimo, 2/3 dos sócios, independentemente da integralização do capital social.
b) De: no mínimo, 2/3 dos sócios, quando o capital não tiver sido integralizado, e por unanimidade, após a integralização.
c) Unânime dos sócios, independentemente da integralização do capital social.
d) Unânime dos sócios, quando o capital não tiver sido integralizado, e de 2/3 deles, no mínimo, após a integralização.

SOLUÇÃO:
Arts. 1060 e 1061 do Código Civil Brasileiro.

44. (CONTADOR – 1º/2004) A Constituição Federal de 1988 no Capítulo II e a partir do Artigo 6º enumerou os chamados "direitos sociais". Entre eles, podemos citar os direitos:

a) À educação, à correspondência e à propriedade.
b) À infância, à intimidade e à igualdade.
c) À saúde, ao lazer e ao trabalho.
d) Ao FGTS e ao acesso à informação.

SOLUÇÃO:
Artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil.

45. (CONTADOR – 1º/2004) A aprovação das contas anuais prestadas pelo Presidente da República compete:

a) Ao Tribunal de Contas da União.
b) Ao Senado Federal.
c) Ao Congresso Nacional.
d) À Câmara dos Deputados.

SOLUÇÃO:
Art. 49 da Constituição da República Federativa do Brasil.

46. (TÉCNICO – 1º/2004) A imunidade tributária está prevista:

a) Na Constituição Federal.
b) No Código Tributário Nacional.
c) Nas leis federais e estaduais.
d) Somente nas leis federais.

SOLUÇÃO:
Art. 150 da Constituição da República Federativa do Brasil.

47. (TÉCNICO – 1º/2004) Somente os brasileiros natos poderão exercer os cargos de:

a) Deputado Federal e Estadual.
b) Governador e Vice-Governador.
c) Ministro da Fazenda e Planejamento.
d) Presidente da Câmara dos Deputados.

SOLUÇÃO:
Art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil.

48. (TÉCNICO – 1º/2004) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, até 3 dias consecutivos:

a) Em virtude de casamento.
b) Em virtude de falecimento do cônjuge.
c) Em virtude de falecimento de filho.
d) Para se alistar eleitor.

SOLUÇÃO:
Art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.

49. (TÉCNICO – 1º/2004) A aprovação das contas anuais prestadas pelo Presidente da República compete:

a) Ao Senado Federal.
b) À Câmara dos Deputados.
c) Ao Congresso Nacional.
d) Ao Tribunal de Contas da União.

SOLUÇÃO:
Art. 49 da Constituição da República Federativa do Brasil.

50. (TÉCNICO – 1º/2004) A obrigação tributária principal surge com a:

a) Constituição definitiva do crédito tributário.
b) Inscrição do crédito tributário em dívida ativa.
c) Lavratura do auto de infração.
d) Ocorrência do fato gerador.

SOLUÇÃO:
Art. 113 do Código Tributário Nacional.

51. (TÉCNICO – 1º/2004) Respondem solidariamente pela integralização do Capital Social, perante terceiros, os sócios da sociedade:

a) Anônima.
b) Em comandita por ações.
c) Limitada.
d) Sociedade cooperativa.

SOLUÇÃO:
Art. 1052 do Código Civil Brasileiro.

52. (TÉCNICO – 1º/2004) A Emenda Constitucional é promulgada:

a) Pela Câmara dos Deputados.
b) Pelas Mesas da Câmara e Senado Federal.
c) Pelo Presidente da Republica.
d) Pelo Presidente do Congresso Nacional.

SOLUÇÃO:
Art. 60 da Constituição da República Federativa do Brasil.

53. (TÉCNICO – 1º/2004) A personalidade civil da pessoa começa a partir:

a) Dos 18 anos completos.
b) Dos 16 anos completos.
c) Do nascimento com vida.
d) Da concepção.

SOLUÇÃO:
Art. 2º do Código Civil Brasileiro.

54. (TÉCNICO – 1º/2004) Autorizar referendo e convocar plebiscito é competência:

a) Exclusiva do Congresso Nacional.
b) Exclusiva da Presidência da República.
c) Privativa do Senado Federal.
d) Privativa da Câmara Federal.

SOLUÇÃO:
Art. 49 da Constituição da República Federativa do Brasil.

55. (TÉCNICO – 1º/2004) A mudança da sede da empresa, dentro dos limites do município em que tem o seu domicílio:

a) Somente pode ocorrer mediante acordo sindical, sob pena de caracterizar ilícito trabalhista.
b) Estabelece uma transferência definitiva, ensejando o pagamento de ajuda de custo aos empregados.
c) Constitui legítimo exercício do poder diretivo do empregador, não configurando alteração contratual vedada pela lei.
d) Configura transferência provisória, acarretando a obrigação por parte do empregador de remunerar o empregado com adicional de transferência nunca inferior ao mínimo de vinte e cinco por cento.

SOLUÇÃO:
Art. 469 da Consolidação das Leis do Trabalho.

56. (CONTADOR – 2º/2004) Numa sociedade composta de três sócios, no caso de morte de um deles:

a) A sociedade fica, automaticamente, dissolvida.
b) A sociedade, para prosseguir, depende de autorização judicial.
c) Os sócios remanescentes podem prosseguir com a sociedade juntamente com os herdeiros do de cujus, se tal constar de cláusula contratual societária.
d) Os sócios sobrevindos deverão, em qualquer hipótese, ser consultados da conveniência da dissolução da sociedade.

SOLUÇÃO:
Art. 1.028 do Código Civil Brasileiro .

57. (CONTADOR – 2º/2004) Considere as afirmativas a seguir acerca dos direitos e garantias constitucionais:

I. Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
II. A lei penal não retroagirá para beneficiar o réu.
III. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
IV. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
V. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

a) I, II, III, e IV.
b) I, II, IV, e V.
c) I, III, IV, e V.
d) II, III, IV, e V.

SOLUÇÃO:
Opções I, III, IV e V referem-se a direitos e garantias constitucionais. O item II está incorreto porque a redação adequada seria: A lei penal não retroagirá, SALVO para beneficiar o réu.

58. (TÉCNICO – 2º/2004) Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação à caracterização e à inscrição do empresário:

a) Considera-se empresário quem exerce, profissionalmente, atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
b) Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, independentemente se o exercício da profissão constitui elemento de empresa.
c) A inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento que contenha: o seu nome, nacionalidade, domicílio, estado civil e, se casado, o regime de bens; a firma, com a respectiva assinatura autógrafa; o capital; o objeto; e a sede da empresa.
d) A inscrição do empresário é obrigatória no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede antes do início de sua atividade.

SOLUÇÃO:
Arts. 966, 967 e 968 do Código Civil Brasileiro.

59. (TÉCNICO – 2º/2004) As associações e as fundações são pessoas jurídicas de:

a) Direito privado e de direito público, respectivamente.
b) Direito privado.
c) Direito público e de direito privado, respectivamente.
d) Direito público.

SOLUÇÃO:
Art. 44 do Código Civil Brasileiro .

60. (TÉCNICO – 2º/2004) A forma de Estado adotada pelo Brasil é:

a) Democracia.
b) Federação.
c) Presidencialismo.
d) República.

SOLUÇÃO:
Art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil.

61. (TÉCNICO – 2º/2004) Assinale a alternativa **CORRETA** que estabelece que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário ou do repouso semanal:

a) Até dois dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge.
b) Até cinco dias consecutivos em virtude de casamento.
c) Por três dias em caso de nascimento de filho.
d) Por um dia, a cada seis meses de trabalho, em caso de doação de sangue.

SOLUÇÃO:
Art. 473 Inciso I da Consolicação das Leis do Trabalho.

## NOÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO SEM DESENVOLVIMENTO DE RESPOSTAS

62. (CONTADOR – 1º/2000) Por definição do Direito, diz-se que COMERCIANTE é a pessoa que:

a) Pratica o comércio em nome de terceiro, de modo habitual e com o objetivo de lucro.
b) Pratica atos de comércio por conta própria, de modo habitual e com o objetivo de lucro.
c) Pratica atos de comércio por conta própria, ocasionalmente, e com o objetivo de lucro.
d) Pratica atos de comércio por conta própria, ocasionalmente, e sem objetivo de lucro.

63. (CONTADOR – 1º/2000) Para a configuração da equiparação salarial, é necessário o preenchimento dos requisitos:

a) Identidade de funções, trabalho de igual valor, mesma localidade e mesmo empregador.
b) Identidade de funções, mesma idade, mesmo empregador e mesma localidade.
c) Trabalho de igual valor, mesma nacionalidade, mesma localidade e mesmo empregador.
d) Identidade de funções, trabalho de igual valor, mesmo sexo e mesmo empregador.

64. (TÉCNICO – 1º/2000) Os direitos e as obrigações dos trabalhadores das empresas privadas estão contidos:

a) No Código Civil.
b) No Código Penal Brasileiro.
c) Na Consolidação das Leis do Trabalho.
d) No Código Comercial Brasileiro.

65. (TÉCNICO – 1º/2000) A competência para instituir e arrecadar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural é:

a) Da União.
b) Dos Estados e Distrito Federal.
c) Dos Municípios.
d) Da União e dos Estados.

66. (TÉCNICO – 1º/2000) O empregado com contrato por prazo indeterminado, quando demitido sem justa causa pela empresa, faz juz a aviso prévio de:

a) Uma semana.
b) Quinze dias.
c) Trinta dias.
d) Oito dias se receber por semana ou trinta se receber por mês.

67. (TÉCNICO – 2º/2000) Quando as férias forem concedidas após o período concessivo, a remuneração deverá ser:

a) Em dobro.
b) De forma simples.
c) Em dobro, acrescida do terço constitucional.
d) De forma simples, acrescida do terço constitucional.

68. (TÉCNICO – 2º/2000) Em se tratando de garantias provisórias, é **CORRETO** afirmar que é vedada a dispensa:

a) Da empregada doméstica gestante, desde a confirmação da gravidez até doze meses após o parto.
b) Do empregado eleito para cargo de direção da CIPA, sem justa causa, desde o registro de sua candidatura até um ano após o término de seu mandato.
c) Do empregado sindicalizado, a partir do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, até dois anos após o final do mandato.
d) Do empregado sindicalizado, a partir do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, até um ano após o término do mandato, ainda que tenha dado ensejo a uma justa causa.

69. (TÉCNICO – 2º/2000) Uma Lei Municipal que elevou a alíquota do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, em 10.1.1999, publicada no Diário Oficial do Município na mesma data, possibilitará a cobrança do tributo:

a) Retroativo a 1.º de janeiro de 1999.
b) A partir de 45 dias da data de sua publicação.
c) A partir do exercício de 2000.
d) A partir da data de expedição, em 1999, da notificação do lançamento.

70. (TÉCNICO – 2º/2000) Todos os comerciantes, regularmente constituídos, são obrigados a tomar as providências abaixo, **EXCETO**:

a) Seguir uma ordem uniforme de contabilidade e escrituração.
b) Registrar, na Junta Comercial, todos os seus atos constitutivos.
c) Publicar em jornais ou revistas suas Demonstrações Contábeis.
d) Elaborar, anualmente, um balanço geral do seu ativo e passivo.

71. (CONTADOR – 2º/2000) As sociedades por ações possuem características próprias que as diferenciam das demais sociedades disciplinadas pelo direito comercial brasileiro. Escolha a alternativa **CORRETA**:

a) A responsabilidade dos acionistas é limitada ao valor do capital social a integralizar.
b) As sociedades por ações são aquelas cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação em bolsa de valores.
c) A constituição de sociedade por ações está sujeita à prévia autorização do Governo Federal e depende da presença de sete sócios.
d) As companhias podem efetuar subscrição pública de ações.

72. (CONTADOR – 2º/2000) A natureza jurídica específica de um tributo é determinada:

a) Em função de sua denominação jurídica formal.
b) Em razão das peculiaridades dos sujeitos ativo e passivo da obrigação.
c) Pelo fato gerador da respectiva obrigação tributária.
d) Pela destinação legal do produto de sua arrecadação.

## Gabarito de questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | C | **2** | B | **3** | A | **4** | C | **5** | D | **6** | B |
| **7** | D | **8** | C | **9** | C | **10** | A | **11** | B | **12** | D |
| **13** | A | **14** | B | **15** | D | **16** | A | **17** | D | **18** | A |
| **19** | B | **20** | D | **21** | B | **22** | C | **23** | A | **24** | D |
| **25** | C | **26** | D | **27** | A | **28** | C | **29** | D | **30** | B |
| **31** | A | **31** | D | **33** | A | **34** | A | **35** | A | **36** | D |
| **37** | A | **38** | B | **39** | A | **40** | D | **41** | A | **42** | C |
| **43** | D | **44** | C | **45** | C | **46** | A | **47** | D | **48** | A |
| **49** | C | **50** | D | **51** | C | **52** | B | **53** | C | **54** | A |
| **55** | C | **56** | C | **57** | C | **58** | A | **59** | B | **60** | A |
| **61** | D | | | | | | | | | | |

## Gabarito de questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **62** | B | **63** | A | **64** | C | **65** | A | **66** | C | **63** | C |
| **68** | B | **69** | C | **70** | C | **71** | D | **72** | C | | |

# Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País

## CONHECIMENTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO PAÍS - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 2º/2001) O número atual de Estados do Brasil mais o Distrito Federal, é:

a) 25.
b) 26.
c) 27.
d) 28.

SOLUÇÃO:
Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins. Distrito Federal.

2. (CONTADOR – 2º/2001) Correspondem, entre outros, a direitos sociais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil:

a) O trabalho, o lazer, a segurança.
b) A propriedade, o trabalho, a segurança.
c) A assistência à posse da terra, a segurança, a educação.
d) O exercício profissional, a educação, a segurança.

SOLUÇÃO:
Art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil.

3. (CONTADOR – 2º/2001) De acordo com o Artigo 17 da Constituição da República Federativa do Brasil, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardado o:

a) Pluripartidarismo.
b) Bipartidarismo.
c) Unipartidarismo.
d) Sectopartidarismo.

SOLUÇÃO:
Art. 17 da Constituição da República Federativa do Brasil.
É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana.

4. (CONTADOR – 1º/2002) São direitos e deveres individuais e coletivos, entre outros:

a) É assegurado aos presos somente o respeito à integridade física.
b) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
c) É parcial a liberdade de associação para fins lícitos e parcialmente vedada a de caráter paramilitar.
d) É a propriedade que poderá atender à função econômica.

SOLUÇÃO:
Art. 5º – Inciso IV – da Constituição da República Federativa do Brasil.

5. (CONTADOR – 1º/2002) Uma criança nascida em solo brasileiro, filha de pai alemão e mãe australiana, no período em que seu pai encontrava-se a serviço de uma multinacional alemã no Brasil, é considerada:

a) Estrangeira.
b) Brasileira naturalizada.
c) Semibrasileira.
d) Brasileira nata.

SOLUÇÃO:
Capítulo III da Constituição da República Federativa do Brasil – Da nacionalidade.
Art. 12 São brasileiros:
I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

6. (CONTADOR – 2º/2002) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Esta afirmativa é um preceito:

a) Constitucional.
b) De analogia.
c) De Lei Ordinária.
d) Dos usos e costumes.

SOLUÇÃO:
TÍTULO II – Constituição da República Federativa do Brasil – dos Direitos e Garantias Fundamentais
Capítulo I – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.
Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: Jurisprudência Vinculada.
II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa se não em virtude de lei.

7. (CONTADOR – 2º/2002) A idade mínima para o trabalho no Brasil, como regra geral, é de:

a) Dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
b) Dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
c) Quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
d) Quatorze anos, tanto como empregado, como aprendiz.

SOLUÇÃO:
CAPÍTULO II da Constituição da República Federativa do Brasil – dos Direitos Sociais
Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:
XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada ao inciso pela Emenda Constitucional nº 20/98, DOU 16.12.1998).

8. (CONTADOR – 1º/2004) A Constituição Federal de 1988 no Capítulo II e a partir do Artigo 6º, enumerou os chamados "direitos sociais". Entre eles, podemos citar os direitos

a) À saúde, ao lazer e ao trabalho.
b) À educação, à correspondência e à propriedade.
c) À infância, à intimidade e à igualdade.
d) Ao FGTS e ao acesso à informação.

SOLUÇÃO:
Art. 6º da Constituição da República Federativa do Brasil – "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o laser, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e â infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

9. (CONTADOR – 1º/2004) A aprovação das contas anuais prestadas pelo Presidente da República compete:

a) Ao Tribunal de Contas da União.
b) Ao Senado Federal.
c) Ao Congresso Nacional.
d) À Câmara dos Deputados.

SOLUÇÃO:
Art. 49 da Constituição da República Federativa do Brasil – " É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
IX – julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo."

10. (CONTADOR – 1º/2004) Tributo é a receita derivada, compulsoriamente lançada e arrecadada pelo Estado, na forma da lei, em moeda corrente ou em valor que por ela se possa exprimir, sem contraprestação diretamente equivalente, cujo montante é aplicado na execução das finalidades que lhes são próprias. Os três tipos de tributos de acordo com o Código Tributário Nacional são:

a) Impostos, Taxas e Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira.
b) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.
c) Taxas, Contribuição de Melhoria e Impostos sobre Operações de Créditos.
d) Taxas, Impostos e Impostos sobre Operações de Créditos.

SOLUÇÃO:
Art. 5º da Código Tributário Nacional – Os tributos são: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

11. (CONTADOR – 1º/2004) O prazo máximo para a celebração de um contrato de experiência entre o empregador e o empregado é de:

a) 30 dias.
b) 60 dias.
c) 90 dias.
d) 120 dias.

SOLUÇÃO:
Art. 445 da Consolidação das Leis Trabalhistas – O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de dois anos, observada a regra do art. 451.
Parágrafo único: O contrato de experiência não poderá exceder a 90 dias.

O perdulário municipalismo brasileiro

À parte a corrupção, o municipalismo brasileiro é um caso único no mundo. Ele combina a tradição de descentralização administrativa que caracteriza os países europeus com a dependência de recursos federais típica da federação brasileira. Com isso, os prefeitos escapam da fiscalização direta de suas contas e sentem-se à vontade para aumentar gastos na certeza de que o salvamento virá dos cofres federais. A Constituição de 1988 deu às Assembléias Legislativas estaduais o poder de criar municípios, antes uma prerrogativa da União. Desde então, a multiplicação do número de cidades no Brasil tornou-se uma farra. "Mais de 1000 municípios foram criados nos últimos doze anos. A maioria deles sem nenhuma justificativa econômica", diz o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, da consultoria Tendências. O peso do sistema municipal nas contas nacionais só cresceu em ritmo menor do que o do déficit previdenciário. Mas, ao contrário dele, o custo de manter as atuais prefeituras e criar novas cidades no Brasil tende a crescer. "Sua dinâmica é de um câncer", diz Maílson. O Brasil tem o sistema municipalista mais adubado com verbas federais do mundo – e mesmo assim os prefeitos são os maiores pidões da República. As prefeituras brasileiras rateiam entre si 15% de toda a arrecadação nacional. A média mundial é de 6%. No México, por exemplo, a União fica com 97% da arrecadação. Estados e municípios dividem os restantes 3%. "Agora os prefeitos brasileiros reivindicam também participação nos tributos aos quais eles não têm direito por lei e que já chegam a 40% da arrecadação da União", diz Maílson. Ele alerta: "Se essa bandeira deles vingar, o desequilíbrio fiscal vai se acentuar de maneira ainda mais dramática no Brasil".

Alexandre Oltramari, Leandra Peres e Malu Gaspar. Veja. Nº 1.851, 28 de abril de 2004, p. 40.

12. (CONTADOR – 2º/2004) Assinale a afirmativa **CORRETA**.

a) A Carta Magna de 1988, citada no texto, que declara os direitos e garantias individuais, é anterior ao Código Civil em vigor.
b) Ao traçar limites entre os poderes, a Constituição federal só autoriza a fiscalização das contas do Executivo pela Controladoria-Geral da União.
c) Apesar de geralmente elaborada e votada por um congresso de representantes do povo, a Constituição de 1988 é emendada por consulta à vontade popular.
d) Além de conter as leis fundamentais que regem a vida da Nação, a Carta Magna de 1988 promove a regulamentação destas leis.

SOLUÇÃO:
O Código Civil data de 2003, sendo, pois, posterior à Constituição Federal em vigor.

13. (CONTADOR – 2º/2004) Correlacione a segunda coluna de acordo com a primeira.

| | |
|---|---|
| (A) Getúlio Vargas | (  ) Constituição de 1988 |
| (B) Juscelino Kubitschek | (  ) Abertura da rodovia Transamazônica |
| (C) Emílio Garrastazu Medici | (  ) Criação da Petrobras |
| (D) Ernesto Geisel | (  ) Plano de Metas "50 anos em 5" |
| (E) José Sarney | (  ) Plano Real |
| (F) Itamar Franco | (  ) Acordo Mercosul–União Européia |
| (G) Fernando Henrique Cardoso | (  ) Programa de Cooperação Nuclear Brasil– Alemanha |

A seqüência **CORRETA** de correlação é:

a) E, B, D, A, G, F, C.
b) E, C, A, B, F, G, D.
c) F, D, C, A, G, E, B.
d) F, A, B, C, E, D, E.

SOLUÇÃO:
A Constituição de 1988 foi promulgada no governo de José Sarney (de 85 a 90). A Transamazônica data do governo Medici. O governo de Getúlio Vargas criou a Petrobras. "50 anos em 5" foi o lema de JK. O Plano Real, contrariamente ao que comumente se pensa, foi elaborado no governo de Itamar Franco (julho de 94) e a assinatura do acordo Mercosul-EU é que coube a FHC. Já o Programa de Cooperação Nuclear foi instituído no governo Geisel.

## CONHECIMENTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO PAÍS - SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

14. (CONTADOR – 1º/2000) Quanto ao déficit público brasileiro, pode-se afirmar:

a) O governo brasileiro paga elevados encargos de juros, pois o déficit é muito elevado.
b) O déficit primário é maior que o déficit operacional, pois naquele se contabilizam os juros da dívida pública.
c) O déficit público brasileiro só se elevou, significativamente, a partir da segunda metade da década de 90.
d) As empresas estatais e a previdência social não participam da contabilização do déficit público, pois têm orçamento próprio.

15. (CONTADOR – 2º/2000) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, compete, exclusivamente, ao Congresso Nacional, **EXCETO**:

a) Dispor sobre os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
b) Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
c) Julgar, anualmente, as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
d) Resolver, definitivamente, sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos.

16. (CONTADOR – 2º/2000) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis e não-duráveis, de acordo com o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, **EXCETO**:

a) A substituição do produto por outro, da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
b) A substituição do produto por outro, de espécie diferente, mas de preço similar.
c) A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
d) O abatimento proporcional do preço.

17. (CONTADOR – 1º/2002) A instituição que tem por função primordial regular o fluxo da moeda e do crédito na economia nacional é:

a) A Caixa Econômica Federal.
b) O Banco Central do Brasil.
c) O Banco do Brasil.
d) A Secretaria do Tesouro Nacional.

18. (CONTADOR – 1º/2003) "Muito se tem escrito sobre crescimento, pobreza e distribuição de renda. É um tema particularmente propício para a demagogia política e o sensacionalismo informativo. Para não incorrer em deformações ópticas, convém analisar os dados e a experiência concreta dos países em desenvolvimento nos últimos anos".

A análise das implicações do crescimento e do desenvolvimento econômico pode ser feita levando-se em consideração, **EXCETO**:

a) As diferenças de renda entre países.
b) As diferenças econômicas e populacionais em relação ao sexo.
c) O crescimento e distribuição de renda entre as pessoas.
d) A educação, a distribuição de renda e o crescimento econômico.

19. (CONTADOR – 1º/2003) Analisando a evolução tecnológica mundial, observamos que cada país absorve a tecnologia de informação na medida de suas possibilidades. Novos modelos de equipamentos são criados a cada dia, *softwares* ficam cada vez mais avançados, mas tudo que é novo é mais caro. E para se manterem atualizadas com respeito às versões dos programas disponíveis no mercado local, as pessoas gastam acima de suas possibilidades.

Marque a opção que **NÃO** condiz com a realidade descrita acima:

a) A distância tecnológica existente entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento poderá aumentar em proporções muito maiores dos que as que temos visto ao longo dos anos, o que acelerará e aumentará a desigualdade entre eles, impossibilitando o seu relacionamento.
b) Além de uma questão ética, isso parece ser um risco para a economia mundial e um perigo político de suscitar novas formas de dominação.
c) A chegada da era da informação não tem muita importância para as pessoas de baixo poder aquisitivo exatamente pelo fato de elas não poderem estar *on-line* com o mundo tecnológico, e, portanto, não se deixarem influenciar pelo avanço tecnológico.
d) As mudanças decorrentes dos avanços da tecnologia da informação não se encontram apenas nas atividades econômicas e de produção, mas também na forma de trabalhar, de viver e de aprender de cada cidadão.

20. (CONTADOR – 2º/2003) É incluída no cálculo do Produto Interno Bruto:

a) A exportação de serviços de engenharia para a construção de uma ferrovia no exterior.
b) A prestação de serviços de computação por uma empresa especializada a um banco comercial.
c) A importação de uma máquina nova.
d) A compra de um imóvel usado.

21. (CONTADOR – 2º/2003) "Regulamentar, sempre que julgar necessário, as taxas de juros, as comissões e qualquer outra forma de remuneração praticada pelas instituições financeiras". É uma das principais atribuições:

a) Do Banco Central do Brasil.
b) Da Comissão de Valores Mobiliários.
c) Do Banco de Desenvolvimento Econômico Social.
d) Do Conselho Monetário Nacional.

## Gabarito de questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | C | **2** | A | **3** | A | **4** | B | **5** | D | **6** | A |
| **7** | B | **8** | A | **9** | C | **10** | B | **11** | C | **12** | A |
| **13** | B | | | | | | | | | | |

## Gabarito de questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **14** | A | **15** | B | **16** | C | **17** | B | **18** | B | **19** | C |
| **20** | A | **21** | D | | | | | | | | |

# Português

## CONHECIMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 2º /2001) Leia o texto abaixo, de Carlos Drummond de Andrade.

"Sr. Prefeito:
Como dizia a V. Ex.ª, paguei a multa; e paguei-a com tanto maior satisfação quanto a Prefeitura, que a impôs, propôs simultaneamente um negócio: se eu pagasse, não ao fim de 8 anos de ação judicial, mas em 8 dias, levava o desconto de 30%. Ora, quem, nos dias que correm, despreza um abatimento desse vulto?"

Identifique o enunciado **CORRETO**:

a) No lugar do sinal de dois-pontos empregado no vocativo, é correto empregar vírgula.
b) O emprego de ponto-e-vírgula depois de "multa" é obrigatório, por causa da mudança de sujeito da oração seguinte.
c) O sinal de dois pontos empregado depois de "negócio" introduz enumeração.
d) No lugar do ponto de interrogação, no texto, cabe igualmente empregar ponto de exclamação.

SOLUÇÃO:
Depois de vocativo, emprega-se também a vírgula (Sr. Prefeito,)

2. (CONTADOR – 2º /2001) A alternativa em que todas as ocorrências de "a", "à" ou "há" estão corretas, é:

a) Ele voltou a casa e ficou à espera da informação que esperava receber há algum tempo, a partir do último contato com a empresa a seu serviço.
b) Daqui há alguns dias, conheceremos o resultado da licitação a qual concorremos a duas semanas.
c) Comunicou a principal cliente que teria de deixá-la, a revelia de sua vontade, por motivos que ultrapassavam à limitação da competência a pouco adquirida.
d) Dali à seu escritório de contabilidade, os poucos quilômetros a margem da principal avenida consumiriam apenas alguns minutos à pé.

SOLUÇÃO:
Ele voltou a casa (quando se trata da própria casa, não existe artigo, portanto a preposição decorrente da regência do verbo não se contrai com outro "a" e não ocorre crase) e ficou à espera (locução adverbial constituída de preposição "a" e de sintagma nominal feminino, precedido do artigo "a", em concordância; logo, há contração e crase) da informação que esperava receber há (noção de passado requer verbo haver) algum tempo, a partir (noção de futuro requer preposição) do último contato com a (artigo definido simples) empresa a (preposição simples, sem artigo diante de sintagma nominal masculino) seu serviço.

3. (CONTADOR – 2º /2001) O item em que é correto o emprego do verbo haver é:

a) Hão de existir soluções melhores para o impasse jurídico.
b) Os estudantes teriam sido atendidos, se houvesse logo feito o pedido.
c) Se tivessem havido outras medidas de economia, o produto não estaria em falta.
d) É preciso trabalhar muito, a fim de não haver equívocos na produção.

SOLUÇÃO:
Hão de existir soluções melhores para o impasse jurídico. (O verbo principal é existir**,** verbo que se flexiona normalmente, concordando com o sujeito, mesmo em locuções verbais cujo verbo é haver.)

4. (CONTADOR – 2º /2001) O item que apresenta uso **INCORRETO** do infinitivo impessoal é:

a) O Graduado em Ciências Contábeis conseguiu fazer os leigos entender a questão.
b) Os especialistas em assuntos orçamentários começaram a antever o fim da crise.
c) Os técnicos em contabilidade sabem resolver esse tipo de problema.
d) Os interessados em ciência e tecnologia quiseram conhecer os pormenores da pesquisa.

SOLUÇÃO:
Conseguiu fazer: sujeito – O graduado em ciências contábeis (singular; logo, concordância certa); entender: sujeito – os leigos (plural; logo, concordância incorreta e infinitivo deve ser flexionado).

6. (CONTADOR – 2º /2001) É **CORRETO** substituir:

a) Mal por assim que, "Mal terminou o relatório, emitiu parecer conclusivo."
b) Posto que por porque, em "Posto que já soubessem de tudo, concluíram as investigações.
c) À medida que por na medida em que, em "À medida que analisava os dados, convencia-me da fraude."
d) Portanto por porquanto, em " Não se sabe, portanto, até que ponto houve culpa de quem elaborou o relatório.

SOLUÇÃO:
"Mal" e "assim que" são conectivos sinônimos no contexto, isto é, conjunção/locução conjuntiva subordinativas temporais, com significação de tempo imedidato.

5. (CONTADOR – 2º /2001) O emprego da vírgula está **INCORRETO** no item:

a) A renovação de um terço dos membros do Conselho Federal a que alude o parágrafo único do art. 5º, far-se-á no primeiro Conselho mediante sorteio, para os dois triênios subseqüentes.
b) As multas serão aplicadas no grau máximo, quando os infratores já tiverem sido condenados por sentença passada em julgado, em virtude de violação de dispositivos legais.
c) Os autos de infração, depois de julgados definitivamente contra o infrator, constituem títulos de dívida líquida e certa para efeito da cobrança a que se refere o parágrafo anterior.
d) Não se efetuando amigavelmente o pagamento das multas, serão estas cobradas pelo executivo fiscal, na forma da legislação vigente.

SOLUÇÃO:
A renovação de um terço dos membros do Conselho Federal a que alude o parágrafo único do art. 5º, far-se-á no primeiro Conselho mediante sorteio, para os dois triênios subseqüentes. (A vírgula separa o sujeito do predicado, o que é erro grave.)

7. (TÉCNICO – 2º /2001) O item em que todas as palavras estão acentuadas em decorrência da mesma regra é:

a) Contábil / nível / legível.
b) Poderá / bacharéis / português.
c) Responsáveis / matemática / conteúdo.
d) Instituída / preparatório / esferográfica.

SOLUÇÃO:
Todas as palavras são paroxítonas terminadas em "l".

8. (TÉCNICO – 2º /2001) O item em que há **ERRO** de grafia é:

a) Subhumano.
b) Pré-contratual.
c) Subprodutos.
d) Predeterminado.

SOLUÇÃO:
Palavra dicionarizada sem hifen e sem "h" ou com hífen e com "h" (subumano ou sub-humano).

9. (TÉCNICO – 2º /2001) O item que contém enunciado gramaticalmente **CORRETO** é:

a) Os candidatos deverão trazer consigo documento de identidade original.
b) Ambos candidatos saíram-se bem na prova.
c) O candidato cujo o cartão de inscrição foi extraviado não pôde fazer prova.
d) Os candidatos são tal qual os vestibulandos: ansiosos, apesar de preparados.

SOLUÇÃO:
O pronome pessoal oblíquo tem sentido "se" (neste caso, reflexivo), ao se combinar com a preposição "com", gera a forma "consigo".

10. (TÉCNICO – 2º /2001) Há **ERRO** de regência verbal, com emprego **INCORRETO** de preposição, em:

a) O relatório informava aos diretores de que havia irregularidades na empresa.
b) As normas de produção visam a melhorar a qualidade do produto.
c) Os dirigentes confrontaram com posições antagônicas e irreversíveis.
d) Nunca se sabe de quanto dinheiro se vai precisar para concluir a transação.

SOLUÇÃO:
O relatório informava aos diretores que havia irregularidades na empresa. (O verbo informar, no contexto, é transitivo direto e indireto: o OI é aos diretores; o direto, introduzido pela conjunção "que" – trata-se do fenômeno do dequeísmo.)

11. (TÉCNICO – 2º /2001) O item em que há **ERRO** de grafia é:

a) Hífens / ítens / réfem.
b) Além / recém/ também.
c) Alguém / aquém / amém.
d) Ciclâmen / hífen / pólen.

SOLUÇÃO:
As palavras "hifens" e "itens" são paroxítonas terminadas em "em", cujo plural é "ens", portanto regulares, sem exigir acento gráfico. Quanto à última palavra, a pronúncia correta é como oxítona, terminada em "em" e com acento gráfico (refém).

12. (TÉCNICO – 2º /2001) O item que contém **ERRO** gramatical, de acordo com a norma culta, é:

a) Devo consultar toda a documentação para mim chegar à conclusão.
b) Entre mim e os técnicos não há discordância.
c) Para mim, fazer estes cálculos é fácil.
d) O relatório da auditoria está bastante claro para mim.

SOLUÇÃO:
Apesar de posposto à preposição, o pronome é sujeito de chegar, portanto Devo consultar toda a documentação, para eu chegar à conclusão.

13. (CONTADOR – 1º/2002) Leia o texto abaixo, extraído da Revista VEJA, de 20.2.2002, e responda à questão.

"Por causa da necessidade de pagar por serviços que não integravam o orçamento doméstico do passado, o custo de vida subiu. Uma equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada comandada pelo economista Fernando Gaiger concluiu que as famílias de classe média passaram a gastar cada vez menos com a compra de itens como comida e roupa. O dinheiro foi canalizado para o consumo de serviços, entre os quais saúde e educação. Entre 1988 e 1996, a participação na cesta de consumo de alimentos chegou a cair 19% e na de roupas, 50%. Em contrapartida, a habitação subiu até 35% e a educação e a saúde chegaram a mais de 40%. Utilizando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o economista Ricardo Carneiro, da Universidade de Campinas, constatou que os gastos com saúde da classe média consumiam 6% do orçamento doméstico no início da década de 90. Agora engolem quase 10% do total."

De acordo com o texto acima, é **INCORRETO** afirmar que:

a) O pagamento de novos serviços elevou o custo de vida doméstico atual.
b) Existem várias equipes de trabalho no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
c) Saúde e educação eram os setores de consumo que canalizavam o dinheiro.
d) Gastos com saúde subiram quase 4% do orçamento doméstico da classe média em aproximadamente dez anos.

SOLUÇÃO:
O dinheiro foi canalizado (no passado não era) para o consumo de serviços (não setores de consumo), entre os quais saúde e educação (logo, não somente esses serviços).

14. (CONTADOR – 1º/2002) Leia o texto abaixo, extraído da Revista VEJA, de 20.2.2002, e responda à questão.

"Alguns métodos para estratificar a sociedade são desenvolvidos por especialistas, mas há três principais. Um deles, o mais tradicional, classifica as pessoas segundo o nível educacional e a profissão do chefe de família. Por esse critério, a classe média é formada basicamente por universitários e pessoas que não exercem trabalhos manuais. São advogados, médicos, funcionários públicos e comerciários. Alguns de seus integrantes podem até ganhar menos que um operário de fábrica, mas renda não importa nesse caso."

No texto, é **CORRETO** substituir:

a) "estratificar" pela variante gráfica extratificar.
b) "segundo o nível educacional" por secundariamente o nível educacional.
c) "Por esse critério" pela expressão Através desse critério.
d) "até" por até mesmo.

SOLUÇÃO:
**Até** e **até mesmo** se alternam no sentido de inclusão.

15. (CONTADOR – 1º/2002) Leia o texto abaixo, extraído da Revista VEJA, de 20.2.2002, e responda à questão.

"Depois da mudança na educação, as pessoas mergulharam para valer nos planos de saúde. Embora muitas empresas dessa área tenham enganado o consumidor, o modelo de financiamento é irreversível. Afinal, de que forma se vai pagar a conta da UTI? Para quem acredita em alternativas, uma informação: nos dois últimos anos de vida, o indivíduo gasta com saúde, em média, 50% de tudo o que desembolsou durante a vida inteira."

Fazendo adaptações do texto acima, o item que contém enunciado gramaticalmente **CORRETO** é:

a) Após a mudança na educação, mergulhou-se efetivamente nos planos de saúde.
b) Embora muitas empresas dessa área haja enganado o consumidor, o modelo de financiamento é irreversível.
c) Inclusive, de que forma se vai pagar a conta da UTI?
d) 50% de tudo o que desembolsou durante a vida inteira é gasto com saúde, em média, pelo indivíduo.

SOLUÇÃO:
Embora e posto que são conjunções concessivas. Muitos pensam que posto que tem valor causal, o que constitui erro.

16. (TÉCNICO – 1º/2002) Em "Até pouco tempo atrás, a prioridade era comprar a casa própria, o carro e o telefone. Agora, priorizam-se a educação, os planos de saúde e a previdência privada." (Revista VEJA, 20.2.2002), o item em que as duas palavras são acentuadas graficamente em decorrência da mesma regra é:

a) Até / própria.
b) atrás / saúde.
c) Até / atrás.
d) própria / saúde.

SOLUÇÃO:
Ambas as palavras são oxítonas terminadas regularmente (–a ou –e, seguidas ou não de –s).

17. (TÉCNICO – 1º/2002) Identifique o item **INCORRETO** quanto ao emprego do acento grave indicativo de crase, nos textos adaptados da Revista VEJA:

a) A Associação encomendou uma pesquisa qualitativa para sondar as preocupações da sociedade em relação à década futura.
b) As perguntas foram feitas às pessoas cuja renda se situa na faixa de 1800 a 7200 reais.
c) No fim do ano passado, realizou-se uma pesquisa nacional quantitativa à pedido de outra entidade.
d) Perguntados sobre quais prioridades dos candidatos à presidência atrairiam seu voto, os entrevistados apontaram "melhorar a saúde e a educação".

SOLUÇÃO:
No fim do ano passado, realizou-se uma pesquisa nacional quantitativa a pedido de outra entidade. (locução em que só ocorre um "a", preposição, sem artigo antes da palavra masculina "pedido", que exigiria artigo masculino "o".

18. (TÉCNICO – 1º/2002) O item em que é **INCORRETO** o emprego do verbo haver, nos textos adaptados da Revista VEJA, é:

a) Mas até entre os miseráveis houve algum ganho. No caso da classe média, ao contrário, houve perdas.
b) Muitas empresas, com a concorrência estrangeira, havia quebrado, outras tantas foram compradas por empresas multinacionais.
c) Há de haver mudanças econômicas que atinjam todos os brasileiros, do mais modesto ao mais rico.
d) A nova realidade nos havia sido ensinada "na marra".

SOLUÇÃO:
Verbo auxiliar; "muitas empresas" é sujeito, logo o verbo deve estar o plural: Muitas empresas haviam quebrado.

**CONSIDERE O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER AS TRÊS PRÓXIMAS QUESTÕES**

**Declara sua renda**

Sr. Diretor do Imposto de Renda:
O senhor me perdoe se venho molestá-lo. Não é consulta: é caso de consciência. Considerando o formulário para declaração de imposto de renda algo assimilável aos textos em caracteres cuneiformes, sempre me abstive religiosamente de preenchê-lo. Apenas dato e assino, entregando-o, imaculado como uma virgem, a um funcionário benévolo, a quem solicito:

"Bote aí o que quiser". Ele me encara, vê que não sou nenhum tubarão, rabisca uns números razoáveis, faz umas contas, conclui: "É tanto". Pago, e vivemos in love, o Fisco e eu. Mas este ano ocorreu-me uma dúvida, a primeira até hoje, em matéria de renda e de imposto devido. O bom funcionário não soube resolvê-la, ninguém na repartição o soube.

Minha dúvida, meu problema, Sr. Diretor, consiste na desconfiança de que sou, tenho sido a vida inteira um sonegador do Imposto de Renda. Involuntário, inconsciente, mas de qualquer forma sonegador. Posso alegar em minha defesa muita coisa: a legislação, embora profusa e até florestal, é omissa ou não explícita; os itens das diferentes cédulas não prevêem o caso; o órgão fiscalizador jamais cogitou disso; todo mundo está nas mesmas condições que eu, e ninguém se acusa ou reclama contra si mesmo. Contudo, não me conformo, e venho expor-lhe lealmente as minhas rendas ocultas.

A lei manda cobrar imposto a quem tenha renda líquida superior a determinada importância; parece claro que só tributam rendimentos em dinheiro. A seguir, entretanto, a mesma lei declara: "São também contribuintes as pessoas físicas que perceberem rendimentos de bens de que tenham a posse, como se lhes pertencessem." E aqui me vejo enquadrado e faltoso. Tenho a posse de inúmeros bens que não me pertencem e que desfruto copiosamente. Eles me rendem o máximo, e nunca fiz constar de minha declaração tais rendimentos.

Esses bens são: o Sol, para começar do alto (só a temporada de praia, neste verão que acabou, foi uma renda fabulosa); a Lua, que, vista do terraço ou da calçada da Avenida Atlântica, diante do mar, me rendeu milhões de cruzeiros-sonho: as árvores do Passeio Público e do Campo de Santana, que alguém se esqueceu de cortar; a montanha, as crianças brincando no play-ground ou a caminho da escola; em particular, três meninos que vêm e vão pelo ar, tão moleques e tão rendosos para este coração; as mangas, os chocolates comidos contra prescrição médica, um ou outro uísque sorvido com amigos, com calma calmíssima; os ventos de três poetas, um francês, um português e um brasileiro; certos prazeres como andar por andar, ver figura em edições de arte, conversar sem sentido e sem cálculo, um filmezinho como Le petit poison rouge, em que o gato salva o peixe para ser gentil com o canário, indicando um caminho aos senhores da guerra fria; e isso e aquilo e tudo mais de alta rentabilidade... não em espécie.

Estes os meus verdadeiros rendimentos, senhor; salários e dividendos não computados na declaração. Agora estou confortado porque confessei; invente depressa uma rubrica para incluir esses lucros e taxe-me sem piedade. Multe, se for o caso; pagarei feliz. Atenciosas saudações.

Carlos Drummond de Andrade. **Cadeira de Balanço. A vida de qualquer um**.

19. (CONTADOR – 2º/2003) De acordo com o texto, é **CORRETO** afirmar que:

a) Houve desonestidade na declaração de imposto de renda.
b) A sonegação de impostos refere-se a bens e rendimentos não computados na declaração.
c) Os bens mencionados são de natureza afetiva, logo subjetiva.
d) Há necessidade de criar uma rubrica específica e a taxa correspondente ao lucro obtido.

SOLUÇÃO:
Os bens mencionados são de natureza afetiva, logo subjetiva.
Este é o sentido do texto: nada é denotativo, portanto objetivo.

20. (CONTADOR – 2º/2003) Assinale o item que contém a associação semântica **INCORRETA**.

a) "textos em caracteres cuneiformes" (1º parágrafo) / escritos hieroglíficos.
b) "não sou nenhum tubarão" (1º parágrafo) / não sou nenhum inescrupuloso.
c) "legislação (...) florestal" (2º parágrafo) / leis complexas ou confusas.
d) "senhores da guerra fria" (4º parágrafo) / líderes de conflitos desarmados.

SOLUÇÃO:
"textos em caracteres cuneiformes" (1º parágrafo)/ aos escritos hieroglíficos
A associação é incorreta porque (Houaiss): escrita cuneiforme – que apresenta formato de cunha ('peça'); cuneano; hieróglifo – unidade ideográfica fundamental do sistema de escrita do antigo Egito, que aparece nas inscrições sobre os monumentos.

21. (CONTADOR – 2º/2003) O único enunciado **INCORRETO** quanto à norma culta da língua portuguesa é:

a) O senhor perdoe-me se o venho molestar.
b) Pago, e o Fisco e eu vivemos in love.
c) Me rendeu milhões de cruzeiro-sonhos.
d) Porque confessei, estou confortado agora.

SOLUÇÃO**:**
Me rendeu milhões de cruzeiro-sonhos.
O enunciado está incorreto, com o pronome "Me" proclítico, sem palavra de atração, além do plural equivocado, com flexão do segundo substantivo.

**CONSIDERE O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER AS TRÊS PRÓXIMAS QUESTÕES**

**Introdução (1ª parte)**

O exercício da cidadania pressupõe indivíduos que participem da vida comum. Organizados para alcançar o desenvolvimento do local onde vivem, devem exigir comportamento ético dos poderes constituídos e eficiência nos serviços públicos. Um dos direitos mais importantes do cidadão é o de não ser vítima da corrupção.

De qualquer modo que se apresente, a corrupção é um dos grandes males que afetam o poder público, principalmente o municipal. E também pode ser apontada como uma das causas decisivas da pobreza das cidades e do país.

A corrupção corrói a dignidade do cidadão, contamina os indivíduos, deteriora o convívio social, arruína os serviços públicos e compromete a vida das gerações atuais e futuras. O desvio de recursos públicos não só prejudica os serviços urbanos, como leva ao abandono obras indispensáveis às cidades e ao país. Ao mesmo tempo, atrai a ganância e estimula a formação de quadrilhas que podem evoluir para o crime organizado e o tráfico de drogas e armas. Um tipo de delito atrai o outro, e quase sempre estão associados. Além disso, investidores sérios afastam-se de cidadãos e regiões onde vigoram práticas de corrupção e descontrole administrativo.

Os efeitos da corrupção são perceptíveis na carência de verbas para obras públicas e para a manutenção dos serviços da cidade, o que dificulta a circulação de recursos e a geração de emprego e riquezas. Os corruptos drenam os recursos da comunidade, uma vez que tendem a aplicar o grosso do dinheiro desviado longe dos locais dos delitos para se esconderem da fiscalização da Justiça e dos olhos da população. (...)

Antoninho MarmoTrevisan e outros.**O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil**.

22. (TÉCNICO – 2º/2003) De acordo com o texto, é **INCORRETO** afirmar que:

a) A participação individual na vida comum é requisito para o exercício da cidadania.
b) Ética e eficiência no desenvolvimento da sociedade são direitos do cidadão.
c) A pobreza é um dos efeitos da corrupção.
d) A criminalidade, de modo geral, resulta da ganância decorrente da corrupção.

SOLUÇÃO:
Ética e eficiência no desenvolvimento da sociedade são direitos do cidadão.
O enunciado é **incorreto** por fundir várias idéias contidas nos seguintes períodos: "Organizados para alcançar o desenvolvimento do local onde vivem, devem exigir comportamento ético dos poderes constituídos e eficiência nos serviços públicos. Um dos direitos mais importantes do cidadão é o de não ser vítima da corrupção."

23. (TÉCNICO – 2º/2003) Assinale o item **INCORRETO** quanto aos sujeitos oracionais.

a) O sujeito de "se apresente" e "pode ser apontada", no segundo parágrafo, é "a corrupção".
b) No terceiro parágrafo, as cinco primeiras orações têm o mesmo sujeito.
c) Em relação a "podem evoluir para o crime organizado e o tráfico de drogas e armas", no terceiro parágrafo, o sujeito é "a formação de quadrilhas".
d) Emprega-se a vírgula, em "Um tipo de delito atrai o outro, e quase sempre estão associados" (terceiro parágrafo), para separar orações coordenadas ligadas pela conjunção e, quando os sujeitos forem diferentes.

SOLUÇÃO:
Em relação a "podem evoluir para o crime organizado e o tráfico de drogas e armas", o sujeito é "a formação de quadrilhas".
Item incorreto porque o sujeito é "que", referente a quadrilhas (cf. flexão de número: singular + plural).

24. (TÉCNICO – 2º/2003) Identifique o único enunciado **CORRETO** quanto à norma culta da língua portuguesa:

a) No primeiro parágrafo, os vocábulos "indivíduos", "constituídos" e "eficiência" são acentuados graficamente em decorrência da mesma regra gramatical.
b) No terceiro parágrafo, a expressão "Além disso" tem como variante Além disto.
c) A locução posto que substitui "uma vez que", usada no quarto parágrafo.
d) O uso de letra inicial maiúscula em "Justiça", no quarto parágrafo, resulta do emprego de um nome comum individuado.

SOLUÇÃO:
O uso de letra inicial maiúscula em "Justiça" resulta do emprego de um nome comum individuado
Trata-se da citação quase literal de Bechara, Rocha Lima e Aurélio.

**CONSIDERE O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER AS TRÊS PRÓXIMAS QUESTÕES**

**A Contabilidade como conhecimento**

A Contabilidade possui objeto próprio – o Patrimônio das Entidades – e consiste em conhecimentos obtidos por metodologia racional, com as condições de generalidade, certeza e busca das causas, em nível qualitativo semelhante às demais ciências sociais. A Resolução alicerça-se na premissa de que a Contabilidade é uma ciência social com plena fundamentação epistemológica. Por conseqüência, todas as demais classificações – método, conjunto de procedimentos, técnica, sistema, arte, para citarmos as mais correntes – referem-se a simples facetas ou aspectos da Contabilidade, usualmente concernentes à sua aplicação prática, na solução de questões concretas. (...)

O objeto delimita o campo de abrangência de uma ciência, tanto nas ciências formais quanto nas factuais, das quais fazem parte as ciências sociais. Na Contabilidade, o objeto é sempre o PATRIMÔNIO de uma Entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, como ocorre nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza, independentemente da sua finalidade, que pode, ou não, incluir o lucro. O essencial é que o patrimônio disponha de autonomia em relação aos demais patrimônios existentes, o que significa que a Entidade dele pode dispor livremente, claro que nos limites estabelecidos pela ordem jurídica e, sob certo aspecto, da racionalidade econômica e administrativa.

O Patrimônio também é objeto de outras ciências sociais – por exemplo, da Economia, da Administração e do Direito – que, entretanto, o estudam sob ângulos diversos daquele da Contabilidade, que o estuda nos seus aspectos quantitativos e qualitativos. A Contabilidade busca, primordialmente, apreender, no sentido mais amplo possível, e entender as mutações sofridas pelo Patrimônio, tendo em mira, muitas vezes, uma visão prospectiva de possíveis variações. As mutações tanto podem decorrer da ação do homem, quanto, embora quase sempre secundariamente, dos efeitos da natureza sobre o Patrimônio.

(Antônio Lopes de Sá. Princípios Fundamentais de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1985, p. 224 – 225.)

25. (CONTADOR – 1º/2004) De acordo com o texto, é **INCORRETO** afirmar que:

a) Em termos de funcionamento sintático, "objeto próprio" está para "o Patrimônio das Entidades", assim como "todas as demais classificações" está para "método, conjunto de procedimentos, técnica, sistema, arte".
b) A Contabilidade é uma ciência factual. Ora, as ciências sociais são ciências factuais. Logo, a Contabilidade é uma ciência social.
c) Considerar o Patrimônio (ou conjunto de bens de uma Entidade) como objeto da Contabilidade implica identificar nele a finalidade lucrativa.
d) O objetivo da Contabilidade é apreender e compreender as mutações que o Patrimônio sofre em decorrência das ações humanas e eventualmente dos efeitos da natureza sobre ele.

SOLUÇÃO:

a) Em termos de funcionamento sintático, "objeto próprio" está para "o Patrimônio das Entidades", assim como "todas as demais classificações" está para "método, conjunto de procedimentos, técnica, sistema, arte".
Justificativa: Afirmação correta: o segundo termo ("o Patrimônio das Entidades" e "método, conjunto de procedimentos, técnica, sistema, arte") exerce a função sintática de aposto do primeiro termo ("objeto próprio" e "todas as demais classificações"), em ambos os casos.
Conteúdo lingüístico: estrutura sintática – função de aposto

b) A Contabilidade é uma ciência factual. Ora, as ciências sociais são ciências factuais. Logo, a Contabilidade é uma ciência social.
Justificativa: O enunciado é um silogismo (raciocínio dedutivo estruturado formalmente por duas proposições, ou premissas, que geram uma terceira, a conclusão). No texto, a informação inicial é a conclusão ("a Contabilidade é uma ciência social"); em seguida, aparece a idéia da segunda premissa ("factuais, das quais fazem parte as ciências sociais); por último, inferir-se-ia a primeira premissa. Por isso, apesar de inversa à ordem do texto, a afirmação contida no item é correta.
Conteúdo semântico: explicitação e implicitação (pressupostos e subentendidos)

c) Considerar o Patrimônio (ou conjunto de bens de uma Entidade) como objeto da Contabilidade implica identificar nele finalidade lucrativa.
Justificativa: Afirmação **incorreta**: a definição contida entre parênteses é incompleta ("definido como um conjunto de bens, direitos e de obrigações para com terceiros, pertencente a uma pessoa física, a um conjunto de pessoas, como ocorre nas sociedades informais, ou a uma sociedade ou instituição de qualquer natureza,"); a implicação é falsa ("independentemente da sua finalidade, que pode, ou não, incluir o lucro.")
Conteúdo informacional: ruptura dos princípios da quantidade e da qualidade

d) O objetivo da Contabilidade é apreender e compreender as mutações que o Patrimônio sofre em decorrência das ações humanas e eventualmente dos efeitos da natureza sobre ele.
Justificativa: Afirmação correta: implica correlacionar os conteúdos: semântico ("O objetivo da Contabilidade" **equivalente a** "A Contabilidade busca"), sintático (voz ativa em "que o Patrimônio sofre" **equivalente à** voz passiva "sofridas pelo Patrimônio") e morfológico (substantivo "decorrência" equivalente a verbo "podem decorrer"; adjetivo "humanas" **equivalente à** locução "do homem"; advérbio "eventualmente" **equivalente à** locução adverbial "quase sempre secundariamente"; pronome pessoal "ele" **equivalente a** substantivo "Patrimônio)".
Conteúdo semântico (sinonímia), sintático (vozes verbais) e morfológico (equivalência entre classes e termos simples e locucionais).

26. (CONTADOR – 1º/2004) No texto, é semântica e gramaticalmente correta a substituição feita pelo vocábulo sublinhado em:

a) “consiste em conhecimentos obtidos mediante metodologia racional”.
b) “busca pelas causas”.
c) “a nível qualitativo”.
d) “alicerça-se sob a premissa”.

SOLUÇÃO:
Objetivo da questão: compreensão textual
No texto, é semântica e gramaticalmente correta a substituição feita pelo vocábulo sublinhado em:
a) “consiste em conhecimentos obtidos mediante metodologia racional”.
Justificativa: Item **correto**: a preposição acidental “mediante” equivale a “por”
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete mediante
“preposição
por meio de, por intermédio de
Ex.: m. o seu pedido, espero ser atendido “
Conteúdo lingüístico: emprego de preposições essenciais e acidentais
b) “busca pelas causas”.
Justificativa:Item incorreto: erro de regência (busca de)
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete busca
Conteúdo lingüístico: emprego de preposições essenciais
c) “a nível qualitativo”.
Justificativa: Item incorreto: galicismos – erro de regência (em nível ou ao nível)
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete nível
Conteúdo lingüístico: emprego de preposições essenciais
d) “alicerça-se sob a premissa”.
Justificativa: Item incorreto: emprego incorreto de preposição, relativamente ao sentido do verbo – alicerçar em (interioridade) ou sobre (posição acima de)
Conteúdo lingüístico: emprego de preposições essenciais

27. (CONTADOR – 1º/2004) Assinale a associação semântica correta de acordo com o texto.

a) “premissa” / prerrogativa
b) “epistemológica” / epistêmica
c) “concernentes” / concertantes
d) “prospectiva” / aproximada

SOLUÇÃO:
Objetivo da questão: compreensão textual
a) “premissa” / prerrogativa
Justificativa: Item incorreto: não há sinonímia.
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete premissa
- substantivo feminino
1 Rubrica: lógica.
cada uma das proposições que compõem um silogismo e em que se baseia a conclusão
2 Derivação: por extensão de sentido.
ponto ou idéia de que se parte para armar um raciocínio
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete prerrogativa
- substantivo feminino
2 direito especial, inerente a um cargo ou profissão
Ex.: p. do Congresso, do presidente da República
3 privilégio ou vantagem que possuem os indivíduos de uma determinada classe ou espécie; apanágio, regalia
b) “epistemológica” / epistêmica
Justificativa: Item correto: há sinonímia.
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete epistemológico
- adjetivo
relativo à epistemologia, à teoria do conhecimento; epistêmico
Ex.: princípios e.

c) “concernentes” / concertantes
Justificativa: Item incorreto: não há sinonímia.
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete concernente
- adjetivo de dois gêneros
1 que tem relação com
Ex.: a questão aventada não é c. ao tema
2 que cabe (a alguém ou algo)
Ex.: agradeço os elogios c. à minha pessoa
3 que interessa ou importa
Ex.: esta dor só a nós é c., portanto não se intrometam
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete concertante
- adjetivo de dois gêneros
que concerta
1 que batalha, que litiga; combativo
2 que concilia; concordante, harmonizador
3 que combina, pactua, ajusta
4 que compõe, que orna, que enfeita
5 que harmoniza; harmonioso, musical
d) “prospectiva” / aproximada
Justificativa:Item incorreto: não há sinonímia
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete prospectivo
- adjetivo
1 que vê ou tenta ver adiante; que lança os olhos sobre o futuro
2 relativo ao futuro
Ex.: visão p.
3 suposto, possível; esperado
Ex.: os meus eleitores p.
4 (c1970)
relativo à preparação e/ou à previsão do futuro quanto à economia, à tecnologia, ao plano social etc.; futurológico
Ex.: carecemos de uma política p. de ação quanto às energias alternativas
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete aproximado
- adjetivo
1 que se aproximou ou se avizinhou; próximo
2 comparado com; confrontado
3 Rubrica: filosofia.
que, embora possa ser considerado válido, não adquiriu caráter definitivo, por ser passível de se adequar ainda mais perfeitamente ao seu objeto (diz-se de conhecimento)
Conteúdo semântico: sinonímia

**CONSIDERE O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER AS TRÊS PRÓXIMAS QUESTÕES**

**A Evolução da Contabilidade**

Costuma-se dizer que a Contabilidade é tão antiga quanto a origem do homem. Se abrirmos a Bíblia no seu primeiro Livro, Gênesis, entre outras passagens que sugerem a Contabilidade, observamos uma “competição” no crescimento da riqueza (rebanho de ovelhas) entre Jacó e seu sogro Labão (± 4.000 a.C.). Se a riqueza de Jacó crescia mais do que a de Labão, para se conhecer este fato era necessário um controle quantitativo, por mais rudimentar que fosse.

Também são conhecidos cuneiformes em cerâmicas que relatavam as transações entre egípcios e babilônicos, destacando-se pagamentos de salários e impostos (± 3.000 a.C.).

A Contabilidade, entretanto, vai atingir a sua maturidade entre o século XIII a XVI d.C. (comércio com as Índias, burguesia, renascimento, mercantilismo etc.), consolidando-se com o trabalho elaborado pelo frade franciscano Frei Luca Pacioli, que publicou na Itália, em 1494, um tratado sobre Contabilidade que ainda hoje é de grande utilidade no meio contábil. Assim nasceu a Escola Italiana de Contabilidade, que dominou o cenário mundial até o início deste século.

O desenvolvimento da Contabilidade foi notório nos Estados Unidos, em nosso século, principalmente após a Depressão de 1929, com a acentuação de pesquisas nesta área, para melhor informar o usuário da Contabilidade. A ascensão cultural e econômica dos EUA, o crescimento do mercado de capitais e, conseqüentemente, da Auditoria, a preocupação em tornar a Contabilidade algo útil para a tomada de decisão, a atuação acentuada do Instituto de Contadores Públicos Americanos, a clareza didática da exposição dos autores em Contabilidade foram, entre outros, os fatores que contribuíram para a formação da Escola Contábil Americana, que domina o nosso cenário atual.

(José Carlos Marion. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 1982. p. 42 – 43. Com adaptações.)

28. (TÉCNICO – 1º/2004) De acordo com o texto, é **INCORRETO** afirmar que:

a) Transações financeiras entre egípcios e babilônicos são as evidências mais antigas de registros contábeis.
b) O "comércio com as Índias", a "burguesia", o "renascimento" e o "mercantilismo" ocorreram nos mais de três séculos durante os quais a Contabilidade se consolidou.
c) A Escola Italiana de Contabilidade dominou o cenário mundial até o início do século passado.
d) Ainda se identificam na Contabilidade atual os efeitos do desenvolvimento norte-americano após a segunda década do século XX.

SOLUÇÃO:
Objetivo da questão: compreensão textual
a) Transações financeiras entre egípcios e babilônicos são as evidências mais antigas de registros contábeis.
Justificativa: Afirmação **incorreta**: o texto informa que estas transações ocorreram em ± 3.000 a.C., posteriores à referência bíblica, relativa a ± 4.000 a.C.
Conteúdo semântico: implicitação – depreensão de subentendidos
b) O "comércio com as Índias", a "burguesia", o "renascimento" e o "mercantilismo" ocorreram nos mais de três séculos durante os quais a Contabilidade se consolidou.
Justificativa: Afirmação correta: o texto informa que a "Contabilidade, entretanto, vai atingir a sua maturidade entre o século XIII a XVI d.C. (comércio com as Índias, burguesia, renascimento, mercantilismo etc.). Há necessidade de contar a quantidade de séculos e de compreender o emprego dos parênteses.
Conteúdo semântico: implicitação (quantificação subentendida) e pontuação
c) A Escola Italiana de Contabilidade dominou o cenário mundial até o início do século passado.
Justificativa: Afirmação correta: o texto informa que: "Assim nasceu a Escola Italiana de Contabilidade, que dominou o cenário mundial até o início deste século.", referindo-se à data em que foi escrito.
Conteúdo semântico: referência – sistema pronominal demonstrativo (anafórico)
d) Ainda se identificam na Contabilidade atual os efeitos do desenvolvimento norte-americano após a segunda década do século XX.
Justificativa: Afirmação correta: o texto informa que: "O desenvolvimento (desenvolvimento) da Contabilidade foi notório(se identificam) nos Estados Unidos (norte-americano), em nosso século (século XX), principalmente após a Depressão de 1929 (após a segunda década)", e "os fatores que contribuíram (efeitos) para a formação da Escola Contábil Americana, que domina o nosso cenário atual (Contabilidade atual)."
Conteúdo semântico: correspondência entre sentido e expressão lingüística

29. (TÉCNICO – 1º/2004) Identifique o item que contém a afirmativa **INCORRETA**.

a) "Gênesis" e genética são palavras que têm a mesma origem, daí decorrendo a proximidade de significados.
b) A palavra "competição" está grafada entre aspas para indicar que foi usada em sentido figurado.
c) Em "cenário mundial" e "cenário atual", emprega-se a palavra sublinhada por extensão de sentido.
d) A forma "EUA" constitui a abreviatura de "Estados Unidos", usada para evitar a repetição do nome do país em que se formou importante escola de Contabilidade.

SOLUÇÃO:
Objetivo da questão: compreensão textual
a) "Gênesis" e **genética** são palavras que têm a mesma origem, daí decorrendo a proximidade de significados.
Justificativa: Afirmação correta: os dois vocábulos partem do grego génesis,eós. Quanto à significação, o Gênesis é o livro da criação e a genética é a ciência que estuda os genes, unidades fundamentais da hereditariedade.
Conteúdo lingüístico: estrutura de palavras
b) A palavra "competição" está grafada entre aspas para indicar que foi usada em sentido figurado.
Justificativa: Afirmação correta: as aspas são um sinal gráfico usado para realçar certas palavras ou expressões, sentidos figurados, gírias etc.
Conteúdo lingüístico: pontuação
c) Em "cenário mundial" e "cenário atual", emprega-se a palavra sublinhada por extensão de sentido.
Justificativa: Afirmação correta: "cenário", no texto, tem emprego conotativo, apesar de usual no português contemporâneo.
Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa – verbete cenário
Derivação: por extensão de sentido.
lugar em que se desenrola algum fato; palco
Ex.: esta praça já foi c. de um massacre
Conteúdo lingüístico: conotação e denotação
d) A forma "EUA" constitui uma abreviatura de "Estados Unidos", usada para evitar a repetição do nome do país em que se formou importante escola de Contabilidade.
Justificativa: Afirmação **incorreta**: trata-se de abreviatura de Estados Unidos da América; o objetivo do uso não é evitar a repetição, mas promover a economia lingüística. A abreviatura é a redução, fixa na língua escrita e de uso geral, de uma palavra ou locução.
Conteúdo lingüístico: formação de palavras

30. (TÉCNICO – 1º/2004) De acordo com o texto, é **CORRETO** afirmar que:

a) A Bíblia é um livro que tem vários Livros.
b) No Gênesis, a passagem que define a Contabilidade é a disputa entre Jacó e Labão.
c) A "Depressão de 1929" foi um dos grandes acidentes naturais do século XX.
d) São cinco os fatores que contribuíram para a formação da Escola Contábil Americana.

SOLUÇÃO:
Objetivo da questão: compreensão textual
a) A Bíblia é um livro que tem vários Livros.
Justificativa: Afirmação **correta**: o texto informa que o Gênesis é o "seu [da Bíblia] primeiro Livro", o que requer a compreensão de numerais, além do valor do emprego de maiúsculas.
Conteúdo lingüístico: grafia (emprego de maiúsculas); estrutura morfossintática (sistema de numerais ordinais)
b) No Gênesis, a passagem que define a Contabilidade é a disputa entre Jacó e Labão.
Justificativa: Afirmação incorreta: a compreensão do texto intercalado (portanto destacado) "entre outras passagens que sugerem a Contabilidade" leva à rejeição ao artigo definido "a passagem", ao lado da substituição da forma verbal "sugerem", marcada pelo traço semântico da 'incerteza', por "define", com o traço semântico da 'certeza'.
Conteúdo semântico: individuação (pelo emprego do artigo) e certificação (pela seleção vocabular)
c) A "Depressão de 1929" foi um dos grandes acidentes naturais do século XX.
Justificativa: Afirmação incorreta: o texto não dá qualquer evidência de que "depressão" tenha sentido denotativo (cova ou cavidade de pequena profundidade, em uma superfície qualquer). A maiúscula indica substantivo próprio que, mesmo não sendo do conhecimento do leitor, elimina a aceitação da afirmativa.
Conteúdo semântico: inferência inadequada.
d) São cinco os fatores que contribuíram para a formação da Escola Contábil Americana.
Justificativa: Afirmação incorreta: o texto enumera cinco fatores (que, em si mesmos, podem desdobrar-se): "A ascensão cultural e econômica dos EUA, o crescimento do mercado de capitais e, conseqüentemente, da Auditoria, a preocupação em tornar a Contabilidade algo útil para a tomada de decisão, a atuação acentuada do Instituto de Contadores Públicos Americanos, a clareza didática da exposição dos autores em Contabilidade", mas afirma que "foram, entre outros, os fatores que", logo, há mais que cinco fatores.
Conteúdo lingüístico: conectivos e expressões intercaladas

**CONSIDERE O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER AS TRÊS PRÓXIMAS QUESTÕES**

**O perdulário municipalismo brasileiro**

À parte a corrupção, o municipalismo brasileiro é um caso único no mundo. Ele combina a tradição de descentralização administrativa que caracteriza os países europeus com a dependência de recursos federais típica da federação brasileira. Com isso, os prefeitos escapam da fiscalização direta de suas contas e sentem-se à vontade para aumentar gastos na certeza de que o salvamento virá dos cofres federais. A Constituição de 1988 deu às Assembléias Legislativas estaduais o poder de criar municípios, antes uma prerrogativa da União. Desde então, a multiplicação do número de cidades no Brasil tornou-se uma farra. "Mais de 1000 municípios foram criados nos últimos doze anos. A maioria deles sem nenhuma justificativa econômica", diz o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, da consultoria Tendências. O peso do sistema municipal nas contas nacionais só cresceu em ritmo menor do que o do déficit previdenciário. Mas, ao contrário dele, o custo de manter as atuais prefeituras e criar novas cidades no Brasil tende a crescer. "Sua dinâmica é de um câncer", diz Maílson. O Brasil tem o sistema municipalista mais adubado com verbas federais do mundo – e mesmo assim os prefeitos são os maiores pidões da República. As prefeituras brasileiras rateiam entre si 15% de toda a arrecadação nacional. A média mundial é de 6%. No México, por exemplo, a União fica com 97% da arrecadação. Estados e municípios dividem os restantes 3%. "Agora os prefeitos brasileiros reivindicam também participação nos tributos aos quais eles não têm direito por lei e que já chegam a 40% da arrecadação da União", diz Maílson. Ele alerta: "Se essa bandeira deles vingar, o desequilíbrio fiscal vai se acentuar de maneira ainda mais dramática no Brasil".

Alexandre Oltramari, Leandra Peres e Malu Gaspar. **Veja**. Nº 1851, 28 de abril de 2004, p. 40.

31. (CONTADOR – 2º/2004) De acordo com o texto, é **INCORRETO** afirmar que:

a) São proporcionais as relações entre tradição de descentralização administrativa / países europeus e dependência de recursos federais / Estados do Brasil.
b) A fiscalização imperfeita das prefeituras propicia crescimento de gastos municipais.
c) O peso do sistema municipal define-se na razão inversa ao déficit previdenciário.
d) O rateio da arrecadação nacional entre as prefeituras brasileiras é nove pontos percentuais maior que a média mundial e o quíntuplo do percentual de recursos destinados às prefeituras mexicanas.

SOLUÇÃO:
a) São proporcionais as relações entre tradição de descentralização administrativa / países europeus e dependência de recursos federais / Estados do Brasil.
Justificativa – correta: Literalmente, com construção paralelística – "Ele combina a tradição de descentralização administrativa que caracteriza os países europeus com a dependência de recursos federais típica da federação brasileira."
b) A fiscalização imperfeita das prefeituras propicia crescimento de gastos municipais.
Justificativa – correta: "Com isso, os prefeitos escapam da fiscalização direta de suas contas e sentem-se à vontade para aumentar gastos na certeza de que o salvamento virá dos cofres federais." Reescritura aproximada do texto-base.
c) O peso do sistema municipal define-se na razão inversa ao déficit previdenciário.
Justificativa – **incorreta**: "O peso do sistema municipal nas contas nacionais só cresceu em ritmo menor do que o do déficit previdenciário." – Se cresceu menos, é porque cresceu, logo, estão no mesmo ritmo, o que caracteriza a razão direta.
"Mas, ao contrário dele, o custo de manter as atuais prefeituras e criar novas cidades no Brasil tende a crescer." – Aqui, sim, se menciona a razão inversa, mas trata-se da manutenção das atuais prefeituras e da criação de novas cidades.
Trata-se do cruzamento de informações, portanto, erradas.
d) O rateio da arrecadação nacional entre as prefeituras brasileiras é nove pontos percentuais maior que a média mundial e o quíntuplo dos recursos destinados às prefeituras mexicanas.
Justificativa – correta: "As prefeituras brasileiras rateiam entre si 15% de toda a arrecadação nacional. A média mundial é de 6%. No México, por exemplo, a União fica com 97% da arrecadação. Estados e municípios dividem os restantes 3%."
15% (Brasil) – 6% (mundo) = 9%
3% (México) x 5 = 15% (Brasil)

32. (CONTADOR – 2º/2004) De acordo com o texto, é **CORRETO** afirmar que:

a) Desde 2003, o ex-ministro Maílson da Nóbrega verificou a criação média de mais de oitenta municípios.
b) Os prefeitos brasileiros reivindicam mais 60% do restante arrecadado pela União, com base no direito legal de participação nos tributos federais.
c) O ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega alerta para a bandeira de vingança das prefeituras brasileiras.
d) Nenhum desequilíbrio crescerá mais que o fiscal, o que provocará uma dramática conseqüência nas finanças dos prefeitos no Brasil.

SOLUÇÃO:
a) Desde 2003, o ex-ministro Maílson da Nóbrega verificou a criação média de mais de oitenta municípios por ano.
Justificativa – **correta**: "Mais de 1000 municípios foram criados nos últimos doze anos."
1000 / 12 = 83
b) Os prefeitos brasileiros reivindicam mais 60% do restante arrecadado pela União, com base no direito legal de participação nos tributos federais.
Justificativa – incorreta: "Agora os prefeitos brasileiros reivindicam também participação nos tributos aos quais eles não têm direito por lei e que já chegam a 40% da arrecadação da União": o texto informa o percentual de 40, não de 60%, sem que exista qualquer base legal.
c) O ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega alerta para a bandeira de vingança das prefeituras brasileiras.
Justificativa – incorreta: afirmação despropositada: "Se essa bandeira deles vingar", diz o texto, mas vingar não tem relação com vingança e, sim, com **ser bem sucedida**.
d) Nenhum desequilíbrio crescerá mais que o fiscal, o que provocará uma dramática conseqüência nas finanças dos prefeitos no Brasil.
Justificativa – incorreta: Diz o ex-ministro que "o desequilíbrio fiscal vai se acentuar de maneira ainda mais dramática no Brasil". A afirmativa não tem qualquer relação com o que o item propõe, a não ser pela coincidência de palavras: desequilíbrio, fiscal, dramática, Brasil. Não há referência às finanças dos prefeitos.

33. (CONTADOR – 2º/2004) No texto, é semântica e gramaticalmente **CORRETO** afirmar que:

a) O vocábulo "perdulário" é sinônimo de usurário.
b) "À parte a corrupção" equivale a a par da corrupção.
c) A locução no entanto equivale a "Ao contrário dele".
d) Apesar disso substitui "mesmo assim".

SOLUÇÃO:
a) O vocábulo "perdulário" é sinônimo de usurário.
Justificativa – incorreta: O vocábulo usurário é antônimo de perdulário.
adjetivo

1 em que há usura
2 que faz empréstimos com usura; agiota, onzenário
3 Derivação: por extensão de sentido. Uso: informal.
que não é generoso, é demasiadamente apegado a bens materiais, a dinheiro; avaro, mesquinho, sovina
b) "À parte a corrupção" equivale a a par da corrupção.
Justificativa – incorreta: As locuções são praticamente antônimas.
à par
1 separadamente, isoladamente, particularmente; de parte
a par
1 junto um do outro, par a par
Exemplo: remavam a p. todas as manhãs
2 ao mesmo tempo; simultaneamente, par a par, par e par, par em par
3 Rubrica: economia.
ver ao par
ao par de
ao lado de;
ao mesmo tempo; a par de
c) A locução no entanto equivale a "Ao contrário dele".
Justificativa – incorreta: No entanto é locução conjuntiva adversativa e seu emprego é incompatível com a conjunção mas. Além disso, não há equivalência semântica, até mesmo por causa do emprego de "ele".
d) Apesar disso substitui "mesmo assim".
Justificativa – **correta**: A equivalência está dicionarizada.
mesmo assim
apesar disso

**CONSIDERE O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER AS TRÊS PRÓXIMAS QUESTÕES**

**Qual o futuro da Contabilidade na nova economia?**

Em artigo intitulado "Responsabilidade social dos contabilistas", no informativo DELECON, há referência a uma pesquisa efetuada em sessenta empresas de porte do País, da qual participaram cerca de duzentos operários. Uma das conclusões daquela pesquisa é muito triste e preocupante, exigindo não apenas uma conscientização mas a tomada de uma posição de cada profissional da área contábil. Eis a referida conclusão: **"O trabalhador é cético com relação aos resultados econômicos que a empresa divulga. Apenas a metade acredita neles"**. (...) Na publicação mensal CRC-SP em Notícia, o presidente daquela casa ressalta: "A responsabilidade do contabilista é de tal monta que ele assina esses demonstrativos e, com essa assinatura, está afirmando, publicamente, que as informações são verdadeiras. Ora, como é possível, então, que muitas vezes os próprios empregados da empresa não acreditem na veracidade dessas informações? Temos de encontrar respostas corretas para esta indagação e tudo fazer para resolver o problema. Uma das causas é o fato de o contabilista não se comunicar com os gerentes, chefes e responsáveis por várias áreas da empresa. Fecha-se na Controladoria ou na Contabilidade – que nome venha a ter a sua área na empresa em que preste serviços – e se converte numa figura obscura e, sabemos, quem não vende seu peixe não pode esperar que os outros o comprem, ou o aceitem espontaneamente".

Identificamos, pois, alguns desafios para a profissão:

– marketing contábil;
– globalização da Contabilidade;
– postura diante da nova economia;
– novos padrões contábeis.

Nessas publicações diferentes, de órgãos de classes e de profissionais absolutamente sérios, entre muitas outras, podemos constatar pontos profundamente preocupantes, que nos levam obrigatoriamente a olhar criticamente para a nossa profissão no Brasil. Levam-nos a buscar melhor autoconhecimento. Levam-nos a responder a perguntas como: Quem somos nós? O que fazemos? Para onde estamos indo? O que estamos agregando de valor para os nossos usuários? Nesse nível, como podemos entrar nos novos cenários?

Esses são alguns desafios dos nossos dias, desde a pequena empresa até os grandes problemas contábeis. Você está convidado a trilhar esses novos caminhos.

José Carlos Marion e Aderbal Nicolas Müller. In: **Revista Mineira de Contabilidade**.
Belo Horizonte: CRCMG, 2º semestre de 2002, ano III, nº 7, p. 34 – 37.
(adaptado)

34. (TÉCNICO – 2º/2004) De acordo com o texto, é **CORRETO** afirmar que:

a) O informativo DELECON fez uma pesquisa relativa ao grau de credibilidade do contabilista.
b) Segundo a pesquisa, aproximadamente cem, em um grupo formado pelo dobro de trabalhadores, disseram crer nos resultados econômicos de sua empresa.
c) O porte das mais de cinco dúzias de empresas pesquisadas foi irrelevante para os resultados da pesquisa.
d) A conclusão da pesquisa é surpreendente e inconsistente.

SOLUÇÃO:
a) O informativo DELECON fez uma pesquisa relativa ao grau de credibilidade do contabilista.
Justificativa – incorreta: Não foi o informativo que fez a pesquisa; um artigo ali publicado refere-se a ela: "Em artigo intitu lado"Responsabilidade social dos contabilistas", no informativo DELECON, há referência a uma pesquisa (...)"
b) Segundo a pesquisa, aproximadamente cem, em um grupo formado pelo dobro de trabalhadores, disseram crer nos resultados econômicos de sua empresa.
Justificativa – **correta**: Duzentos trabalhadores participaram da pesquisa: "da qual participaram cerca de duzentos operários (...)". Cem participantes acreditam na informação: "Eis a referida conclusão: **'O trabalhador é cético com relação aos resultados econômicos que a empresa divulga. Apenas a metade acredita neles'**."
c) O porte das mais de cinco dúzias de empresas pesquisadas foi irrelevante para os resultados da pesquisa.
Justificativa –incorreta: É exatamente o porte das empresas que sustenta a relevância da conclusão; além disso, ela foi feita com cinco dúzias (não mais) de empresas: "efetuada em sessenta empresas de porte do País".
d) A conclusão da pesquisa é surpreendente e inconsciente.
Justificativa – inocrreta: Não há indícios de que uma das conclusões, não a conclusão surpreendeu, tampouco que ela é inconsciente, mas, sim, que ela exige conscientização: "Uma das conclusões daquela pesquisa é muito triste e preocupante, exigindo não apenas uma conscientização mas a tomada de uma posição de cada profissional da área contábil".

35. (TÉCNICO – 2º/2004) De acordo com o texto, é **INCORRETO** afirmar que:

a) A assinatura do contabilista é a garantia da veracidade dos demonstrativos da empresa.
b) A falta de comunicação entre o contabilista e as outras áreas da empresa é a causa do descrédito das informações contábeis.
c) Marketing, globalização e novos padrões profissionais são desafios atuais para a Contabilidade.
d) O autoconhecimento gera o olhar crítico que leva à seriedade e à preocupação profissionais.

SOLUÇÃO:
a) A assinatura do contabilista é a garantia da veracidade dos demonstrativos da empresa.
Justificativa – correta: Quase literal: "A responsabilidade do contabilista é de tal monta que ele assina esses demonstrativos e, com essa assinatura, está afirmando, publicamente, que as informações são verdadeiras".
b) A falta de comunicação entre o contabilista e as outras áreas da empresa é a causa do descrédito das informações contábeis.
Justificativa – correta: Quase literal: "Uma das causas é o fato de o contabilista não se comunicar com os gerentes, chefes e responsáveis por várias áreas da empresa".
c) Marketing, globalização e novos padrões profissionais são desafios atuais para a Contabilidade.
Justificativa – correta: Quase literal: "Identificamos, então, alguns desafios para a profissão:
- "marketing contábil;
- globalização da Contabilidade;
- postura diante da nova economiaa;
- novos padrões contábeis."
d) O autoconhecimento gera o olhar crítico que leva à seriedade e à preocupação profissionais.
Justificativa – **incorreta**: Esta informação não consta no texto: "Nessas publicações diferentes, de órgãos de classes e de profissionais absolutamente sérios, entre muitas outras, podemos constatar pontos profundamente preocupantes, e que nos levam obrigatoriamente que nos levam obrigatoriamente a olhar criticamente para a nossa profissão no Brasil. Levam-nos a buscar um melhor autoconhecimento." Repetem-se, apenas, as palavras: autoconhecimento, olhar, criticamente, sérios, preocupantes.

36. (TÉCNICO – 2º/2004) Assinale o dito popular que **NÃO** se aplica a "quem não vende seu peixe não pode esperar que os outros o comprem, ou o aceitem espontaneamente".

a) Não basta dar um peixe ao homem; é preciso ensiná-lo a pescar.
b) A propaganda é a alma do negócio.
c) Não basta à galinha pôr o ovo; ela tem que cacarejar.
d) Quem não se comunica se trumbica.

SOLUÇÃO:
a) Não basta dar um peixe ao homem; é preciso ensiná-lo a pescar.
Justificativa – **não se aplica**: Este é o único dito popular que não faz alusão à necessidade de comunicação, de divulgação.
b) A propaganda é a alma do negócio.
Justificativa – se aplica: É essencial divulgar o negócio.
c) Não basta à galinha pôr o ovo; ela tem que cacarejar.
Justificativa – se aplica: É necessário anunciar o feito.
d) Quem não se comunica se trumbica.
Justificativa – se aplica: A falta de comunicação provoca efeito negativo (sai-se mal).

## CONHECIMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA - SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

37. (CONTADOR – 1º/2000) Assinale a alternativa **CORRETA**:

a) Cessão é o ato de ceder.
b) Seção é o ato de ceder.
c) Cesão é o ato de ceder.
d) Ceção é o ato de ceder.

38. (CONTADOR – 1º/2000) A remuneração paga aos sócios de empresa, ou ao titular de firma individual, denomina-se:

a) Prolabore.
b) Pró-Labore.
c) Honorários.
d) Salário de sócio e/ou titular.

39. (CONTADOR – 1º/2000) Assinale a frase **CORRETA**:

a) Um extranho ameaçou-me com a arma.
b) Um extranho ameaçou-me com a tua arma.
c) Um extranho ameaçou-me com sua arma.
d) Um estranho ameaçou-me com uma arma.

40. (TÉCNICO – 1º/2000) Passe para o **discurso indireto** a seguinte frase "Ela pediu: entre nesta casa":

a) Ela pediu-me que entre à casa.
b) Ela me pediu para que entre para à casa.
c) Ela me pediu que entrasse naquela casa.
d) Ela pediu-me que entre para casa.

41. (TÉCNICO – 2º/2000) Marque a alternativa em que todas as palavras da série estejam **CORRETAS**:

a) Jurídico, marques, ambar, reino.
b) Rêde, cútis, egoísmo, tênis.
c) Saci, ponei, câncer, caquí.
d) Gaúcho, carbônico, saúde, cútis.

42. (TÉCNICO – 2º/2000) Complete as frases com uma das alternativas:

O cargo _____ aspirava estava vago. Pediu, então, ao chefe que _____ ajudasse a obtê-lo.

a) Que - Lhe.
b) Que - O.
c) o qual - Lhe.
d) a que - O.

43. (TÉCNICO – 2º/2000) Assinale a frase em que **NÃO** deve haver o sinal de crase:

a) As parasitas vivem a custa da árvore a que se apegam.
b) A estas horas e a pé não encontrará remédio nenhum.
c) Ando a procura de quem foi a escola buscar o diploma.
d) O jogo de futebol começara as quatro.

44. (TÉCNICO – 2º/2000) Marque a frase em que a colocação do pronome está **INCORRETA**:

a) Até lá muitos já ter-se-ão arrependido.
b) Os amigos tinham-se revoltado.
c) Você tem-se governado com sabedoria.
d) Ter-lhe-ia sido nociva alguma de minhas ordens?

45. (TÉCNICO – 2º/2000) Marque a frase **CORRETA**:

a) Já vai fazer cinco anos que estou em Brasília.
b) Falta apenas dois meses do término do ano letivo.
c) Não faltou repórteres para entrevistar os recém-casados.
d) Não podiam haver mais desculpas.

46. (TÉCNICO – 2º/2000) Marque o **ANTÔNIMO** de epílogo:

a) Desfecho.
b) Faixa.
c) Prólogo.
d) Remate.

47. (CONTADOR – 2º/2000) Marque o **ANTÔNIMO** de abonar:

a) Desorientar.
b) Desacreditar.
c) Afiançar.
d) Repartir.

48. (CONTADOR – 1º/2001) Algumas palavras em português são acentuadas quando usadas no singular e não o são quando flexionadas no plural. Marque a alternativa onde esta afirmativa se confirma:

a) Vírus, beribéri, bênção.
b) Convés, caráter, revés.
c) Vintém, armazém, avô.
d) Tênue, ciúme, fácil.

49. (CONTADOR – 1º/2001) Marque a frase em que a colocação do pronome está **INCORRETA**:

a) Romano, escuta-me.
b) Não me vejo calar.
c) Não devo calar-me.
d) Não vejo-a há muito tempo.

50. (CONTADOR – 1º/2001) A oração abaixo grifada é:

**Parece que a solidão** expande seus limites.

a) Apositiva.
b) Objetiva direta.
c) Predicativa.
d) Subjetiva.

51. (CONTADOR – 1º/2001) Marque na frase abaixo qual o vício de linguagem que se apresenta:

"Vi ele" na rua:

a) Italianismo.
b) Solecismo.
c) Arcaísmo.
d) Hibrismo.

52. (TÉCNICO – 1º/2001) Marque a frase em que a colocação do pronome está **INCORRETA**:

a) Não vejo-a há muito tempo.
b) Romano, escuta-me.
c) Não me vejo calar.
d) Não devo calar-me.

53. (TÉCNICO – 1º/2001) Marque o **ANTÔNIMO** de magnanimidade:

a) Generosidade.
b) Liberalidade.
c) Longanimidade.
d) Mesquinhez.

## Gabarito das questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | A | **2** | A | **3** | A | **4** | A | **5** | A | **6** | A |
| **7** | A | **8** | A | **9** | A | **10** | A | **11** | A | **12** | A |
| **13** | C | **14** | D | **15** | B | **16** | C | **17** | C | **18** | B |
| **19** | C | **20** | A | **21** | C | **22** | B | **23** | C | **24** | D |
| **25** | C | **26** | A | **27** | B | **28** | A | **29** | D | **30** | A |
| **31** | C | **32** | A | **33** | D | **34** | B | **35** | D | **36** | A |

## Gabarito das questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **37** | A | **38** | B | **39** | D | **40** | C | **41** | D | **42** | D |
| **43** | B | **44** | A | **45** | A | **46** | C | **47** | B | **48** | B |
| **49** | D | **50** | D | **51** | B | **52** | A | **53** | D | | |

# Matemática

## MATEMÁTICA - COM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

1. (CONTADOR – 1º/2001) Qual deve ser o acréscimo a ser dado, no valor final do produto, com 12% de ICMs incluso, se este for alterado para 18% e a empresa mantiver o mesmo valor do produto sem o imposto citado.

a) 6,00%.
b) 6.57%.
c) 7,32%.
d) 5,40%.

SOLUÇÃO**:**
Seja : Vp - Valor do produto sem ICMs
Vf1 - Valor final com ICMs de 12% embutido
Vf2 - Valor final com ICMs de 18% embutido
A% - Acréscimo em %

Logo, Vf1 = Vp / 0,88 ; Vf2 = Vp / 0,82
A = acréscimo = (Vf2 - Vf1) / Vf1 = (Vp / 0,82 – Vp / 0,88)/(Vp / 0,88) = 0,88(1 / 0,82 – 1 / 0,88)
A% = A* 100% = 7,32%

2. (CONTADOR – 1º/2001) Uma loja está vendendo um televisor pelo seguinte plano:

- Entrada de R$ 500,00;
- Mais 3 prestações mensais e iguais de R$ 200,00, sendo a 1ª após 75 dias.

A taxa de juros compostos cobrada nesta operação é de 2% ao mês. Se a loja deseja adotar um novo plano equivalente ao anterior, cobrando a mesma taxa de juros, ou seja,
- Entrada de R$ 250,00;
- Mais 5 prestações bimestrais e iguais, sendo a 1ª após 15 dias.

Determine o valor das prestações bimestrais.

a) R$ 173,00
b) R$ 176,80
c) R$ 183,94
d) R$ 226,70

SOLUÇÃO:
Primeiro Plano:
Valor das prestações referidas ao instante 1,5
R = R$ 200,00
N = 3
i% = 2%
Pela calculadora ou pela fórmula P = R [ ( 1+i )N – 1 ] / ( 1+i )N i
Temos que,
P 1,5 = R$ 576,78
Valor das prestações no instante zero P0 = R$ 576,78 / ( 1,02)1,5
P0 = R$ 559,90
Valor à vista do primeiro plano Pa = R$ 500,00 + R$ 559,90
Pa = R$ 1.059,90

Segundo Plano:
Valor à vista é o mesmo do primeiro plano = Pb
Pb = R$ 1.059,90
Como a entrada é de R$ 250,00, o valor do financiamento é vf = R$ 809,90
Valor financiado após 15 dias = v15 = R$ 809,90 (1,02)0,5 = R$ 817,96
Valor das prestações
V15 = R$ 817,96
N = 5
Ib = taxa de juros bimestral = ( 1 + 0,02 )2 –1 = 0,0404 ou Ib% = 4,04% ao bimestre
Pela calculadora ou pela fórmula R = P/ {( 1 + i ) [ ( 1+i )N – 1 ] / ( 1+i )N i}
Temos que,
R = R$ 176,80

3. (TÉCNICO – 1º/2001) Quanto tempo de antecedência um título foi descontado, se o valor do desconto foi igual a 1/5 do valor do título e a taxa de desconto composto foi de 20% ao mês ?

a) 1 trimestre.
b) 2 bimestres.
c) 30 dias.
d) 60 dias.

SOLUÇÃO:
D = Valor do desconto = S/5 onde S é o valor do título
P = Valor do resgate = S-D = S 4/5
Como P = S ( 1 – d )n e d = taxa de desconto
Temos que n = ln ( P/S ) / ln ( 1 - d ) = ln (4/5) / ln (0,8) = 1 mês = 30 dias

4. (TÉCNICO – 1º/2001) Uma concessionária está vendendo um veículo que custa R$ 30.000,00 à vista pelo seguinte plano:
- R$ 6.000,00 após 30 dias;
- mais 7 prestações mensais e iguais de R$ 4.000,00, sendo a 1ª após 90 dias.
Qual é a taxa de juros cobrada nesta operação?

a) 1,58%.
b) 2,52%.
c) 3,49%.
d) 4,68%.

SOLUÇÃO:
A quarta questão deve ser resolvida com o auxílio da calculadora, através da função IRR.
Valor da taxa de juros = 2,52%

5. (TÉCNICO – 1º/2001) Um empréstimo bancário no valor de R$ 5.000,00 é realizado para um indivíduo. Este deve ser pago após 180 dias, no valor de R$ 5.180,00. Considerando que neste período a taxa de inflação foi de 4%, encontre a alternativa **CORRETA**.

a) O banco recebeu juros menores do que R$ 180,00.
b) O banco teve prejuízo com esta operação de R$ 20,00.
c) O banco teve prejuízo com esta operação de R$ 200,00.
d) O banco teve uma taxa de juros real neste período de 3,6%.

SOLUÇÃO:
Valor do empréstimo = R$ 5.000,00
Valor Corrigido pela inflação = R$ 5.000,00 x 1,04 = R$ 5.200,00
Logo o banco teve prejuízo de R$ 20,00.

6. (TÉCNICO – 1º/2001) Marque a opção **INCORRETA**:

a) Na Tabela Price, a amortização decresce para parcelas cujos vencimentos são mais distantes.
b) No Sistema de Amortização Constante, os juros embutidos nas parcelas é crescente, à medida que analisamos parcelas com vencimentos mais longos.
c) À taxa de juros simples é igual a taxa de juros compostos numa determinada operação, se o período de tempo considerado for igual a 1.
d) A taxa interna de retorno representa a equalização entre receitas e despesas.

SOLUÇÃO:
A amortização na Tabela Price cresce. Os juros na Tabela Price decresce.

7. (CONTADOR – 1º/2002) Marque a alternativa **CORRETA**, no regime de juros compostos, dos itens abaixo:

I. Se um investidor tem seu dinheiro investido a juros de 6% ao ano, então a taxa de capitalização mensal é de 0,5%.
II. Investido a juros de 10% ao mês, um capital dobraria de valor num período de tempo menor do que ℓn2 (logaritmo natural de 2).
III. Se um apartamento que vale R$ 100.000,00 deve ser alugado por 1% de seu valor, então o aluguel deve ser maior do que R$ 1.000,00 mensais.
IV. As taxas de 5% ao mês e de 30% ao semestre são proporcionais.

a) I e II.
b) I e IV.
c) II e III.
d) III e IV.

SOLUÇÃO:
i = 6% a.a.
im = 6%/12
im = 0,5% a.m.
Taxas são proporcionais quando a razão entre elas é igual à de seus períodos.
Assim: 5% a.m. / 30% a.s. = 1 / 6

8. (CONTADOR – 1º/2002) Um banco opera a uma taxa efetiva de juros simples de 48% a.a. para operações de três meses. A taxa de desconto comercial anual deve estar entre:

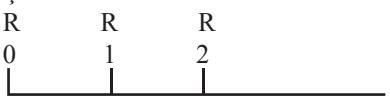
a) 37% e 39%.
b) 39% e 41%.
c) 41% e 43%.
d) 43% e 45%.

SOLUÇÃO:
A relação entre a taxa de desconto d e a taxa de juros simples i numa operação de desconto comercial, considerando o mesmo número de períodos n de antecipação para ambas as taxas é dado por:
d = i / 1 + in
48% a.a.
i = 48 / 12
i = 4%
i = 0,04 a.m.
d = 0,04 / 1 + 0,04 x 3
d = 0,04 /1,12
d = 0,0357
d = 3,57 a.m.
d = 42,84% a.a.

9. (CONTADOR – 1º/2002) Uma loja vende computadores em três pagamentos mensais iguais e antecipados. O valor à vista do computador é de R$ 2.890,00 e a loja opera a uma taxa de juros compostos de 4% ao mês. Nessas condições, cada pagamento deverá estar entre:

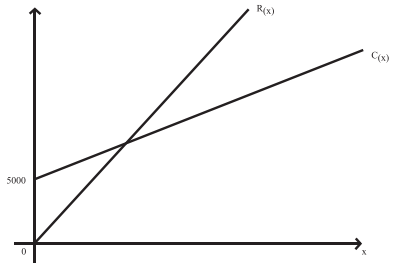
a) R$ 980,00 e R$ 1.080,00.
b) R$ 1.080,00 e R$ 1.180,00.
c) R$ 1.180,00 e R$ 1.280,00.
d) R$ 1.280,00 e R$ 1.380,00.

SOLUÇÃO:




O valor atual é:
$V = R + R / (1+i) + R / (1+i)^2$ .
R$ 2.890,00 = R (1 + 1 / 1,04 + 1 / 1,08 )
R$ 2.890,00 = R (1,04 x 1,08 + 1,08 + 1,04) / 1,04 x 1,08
R$ 2.890,00 = R x 3,24 / 1,12
R = R$ 2.890,00 / 2,89
R = R$ 1.000,00

10. (TÉCNICO – 1º/2002) Um produtor pode vender seu produto por R$ 100,00 a unidade. O custo total consiste em uma parte fixa de R$ 5.000,00, mais os custos de produção de R$ 50,00 por unidade. O gráfico abaixo apresenta as funções custo, C(x) e receita R(x), onde x representa o número de unidades do produto.




Julgue os itens abaixo:

I. A receita e o custo são iguais se forem produzidas e vendidas 100 unidades do produto.
II. O produtor terá lucro mesmo se produzir e vender menos de 50 unidades.
III. O custo de produzir 30 unidades do produto é superior a R$ 6.000,00.
IV. A receita do produtor pode ser maior do que R$ 20.000,00 se ele produzir e vender mais de 200 unidades do produto.

O número de itens **CORRETOS** é:

a) Um item.
b) Dois itens.
c) Três itens.
d) Quatro itens.

SOLUÇÃO:
A equação do custo em função de X é:
C(X ) = R$ 5.000,00 + R$ 50,00 X
A equação da receita é R(X) = R$100,00 X
(I) Item correto
R$ 5.000,00 + R$ 50,00 X = 100 X
X = R$ 5,000,00 / R$ 50,00
X = 100 unidades
(II) Item incorreto
O lucro é L(X) = R(X ) – C(X )
L(X) > 0
100 X > R$ 5.000,00 + R$ 50,00 X
R$ 50,00 X > R$ 5.000,00
X > 100 unidades
(III) Item correto
C(30 unidades) = R$ 5.000,00 + R$ 50,00 x 30 unidades
C(30 unidades) = R$ 5.000,00 + R$ 1.500,00
C(30 unidades) = R$ 6.500,00
(IV) Item correto
Se X > 200 unidades então R(X ) = R$ 100,00 X > X R$ 100,00 x 200 = R$ 20.000,00

11. (TÉCNICO – 1º/2002) Um restaurante a quilo vende 100 quilos de comida por dia a R$ 10,00 o quilo. Por maio de uma consulta aos clientes, o gerente constatou que para cada R$ 1,00 de aumento no preço do quilo, o restaurante perderia 10 clientes com consumo de 500 gramas cada um, em média. Nessas condições, a receita que é dada em função do preço X pela equação R ( X ) = X (100 quilos – 5 quilos (X – R$ 10,00)) será máxima se o valor cobrado por quilo for:

a) R$ 12,00.
b) R$ 13,00.
c) R$ 14,00.
d) R$ 15,00.

SOLUÇÃO:
Seja X o preço pretendido para o quilo.
A receita diária será dada pelo peso x preço pretendido.
A quantidade (peso) de refeições vendidas por dia é:
100 – 10 x 0,5 x (X -10)
Portanto,
R (X) = X (100 – 5 (X -10))
R (X) = 100 X – 5 X 2 + 50 X
R (X) = - 5 X2 + 150 X
R (X) = X (-5 X + 150)
As raízes de X (-5 X + 150) = 0
São 0 (zero) e 30 (trinta)
O vértice da parábola - 5 X2 + 150 X
X = 0 + 30 / 2
X = 15
R$ 15,00 é o valor do preço para que R(X) seja máximo.

12. (TÉCNICO – 1º/2002) Um investidor tem R$ 1.000,00 aplicados em uma caderneta de poupança que produz rendimentos a uma taxa de juros compostos em torno de 0,75% ao mês. No primeiro mês da aplicação, este indivíduo não fez depósitos, mas utilizou R$ 200,00 do crédito de seu cheque especial, durante 10 dias, pagando uma taxa de 8% ao mês.

É **CORRETO** afirmar que:

a) O investidor teve prejuízo menor do que R$ 10,00.
b) O investidor teve prejuízo maior do que R$ 10,00 e menor do R$ 12,00.
c) O investidor teve prejuízo igual a 1% do valor aplicado.
d) Não houve prejuízo, isto é, os rendimentos recebidos e os juros pagos foram iguais.

SOLUÇÃO:
Valor obtido pela poupança
M = R $1.000,00 (1 + 0,75 / 100)
M = R$ 1.000,00 (1,0075)
M = R$ 1.007,50
Utilização do Cheque especial
Taxa de 8% ao mês corresponde a 8%/3 a cada 10 dias.
Então:
E = R$ 200,00 $(1 + 0,08/3)^3$
E = R$ 200,00 $(1,026)^3$
E = R$ 200,00 x 1,0800
E = R$ 216,00
Ganhou R$ 7,50
Pagou R$ 16,00
Deve R$ 8,50

13. (TÉCNICO – 2º/2002) O vencimento de um empregado num determinado mês é:

| | Salário | Aumento ($) | Desconto de Faltas | A receber |
|---|---|---|---|---|
| Funcionário | R$ 960,00 | y% | R$ 48,00 | R$ 1.200,00 |

Considerando y% correspondente ao aumento do empregado, o item **CORRETO** quanto ao aumento é:

a) Y = 5%.
b) Y = 20%.
c) Y = 25%.
d) Y = 30%.

SOLUÇÃO:
Aumento de y, temos a seguinte expressão:
Salário Atual +(Reajuste Salarial x Salário Atual) = Salário a receber + desconto de faltas. Faltas.
R$ 960,00 + (R$ 960,00 x y) = R$ 1.200,00 + R$ 48,00
R$ 960,00 x y = R$ 1.248,00 – R$ 960,00
y = 30%

14. (TÉCNICO – 2º/2002) Um cidadão deseja fazer uma operação de desconto simples de uma nota promissória com um banco. O prazo da operação é de 75 dias e o valor a ser liquidado naquela ocasião é de R$ 100.000,00. O valor a ser creditado na conta desse cliente, sabendo-se que o banco realiza essas operações com uma taxa de desconto de 2% a.m., considerando o mês de 30 dias é de:

a) R$ 9.500,00.
b) R$ 87.500,00.
c) R$ 95.000,00.
d) R$ 105.000,00.

SOLUÇÃO:
P = 100 – D/360 x n
D = (100 – P) 360/n
P = R$ 1.000,00 (1 - 0,02/30 x 75
P = R$ 95.000,00
Valor a ser creditado na Conta do cliente.

15. (CONTADOR – 2º/2002) Uma operação com Letras do Tesouro Nacional, que tem 39 dias para seu vencimento e está sendo negociada a uma taxa de rentabilidade de 1,20% ao mês, sob o regime de capitalização simples, terá uma taxa de desconto simples anual de:

a) 124,61% a.a.
b) 12,46% a.a.
c) 14,18% a.a.
d) 14,41% a.a.

SOLUÇÃO:
Cálculo do valor de aplicação
P = 100/ 1+*i*/30 x n
P = 100/ 1,0156
P = $ 98,4640
Cálculo da Taxa de Desconto
D = (100 – P) 360/n
D = (100 – 98,4640) x 360/39
D = 1,536 x 360/39
D = 14,18% a.a.

16. (CONTADOR – 2º/2002) Um apartamento é vendido, à vista por R$ 220.000,00. Caso o comprador opte por pagar em uma única parcela após certo período de tempo, o vendedor exige R$ 61.618,59 como juros, pois quer ganhar 2,5% a.m., sob o regime de capitalização composta. O prazo de financiamento na hipótese acima é de:

a) n = 9 meses.
b) n = 10 meses.
c) n = 11 meses.
d) n = 12 meses.

SOLUÇÃO:
$C_o$ = R$ 220.000,00
i = 2,5 % a.m
$J_n = C_o [ (1+i)^n - 1]$
temos: R$ 61.618,59 / R$ 220.000,00 = $(1,025)^n - 1$
$0,20085 = (1,025)^n - 1$
$1 + 0,280085 = (1,025)^n$
$1,280085 = (1.025)^n$
log 1,280085 = n.log 1,025
n = 0,107239 / 0,010724
n = 10 meses.

17. (CONTADOR – 2º/2002) Um aparelho de som é vendido em 5 prestações de R$ 2.000,00 a serem pagas a cada 2 meses, sendo a primeira prestação com vencimento após 2 meses. A taxa de juros cobrada é de 3 % a.m., sob o regime de capitalização composta. O valor do aparelho à vista e o pagamento em uma única vez após 10 meses, admitindo-se a mesma taxa de juros é de, respectivamente:

a) R$ 8.044,14 e R$ 11.492,46.
b) R$ 8.404,14 e R$ 11.294,46.
c) R$ 8.414,00 e R$ 11.249,00.
d) R$ 8.440,41 e R$ 11.294,46.

SOLUÇÃO:
Como a taxa de juros está referida em termos mensais e as prestações estão referidas a bimestres, calculamos a taxa bimestral equivalente:
$1 + i' = (1 + 0{,}03)^2$
$i' = 1{,}0609 - 1$
$i' = 0{,}0609$ a.b. ou $i' = 6{,}09$ % a.b.
Agora temos uma anuidade nas mesmas condições do modelo básico, pois a taxa se refere ao mesmo intervalo de tempo dos termos e podemos calcular:
Preço a vista :
$P_o = R.\ a_{n\neg i}$ onde : R = R$ 2.000,00 por bimestre
I = i' = 6.09% a.b.
n = 5 bimestres
Portanto: $a_{5\neg 6{,}09} = (1{,}0609)^5\text{-}1 / (1{,}0609)^5 \times 0{,}0609$
$a5\neg 6{,}09 = 4{,}202070$
O valor atual de :
$P_o$ = R$ 2.000,00 x 4,202070
$P_o$ = R$ 8.404,14
Preço após 10 meses:
O Montante na data focal 10 pode ser obtido por capitalização direta:
$P_o = P_o(1 + i')^5$
$P_o = 8.404{,}14(1{,}0609)^5$
$P_o$ = R$ 8.404,14 x 1,343916
$P_o$ = R$ 11.294,46.

18. (CONTADOR – 2º/2003) Uma empresa contratou um financiamento para ser pago em 12 parcelas iguais de R$ 1.990,53, pactuando a taxa nominal dos juros de 40% ao ano, capitalizados mensalmente. O valor liberado no financiamento é de:

a) R$ 20.000,00.
b) R$ 23.886,36.
c) R$ 22.000,00.
d) R$ 21.578,60.

SOLUÇÃO:
Fórmula:
$PV = \text{Parcela} \times [(1 - (1 + (1+tx)^{1/n})^{-n}) / (1+tx)1^{/n}]$
$PV = \text{R\$ } 1.990{,}53 \times [(1-(1 + (1 + 30\%)^{1/12})^{-12})) / (1 + 30\%)^{1/12}]$
$PV = \text{R\$ } 1.990{,}53 \times [(1-(1 + 2{,}21\%)^{-12})) / 2{,}21\%]$
PV = R$ 1.990,53 x 10,0457707
PV = R$ 20.000,00

19. (CONTADOR – 2º/2003) O tesoureiro de uma empresa decidiu realizar uma aplicação financeira de R$ 15.000,00 para ser resgatada ao final de 15 meses, à taxa nominal dos juros de 18% ao ano. O valor a ser resgatado no final do período, se considerarmos a capitalização dos juros **mensal**, **anual** e ao **final** do contrato, respectivamente é de:

a) R$ 18.753,48; R$ 18.447,77 e R$ 18.375,00.
b) R$ 17.494,32; R$ 17.753,49 e R$ 17.265,00.
c) R$ 16.447,65; R$ 16.375,23 e R$ 16.150,00.
d) R$ 19.565,48; R$ 19.494,58 e R$ 19.375,00.

SOLUÇÃO:
Fórmula:
M = Montante
C = Capital
tx = taxa de juros
n = Período de capitalização
Y = prazo

Capitalização Mensal
$M = C \times \{1 + [(1+(tx/n)^{y} - 1]\}$
$M = R\$\ 15.000,00 \times \{1 + [(1 + (18\%/12)^{15} - 1]\}$
$M = R\$\ 15.000,00 \times 1.250232$
$M = R\$\ 18.753,48$
Capitalização Anual
$M = C \times \{1 + [(1+ (1 + tx)^{1/n})^{y} - 1]\}$
$M = R\$\ 15.000,00 \times \{1 + [(1 + (1 + 18\%)^{1/12})^{15} - 1\}\}$
$M = R\$\ 15.000,00 \times 1,229851$
$M = 18.447,77$
Capitalização ao Final
$M = C \times (1 + tx/n) \times y$
$M = R\$\ 15.000,00 \times (1 + 18\%/12) \times 15$
$M = R\$\ 15.000,00 \times 1,225$
$M = R\$\ 18.375,00$

20. (CONTADOR – 2º/2003) Uma determinada empresa tomou emprestado em 01.9.2002, a importância de R$ 30.000,00, sendo pactuado para pagar o montante da dívida em 30.4.2003, corrigido pela variação dos índices do IGP-M (FGV), acrescido de juros simples de 0,5% ao mês é de:

| | Variação do IGP-M (FGV) |
|---|---|
| 30.9.2002 | 2,40% |
| 31.10.2002 | 3,87% |
| 30.11.2002 | 5,19% |
| 31.12.2002 | 3,75% |
| 31.1.2003 | 2,33% |
| 28.2.2003 | 2,28% |
| 31.3.2003 | 1,53% |
| 30.4.2003 | 0,92% |

O valor do montante a ser pago na data do vencimento será de:

a) R$ 38.839,46.
b) R$ 38.174,85.
c) R$ 34.642,58.
d) R$ 37.345,58.

SOLUÇÃO:

| Mês | Variação mensal | Coeficiente |
|---|---|---|
| 30.9.2002 | 2,40% | 1,244853 |
| 31.10.2002 | 3,87% | 1,215676 |
| 30.11.2002 | 5,19% | 1,170383 |
| 31.12.2002 | 3,75% | 1,112637 |
| 31.1.2003 | 2,33% | 1,072421 |
| 28.2.2003 | 2,28% | 1,048003 |
| 31.3.2003 | 1,53% | 1,024641 |
| 30.4.2003 | 0,92% | 1,009200 |

$M = (Capital \times coeficente\ atualizador) \times (1 + (tx \times Y))$
$M = R\$\ 30.000,00 \times 1.244853 \times (1+ 0,5\% \times 8)$
$M = R\$\ 37.345,58 \times 1,04$
$M = R\$\ 38.839,46$

21. (TÉCNICO – 2º/2003) Uma empresa contratou um financiamento para ser pago em 12 parcelas iguais de R$ 957,86, pactuando a taxa nominal dos juros de 30% ao ano, capitalizados mensalmente. O valor liberado no financiamento é de:

a) R$ 9.578,60.
b) R$ 10.000,00.
c) R$ 11.494,32.
d) R$ 12.000,00.

SOLUÇÃO:
Fórmula:
PV = Parcela x $[(1 – (1 + (1+tx)^{1/n})^{-n}) / (1+tx)^{1/n}]$
PV = R$ 957,86 x $[(1-(1 + (1 + 30\%)1/12)^{-12})) / (1 + 30\%)^{1/12}]$
PV = R$ 957,86 x $[(1-(1 + 2{,}21\%)^{-12})) / 2{,}21\%]$
PV = R$ 957,86 x 10,4399442
PV = R$ 10.000,00

22. (TÉCNICO – 2º/2003) O tesoureiro de uma empresa decidiu realizar uma aplicação financeira de R$ 10.000,00 para ser resgatada ao final de 15 meses, à taxa nominal dos juros de 18% ao ano. O valor a ser resgatado no final do período, se considerarmos a capitalização dos juros **mensal**, **anual** e ao **final** do contrato, respectivamente é de:

a) R$ 12.502,32; R$ 12.298,51 e R$ 12.250,00.
b) R$ 11.494,32; R$ 11.502,58 e R$ 11.150,00.
c) R$ 13.568,65; R$ 13.498,25 e R$ 13.275,00.
d) R$ 14.658,74; R$ 14.587,65 e R$ 14.375,00.

SOLUÇÃO:
Fórmula:
M = Montante
C = Capital
tx = taxa de juros
n = Período de capitalização
Y = prazo
Capitalização Mensal
$M = C \times \{1 + [(1+(tx/n)^{y} – 1]\}$
M = R$ 10.000,00 x $\{1 + [(1 + (18\%/12)^{15} – 1]\}$
M = R$ 10.000,00 x 1.250232
M = R$ 12.502,32
Capitalização Anual
$M = C \times \{1 + [(1+ (1 + tx)^{1/n})^{y} – 1]\}$
M = R$ 10.000,00 x $\{1 + [(1 + (1 + 18\%)^{1/12})^{15} – 1\}\}$
M = R$ 10.000,00 x 1,229851
M = 12.298,51
Capitalização ao Final
M = C x (1 + tx/n) x y
M = R$ 10.000,00 x (1 + 18%/12) x 15
M = R$ 10.000,00 x 1,225
M = R$ 12.250,00

23. (TÉCNICO – 2º/2003) Uma determinada empresa tomou emprestado, em 01.09.2002, a importância de R$ 50.000,00, sendo pactuado para pagar o montante da dívida em 30.04.2003, corrigido pela variação dos índices do IGP-M (FGV), acrescido de juros simples de 1% ao mês é de:

| | Variação do IGP-M (FGV) |
|---|---|
| 30..9.2002 | 2,40% |
| 31.10.2002 | 3,87% |
| 30.11.2002 | 5,19% |
| 31.12.2002 | 3,75% |
| 31.1.2003 | 2,33% |
| 28.2.2003 | 2,28% |
| 31.3.2003 | 1,53% |
| 30.4.2003 | 0,92% |

O valor do montante a ser pago na data do vencimento será de:

a) R$ 67.222,05.
b) R$ 66.114,41.
c) R$ 54.642,58.
d) R$ 62.242,64.

SOLUÇÃO:

| Mês | Variação mensal | Coeficiente |
|---|---|---|
| 30.9.2002 | 2,40% | 1,244853 |
| 31.10.2002 | 3,87% | 1,215676 |
| 30.11.2002 | 5,19% | 1,170383 |
| 31.12.2002 | 3,75% | 1,112637 |
| 31.1.2003 | 2,33% | 1,072421 |
| 28.2.2003 | 2,28% | 1,048003 |
| 31.3.2003 | 1,53% | 1,024641 |
| 30.4.2003 | 0,92% | 1,009200 |

M = (Capital x coeficente atualizador) x (1 + (tx x Y))
M = R$ 50.000,00 x 1.244853 x (1+ 1% x 8)
M = R$ 62.242,64 x 1,08
M = R$ 67.222,05

24. (CONTADOR – 2º/2004) O Patrimônio Líquido de uma determinada empresa, em 31.12.2003, era de R$ 150.000,00. O Lucro Líquido apurado no exercício de 2003 foi de 12,50% do total do Patrimônio Líquido. Considerando que o nível de lucratividade permaneça, o retorno total dos investimentos dos sócios será de:

a) 6 anos.
b) 8 anos.
c) 10 anos.
d) 12 anos.

SOLUÇÃO:
Fórmula:
RTI = PL / (PL x tx)
RTI = R$ 150.000,00 / (R$ 150.000,00 x 12,50%)
RTI = R$ 150.000,00 / R$ 18.750,00
RTI = 8 anos

25. (CONTADOR – 2º/2004) Uma aplicação financeira de R$ 22.000,00 será resgatada ao final de 15 meses, à taxa nominal dos juros de 12% ao ano. O valor a ser resgatado no final do período, se considerarmos a capitalização mensal dos juros, é de:

a) R$ 24.640,00.
b) R$ 25.300,00.
c) R$ 25.348,09.
d) R$ 25.541,32.

SOLUÇÃO:
Fórmula:
M = Montante
C = Capital
tx = taxa de juros
n = Período de capitalização
Y = prazo
Cap. Mensal
$M = C \times \{1 + [(1+( tx / n )^{y}) - 1]\}$
$M = R\$\ 22.000,00 \times \{1 + [(1 + (12\%/12)^{15} - 1)]\}$
M = R$ 22.000,00 x 1,16097
M = R$ 25.541,32

26. (CONTADOR – 2º/2004) Na constituição de uma sociedade, o sócio A entrou com R$ 75.000,00; o sócio B, com R$ 187.500,00; o sócio C, com R$ 225.000,00; e o sócio D, com R$ 262.500,00. O sócio D recebeu R$ 125.000,00 ao ser distribuído o lucro final do exercício, proporcionalmente às cotas do capital de cada sócio. O lucro total e as parcelas que couberam a cada um dos sócios A, B e C são, respectivamente:

a) Lucro total: R$ 125.000,00; Sócio A - R$ 12.500,00; Sócio B - R$ 31.250,00 e Sócio C - R$ 37.500,00.
b) Lucro total: R$ 125.000,00; Sócio A - R$ 37.500,00; Sócio B - R$ 31.250,00 e Sócio C - R$ 12.500,00.
c) Lucro total: R$ 357.142,86; Sócio A - R$ 35.714,29; Sócio B - R$ 89.285,71 e Sócio C - R$ 107.142,86.
d) Lucro total: R$ 357.142,86; Sócio A - R$ 107.142,86; Sócio B - R$ 89.285,71 e Sócio C - R$ 35.714,29.

SOLUÇÃO:

| | | | |
|---|---|---|---|
| A | R$ 75.000,00 | 10,00% | R$ 35.714,29 |
| B | R$ 187.500,00 | 25,00% | R$ 89.285,71 |
| C | R$ 225.000,00 | 30,00% | R$ 107.142,86 |
| D | R$ 262.500,00 | 35,00% | R$ 125.000,00 |
| | R$ 750.000,00 | 100,00% | R$ 357.142,86 |

A = (R$ 125.000,00 x 10%) / 35%
A = R$ 35.714,29
B = (R$ 125.000,00 x 25%) / 35%
B = R$ 89.285,71
C = (R$ 125.000,00 x 30%) / 35%
C = R$ 107.142,86
Lucro Total = A + B + C + D
Lucro Total = R$ 35.714,29 + R$ 89.285,71 + R$ 107.142,86 + R$ 125.000,00
Lucro Total = R$ 357.142,86

27. (TÉCNICO – 2º/2004) Uma herança de R$ 101.500,00 deve ser dividida entre três pessoas, de modo que a parte da primeira corresponda a 40% da parte da segunda e a terceira 150% da parte da primeira. Sabendo-se que a segunda terá 50% do total da herança, o valor que caberá a cada uma das três pessoas é:

a) 1ª: R$ 20.300,00; 2ª: R$ 40.600,00 e 3ª: R$ 40.600,00.
b) 1ª: R$ 20.300,00, 2ª: R$ 50.750,00 e 3ª: R$ 30.450,00.
c) 1ª: R$ 25.375,00, 2ª: R$ 50.750,00 e 3ª: R$ 25.375,00.
d) 1ª: R$ 40.600,00, 2ª: R$ 50.750,00 e 3ª: R$ 10.150,00.

SOLUÇÃO:
B = 50% x R$ 101.500,00
B = R$ 50.750,00
A = 40% x R$ 50.750,00
A = R$ 20.300,00
C = 150% x R$ 20.300,00
C = R$ 30.450,00

28. (TÉCNICO – 2º/2004) Em uma empresa, 8 funcionários produzem 2.000 peças, trabalhando 8 horas por dia durante 5 dias. Para que a empresa produza 6.000 peças em 15 dias, trabalhando 4 horas por dia, são necessários:

a) 4 funcionários.
b) 8 funcionários.
c) 10 funcionários.
d) 16 funcionários.

SOLUÇÃO:
P/h = 2000 / (8 x 8 x 5)
P/h = 2000 / 320
P/h = 6,25
Funcionários = (6000 / 6,25) / (15 x 4)
Funcionários = 960 / 60
Funcionários = 16

29. (TÉCNICO – 2º/2004) Dado o Balanço Patrimonial abaixo, qual o percentual do Capital Próprio e de Terceiros, respectivamente:

| **ATIVO** | | **PASSIVO** | |
|---|---|---|---|
| Ativo Circulante | R$ 5.000,00 | Passivo Circulante | R$ 6.700,00 |
| Caixa | R$ 1.500,00 | Fornecedores | R$ 2.700,00 |
| Banco conta Movimento | R$ 2.000,00 | Empréstimos a Pagar | R$ 4.000,00 |
| Clientes | R$ 1.500,00 | | |
| Ativo Permanente | R$ 5.000,00 | Patrimônio Líquido | R$ 3.300,00 |
| Veículos | R$ 5.000,00 | Capital Social | R$ 3.300,00 |
| **Total do Ativo** | R$ 10.000,00 | **Total do Passivo** | R$ 10.000,00 |

a) 33,00 % e 67,00 %.
b) 49,25 % e 203,03 %.
c) 196,97 % e 67,00 %.
d) 106,06 % e 52,24 %.

SOLUÇÃO:
Capital Próprio = R$ 3.300,00
Capital de Terceiros = R$ 2.700,00 + R$ 4.000,00
Capital de Terceiros = R$ 6.700,00
Total dos Recursos = R$ 10.000,00
% CP = R$ 3.300,00 ÷ R$ 10.000,00 = 0,33 x 100
% CP = 33,00%
% CT = R$ 6.700,00 ÷ R$ 10.000,00 = 0,67 x 100
% CP = 67,00%

## MATEMÁTICA – SEM RESPOSTAS DESENVOLVIDAS

30. (CONTADOR – 1º/2000) Uma duplicata de R$ 6.500,00 foi descontada em um banco quando faltavam 75 dias para vencer, a uma taxa de desconto composto (por fora) de 1,5 % ao mês. A taxa de juros mensais cobrada nesta operação é:

a) 2,51 %.
b) 3,75 %.
c) 3,89 %.
d) 1,56 %.

31. (CONTADOR – 1º/2000) Qual é a taxa semestral de juros compostos equivalente à taxa de juros quinzenal (juros compostos) de 2 %?

a) 4 %.
b) 4,04 %.
c) 2 %.
d) 7,81 %.

32. (CONTADOR – 1º/2000) Podemos classificar as taxas de juros como: Nominal, Efetiva e Real. Em relação a essas taxas, podemos dizer que:

a) A taxa de juros efetiva é igual à taxa de juros nominal menos a taxa de juros real.
b) A taxa de juros real não leva em consideração o capital efetivamente recebido.
c) A taxa de juros real leva em consideração os efeitos inflacionários.
d) A taxa nominal e taxa de juros efetiva são sempre iguais.

33. (TÉCNICO – 1º/2000) Por um serviço prestado, a empresa pagou o valor líquido de R$ 1.020,00. Sabendo-se que o desconto do imposto de renda na fonte é de 15 %, o valor bruto do serviço é:

a) R$ 1.380,00.
b) R$ 1.200,00.
c) R$ 1.173,00.
d) R$ 1.100,00.

34. (TÉCNICO – 1º/2000) A taxa de juros em um determinado tempo significa a relação entre:

a) Juros e montante.
b) Capital e montante.
c) Capital e juros.
d) Desconto e montante.

35. (TÉCNICO – 1º/2000) Podemos conceituar juros como sendo:

a) A razão entre o montante e o capital.
b) Remuneração de um capital.
c) Diferença entre o desconto e o capital.
d) Valor retirado de uma operação de antecipação de pagamento.

36. (TÉCNICO – 1º/2000) Determinada empresa toma emprestado a quantia de R$ 20.000,00, a juros simples, pelo prazo de 4 anos e à taxa de 5 % a.a. .O valor a ser pago como juros será de:

a) R$ 1.000,00.
b) R$ 4.310,13.
c) R$ 4.000,00.
d) R$ 5.000,00.

37. (TÉCNICO – 2º/2000) Uma aplicação financeira de R$ 2.500,00, no prazo de sessenta dias, calculada à taxa de 2% ao mês, no regime de capitalização composta, terá como montante:

a) R$ 2.600,00.
b) R$ 2.601,00.
c) R$ 2.550,00.
d) R$ 2.650,00.

38. (TÉCNICO – 2º/2000) Encontre a taxa de juros mensal correspondente à taxa de juros semestral de 34%, se o regime é de capitalização composta.

a) 4%
b) 6%.
c) 7%.
d) 5%.

39. (TÉCNICO – 2º/2000) Qual o lucro que uma empresa teve no mês de abril, sabendo-se que em tal mês ela vendeu por R$16.000,00, 80% da mercadoria que comprou em março por R$ 15.000,00, para pagamento em abril (50%) e maio (50%).

a) R$ 8.500,00.
b) R$ 8.000,00.
c) R$ 1.000,00.
d) R$ 4.000,00.

40. (TÉCNICO – 1º/2001) Marque V ou F, se as seguintes afirmativas forem verdadeiras ou falsas, respectivamente.

_____A taxa de juros efetiva é igual a taxa de juros real, se não houver inflação.
_____Desconto é a razão entre o capital e o montante.
_____Em uma série de pagamentos, o fator do valor atual representa o índice que multiplicado pelo valor da prestação, nos fornece o valor à vista referente a esta série.
_____Juros é o índice utilizado para a atualização de um capital aplicado.
_____Numa operação de desconto, à taxa de juros cobrada é igual a taxa de desconto.

a) V; F; V; F e F .
b) F; F; V; F e F.
c) V; V; F; V e V.
d) F; V; F; V e V.

41. (CONTADOR – 1º/2004) Em contrato de financiamento de R$ 22.000,00, a serem pagos em 12 parcelas iguais, fixou-se em 12% ao ano a taxa efetiva de juros, capitalizados mensalmente. Considerando a inflação zero, o valor das parcelas é de:

a) R$ 1.771,24.
b) R$ 1.859,80.
c) R$ 1.948,37.
d) R$ 1.992,65.

42. (CONTADOR – 1º/2004) O valor a ser resgatado ao final do período de 24 meses de uma aplicação financeira de R$ 12.000,00 com a taxa nominal de juros contratados de 1% ao mês, se considerarmos a capitalização mensal dos juros, é de:

a) R$ 14.880,00.
b) R$ 15.052,80.
c) R$ 15.236,82.
d) R$ 15.680,00.

## Gabarito de questões com respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **1** | C | **2** | B | **3** | C | **4** | B | **5** | B | **6** | A |
| **7** | B | **8** | C | **9** | A | **10** | C | **11** | D | **12** | A |
| **13** | D | **14** | C | **15** | C | **16** | B | **17** | B | **18** | A |
| **19** | A | **20** | A | **21** | B | **22** | A | **23** | A | **24** | B |
| **25** | D | **26** | C | **27** | B | **28** | D | **29** | A | | |

## Gabarito de questões sem respostas desenvolvidas

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **30** | D | **31** | D | **32** | C | **33** | B | **34** | C | **35** | B |
| **36** | C | **37** | B | **38** | D | **39** | D | **40** | A | **41** | C |
| **42** | C | | | | | | | | | | |

# Anexos

# Anexo I

## Dados Estatísticos do Exame de Suficiência

**Gráfico 1**
Evolução dos resultados do Exame para Bacharel em Ciências Contábeis - Brasil

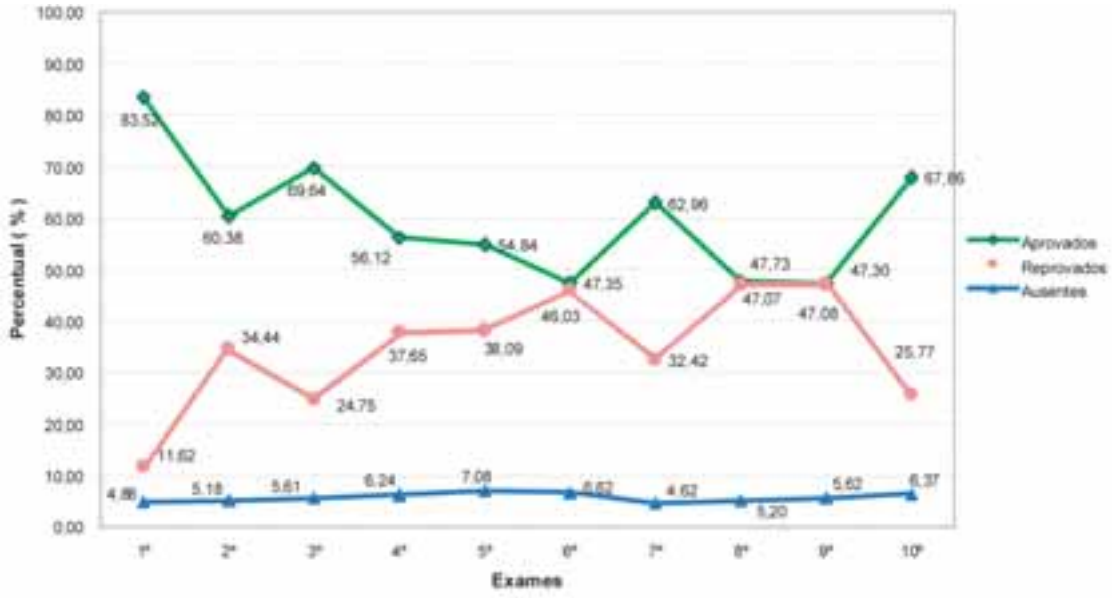



**Gráfico 2**
Evolução dos resultados do Exame para Bacharel em Ciências Contábeis - Região Centro-Oeste

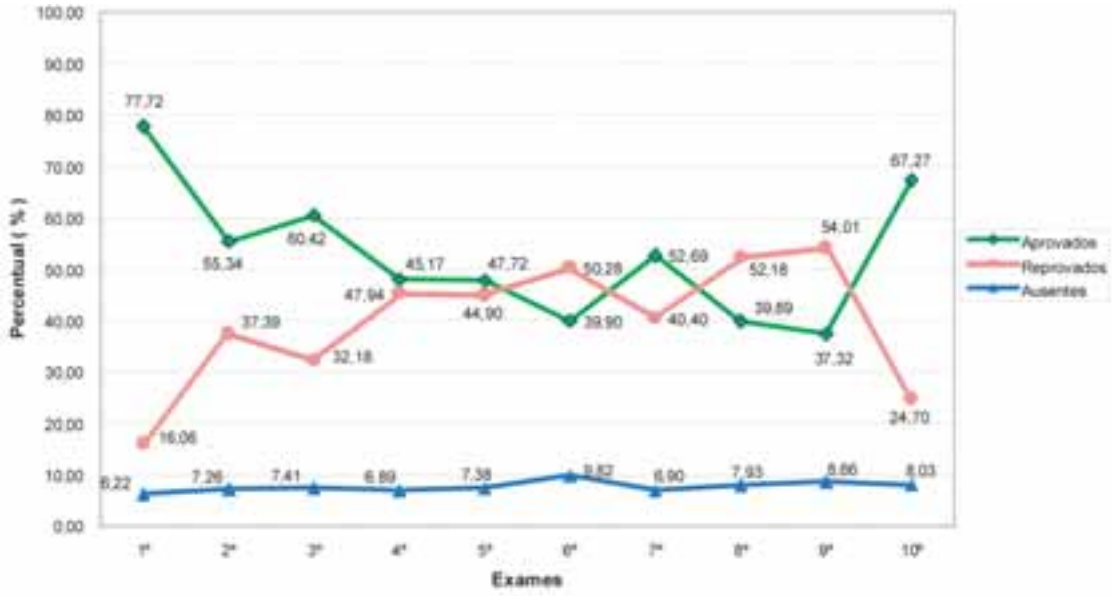


**Gráfico 3**
Evolução dos resultados do Exame para Bacharel em Ciências Contábeis - Região Nordeste

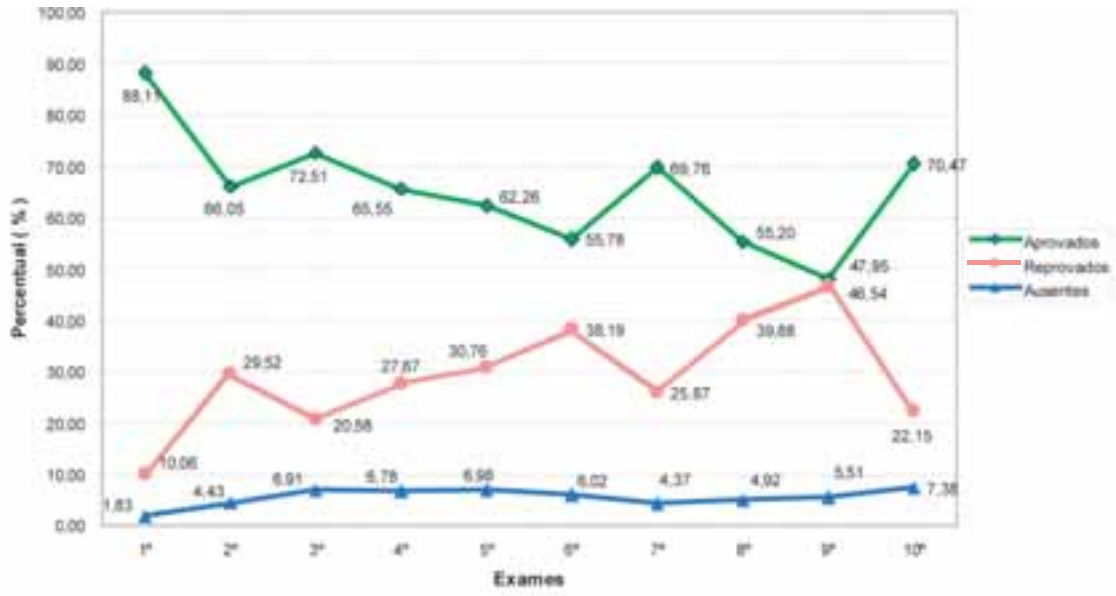



**Gráfico 4**
Evolução dos resultados do Exame para Bacharel em Ciências Contábeis - Região Norte

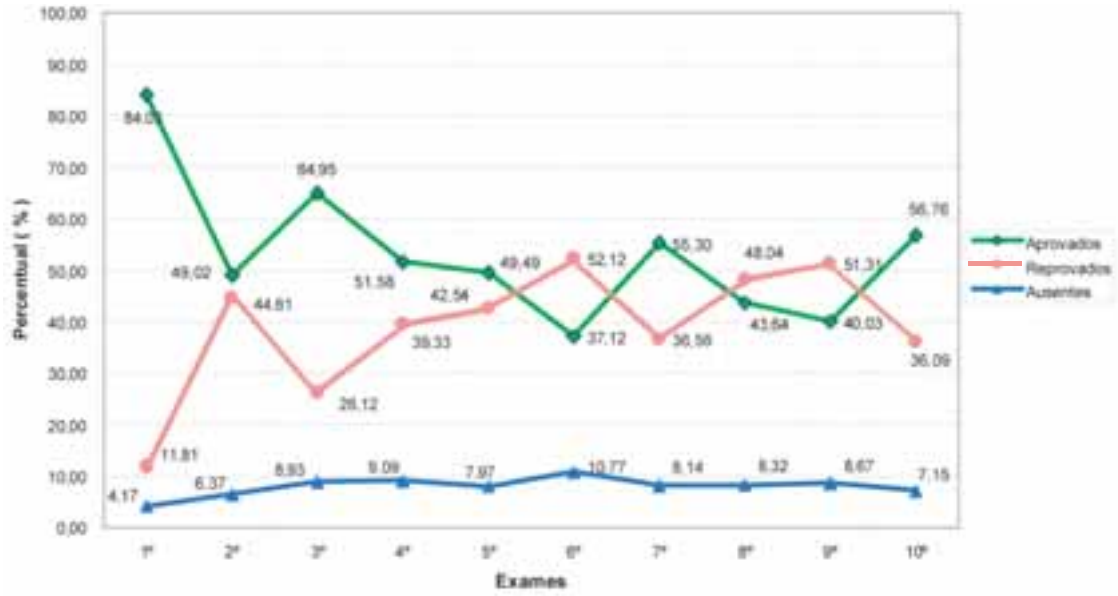


**Gráfico 5**
Evolução dos resultados do Exame para Bacharel em Ciências Contábeis - Região Sudeste

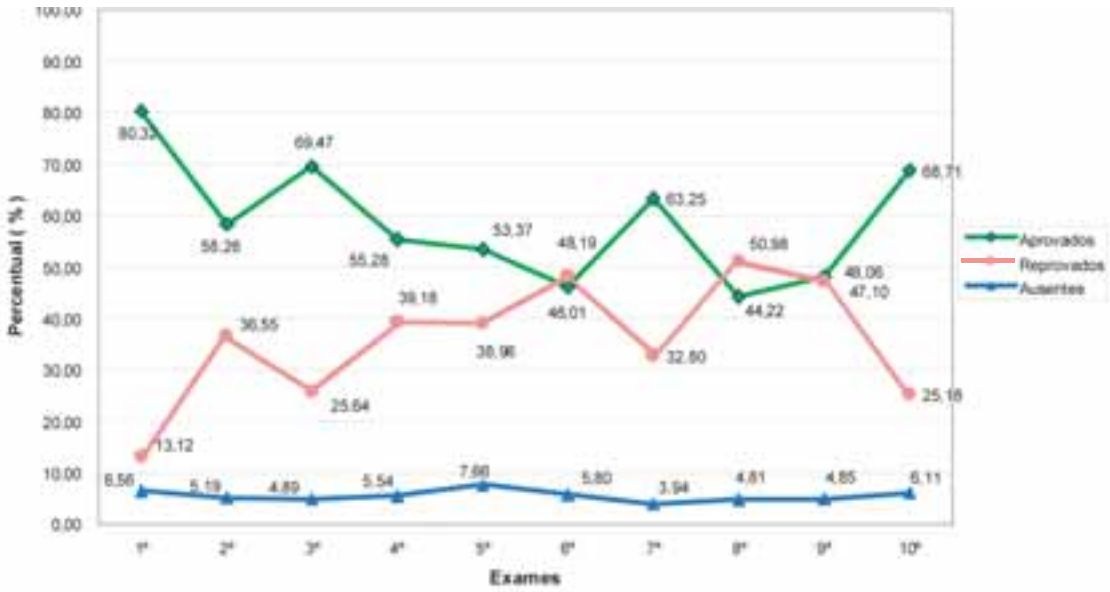



**Gráfico 6**
Evolução dos resultados do Exame para Bacharel em Ciências Contábeis - Região Sul

**Gráfico 7**
Evolução dos resultados do Exame para Técnico em Contabilidade - Brasil

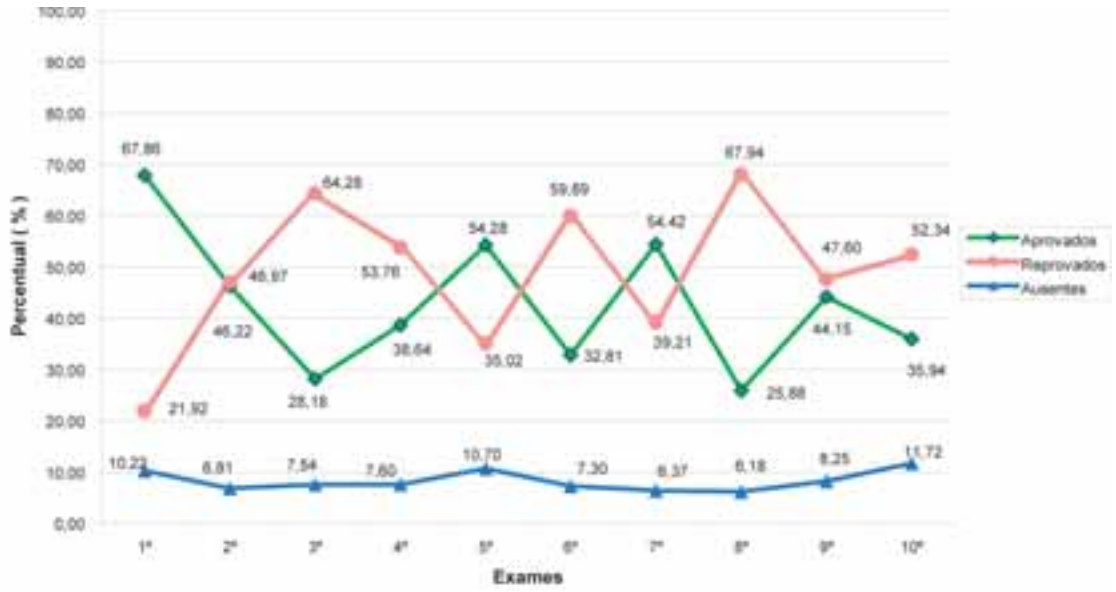



**Gráfico 8**
Evolução dos resultados do Exame para Técnico em Contabilidade - Região Centro-Oeste

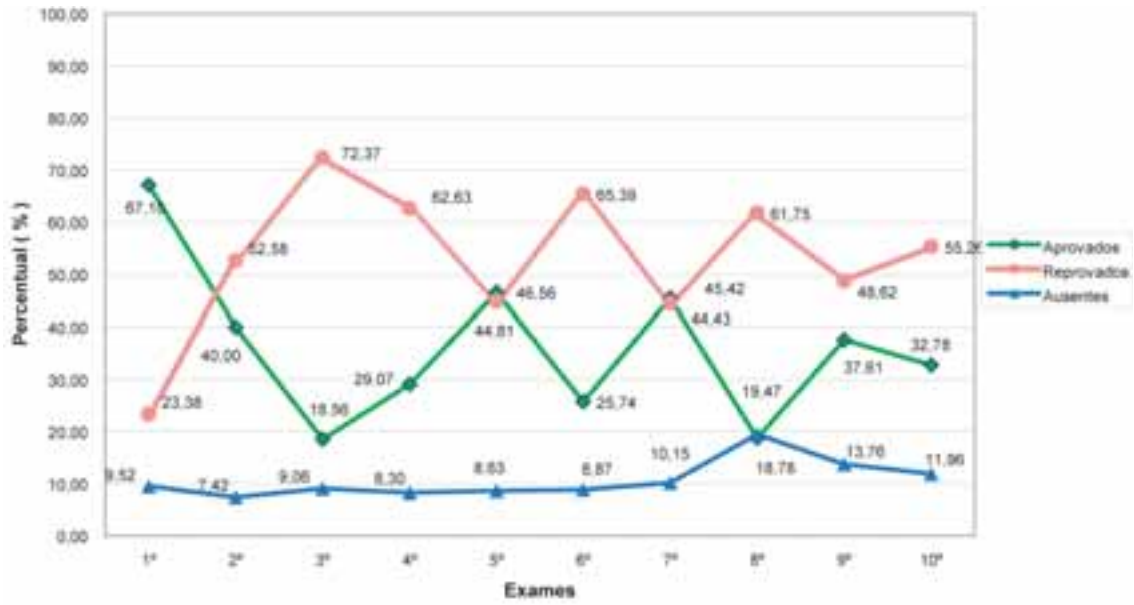


**Gráfico 9**
Evolução dos resultados do Exame para Técnico em Contabilidade - Região Nordeste

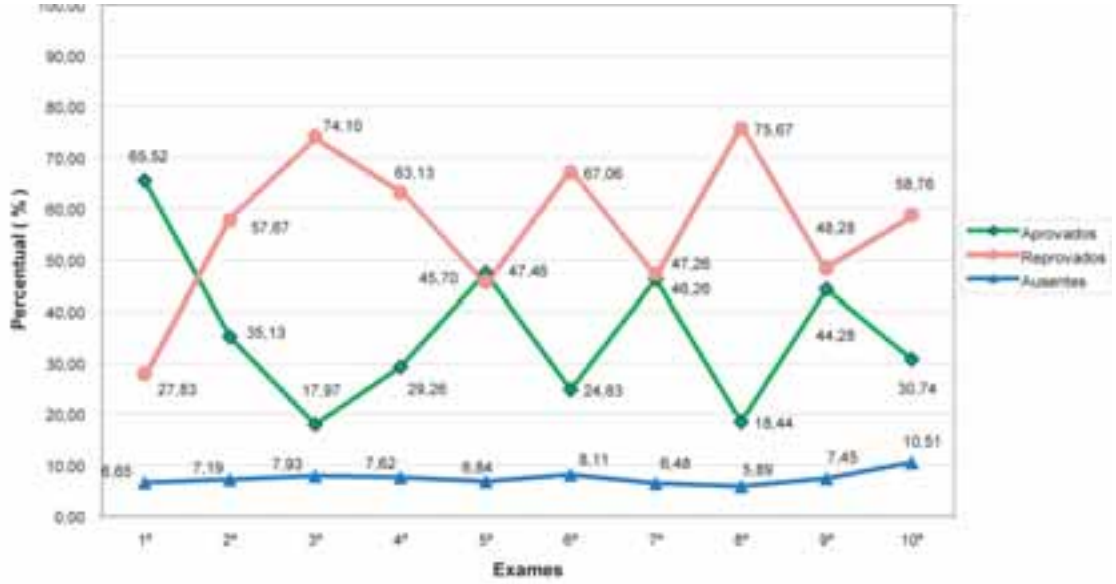



**Gráfico 10**
Evolução dos resultados do Exame para Técnico em Contabilidade - Região Norte

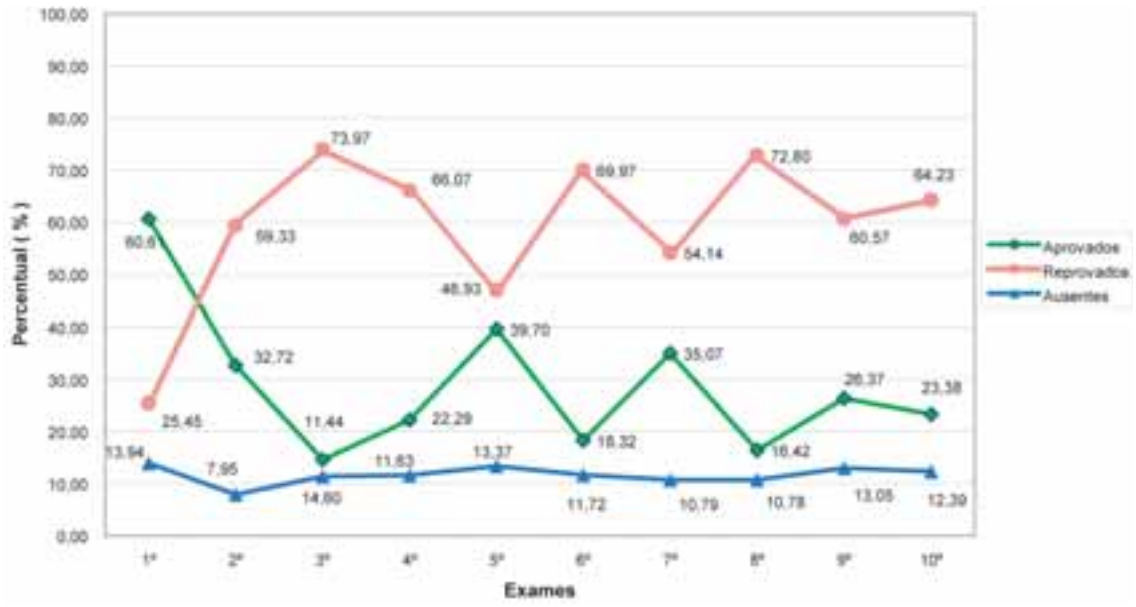


**Gráfico 11**
Evolução dos resultados do Exame para Técnico em Contabilidade - Região Sudeste

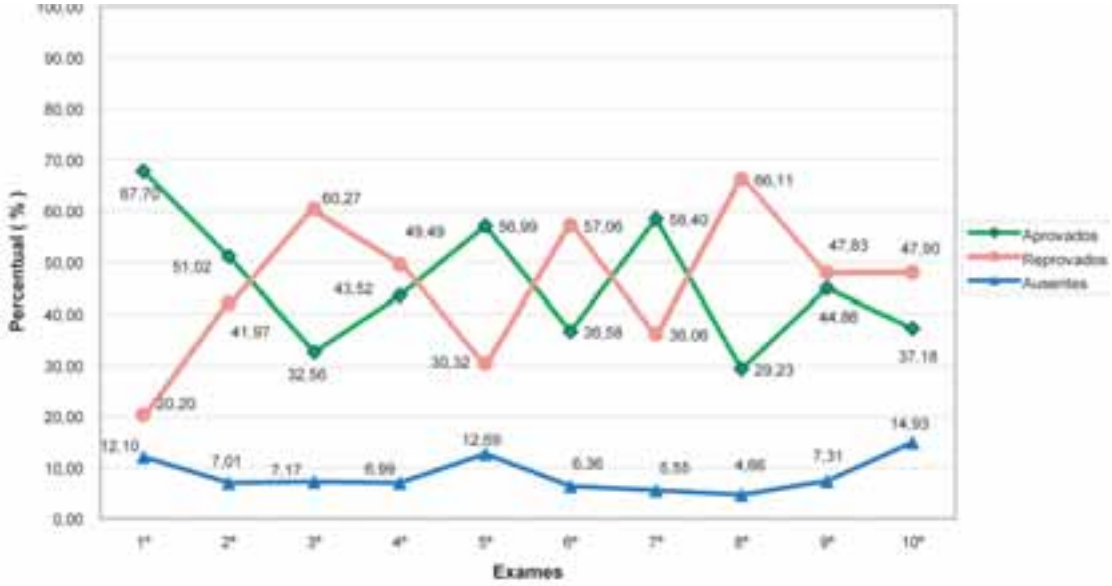
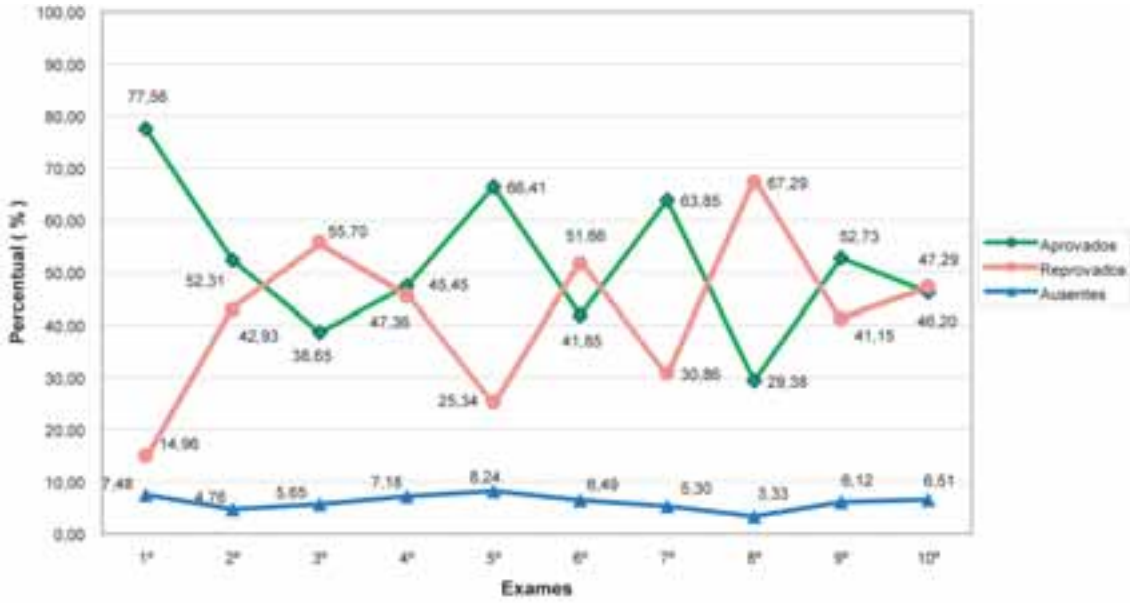



**Gráfico 12**
Evolução dos resultados do Exame para Técnico em Contabilidade - Região Sul



# Anexo II

## Comissões de Elaboração de Provas do Exame de Suficiência no Sistema CFC/CRCs

### Portaria CFC nº 37/99

**Contadores**:
- Alex Oliveira Rodrigues de Lima (SP)
- Daniel Salgueiro da Silva – coordenador (AL)
- Francisco José dos Santos Alves (RJ)
- Oscar Lopes da Silva (MG)
- Wander Luiz (DF)

**Técnicos em Contabilidade:**
- Francisco Claudecir Ramos Semião (CE)
- Waldemar Ponte Dura (PR)

### Portaria CFC nº 29/00

**Contadores:**
- Neuza Sauf Rezende (MG)

### Portaria CFC nº 02/02

**Contadores:**
- Carlos Henrique do Nascimento (AL)
- Edson Cândido Pinto (GO)
- José Nilton Junckes (SC)
- Jovane Marconi Zago (MT)
- Oscar Lope da Silva (MG)
- Sudário de Aguiar Cunha – coordenador (BA)

**Técnico em Contabilidade:**
- José Wilson Alves Coelho (CE)

### Portaria CFC nº 02/04

**Contadores:**
- José Nilton Junckes (SC)
- Jovane Marconi Zago (MT)
- Jucileide Ferreira Leitão – coordenador (RN)
- Mário Ney Corrêa Anastácio (MS)
- Milene Rocha da Silva (AL)
- Oscar Lopes da Silva (MG)

**Técnico em Contabilidade:**
- José Wilson Alves Coelho (CE)

### Portaria CFC nº 41/04

**Contadores:**
- Elias Dib Caddah Neto (PI)
- Josemar Ribeiro de Oliveira (MT)
- Mário Ney Corrêa Anastácio (MS)
- Milene Rocha da Silva (AL)
- Oscar Lopes da Silva – coordenador (MG)
- Roberta Carvalho de Alencar (CE)

**Técnico em Contabilidade:**
- José Wilson Alves Coelho (CE)

### Portaria CFC nº 18/06

**Contadores:**
- Elias Dib Caddah Neto (PI)
- Ilírio José Rech (MT)
- Mário Ney Corrêa Anastácio (MS)
- Milene Rocha da Silva (AL)
- Oscar Lopes da Silva – coordenador (MG)
- Roberta Carvalho de Alencar (CE)

**Técnico em Contabilidade:**
- José Wilson Alves Coelho (CE)